

REDISTRIBUIÇÃO, RECONHECIMENTO E REPRESENTAÇÃO

diálogos sobre igualdade de gênero

Nancy Fraser

Jacqueline Brigagão

Marlene T. Rodrigues

Clara Araújo

Tânia Mara Almeida

Céli Pinto

Flávia Biroli

Jacqueline Pitanguy

Helena Hirata

Daniela VerzolaVaz

Organizadora
Maria Aparecida Abreu

REDISTRIBUIÇÃO,
RECONHECIMENTO E
REPRESENTAÇÃO
diálogos sobre igualdade de gênero

Organizadora
Maria Aparecida Abreu

ipea

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro Wellington Moreira Franco



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Geová Parente Farias

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, Substituto

Marcos Antonio Macedo Cintra

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Vanessa Petrelli Corrêa

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Francisco de Assis Costa

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura, Substituto

Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

URL: www.ipea.gov.br

Ouvidoria: www.ipea.gov.br/ouvidoria

REDISTRIBUIÇÃO,
RECONHECIMENTO E
REPRESENTAÇÃO
diálogos sobre igualdade de gênero

Brasília, 2011

Organizadora
Maria Aparecida Abreu

ipea

Redistribuição, reconhecimento e representação : diálogos sobre igualdade de gênero / organizadora: Maria Aparecida Abreu. – Brasília : Ipea, 2011.
222 p. : gráfs., tabs.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7811-123-6

1. Igualdade de Gênero. 2. Mulheres. 3. Participação da Mulher. 4. Direitos da Mulher. 5. Brasil. I. Abreu, Maria Aparecida Azevedo. II. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 305.40981

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 MULHERES, CONSTITUINTE E CONSTITUIÇÃO Jacqueline Pitanguy	17
CAPÍTULO 2 A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL – LEIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTATÍSTICAS Tânia Mara Campos de Almeida	47
CAPÍTULO 3 A MULHER COMO SUJEITO: DIREITOS SEXUAIS, REPRODUTIVOS E POLÍTICAS NA ÁREA DE SAÚDE Gênero e as Políticas de Saúde Jacqueline Brigagão	57
Direitos Sexuais, Saúde e Cidadania: desafios para a atenção básica Marlene Teixeira Rodrigues	66
CAPÍTULO 4 O TRABALHO DO CUIDADO (<i>CARE</i>) EM PERSPECTIVA COMPARADA: FRANÇA, JAPÃO E BRASIL Helena Hirata	83
CAPÍTULO 5 EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO NO PERÍODO 1992-2008 Daniela Verzola Vaz	109
CAPÍTULO 6 MULHERES, MÍDIA E POLÍTICA Mulheres e Representação Política Clara Araújo	135
Mulheres, Mídia e Democracia Flávia Biroli	148
CAPÍTULO 7 A DERROTA QUE SE REPETE: AS MULHERES NAS ELEIÇÕES PARA O LEGISLATIVO EM 2010 Céli Pinto	181
CAPÍTULO 8 ENTREVISTA COM NANCY FRASER Ingrid Cyfer e Raphael Neves	201
NOTAS BIOGRÁFICAS	215

APRESENTAÇÃO

O livro *Redistribuição, Reconhecimento e Representação: diálogos sobre igualdade de gênero* reúne transcrições de palestras proferidas no Ipea durante um ciclo de debates realizado em 2010. Transcrever estas palestras e publicá-las na forma de um livro significa atribuir ao projeto inicial – um ciclo de seminários – resultados mais perenes, bem como promover a difusão das ideias e debates ali apresentados para um público mais amplo.

O mote desse ciclo de palestras – redistribuição, reconhecimento e representação –, inspirado na obra da intelectual norte-americana Nancy Fraser, remete a uma importante contribuição da reflexão sobre igualdade de gênero para concepções mais abrangentes de justiça presentes no debate internacional. Nas falas de cada uma das palestrantes sobre o tema, estiveram presentes elementos das políticas públicas e dos efeitos destas políticas sobre as mulheres e sobre a igualdade de gênero propriamente – ou ainda aspectos da vida social relevantes para o sucesso das políticas. Ao final desta publicação, a intelectual norte-americana Nancy Fraser fala por si, em uma entrevista inédita.

O propósito deste trabalho é partir da (des)igualdade de gênero e contribuir para o conjunto das políticas sociais, aliando reflexões teóricas mais profundas com desdobramentos práticos dessas reflexões, consubstanciados na análise da situação das mulheres nos diversos aspectos da vida pública e social.

Este livro constitui, portanto, mais um resultado do cumprimento da missão institucional do Ipea, que é “produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro”. Se o desenvolvimento brasileiro, em sua forma atual, não pode prescindir de uma concepção global de justiça, certamente os debates aqui contidos contribuirão para a análise das políticas públicas e seu aperfeiçoamento.

Marcio Pochmann

Presidente do Ipea

INTRODUÇÃO

Maria Aparecida Abreu

Os três termos que dão origem ao título desta publicação são retirados da obra da teórica feminista Nancy Fraser.¹ Buscando construir uma reflexão sobre a justiça social bastante abrangente, Fraser elegeram estes três eixos como centrais para articular as diversas dimensões de uma concepção de justiça apta a dar conta dos dilemas e problemas relativos à desigualdade social nas sociedades contemporâneas. Desta forma, a construção teórica de Fraser, embora parta dos referenciais feministas, dialoga com outros referenciais para a construção de uma teoria da justiça que não seja exclusivamente feminista, mas que englobe, em seu interior, reivindicações feministas.

Tendo esse escopo mais amplo em vista, redistribuição, então, diz respeito às demandas por igualdade econômica e a maior equalização na distribuição de bens escassos. Quando se fala em justiça, demandas redistributivas parecem ser as mais intuitivas, pois dizem respeito à organização do atributo mais elementar de uma ação justa: “dar a cada um o que é seu”; portanto, uma concepção ampla de justiça não poderia deixar de englobar aspectos redistributivos.

Reconhecimento, de forma diferente, é um tema contemporâneo e surge principalmente a partir da demanda de certos setores sociais, que se consideram não alcançados pelas concepções de justiça universais, de terem as suas especificidades e suas diferenças de trajetórias culturais e sociais levadas em consideração. A luta por reconhecimento, portanto, abrange aspectos culturais para além da dimensão econômica presente nas demandas redistributivas, passando pela ideia de igualdade a partir do respeito de outrem e a partir do próprio autorrespeito. Igualdade vem aqui acompanhada de afirmação da identidade e respeito à diferença. As condições sociais para que respeito e autorrespeito se configurem são o desafio que, de certa forma, ronda as intervenções transcritas neste livro.

Como terceira dimensão da justiça, a representação vem complementar as duas primeiras, na medida em que diz respeito à demanda por voz de grupos que não predominam e muitas vezes nem mesmo estão presentes nas estruturas representativas da organização social. Na representação, portanto, está acoplada

1. São muitos os artigos e livros de Nancy Fraser, mas aqui a referência é especialmente a *Scales of Justice – Reimagining Political Space in a Globalizing World* (2009).

a dimensão propriamente política da justiça, que tem como papel, precisamente, garantir canais em que as demais demandas possam ser manifestadas e os conflitos sociais equacionados e, quem sabe, solucionados.

Essa visão, aqui bastante resumida, não necessariamente fiel às formulações teóricas de Fraser, mas nelas inspiradas, foram a motivação da organização, em 2010, de um ciclo de debates intitulado *Redistribuição, Reconhecimento e Representação: diálogos sobre igualdade de gênero*. No âmbito do debate, pretendia-se oferecer algum tipo de organização das reflexões sobre igualdade de gênero em sua inerente transversalidade, bem como, a partir destas reflexões, contribuir para uma discussão sobre justiça envolvendo as demais áreas sociais de políticas públicas.

Tendo isso em vista, foram promovidos, então, seminários com a participação de autoras feministas visando à apresentação de trabalhos sobre as diversas dimensões da desigualdade de gênero e, portanto, dos diversos aspectos a serem abordados na formulação de uma concepção de justiça de gênero transversal às demais áreas sociais. Foram, assim, abordadas as seguintes temáticas: violência, cuidado, mercado de trabalho, saúde, mídia e política. Considerando-se que 2010 foi ano de eleições presidenciais, quando o país elegeu a primeira mulher para o cargo de presidente da República em sua história, esta temática acabou sendo naturalmente privilegiada. Contudo, em vez de obnubilar os demais temas, os problemas levantados no processo eleitoral serviram para iluminar as questões mais candentes da desigualdade de gênero presentes na sociedade brasileira. Cada dia de debates foi bastante rico e, como as perguntas apresentadas pela plateia foram parte importante dessa riqueza, a opção final foi transcrever os debates na íntegra, realizando apenas a edição necessária para uma publicação escrita.

O que se tem, portanto, neste livro, são textos fluidos, decorrentes de uma conversa franca entre palestrantes convidadas, pesquisadores do Ipea e público externo, composto, em grande parte, por servidores do governo federal. Nestes diálogos, questões relevantes das políticas públicas e da realidade social foram levantadas. Os debates aqui transcritos seguem uma ordem temática, segundo a qual, primeiramente, tem-se uma apresentação geral da história do feminismo no Brasil, da conquista dos direitos das mulheres e da construção de instituições para promoção desses direitos. Em seguida, são apresentados os temas da violência, da saúde e dos direitos sexuais para, depois, tratar-se um pouco de divisão sexual do trabalho e da inserção diferenciada da mulher no mercado de trabalho. Estes temas serão seguidos pela participação da mulher no espaço político e sua presença nos espaços públicos, mais detidamente na mídia. Por fim, deu-se um debate atual sobre a questão dos direitos e distribuição dos poderes entre os sexos na sociedade, antecipando a entrevista com a própria Nancy Fraser, gentilmente cedida por intermédio de Ingrid Cyfer e Raphael Neves.

O primeiro texto é capítulo de uma palestra proferida por Jacqueline Pitanguy ainda no ano de 2009, portanto anterior à organização do ciclo de debates. No entanto, sua fala constitui uma espécie de estado da arte das conquistas institucionais do movimento feminista, especialmente por meio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e, como tal, o texto foi considerado bastante adequado para a abertura deste volume.

Jacqueline Pitanguy, feminista cuja história se confunde com a própria democratização do país e com as conquistas das mulheres conjuntas a esse processo, descreve com riqueza – que somente uma participante dos momentos relevantes da história pode dar – a formação do CNDM e os debates e embates vividos na implementação de direitos e espaços políticos para as mulheres. Neste sentido, sua fala parece descrever os fatos históricos que constituem praticamente uma síntese do que se pretendia com este volume: apresentar como questões teóricas profundas e abrangentes, para além da questão da igualdade de gênero, manifestam-se nas políticas sociais, e como, ao mesmo tempo, estas experiências contribuem para informar melhorias em todas as políticas, não apenas aquelas explicitamente voltadas para a proteção e garantia dos direitos das mulheres e promoção da igualdade de gênero.

Nesse primeiro diálogo, tem-se, portanto, um relato privilegiado da institucionalização das demandas feministas, inicialmente por meio do CNDM – vinculado ao Ministério da Justiça por ocasião de sua criação, mas subordinado à Presidência da República – e, mais tarde, com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) – órgão ao qual atualmente o CNDM está vinculado.

O segundo capítulo, de Tânia Mara Campos de Almeida, apresenta uma análise sobre o fenômeno mais elementar que marca a dominação sofrida pelas mulheres: a violência doméstica. Como participante de um observatório de aplicação da Lei Maria da Penha, Tânia Almeida faz uma análise sociológica do fenômeno da violência e das dificuldades de enfrentamento e superação desta consequência primeira da situação de vulnerabilidade em que se encontram muitas mulheres.

Os direitos e a saúde reprodutiva das mulheres foram objeto da conversa com Jacqueline Brigagão e Marlene Teixeira Rodrigues. As duas pesquisadoras, militantes feministas da área da saúde, guiaram um debate bastante contundente acerca dos direitos reprodutivos das mulheres e especialmente sobre o aborto. Foram abordados os avanços e problemas de programas como o Parto Humanizado e, de forma mais abrangente, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Neste tema, ficou evidente que os desafios – que são da área de saúde como um todo – se intensificam quando focamos sobre os serviços destinados às mulheres. Preconceitos e violência institucional foram apontados de forma direta

e sem rodeios pelas pesquisadoras, que acompanham a aplicação destas políticas de perto, analisando-as em sua atividade de docência e pesquisa.

A pesquisadora Helena Hirata, por sua vez, apresenta resultados de sua pesquisa, então em andamento, e reflexões sobre a economia do *care*. Como coordenadora de uma pesquisa que compara instituições ofertantes de serviços de cuidado no Brasil, no Japão e na França, Hirata trouxe reflexões sobre a organização capitalista dos serviços domésticos e de cuidado. Hirata observa, ainda, as divisões sexual e internacional impostas ao desempenho destas funções, tal como perceptíveis em países como França e Japão, que, dado o menor nível de desigualdade de suas sociedades nacionais, atualmente, têm, na força de trabalho migrante, a fonte de oferta destes serviços, desempenhados sempre de forma precária e mal remunerada.

No capítulo seguinte, Daniela Verzola Vaz apresenta um panorama da ocupação pelas mulheres das vagas de trabalho no serviço público. Aliando abrangência e profundidade em sua análise, na medida em que aborda o serviço público em suas três esferas – federal, estadual e municipal – e apontando interpretações para além dos dados obtidos que justifiquem as desigualdades encontradas, o texto apresentado por Daniela Vaz constitui um mapa apto a orientar investigações mais específicas para cada setor ou cada esfera da administração ou dos cargos públicos.

Mulheres, mídia e política foi o tema do debate realizado com Clara Araújo e Flávia Biroli. Clara Araújo apresentou uma discussão sobre a representação política, inclusive tratando do mecanismo das cotas de sexo nas eleições proporcionais, com o apontamento pertinente sobre os seus limites e sobre o que está em jogo quando se defende a representação das mulheres nos parlamentos. Flávia Biroli promoveu uma discussão acerca da maneira como as mulheres são retratadas pela mídia quando o assunto é política. De acordo com sua pesquisa, que colheu, ao longo do tempo, uma grande quantidade de dados sobre notícias na imprensa relacionadas a eleições, Biroli ofereceu uma análise bastante reveladora das evo-luções e persistências no tratamento dado às mulheres nesse tipo de noticiário oferecido pela mídia escrita e televisiva.

Todas essas apresentações, agora colocadas em forma de livro, relacionam-se com o trinômio inicial de forma diferenciada. A violência contra a mulher talvez seja o atentado primeiro ao respeito a ela como sujeito, inviabilizando o seu próprio autorrespeito (elemento essencial para o reconhecimento) e a busca por acesso a uma inserção igualitária na esfera econômica, especialmente no mundo do trabalho. Em seguida, são reveladas as agruras femininas naquilo que as mulheres são eminentemente diferentes e requerem políticas específicas: também aí há uma inferiorização e uma inadequação do tratamento dado às mulheres, muitas vezes tratadas como não sujeitos, nas palavras contundentes de Marlene Teixeira Rodrigues.

A preponderância das mulheres no trabalho doméstico e nos serviços de cuidado praticamente as condena ao mundo privado, afetando sua liberdade, sua inserção no mundo e – na escala de valores de nossa sociedade capitalista – também significando uma substantiva desigualdade econômica. As desigualdades existentes no setor público – cujo ingresso se dá por concurso público, pelo que se esperaria uma maior igualdade – referem-se explicitamente à desigualdade material. As desigualdades de representação coroam esse conjunto de “desvantagens” e injustiças da e sobre a mulher.

Céli Pinto foi a responsável pela palestra de fechamento do ciclo de debates, em 4 de novembro de 2010 – portanto alguns dias após o Brasil ter a primeira presidenta eleita, Dilma Rousseff. Céli Pinto, que é uma das intelectuais presentes no debate sobre a apropriação da teoria de Nancy Fraser no Brasil, apresentou uma reflexão buscando verificar o alcance das categorias de Fraser no contexto brasileiro. Embora sua análise tenha partido do resultado eleitoral de 2010 e seu impacto sobre as mulheres – o que poderia sugerir uma reflexão sobre a representação –, a autora abordou os três temas: redistribuição, reconhecimento e representação, bem como seus ecos e ressonâncias sobre a realidade brasileira. Tal palestra exerceu, assim, a importante função de fechamento da reflexão sobre o trinômio em debate e, neste volume, cumpre também outro importante papel: o de preparar o terreno para a própria Nancy Fraser. Convém, desta forma, retomar o debate teórico apenas iniciado anteriormente.

No começo desta introdução, apresentaram-se os temas redistribuição, reconhecimento e representação didaticamente, de forma a introduzir o projeto da publicação. Feito isto, e considerando a densidade da entrevista concedida pela própria Nancy Fraser, convém permanecer fiel a seus textos e intervenções no debate teórico internacional, a fim de que sejam pontuados alguns caminhos que podem derivar de sua fala, que finaliza este livro.

A reflexão de Fraser que serviu de inspiração para este volume é uma reflexão sobre justiça no contexto de um mundo globalizado. Deste modo, trata-se de uma contribuição que tem alcance para além dos limites das estruturas de direitos ou políticas nacionais e que diz respeito à organização de demandas sociais que extrapolam limites definidos econômica, cultural ou juridicamente. Sua preocupação, portanto, é: como promover justiça em um mundo político e social no qual as demandas por justiça cada vez respeitam menos limites geográficos e quaisquer outras fronteiras?

Não se chega a essa pergunta, neste século, sem uma história social prévia. Suas preocupações com redistribuição – a noção mais intuitiva incluída no termo justiça – sempre estiveram presentes no debate sobre justiça, sendo o componente

elementar de qualquer noção de igualdade que leve em consideração aspectos materiais ou econômicos. Na visão de Fraser, não há justiça sem atendimento de demandas redistributivas.

Essa observação, embora pareça óbvia, deixa de o ser quando se introduz no debate outra noção, emergente no final do século XX, que é a de reconhecimento. O debate sobre reconhecimento foi talvez a principal marca das teorias da justiça naquele momento, e Fraser teve uma participação polarizadora, ao defender, em oposição a Axel Honneth,² que, entre reconhecimento e redistribuição, não há um valor que prevaleça, mas, sim, faz-se necessário construir uma ordem de justiça em que os dois sirvam como parâmetro. Honneth, fiel a uma tradição filosófica hegeliana, elegeu o reconhecimento como fio moral organizador do projeto social ao qual a redistribuição estaria subordinada – houve, portanto, um deslocamento do foco da justiça da redistribuição para o reconhecimento. Fraser, por sua vez, aponta uma falsa antítese entre os dois, sendo tampouco possível reduzir um ao outro. Para ela, colocar o reconhecimento como o valor moral norteador da organização social justa é dar valor demasiado à dimensão cultural da vida social. Esta, ao contrário, comporta, de forma igualmente intensa, demandas por uma igualdade econômica e por um mundo que tolere e dê espaço para as diferenças (*difference-friendly*).

Nesse sentido, Fraser critica tanto o economicismo (*economism*), que vê como suficiente para um referencial de justiça a redistribuição de bens sociais mensuráveis economicamente, quanto o culturalismo (*culturalism*), que vê no reconhecimento da identidade e da diferença de determinados grupos o grande eixo de uma ordem justa. Aliando os dois parâmetros – reconhecimento e redistribuição – e constatando a insuficiência dos canais tradicionais para a manifestação das demandas no interior desses dois parâmetros, Fraser incluiu ainda um terceiro: a representação, que reflete a preocupação com a existência de mecanismos por meio dos quais sejam canalizadas demandas que não têm possibilidade de se manifestar nas estruturas institucionais tradicionais, uma vez que as fontes de injustiça de gênero são transnacionais. Daí ela falar que haveria um mau enquadramento (*misframing*) das demandas de justiça caso não sejam abordadas por meio destes três eixos. Sua proposta, então, é a de um reenquadramento (*reframing*) das questões de justiça, mais adequado e capaz de enfrentar suas causas de forma balanceada, equilibrando as três dimensões.

2. O fecundo debate entre Nancy Fraser e Axel Honneth foi organizado em Fraser e Honneth (2003).

Fraser alia três conceitos chave: igualdade, identidade/diferença e participação.³ De forma profunda e mobilizando um repertório teórico diversificado e abrangente – como fica claro em sua entrevista aqui publicada –, ela tenta abarcar uma concepção de justiça que tenha a escala e o enquadramento adequados aos problemas enfrentados pelo mundo contemporâneo global. Segundo Fraser, redistribuição, reconhecimento e representação são categorias plenamente adequadas e igualmente aplicáveis ao Brasil, mesmo considerando-se suas especificidades.

REFERÊNCIAS

FRASER, N. **Scales of Justice** – Reimagining Political Space in a Globalizing World. New York: Columbia University Press, 2009.

FRASER, N.; HONNETH, A. **Redistribution or recognition?** A political-philosophical Exchange. London: Verso, 2003.

3. Essa terceira dimensão poderia ser denominada liberdade, embora Fraser não o faça.

MULHERES, CONSTITUINTE E CONSTITUIÇÃO*

Jacqueline Pitanguy

JACQUELINE PITANGUY:

Boa tarde. Quero agradecer o convite da Coordenação da Igualdade de Gênero da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea para conversar com vocês. A proposta era falar sobre *Mulheres, Constituinte e a Constituição*. Eu acredito que, de certa forma, este título norteia a minha fala sequencialmente.

1 O FEMINISMO COMO ATOR POLÍTICO

Vou pedir permissão a vocês para, inicialmente, falar sobre como se constrói, no Brasil, a categoria mulher enquanto ator político. Colocarei alguns marcos imprecisos, mas aproximados. Neste sentido, diria que esta construção se dá, fundamentalmente, entre os anos de 1975 a 1979. Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) decreta o Ano Internacional da Mulher. Nós vivíamos então sob uma ditadura, era um momento ainda muito difícil para a realização de reuniões abertas, mas um grupo de mulheres no Rio de Janeiro, com o aval da ONU, organizou uma semana de debates sobre a questão da mulher no Brasil, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e eu tive a oportunidade de participar deste grupo e deste momento histórico. A conferência teve a participação de Celso Furtado, porque nós queríamos trazer uma voz de grande reconhecimento, que pudesse dar ao público de oposição ao regime militar e de luta pela democracia, que ali se reuniu, a dimensão da luta das mulheres pelos seus direitos. Eu me lembro do Celso Furtado colocando claramente que o movimento feminista era um dos principais movimentos do século XX, o que trazia uma grande legitimidade a este debate, ainda muito incipiente na sociedade brasileira.

Os anos de 1975 a 1979 foram anos de conformação de uma agenda política e de uma estratégia. A agenda era a de igualdade de direitos das mulheres, com

* Palestra realizada em 4 de setembro de 2008.

grande ênfase na luta contra a violência contra a mulher. Havia ocorrido, na ocasião, uma série de assassinatos de mulheres por seus maridos e companheiros, que eram justificados como legítima defesa da honra. Era um argumento que a defesa utilizava para sensibilizar o júri e inocentar os assassinos confessos. Então, a denúncia desta outra violência contra a mulher, a violência da falência do judiciário, era uma bandeira de luta importante naquele momento.

Esse grupo de mulheres, pioneiras na constituição desse movimento, adotou também a estratégia de levar para espaços já constituídos, como sindicatos, associações profissionais, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ou associações médicas e clubes de engenharia, questões ligadas aos direitos da mulher, assim como a de levar os debates para o âmbito da universidade.

Esse movimento, enquanto novo ator político, foi adquirindo visibilidade e trazendo um complicador para a arena política do país. Um complicador no sentido de que, ao lado de outras agendas que também vão se construindo nessa década – como a da raça e etnia –, aportava maior complexidade na agenda e na estratégia política da oposição, que se articulava em torno do *slogan*: “O povo unido jamais será vencido”. E o povo não tinha sexo, o povo não tinha raça, o povo não tinha orientação sexual e, quando muito, tinha classe social. Portanto, o surgimento destes novos atores no cenário político do país, naqueles anos, é extremamente rico, no sentido de trazer outras dimensões de poder para o debate público.

Essa constituição do movimento se dá seguindo um modelo relativamente clássico do feminismo, através da criação de pequenos grupos de mulheres, grupos de reflexão, coletivos feministas. São outras formas de organização não institucional, mas que vão ter um papel importante – inclusive, tentando uma articulação, embora tênue, com o Legislativo. E nós estamos falando de um Legislativo dominado pela Arena, em que o [Movimento Democrático Brasileiro] MDB exerce uma oposição muito cerceada e em um contexto de nenhuma interlocução com o Executivo, ocupado pelo regime ditatorial militar. É interessante observar que, em 1976, em pleno regime autoritário militar, um grupo de advogadas feministas apresenta ao Congresso Nacional uma proposta de mudança do Código Civil. Sonia Montañó, diretora da divisão de gênero da [Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe] Cepal, faz uma análise sobre os vários movimentos de mulheres na América Latina e ressalta a extraordinária vocação política do movimento das mulheres brasileiro, que, desde então, procura esta interlocução com o “outro”. Mesmo constituído de grupos de reflexão intramuros, o movimento sempre procurou ter uma interlocução com os canais institucionais de poder, como o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, que eram, e continuam sendo, fundamentais para o alcance de mudanças efetivas na condição da mulher.

Nesses primeiros anos, o movimento feminista enfrentou problemas no seio da própria esquerda, no sentido de adquirir legitimidade enquanto um movimento que não pretende dividir as forças, apenas qualificar a luta. O diálogo com a esquerda – da qual éramos oriundas – era por vezes dificultado, porque alguns setores consideravam que uma agenda específica de direitos das mulheres poderia enfraquecer a criação de frentes amplas e unidas de luta contra a ditadura. E esta foi, felizmente, uma etapa vencida posteriormente. Com as eleições parlamentares em 1976, com a anistia em 1979, com a volta ao Brasil de uma série de lideranças que faziam parte do movimento verde e do movimento feminista na Europa, com a ampliação dos movimentos negros e a incorporação das bandeiras feministas em diversos movimentos de mulheres, a sociedade civil se vê fortalecida e enriquecida, inclusive, pela experiência destes brasileiros e destas brasileiras que voltam do exílio e vão aprofundar estas várias agendas políticas.

Nesse período de construção do feminismo como movimento político, do ponto de vista de sua organicidade, diria que a base organizacional se assentava na solidariedade. A solidariedade entre as mulheres que projetavam uma identidade coletiva comum. Essa ideia de uma identidade coletiva comum foi fundamental como elemento estruturante do movimento. E a identidade coletiva comum era estruturada em função da questão da discriminação. A mulher ainda era, nas leis e na vida, uma cidadã de segunda categoria no Brasil. O movimento feminista questionava os alicerces culturais nos quais se apoiava esta desvalorização do feminino, a sua expressão em leis, em práticas, em linguagens simbólicas; questionava essa desigualdade que permeava as relações entre homens e mulheres no nosso país, que eram naturalizadas por uma série de valores e crenças.

É interessante observar que esse movimento não inaugura a presença da mulher organizada no cenário político do país. Depois da Segunda Guerra Mundial, tivemos a presença importantíssima de mulheres no cenário público em movimentos pela paz, mulheres pela anistia, de mulheres na luta contra a carestia. É interessante ressaltar que estes movimentos femininos – dos quais não retiro a sua importância – se alicerçavam no papel mais tradicional da mulher enquanto mães, enquanto donas de casa etc. Alguns desses movimentos são admiráveis, como as Mães da Praça de Maio, na Argentina. Entretanto, a mulher enquanto mãe e dona de casa também se incorporou a movimentos conservadores. No Brasil, as mulheres de classe média e alta lutaram pela deposição de João Goulart e pelo golpe de Estado e, similarmente, tivemos os painéis no Chile, que desafiavam o governo de Salvador Allende.

Se a presença da mulher no cenário público não era nova, a inovação, com o feminismo, era a presença da mulher organizada questionando justamente os alicerces culturais de configuração desses estereótipos femininos. Esta luta das

mulheres contra a ditadura e pela configuração de uma agenda própria foi muito difícil e, de certa forma, encontrou hostilidades e, inclusive, desrespeito por parte da imprensa – que, até hoje, tende a sabotar a palavra feminista, a ridicularizar, a diminuir –, mas encontrou um espaço mais acolhedor nas universidades. Vão surgir, então, os primeiros centros acadêmicos de estudo sobre a mulher. Um espaço muito interessante era o movimento operário, onde passamos a ter uma interlocução importante com o Sindicato dos Metalúrgicos e com a [Central Única dos Trabalhadores] CUT, que ocupam espaço relevante no cenário político do país. Com a renovação do quadro político nas eleições, em 1979, preparou-se, no Rio de Janeiro, o primeiro documento dirigido aos partidos políticos, que se chamava *Alerta feminista para as eleições*.

Esse momento de constituição do feminismo como ator político é também um momento de transição democrática. Em 1982, na eleição para governadores, com a vitória de Tancredo Neves, em Minas Gerais, de Franco Montoro, em São Paulo, e de Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, os governos dos principais estados do Sudeste são conquistados pela oposição, mudando o cenário político do país. Neste contexto, passo então ao segundo momento desta trajetória, o momento pré-Constituinte, que chamaria de feminismo de Estado ou de políticas públicas de gênero.

2 FEMINISMO, ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

A década de 1980 é um período de profundas transformações no quadro político institucional do país. Tancredo Neves, em Minas Gerais, ao ser eleito governador, cria o primeiro Conselho dos Direitos da Mulher. Em seguida, Franco Montoro cria o Conselho da Condição Feminina de São Paulo, que já completou 25 anos.

Também nos anos 1980, as mulheres deram um passo muito importante para dentro do Estado, mas, no caso, um passo para dentro do seu aparato repressivo. Refiro-me à criação das delegacias especializadas de atendimento à mulher (Deams) vítima de violência. Ora, em um Estado ainda com profunda marca ditatorial, em que todas as pessoas passavam pelo menos a 500 metros de qualquer coisa que se assemelhasse a um órgão repressivo, as mulheres dão o que eu chamo de um passo de astronauta e entram nesse aparelho repressivo. E como foi feito isso? Não houve nenhuma lei especial. As mulheres tomaram como base a existência de delegacias especializadas em homicídio e em entorpecentes: por que não uma delegacia especializada em violência contra a mulher?

Foi a partir da organização administrativa já existente na polícia, mais do que criando uma nova legislação, que surge a primeira Deam, em São Paulo, em 1985 – uma delegacia para atender a mulher vítima de violência, porque a polícia, em geral, não considerava a violência doméstica como um crime. A criação dessa

delegacia e a criação desses conselhos constituem, assim, um passo importante para dentro do aparelho do Estado. E eu não posso deixar de mencionar, também, a elaboração do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), que, também nessa época, no âmbito do Ministério da Saúde (MS), desenvolveu um conceito totalmente novo de saúde integral, que, mesmo sendo posto em prática com dificuldades, marca também um passo para dentro do Estado em termos de uma nova política pública de saúde da mulher.

Ao longo dos primeiros anos da década de 1980, os vários grupos coletivos e organizações feministas do país discutiam a viabilidade e a pertinência da criação de um órgão que implementasse políticas públicas em nível federal, considerando-se que avançava no país o processo de transição democrática.

Em 1985, no bojo do movimento pelas Diretas Já e pela democratização da esfera federal, um grupo de mulheres de todo país visita Tancredo Neves, que era, então, governador de Minas Gerais, solicitando que, se ele fosse eleito presidente, apresentasse ao Congresso Nacional a proposta de criação de um órgão federal com o objetivo de orientar a Presidência [da República (PR)] e os demais ministérios em políticas públicas para a mulher, assim como desenvolver políticas e projetos. Nasceu desta iniciativa o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Tancredo Neves comprometeu-se formalmente a lutar pela criação deste órgão e mandar para o Congresso Nacional um projeto de lei (PL). Não queríamos que este órgão, que inauguraria uma perspectiva de democracia com igualdade de gênero, fosse criado a partir de um decreto. A morte de Tancredo Neves implicou um resgate de seu compromisso e um trabalho de articulação e *advocacy* junto ao novo presidente, José Sarney, e ao Congresso, para que o CNDM viesse a ser criado, o que, efetivamente, aconteceu em agosto de 1985, com a Lei nº 7.353.

O CNDM tinha como finalidade promover, em âmbito nacional, políticas para eliminar a discriminação contra a mulher, assegurando-lhe condições de liberdade, de igualdade e de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país. Nossa grande preocupação era que esse órgão não fosse apenas uma figura de retórica. Lutamos para que fosse estabelecido um fundo de desenvolvimento da mulher que assegurasse condições de operacionalidade a esse órgão, que tinha um caráter híbrido: ele era alojado no Ministério da Justiça (MJ), mas respondia ao presidente da República.

O CNDM era dotado de autonomia administrativa e financeira, sendo composto pela Diretoria Executiva e pela Diretoria Técnica. Contava também com o Conselho Deliberativo. Tinha quadros técnicos, quadros administrativos e, posteriormente, passou a contar também com o Centro de Documentação e Informação. A Diretoria Técnica era organizada em comissões de trabalho, educação, cultura, creche, trabalho e mulher rural, legislação, violência, saúde reprodutiva, mulher negra, comunicação e constituinte.

Do ponto de vista internacional, a criação do CNDM obedeceu a uma diretriz muito clara da Conferência Internacional de Mulheres de Nairóbi, em 1985, quando a ONU orientou os governos a criarem mecanismos executivos que realmente demonstrassem que havia esforços governamentais para o progresso da mulher. O CNDM foi um dos primeiros órgãos públicos na América Latina voltados para os direitos da mulher e influenciou iniciativas semelhantes, especialmente nos países do Cone Sul, como a Argentina e o Chile, países que têm um processo de democratização e uma história política muito semelhantes aos nossos.

O cenário no qual o CNDM inicia sua operação tem José Sarney na Presidência da República, em um contexto de rearticulação de forças políticas e de partidos e uma eleição às portas da Assembleia Nacional Constituinte. Vivíamos um momento de uma riqueza extraordinária, com uma sociedade política muito mais complexa do que aquela da década de 1970, pois os movimentos sociais como o movimento negro, o movimento indígena, o movimento ecológico e também os movimentos pelos direitos sexuais estão muito mais presentes no cenário político, onde, inclusive, um movimento como o feminista já ocupava um espaço de poder, sendo protagonista em termos de políticas governamentais.

3 CAMPANHA MULHER E CONSTITUINTE

É nesse cenário complexo que, em novembro de 1985, o CNDM lança a campanha Mulher e Constituinte. Esta campanha, cujo *slogan* era “Constituinte para valer tem de ter direitos da mulher”, prosseguiu até outubro de 1988. Não houve pausa, não houve solução de continuidade. Vou descrever brevemente as principais etapas desta campanha. Quando falo na primeira pessoa do plural, nós, é porque eu tive a oportunidade e o privilégio de estar presente em 1975, na ABI, no Rio de Janeiro, quando o feminismo inaugura sua face política; de participar do movimento feminista no Grupo Ceres e no Centro da Mulher Brasileira; e de ser presidente do CNDM – de 1986 a 1989, presidi o CNDM. Foram quatro anos em que a minha vida esteve totalmente ligada a este momento político de democratização e qualificação da democracia, incluindo as mulheres como cidadãs plenas.

Quando nós lançamos essa campanha, a presidente do conselho era Ruth Escobar, que ali esteve por apenas seis meses, mas teve uma presença marcante. Ela deixou a presidência para ser candidata a deputada estadual. Então, eu assumi a presidência, em fevereiro de 1986, nomeada pelo presidente da República e por indicação do Conselho Deliberativo.

A campanha pelos direitos da mulher na Constituição da República de 1988 não sofreu nenhuma quebra nessa transição. Lançada em todas as capitais, mobilizou mulheres das mais diversas regiões. O CNDM elaborou cartazes, folhetos,

fez inserções na mídia e facilitou uma caixa postal para que todas as mulheres e homens que assim desejassem enviassem ao CNDM o que acreditavam que deveria ser incluído na nova Constituição relativo aos direitos da mulher. E recebemos milhares e milhares de sugestões, desde as mais absurdas até propostas a serem consideradas. A partir daí, constituímos um grupo de juristas que trabalharam *pro bono*¹ conosco, filtrando – não no sentido de censura, mas no sentido de viabilidade jurídica – as várias propostas, que foram reorganizadas. Com este material riquíssimo, pudemos fazer uma plataforma para a Assembleia Nacional Constituinte. Não era uma plataforma de um órgão do governo, de meia dúzia de pessoas, ou de vinte conselheiras, era uma plataforma efetivamente social.

O CNDM realizou também uma campanha muito importante para que houvesse uma maior presença da mulher no Congresso Nacional. E foi nessa Assembleia Nacional Constituinte quando, pela primeira vez na história do país, ocorreu, efetivamente, um aumento substancial no número de deputadas eleitas.

Como estratégia para viabilizar nossas propostas, buscamos articular, no Congresso, uma bancada feminina que, apesar das diferenças ideológicas, passasse por cima dos partidos políticos e atuasse conjuntamente nas temáticas dos direitos das mulheres, de forma que o CNDM pudesse, efetivamente, trabalhar com esta bancada de uma maneira mais ágil. E, mesmo que, lamentavelmente, nem todas as deputadas eleitas tenham incorporado a essa bancada, várias outras, independentemente da sua filiação político partidária, abrigaram muitas das questões colocadas pelas mulheres e foram muito importantes ao longo do processo constituinte.

No CNDM, iniciamos também um trabalho cotidiano de presença no Congresso Nacional, de articulação com os movimentos de mulheres, de articulação com os outros conselhos estaduais – que, nessa época, já haviam surgido em outros estados além de São Paulo e de Minas Gerais –, com conselhos municipais e com mulheres filiadas a sindicatos, associações profissionais, universidades, associações de trabalhadoras domésticas e sindicatos de trabalhadoras rurais e de metalúrgicas. Foi uma articulação extremamente rica, indo além de grupos e organizações feministas com os quais também trabalhávamos diretamente.

Essa articulação possibilitou a elaboração da *Carta das mulheres brasileiras aos constituintes*. Este é um documento histórico e, de certa forma, recupera, nos diversos âmbitos, princípios gerais e propostas específicas, no âmbito do trabalho, da saúde, da educação e cultura, da família, da violência e dos benefícios sociais, que vinham sendo apresentadas, digeridas e debatidas desde 1985.

1. *Pro bono* refere-se ao trabalho gratuito e voluntário realizado por advogados para causas sociais.

Essa carta adquiriu o seu formato final após sua apresentação e discussão em um grande evento realizado no Congresso Nacional em 1986. Ela foi aprovada em Plenário e entregue simultaneamente em março de 1987, por mim e por todas as conselheiras, ao deputado Ulysses Guimarães, então presidente do Congresso Nacional, em Brasília, e em todas as assembleias estaduais de todo o país, na mesma hora, como um ato simbólico, marcando que se tratava de uma carta efetivamente nacional. Ao mesmo tempo, iniciávamos nosso trabalho de *advocacy* dentro do Congresso Nacional. Durante este processo, o conselho enviou mais de cem propostas, entre emendas substitutivas e constitutivas, à Assembleia Constituinte. Visitávamos diariamente o Congresso, conversávamos com os líderes dos partidos, com deputados e senadores e com seus assessores. Organizações de mulheres as mais diversas nos acompanhavam nestas peregrinações ao Congresso. A maior parte das nossas reivindicações foi incluída na nova Constituição. Esta é uma vitória das mulheres brasileiras.

4 O LOBBY DO BATOM

Com esse nome ficou conhecida a articulação entre o CNDM, os conselhos estaduais e municipais, as organizações da sociedade civil e os movimentos de mulheres que se somaram ao longo de todo o processo constituinte para garantir os direitos da mulher na nova Carta.

Os bastidores da campanha pelos direitos da mulher na Constituição se desenrolavam no CNDM, em articulações e um ir e vir constante ao Congresso. Em geral, falávamos com as lideranças e tínhamos um apoio grande da maioria da bancada feminina. Éramos um grupo de mulheres que caminhava diariamente naquele Congresso procurando convencer e não hostilizar. A nossa tática sempre foi a do diálogo, de falar com as lideranças, de explicar nossas demandas.

Em nosso trabalho de *advocacy*, baseadas na *Carta das mulheres brasileiras aos constituintes*, apresentávamos propostas relativas aos diversos capítulos que estavam sendo discutidos no Congresso Constituinte. Procurávamos subsidiar nossas propostas com argumentos sólidos e com dados estatísticos sempre que possível. Utilizamos também a mídia para atingir o grande público, sensibilizando a sociedade para nossas questões. Assim é que realizamos várias inserções na mídia impressa, fizemos *spots* (filmes) de televisão amplamente divulgados, colocamos *outdoors* em todas as capitais, em campanhas sincronizadas. No debate sobre as leis da família, por exemplo, o CNDM utilizou a imagem de uma família patriarcal do início do século XX, com o pai em pé, em posição de autoridade, frente à mulher e à prole, com o *slogan*: “As leis da família são tão atuais quanto esta foto”. Esta imagem foi veiculada na televisão, em *outdoors* e na mídia impressa. A Constituição de 1988 eliminou a figura do homem como chefe da sociedade conjugal. Há, entretanto, um longo percurso de luta nos bastidores desta vitória,

pois, já em 1976, como mencionei, as mulheres organizadas haviam apresentado ao Legislativo um projeto de mudança do Código Civil que eliminasse a figura de chefia na sociedade conjugal.

O humor também foi um recurso utilizado em nossa luta. Quando apresentamos a proposta de licença-paternidade, fomos duramente criticadas e até mesmo ridicularizadas por amplos setores do Congresso Nacional. Argumentavam também que estaríamos incentivando a ausência dos homens do trabalho. Estávamos, no entanto, convencidas da relevância desta licença como um instrumento de mudança ideológica no papel dos homens frente à paternidade. Apresentamos, então, um cálculo de quantas horas os homens dispendiam em frente à TV acompanhando os campeonatos mundiais de futebol, argumentando, ao mesmo tempo, que a taxa de natalidade da mulher brasileira diminuía sensivelmente. Os homens passariam menos tempo na licença-paternidade do que em frente à televisão...

A questão da violência doméstica (dos crimes cometidos contra mulheres por maridos e companheiros) sempre ocupou lugar central na agenda feminista e foi retomada durante o processo constituinte, quando fizemos campanhas de mídia e apresentamos proposta de que o Estado assumisse seu papel de coibir esta forma de violência. Ao incorporar essa proposta à Constituição, oferece-se um parâmetro legal para políticas públicas, como as Deams, que já haviam sido criadas no início da década, e para outras políticas em vigor hoje. Porque, no momento em que há o reconhecimento de que cabe ao Estado coibir esta violência, nós temos um marco regulatório normativo para qualquer ação que o Estado desenvolva no âmbito da violência contra a mulher. Ainda com relação à questão da violência, cabe ressaltar que, paralelamente ao processo de *advocacy* junto ao Congresso Constituinte, também trabalhamos no âmbito do Poder Judiciário. O CNDM fez um estudo, em seis capitais, que analisou as sentenças dos julgamentos de crime de agressão, estupro e assassinato. De posse desse material, editamos um livro, *Quando a vítima é mulher*. Tive a oportunidade de entregar este livro pessoalmente a alguns ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acompanhada de uma mulher que havia sido queimada pelo seu ex-namorado, o qual estava livre. E esse trabalho mostrava claramente como, nas palavras da antropóloga Mariza Corrêa, que tem um estudo clássico sobre isso, quando os atos se transformam em autos, estes estão impregnados de interpretação permeada de valores – no caso, de valores machistas.

Nosso estudo mostrou como a interpretação do Judiciário é profundamente desfavorável à mulher, porque ela é ancorada em valores culturais que são permeados pela prevalência dos direitos do homem. Na análise das sentenças, de agressões violentíssimas do tipo “ele amarrou um cinto no pescoço da vítima e apertou, mas não apertou de todo”, estas eram caracterizadas como agressão leve, sendo, de fato, uma tentativa de assassinato.

Em circunstâncias de estupro era diferente, a lei era rigorosa, porque também a honra do homem (do companheiro, do irmão, do pai) era afetada. Entretanto, as sentenças eram rigorosas só quando a mulher comprovava que ela era de boa conduta, que ela não tinha suscitado aquele estupro, não estava andando de saia curta, num lugar suspeito etc. Quando convencidos de que, efetivamente, ela tinha sido vítima de estupro, normalmente o julgamento levava a penalidades severas. Em caso de assassinato, ainda havia a utilização, no Brasil, do argumento da legítima defesa da honra, que se aproxima, do ponto de vista cultural, à ideia de *honor killing*, ou crimes de honra, que prevalece em países islâmicos.

Quando levamos esse material ao tribunal, tenho a impressão de que alguns ministros devem ter se sensibilizado, não só com o material, mas também com essa grande campanha que, desde a década de 1970, as mulheres vinham realizando no sentido de dar visibilidade à violência doméstica e denunciar o uso do argumento da defesa da honra nos tribunais. Em 1991, o STJ proferiu uma sentença histórica quando rejeitou a apelação de um julgamento de um homem que matou a mulher e foi condenado em primeira instância. O argumento utilizado pelo STJ para a rejeição foi o de que o corpo da mulher não é propriedade do homem e que, portanto, sua honra não pode radicar-se na mulher. É uma sentença histórica que marca, pós-Constituinte, uma vitória muito significativa.

No âmbito da saúde, a partir da atuação do movimento sanitarista, que incorporou na nossa constituição o princípio de que saúde é um direito de todos e um dever do Estado, lutamos por expandir este princípio ao campo da saúde reprodutiva, pelo reconhecimento do direito de realizar escolhas reprodutivas livres de coerção e amparadas por informações e meios cujo acesso deveria ser garantido pelo Estado. As demandas das mulheres no âmbito da saúde foram debatidas em um grande encontro nacional sobre saúde da mulher, organizado pelo CNDM, com delegações de todo o país. Entre os vários temas, foi aprovada a questão do direito ao abortamento. Esta questão não foi, entretanto, incorporada à Constituição. Isto porque, diante das forças conservadoras já articuladas na campanha pela proteção do feto desde a concepção, o CNDM entendeu que a melhor estratégia era argumentar que o aborto não era matéria constitucional, evitando graves retrocessos, o que também contabilizamos como uma forma indireta de vitória.

No âmbito dos direitos sociais e trabalhistas, o CNDM manteve estreita articulação com sindicatos e associações e, desta conjugação de forças, logramos expandir os direitos dos trabalhadores domésticos, da mulher rural, garantir a titularidade de posse da terra e expandir a licença-maternidade para quatro meses. Realizamos também um grande encontro, Mulher e Trabalho, do qual retiramos subsídios para nossa atuação junto ao Congresso.

5 PÓS-CONSTITUINTE

É interessante lembrar aqui dois fatos que eu considero importantes: o primeiro diz respeito ao dismantelamento, à desestruturação do CNDM justamente após o grande sucesso na Constituição de 1988. Dois órgãos passaram a sofrer pressões: o Ministério da Reforma Agrária e o CNDM. No final dos anos 1980, o CNDM lançou um livro intitulado *Violência contra mulheres e crianças no campo*. Havia sido realizada uma recompilação, por antropólogos que trabalhavam no Ministério da Reforma Agrária, de fatos de violência comprovados, mas eles não tiveram espaço no Ministério da Reforma Agrária para publicar este material. Solicitaram, então, que o CNDM fizesse a publicação. E foi este, talvez, o primeiro grande embate com o governo, mais especificamente com o então ministro da Justiça, Paulo Brossard. E esta publicação, que imediatamente foi alvo de atenção da Anistia Internacional e de órgãos da ONU, foi vista por setores conservadores como um ato subversivo do CNDM. Como era possível, arguíam os setores conservadores, que um órgão do governo publicasse um material desta índole? Eu estou dando um depoimento – eu não tenho a comprovação –, mas me dá a impressão de que começou aí – anterior, portanto, à promulgação da Constituição em outubro de 1988 –, um processo de dismantelamento do CNDM que partiu do próprio governo. Este livro foi lançado em Brasília, com a presença de Marcos Freire, que acabava de assumir o Ministério da Reforma Agrária. O lançamento contou com uma participação significativa e emocionante de representações de mulheres rurais. Pouco tempo depois, o ministro Marcos Freire faleceu em um acidente de avião. Um dos primeiros órgãos dismantelados no reagrupamento das forças conservadoras no interior do governo federal foi o Ministério da Reforma Agrária.

Eu não estou trazendo aqui nenhuma teoria conspiratória, mas também não sou ingênua. É importante colocar que tudo isso aconteceu quando a conjugação de forças no âmbito do Executivo mudou, porque o início do governo Sarney foi poroso, as forças estavam se recompondo, circulava ar, as portas estavam abertas aos partidos. A porosidade permitia movimentação e articulação de forças políticas muito grandes, mas, ao longo do seu governo, começou a haver uma recomposição de forças. E os setores conservadores se agruparam de uma forma muito mais enérgica, solidária e bem estruturada. Quando falamos em setores conservadores do governo, também não estou me referindo a um bloco monolítico, porque, dependendo do ponto da agenda que se tratasse, o leque de alianças se estendia ou se estreitava. Mas havia temas claramente divisores, e já havia uma clara recomposição de setores conservadores no âmbito do governo. Ao mesmo tempo, a oposição já estava mais estruturada, e o governo, que não é monolítico, assistia também a lutas internas significativas. Assim, a questão agrária e da violência no campo foram as primeiras pedras no caminho do CNDM.

O segundo fato foi em 1988. O governo estava celebrando 100 anos da abolição da escravidão com festas pelo país. O CNDM, por meio de sua Comissão da Mulher Negra, resolveu marcar a data de outra forma. Pensamos em fazer um tribunal fictício para discutir a questão da discriminação racial da mulher no Brasil e elaboramos um projeto muito bonito. Em setembro, demos início, em São Paulo, na Faculdade de Direito, no Largo de São Francisco, a uma série de debates abordando diferentes aspectos da condição da mulher negra no Brasil – democracia, trabalho, imaginário –, em um ciclo com temas bem estruturados, de cunho acadêmico. Este ciclo de debates terminaria em um tribunal fictício sobre a discriminação da mulher negra no Brasil, com júri composto pela Pastoral da Terra, pela Anistia Internacional, pela OAB, entre outras instituições. O tribunal atuaria a partir de uma peça de teatro em que a protagonista representaria uma mulher de 117 anos, que contaria a história da sua vida, da vida de sua filha, de sua luta.

Fizemos, com muito empenho e uma dose de ingenuidade, este projeto, e eu me lembro como se fosse hoje. Na época, Nelson Mandela estava preso, e Winnie Mandela, então sua mulher, era uma liderança internacional. Eu fui direto ao Itamaraty, para solicitar ao Ministério das Relações Exteriores, mais precisamente ao ministro Paulo de Tarso, que era o secretário-geral, que fosse concedido com agilidade um visto para ela vir ao Brasil. Narrei a ele, com grande entusiasmo, o que estávamos programando, pedindo que o ministério facilitasse a vinda de Winnie, porque gostaríamos que ela participasse deste evento, que teria lugar em 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. Quando voltei, subi para a minha sala, que era no quinto andar do MJ, e o ministro Paulo Brossard me chamou logo depois. Por sua reação, eu tive a percepção da dimensão do que tínhamos provocado no governo. Ele dizia que o CNDM era subversivo, porque, se no Brasil não existia discriminação racial, como um órgão de governo ia criar um tribunal fictício para tratar destas questões? Argumentei que a discriminação no Brasil era secular, não era resultante daquele governo especificamente e que não podíamos compactuar com ela. Lembro-me de que o ministro mencionou Machado de Assis para contrapor-se. Disse-me, então, que eu colocasse o meu cargo à disposição. Entretanto, meu cargo não era do ministro e, sim, do presidente. Quando o presidente da República solicitasse o cargo, obviamente, eu o colocaria à disposição.

Levamos adiante o seminário, encenamos a peça de teatro e o tribunal. Foi belíssimo. Claro que Winnie Mandela não veio, mas o projeto foi adiante. Nós tivemos apoio de constituintes, mas foi sobretudo a própria legitimidade que o CNDM gozava na sociedade que nos sustentou. Foi um momento muito bonito. Lançamos também na televisão uma linda campanha – que talvez alguém tenha visto –, intitulada Mulher Negra: Cem Anos de Afirmção, Cem Anos de Discriminação, em que aparecia uma mulher fazendo trancinhas no cabelo de uma menina que perguntava: “mamãe, o que eu vou ser quando crescer?” E ela

respondia: “uma mulher negra, linda e livre, vivendo num país que vai te respeitar como negra e como mulher”. Esta mensagem, inclusive, foi premiada por uma associação de publicidade e foi ao ar em todas as televisões do país.

A questão racial foi, assim, o segundo grande embate que o CNDM sofreu ao tocar no tema do racismo, que era, como soubemos depois, questão de grande importância para a segurança nacional, assim como a questão agrária. Esta situação mostra claramente os chamados núcleos duros do poder, que eu acredito que, em menor grau, estão ainda vigentes na política: questão agrária e raça. Eu diria que este foi o segundo grande momento de perigo do CNDM frente aos setores conservadores no governo e na sociedade.

A outra questão que também nos enfraqueceu após a Constituinte diz respeito à temática dos direitos reprodutivos. Pela pressão de setores conservadores, especialmente da Igreja Católica, sempre foi muito difícil implementar o PAISM. E a questão do direito ao abortamento até hoje persiste. Nós fizemos, em 1989, um grande evento no Congresso Nacional: Maternidade – Direito e Escolha. Eu acredito que talvez este tenha sido o ponto culminante.

O fato é que, em 1989, Paulo Brossard deixou o MJ, e o Presidente nomeou Oscar Dias Correia como ministro. Logo depois que ele tomou posse, em fevereiro de 1989, chamou-me ao gabinete e disse, literalmente, que soube que as mulheres haviam alcançado quase 80% dos seus direitos na Constituinte. Portanto, era hora de diminuir este órgão em 80%, promessa que ele, zelosamente, levou a sério. Lutamos por permanecer e manter nossas posições por vários meses, mas, finalmente, com o apoio do movimento de mulheres, decidimos que permanecer significaria cooptação. Renunciamos, então: uma renúncia coletiva de todas as conselheiras, minha e da maior parte do corpo técnico, posto que continuar naquele órgão, naquele momento, era claramente ser cooptado. Nós não tínhamos forças na atual conjuntura para levar adiante a nossa missão e desenvolver o projeto do CNDM enquanto um órgão de aconselhamento da Presidência e dos ministérios e de desenvolvimento de políticas públicas para o avanço dos direitos da mulher na sociedade.

Encerro minha apresentação ressaltando que as reações adversas são também uma medida dos avanços do CNDM e das mulheres na incorporação de seus direitos na Constituição de 1988, e dizendo que muito do que conquistamos permanece hoje.

HERTON ARAÚJO (DISOC/IPEA):

Gostaria de fazer uma pergunta sobre o fato de a Constituição prever que o Estado deve coibir a violência domiciliar. Mesmo antes da Constituição, no Código Civil, qualquer violência. Mesmo acontecendo dentro da família – de um irmão bater

no outro, por exemplo –, se a vítima fosse à delegacia e fizesse um exame de corpo e delito, o Estado também poderia intervir. O que a Constituição fez, eu penso, foi tentar trazer isso à luz, já que esse tipo de violência normalmente não sai do âmbito privado, tentar fazer com que saia de dentro do âmbito privado, quando é uma violência – até porque pode chegar ao ponto de um homicídio. Então, o objetivo era chamar a atenção para isso, incentivar as pessoas à denúncia? Por isso as Deams existiam? Porque já existia um marco?

JACQUELINE PITANGUY:

Certamente. As Deams são de 1985. A partir desta data, elas começaram a proliferar. Mas por que elas passaram a existir? Porque o Estado não atuava. Inclusive, o CNDM produziu uma das primeiras mensagens veiculadas na televisão sobre este tema, com Raul Cortez e Dina Sfat: no filme aparecia o rosto borrado do Raul Cortez, que dizia: “em briga de marido e mulher, não se mete a colher?” Depois, a imagem se tornava mais nítida e ele afirmava: “não, a violência tem de ser denunciada”. Ele e a Dina tinham a mesma fala conclamando a população a denunciar a violência.

Este tipo de violência não era nem mesmo percebido como tal. Quando a mulher agredida ia à delegacia do bairro dar queixa, era comum o delegado dizer: “Volta para casa, faz uma jantinha, que as coisas vão se arranjar”. Ou então: “Fala para ele dar uma chegadinha aqui para eu conversar com ele, e resolvemos entre homens”.

Em 1993, celebrou-se em Viena a Conferência Internacional de Direitos Humanos da ONU. Este tema é tão delicado que havia 25 anos não acontecia uma conferência sobre tal temática. A primeira conferência foi em Teerã, em 1968, e depois, em 1993, em Viena. Esta conferência mobilizou mulheres do mundo inteiro. Houve uma grande campanha, que teve início em uma universidade (Rutgers), nos Estados Unidos, em que, na época, eu lecionava. O lema desta mobilização era A Violência contra a Mulher é uma Violação dos Direitos Humanos. A linguagem internacional de direitos humanos não considerava a violência doméstica uma violação de direitos humanos, pois, tradicionalmente, a gramática de direitos humanos se conjuga na relação entre indivíduo e Estado. Se você está sob a tutela do Estado, em uma prisão, e algo acontece, obviamente, é uma violação de direitos humanos, mas o que acontece intramuros, dentro de casa, entre indivíduos privados, não fazia parte da gramática de direitos humanos.

Na Conferência de Viena, em 1993, foi aceita a proposição de que a violência contra a mulher é uma violação dos direitos humanos. O Brasil assinou a Declaração de Viena, visto que a Constituição brasileira já tinha se adiantado. Em 1988, nós já tínhamos um dispositivo constitucional neste sentido. O Brasil

teve uma posição exemplar, porque você só assina uma convenção ou declaração internacional se seus princípios e propostas estiverem contemplados nas leis do país. O governo jamais assinará uma vírgula se isso não estiver nas leis nacionais. E o Brasil chegava à Viena com este dispositivo constitucional. Assim como chegou, em 1994, na conferência da ONU realizada no Cairo, sobre população e desenvolvimento, já com dispositivo constitucional afirmando que o casal tem direito de escolher livremente o número de filhos e que cabe ao Estado oferecer informações – outra vitória das mulheres.

O que quero dizer é que a Constituição de 1988 foi também um parâmetro para a posição do Brasil nas grandes conferências da ONU que se realizaram na década de 1990 e também em convenções internacionais, por exemplo: a Convenção Interamericana de Belém do Pará, que é uma convenção que visa punir a violência contra a mulher, e, neste século, a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, realizada em Durban – o alicerce está na Constituição.

Na relação entre os planos nacional e internacional, é necessário, primeiramente fazer “o dever de casa”, pois o país não contraria sua Constituição. Mas os avanços externos são muito importantes, porque fornecem parâmetros de legitimidade a certos princípios e fortalecem as lutas nacionais.

Gostaria, para fechar esta apresentação, de falar sobre a questão da internacionalização da agenda de luta das mulheres.

Na década de 1990, não estávamos mais no CNDM. Fernando Collor de Mello havia sido eleito presidente do Brasil. Na maioria dos países do Cone Sul, este foi um período de redemocratização, um período de consolidação de direitos civis, de direitos políticos usurpados pelas várias ditaduras militares. É um período que eu acho muito interessante, sobretudo em meados da década de 1990, porque, se, durante os anos 1970 e 1980, o monopólio do discurso sobre os direitos humanos era da sociedade civil, começamos a ter, no Brasil, já em 1988, com a Constituição, os conselhos e comissões, a elaboração de um discurso de direitos humanos também no âmbito governamental. Este fato é muito importante. Já não há um monopólio do discurso de direitos humanos na sociedade civil. Começa a haver, no âmbito dos governos da América Latina, basicamente no Cone Sul, no Chile, no Uruguai, na Argentina e no Brasil, com exceção então do Paraguai, a criação de órgãos de direitos humanos no âmbito do governo.

O CNDM é, por excelência, uma entidade de direitos humanos. Ao longo das últimas décadas, assistimos à criação de outros órgãos de direitos humanos no âmbito governamental, como comissões parlamentares e secretarias em nível federal e estadual e em processos similares, e à criação de instâncias similares em

outros países do Cone Sul, como a Comissão de Direitos Humanos, no âmbito do MJ, na Argentina e no Chile, onde, no início dos anos 1990, é também inaugurado o Servicio Nacional de La Mujer (Sernam).

A arquitetura dos direitos humanos vem se expandindo pela incorporação de novas dimensões e novos sujeitos à sua agenda, que, centrada inicialmente nos direitos civis e políticos, incorpora os direitos sociais e se expande para direitos reprodutivos, meio ambiente, violência, entre outras dimensões.

Norberto Bobbio, filósofo italiano, propõe essa ideia de primeira geração, segunda geração e terceira geração de direitos humanos, por meio da qual ele descreve o percurso da agenda de direitos humanos desde os direitos civis e políticos – os direitos sociais fundamentais para a efetivação de quaisquer direitos – até os direitos reprodutivos e os direitos ambientais. Em Viena cunhou-se o princípio de que os direitos humanos são universais, indivisíveis e inalienáveis.

A linguagem atual de direitos humanos é complexa e se expressa em convenções referentes a sujeitos específicos de direitos, como as mulheres e as crianças, em documentos regionais, como cartas dos povos africanos e dos povos europeus, e em convenções interamericanas. Até mesmo com a desestruturação do CNDM, na década de 1990, e a ausência de um órgão efetivamente atuante em nível federal, no Brasil, naquela década, a agenda das mulheres avançou, e o Brasil teve uma presença muito importante em todas as conferências da ONU que se realizaram nesses anos, graças à atuação de organizações não governamentais (ONGs) e movimentos de mulheres fortemente presentes nestas conferências, em articulações nacionais, regionais e internacionais, atuando amparados em nossa Constituição.

A primeira conferência de grande importância na década de 1990 foi no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD). Foi a primeira vez que a ONU abriu as portas para a presença de ONGs que não aquelas que sempre aí estiveram. Depois, foi a de Viena, em 1993, que já mencionei; em seguida, a Conferência de População e Desenvolvimento do Cairo, que cunhou o conceito de direitos reprodutivos na linguagem de direitos humanos e avançou no que diz respeito ao aborto, afirmando que, nas circunstâncias em que é legal, é dever do Estado realizá-lo em condições de segurança para a saúde da mulher e que todas as mulheres vítimas de sequelas de aborto devem ser atendidas. Depois vem a Conferência de Beijing, em 1995, que vai avançar mais que a do Cairo, especificamente com relação aos direitos reprodutivos, pedindo aos governos que façam uma revisão na punição das mulheres que realizam o aborto. Finalmente, a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata é realizada em Durban, trazendo para a pauta das conferências da ONU esta questão fundamental.

Estamos agora em um novo século, que é cheio de indagações, de contradições. Eu venho agora de uma audiência no Supremo Tribunal Federal (STF), em que o egrégio tribunal discute a questão da interrupção terapêutica da gravidez no caso de anencefalia. É importante que o tribunal esteja discutindo este tema, que haja audiências públicas para discutir esta temática, que representantes de diferentes setores possam ir lá, mas, mesmo assim, eu saio muito preocupada. Que Brasil é este em que nós ainda estamos discutindo o direito de uma mulher interromper a gestação em casos de anencefalia? Um país em que a discussão sobre o uso de células embrionárias para pesquisa consumiu meses e meses de debate? Eu fico por aqui, confusa com este país que me deixa esperançosa e perplexa ao mesmo tempo.

JORGE ABRAHÃO (DIRETOR DA DISOC/IPEA):

Eu gostaria de fazer uma pergunta sobre a tensão da discussão das políticas públicas de reconhecimento da diversidade. A gente percebe, dentro da política institucional da diversidade de raça, gênero e juventude, que isso não é uma novidade no Brasil. Como você vê essa tensão entre universalismo, as políticas universais, e aquelas que são portadoras da ideia do direito, mais focalizadas? Em geral, isto é muitas vezes confundido pelos conservadores e usados neste tipo de argumento: “estão vendo como o universalismo não resolve?” É uma tensão para nós que defendemos o universalismo, o caminho dos direitos, e, ao mesmo tempo, vemos a mudança da diversidade e do desenho da incorporação da diversidade.

JACQUELINE PITANGUY:

É um comentário interessante. Eu acho que é uma tensão quase inevitável, mas que talvez não tivesse lugar se partíssemos da premissa de que o reconhecimento da diversidade não é excludente ao universalismo. Até porque é necessário que haja um reconhecimento universal da diversidade. Se nós pensarmos agora mais especificamente em determinadas políticas sociais, vamos pensar uma política social de combate à pobreza, e essa política social de combate à pobreza é uma política universal. E assim deveria ser: uma política universal. Por outro lado, o conceito de pobres, como o conceito de povo, tem sexo, raça, idade e cor. Como os pobres que a política, na sua universalidade, visa atingir são diferentes, é bem provável que haja maximização de resultados, se, ao ser desenhada, ela leve em conta fatores que diferenciam o público a que está destinada. Voltando à questão da pobreza, por exemplo. Há algumas políticas distributivas que poderão, da forma como são desenvolvidas, atingir particularmente determinado setor. A minha pergunta é: uma política dirigida a todos os jovens, que estejam numa determinada faixa etária e num determinado nível de renda, é universalista nesse sentido ou seria considerada uma política focada?

Eu não sei se me faço entender, mas eu não queria trazer aqui a categoria gênero, porque ela é relacional. Eu estou usando muito o conceito de homem e mulher para não entrar nesta questão de gênero, porque não é exatamente de gênero que nós estamos falando. Algumas políticas são claramente políticas para as mulheres. O que as estatísticas evidenciam é o sexo; o que pode estar por trás, embasando estas estatísticas, podem ser relações de gênero. Então, eu tenho dificuldade em ter uma posição concreta com relação a esta tensão, mas creio que a consideração da diversidade como um critério de eficácia é fundamental. É muito difícil você desenhar políticas abstraindo-se da população a quem estas políticas vão atingir. E esta população é em si diversa, e temos de ter políticas universais considerando a diversidade. Políticas específicas são outra coisa. Existem políticas públicas específicas com relação, por exemplo, a mulher? Sim. Tudo que diz respeito à maternidade – por exemplo, a licença-maternidade. Aí, claramente, nós temos uma política focada claramente na mulher em idade reprodutiva, e assim tem de ser pelo caráter da política. Então, eu acho que depende muito de caso a caso.

HERTON ARAÚJO:

Eu fiquei curioso sobre o que aconteceu depois que o CNDM se esvaziou, naquela demissão coletiva que você descreveu. Eu entendi na sua fala que o conselho foi muito importante para colocar na Constituinte várias questões e vários avanços. A Constituinte realmente teve grandes avanços na área dos direitos das mulheres, e, logo depois, por causa daqueles três episódios, houve um esvaziamento do conselho. Ao mesmo tempo, você falou que a sociedade civil criou um monte de pontes entre o Estado no processo constituinte e depois dele, mas essa ponte parece que se perdeu um pouco. Eu queria ouvir um pouco mais sobre como ficou a questão da mulher e do Estado. Depois que você e as outras pediram demissão, o conselho ainda ficou ativo ou esvaziou-se totalmente?

JACQUELINE PITANGUY:

Não foi só a questão das nossas demissões. O ministro Oscar Dias Correia também bloqueou nosso orçamento. Chegamos a ter telefones cortados; foi muito grave. É uma história muito pouco conhecida. Quando eu entreguei a minha carta e as conselheiras entregaram as suas cartas de demissão na Presidência, numa marcha ao Palácio do Planalto, acompanhadas por mulheres de todo o país, que vieram se solidarizar conosco, os telefones já não funcionavam mais. Existiam cargos de confiança do conselho, e ele queria transferir funcionários que ocupavam DAS.² Ele inviabilizou o CNDM. Ele não inviabilizou a agenda, o que já estava construído na sociedade brasileira. Ele não inviabilizou o movimento das

2. Cargos de direção e assessoramento superior.

mulheres, que naquele momento já fazia uma transição para uma organização mais estruturada em ONGs, que, na década de 1990, já tinham perfil mais profissionalizado. A agenda continuou a ser levada, mas, obviamente, sempre com essa falta de um órgão federal num país de dimensões continentais como o nosso, que requer uma coordenação nacional mais articulada e um diálogo mais direto com o Executivo.

Não foram somente esses três episódios, mas foram episódios importantes. A extensão da licença-maternidade para quatro meses tampouco agradou empregadores. Na época, tivemos até um embate com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). A garantia de direito para as empregadas domésticas também foi problemática – ou seja, o avanço sempre traz reações. A firme posição do CNDM pelos direitos reprodutivos e o fato de trazermos ao Congresso um debate sobre abortamento também contribuíram para a reação conservadora ao CNDM.

JANDIRA QUEIROZ (MULHER LÉSBICA FEMINISTA):

Eu poderia me identificar hoje como várias coisas, mas vou trazer a minha identidade de mulher lésbica feminista e diria duas coisas: a senhora mencionou que, lá no começo na década de 1970, o movimento das mulheres, o movimento feminista, não pretendia dividir as lutas, mas unificá-las, e que isso foi uma etapa vencida. Eu queria questionar se realmente foi vencida até hoje, porque ainda vejo muita fragmentação mesmo dentro do movimento das mulheres. Queria saber se era maior e pior ainda. Chegando hoje aqui, achei bom estarmos discutindo a questão do aborto e a questão das células-tronco. Ontem tivemos uma audiência lá no STF sobre a união civil com pessoas do mesmo sexo, que está sendo considerada uma vitória, e agora nós estamos discutindo isso na Comissão de Família. Toda essa pauta do aborto, de direitos reprodutivos, de orientação sexual, de direitos humanos de modo geral, está enviesada pelos evangélicos. Eu queria externar minha opinião e saber um pouco como a senhora pensa, porque eu vejo uma tendência muito forte do Estado de absorver demandas que são religiosas, que estão atrapalhando e atrasando muitas coisas no Judiciário e no Legislativo.

JACQUELINE PITANGUY:

São duas perguntas de ordens diferentes, Jandira. O que eu queria dizer da década de 1970 era que o movimento feminista, que então surgia com uma proposta política, não queria dividir as forças progressistas que lutavam contra a ditadura. A luta pela democracia era entendida como uma luta contra o Estado violador de direitos, mas basicamente de direitos civis, de direitos políticos e, talvez, também de direitos econômicos, mas não se colocava a luta contra um Estado violador

de direitos das mulheres, por exemplo. Então, o que o movimento feminista no início teve de enfrentar foi uma eventual desconfiança: “tudo bem, reconhecemos a sua luta, é importante, mas não é o momento. Agora, é o momento em que nós estamos reunidos para falar da questão das prisões arbitrárias”. E nós dizíamos: “mas nós podemos falar sobre isso, ou *também* sobre isso?” Esse foi o sentido que eu quis colocar.

Com relação ao movimento das mulheres/movimento feminista, é necessário não idealizar e nem separar o mundo entre mulheres bondosas e solidárias e homens algozes. Todos nós caminhamos com nossa humanidade, onde cabem a competição, a inveja, cabe a capacidade de superação, cabe a articulação em determinados momentos. O movimento de mulheres lésbicas não era um movimento com grande expressão naquele momento. Elas se organizavam basicamente nas trincheiras do feminismo; só nos anos 1990, talvez, este movimento adquira um caráter mais autônomo. Hoje, uma agenda de direitos civis e de direitos sexuais das mulheres lésbicas passou a ter muito mais expressão política do que tinha no passado, talvez também porque o movimento *gay* de homens adquiriu antes maiores relevância e visibilidade do que o movimento de mulheres lésbicas, que vem alcançando mais espaço e legitimidade hoje. Espero que isso venha, realmente, a ser quebrado.

Eu quero contar uma experiência que tive na época da Constituinte. Havia um grupo, denominado Triângulo Rosa, que ainda existe e naquela época era muito ativo, que era o grupo mais articulado com o CNDM para desenvolvermos uma ação conjunta de *advocacy*, no sentido de apresentar aos Constituintes a inclusão de orientação sexual no parágrafo “todos são iguais perante a lei sem distinção de sexo, raça, religião etc. e orientação sexual”. Mas esta moção não passou. A questão da sexualidade é, ainda, neste país, uma questão extremamente sensível.

Quanto à influência das religiões, hoje é ainda mais significativo o poder destes grupos religiosos que, por exemplo, na discussão sobre anencefalia no STF, posicionam-se totalmente contrários à interrupção da gravidez. Entendo o seu desânimo.

**FLÁVIA BIROLI (PROFESSORA DO INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB):**

Eu ouvi seu comentário sobre algo que você acabou não mencionando e se situa nessa década de 1990, desse recuo da articulação da política de cotas para mulheres. Ao falar da sua experiência, você ressalta que foi muito importante, no momento da Constituinte, essa bancada feminina; essas mulheres estarem presentes naquele momento, em sua variabilidade, nas suas diferenças, foi algo muito relevante para mostrar as conquistas que foram feitas e que criaram patamares

diferentes, eu acredito, para os movimentos de mulheres e até para outros movimentos posteriormente. E nós, quando discutimos as formas da política de cotas no país, sentimos que é uma espécie de nó essa questão do aumento da representação política feminina e da presença de mulheres não só no Congresso Nacional, mas em várias instâncias. Você poderia comentar um pouco como enxerga isso?

Eu fiquei pensando em outra questão imensa, mas, se você puder fazer um comentário, eu gostaria de ouvir: quando você pensa sobre a Constituinte, você fala sobre o papel da imprensa como uma espécie de sabotadora da palavra feminista. E eu achei muito interessante como você falou disso, inclusive trabalho muito com isso e concordo plenamente com você e acredito que essa sabotagem da palavra feminista se mantenha. São muitas mudanças que aconteceram, mas há algumas permanências que são muito centrais, a meu ver, quando pensamos no horizonte dos movimentos de mulheres no Brasil. Eu diria que é essa representação política feminina que encontra essa derrapagem, que não consegue deslanchar, e a outra talvez seja. É assim que eu vejo outra esfera de representação em que a palavra feminina não está presente como palavra feminista, que era a mídia. Você poderia comentar isso?

JACQUELINE PITANGUY:

Com relação à política de cotas, é claramente uma política focada. Eu acho que é importante entender o fracasso da nossa política de cotas na perspectiva maior do fracasso da nossa vida parlamentar hoje. Existe uma diferença drástica entre o Congresso Constituinte, eleito, em 1986, como um espaço de debate e compromisso público, e o que representa hoje o Congresso Nacional. Há um abismo em termos de qualidade de atuação parlamentar. Hoje, para as mulheres, a participação política no Legislativo não parece muito atraente, o que não colabora para que as mulheres venham a romper as inúmeras barreiras que os partidos criam para sua efetiva incorporação. Nossa lei de cotas precisa ser revista, ela é insuficiente. O desencanto com a política, além de preconceitos ainda vigentes na sociedade, afasta as mulheres da luta pela sua maior incorporação ao Legislativo. O Brasil, se não me engano, ocupa uma das últimas posições no mundo em relação à participação de mulheres em instâncias políticas formais: parlamento, congresso e senado.

Há pressões importantes pela incorporação da mulher no Judiciário, onde ela também está pouco presente. Frequentemente, correm listas de candidatos e há movimentos de apoio para se ter mais mulheres no STJ e no STF, para que as cortes estaduais tenham presença maior de mulheres. Então, nesse âmbito, eu vejo um certo entusiasmo em tentar romper o conservadorismo e o machismo dessas instituições incorporando mais mulheres.

Esta ausência histórica da mulher me deixa perplexa, porque nós temos uma aura de modernidade, mas, ao mesmo tempo, há questões extremamente conservadoras, há países africanos que têm presença muito mais significativa de mulheres no parlamento.

Com relação à presença da mulher em cargos de primeiro escalão, o Brasil também está lá atrás. Agora, neste governo [o então segundo governo Lula], nós temos uma presença mais significativa, mas serão cinco, seis mulheres. No Chile, não só temos uma presidente, mas uma divisão equitativa entre homens e mulheres no primeiro escalão, e a Michelle Bachelet era ministra da Defesa, e antes era ministra da Saúde. Na Colômbia – esse país estraçalhado por guerras –, nós temos uma tradição de mulheres ministras da Defesa. Então, eu acho que o Brasil tem de baixar um pouco a cabeça, porque nós temos uma tendência a olhar para nós mesmos com certa prepotência. Deveríamos perguntar por que nós estamos tão atrás? O que está acontecendo conosco? Por que nós mulheres não estamos lutando mais para estar nestes espaços fundamentais de poder, ao mesmo tempo em que o Brasil é, reconhecidamente, o país com grandes avanços na condição da mulher e com grande capacidade de mobilização? As Conferências Nacionais de Políticas das Mulheres, organizadas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), contam com duas, três mil mulheres organizadas. Não é todo país que tem isso! Há alguma coisa aí para refletir; para vocês, que vão iniciar um projeto sobre a questão de gênero, eu acho fascinante tentar entender isso, porque eu não tenho uma resposta.

Considero que essa ausência das mulheres dos espaços de poder coloca também um problema de governabilidade. Entendendo governabilidade da maneira mais clássica, como a necessidade de um diálogo, de uma articulação e de uma capacidade de demanda por parte da sociedade civil e de resposta do governo. Apesar de existir, hoje, no governo federal, um órgão muito bem estruturado e atuante como a SPM, ainda há muito por avançar no campo mulher e poder. Então, ficam essas perplexidades.

Com relação à questão do imaginário que é construído sobre feminismo e feminino ou sobre o estereótipo que pesa sobre nós mulheres feministas, é claro que é muito presente ainda. Primeiro, você tem de dizer que mulher feminista não morde, essas coisas básicas. As próprias mulheres, devido ao estigma que a palavra carrega, querem se distanciar dela. Isso fica claro na necessidade de, por exemplo, uma mulher que dá uma declaração perfeita falando que ela é contra discriminação no mercado de trabalho, dizer também “eu sou feminina, eu não sou feminista”. Caberia a pergunta: o que é ser feminista? Porque feminismo é uma luta política por igualdade de gênero, pelos direitos da mulher.

ALINNE BONETTI (DISOC/IPEA):

Eu entendi tu falares que 80% das demandas das mulheres foram incorporadas à Constituição. E esses outros 20%, quais foram estas outras demandas que enfrentaram resistência? Tu mencionaste, na resposta à Jandira, que um dos insucessos foi relativo à questão da orientação sexual, no campo da sexualidade, dos direitos sexuais e reprodutivos. No nosso projeto de pesquisa, voltado a analisar as conquistas e os retrocessos dos direitos das mulheres nos 20 anos da Constituição da República de 1988, selecionamos quatro temas a partir dos quais analisaremos: a relação mulher e poder; a questão do mercado de trabalho; a questão do enfrentamento da violência – que, para mim, hoje, é uma questão consolidada no país; e a questão dos direitos sexuais e reprodutivos, mais especificamente a questão do aborto, que é uma bandeira clássica do movimento feminista desde sempre e que nunca consegui emplacar. E ainda hoje, acabamos de vir daquela audiência pública³ e ouvimos coisas inacreditáveis em pleno século XXI. Gostaria de saber quais são estas outras questões, por que o aborto não entrou na pauta, quais são estes outros 20% que não foram contemplados?

JACQUELINE PITANGUY:

No âmbito dos direitos sexuais, a questão da orientação sexual não foi incorporada. No âmbito dos direitos reprodutivos, a nossa proposta era que o Artigo nº 226, § 7º dissesse que o planejamento familiar é livre decisão *de homens e mulheres*, e não *do casal*, como ficou. Com relação ao mercado de trabalho, houve avanços em termos de direitos dos trabalhadores domésticos, mas não o suficiente. Com relação à mulher e ao poder, aí não há nada que se dizer, porque não é um problema constitucional. A Constituição não discrimina nesse sentido, ela dá todos os parâmetros normativos para uma igual participação da mulher também no mercado de trabalho. Inclusive, diz que devem ser criados mecanismos que regulamentem a participação da mulher do mercado de trabalho, o que seria feito em legislação ordinária, e não na Constituição.

No âmbito do casamento, a união civil entre pessoas do mesmo sexo não constituiu uma pauta. Mas se aboliu a necessidade de formalização da união para o reconhecimento de deveres e direitos inerentes à sociedade conjugal. Isto abre portas para avançar na legislação ordinária.

Com relação à mulher rural, houve alguns avanços muito importantes, inclusive a titularidade da terra independentemente da situação conjugal. Isto foi uma vitória muito importante, mas faltou a equiparação dos direitos da trabalhadora rural aos da trabalhadora urbana.

3. Audiência pública realizada no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a regulação da interrupção da gestação em casos de fetos anencéfalos.

Com relação ao aborto eu gostaria de narrar um episódio para vocês. Se hoje a bancada evangélica tem um grande peso no Congresso, naquela época já era importante. Já existia a bancada evangélica, já existia a bancada católica, já existia o movimento internacional contra o direito de escolha, que se autodenomina Pró-vida. Eu não gosto deste termo porque eles monopolizam a ideia de vida. É um movimento internacional, com amparo de grandes recursos. Durante o processo constituinte, avaliamos, no CNDM, a composição do Congresso Nacional e concluímos que a maioria dos constituintes não tinha uma posição a respeito do aborto e não queria mexer com esse tema. Para eles, era como segurar uma batata quente e não queriam queimar a mão. Nos dois extremos, havia, de um lado, uma pequena minoria de congressistas que apoiavam o direito ao abortamento e, de outro, uma parcela muito mais numerosa de conservadores, com uma posição firme contra tal direito e que era muito atuante, apoiada por igrejas e movimentos internacionais.

Esse era o panorama no Congresso Nacional constituinte. Avaliando esse jogo de forças, o CNDM traçou uma estratégia: decidimos que o CNDM iria afirmar que a questão do aborto não era matéria constitucional. Não tínhamos força política para introduzir qualquer proposta referente à expansão de permissivos para o abortamento. Por outro lado, para que houvesse viabilidade desta estratégia, seria necessário que houvesse um contraponto – ou seja, se, por um lado, deputados e senadores propunham a proibição total do abortamento, era necessário que se apresentasse a proposta de descriminalização do aborto. Tínhamos, assim, duas posições antagônicas e a possibilidade de que o caminho do meio ganhasse. As mulheres se mobilizaram de uma forma extraordinária em todo o país, e conseguiram milhares de assinaturas necessárias para a apresentação de uma emenda popular pela descriminalização.

Ao mesmo tempo, em todas as missas celebradas no Brasil e em diversos cultos evangélicos, recolhiam-se assinaturas pela proibição da interrupção da gestão em qualquer circunstância. Este era o clima em que atuamos com a estratégia da não inclusão, que venceu e que é uma das vitórias das mulheres na Constituinte. Este episódio é exemplar de uma estratégia política bem-sucedida.

Entretanto, continuamos a enfrentar propostas de mudança constitucional para impedir qualquer forma de abortamento, mesmo aquelas já previstas em lei desde 1940.

ÂNGELA BARRETO (DISOC/IPEA):

Eu gostaria de perguntar sobre como a questão da educação foi conduzida. Como você atuou com relação às questões educacionais na Constituição? Nós sabemos especialmente da questão das creches, eu queria que falasse um pouco mais sobre isso. Nós, do grupo da educação, somos responsáveis por fazer um trabalho

semelhante ao que o pessoal de gênero está fazendo; nós estamos fazendo para a questão da educação. Seria interessante ver o possível cruzamento destas agendas.

JACQUELINE PITANGUY:

Eu queria esclarecer que o conselho não era um órgão que só se fazia presente no Congresso. Não era assim, nós desenvolvíamos vários programas e projetos com outros órgãos do governo e com organizações da sociedade civil. As creches foram o tema de uma das primeiras comissões do CNDM. Além de toda uma parte pedagógica voltada para a criança, fizemos também um trabalho político no sentido de que fosse efetivada a obrigatoriedade da creche quando a empresa tivesse determinado número de empregados – homens ou mulheres – em idade reprodutiva.

Com relação a essa obrigatoriedade, conto um episódio interessante: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem uma série de requisitos de ordem econômica e financeira para emprestar dinheiro para as empresas. E nós sugerimos ao Carlos Lessa, economista do Rio de Janeiro, na época, diretor do BNDES, que, entre os requisitos para os empréstimos do BNDES, constasse o cumprimento, pela empresa, da Lei de Creche e que isso fosse fiscalizado pelo BNDES. E assim foi, enquanto o Lessa ocupou este cargo. No âmbito da creche, nós atuamos, portanto, pedagógica e politicamente, batalhando pela lei e procurando implementar esta legislação com uma estratégia como a utilizada junto ao BNDES.

E com relação à educação, nós tivemos alguns trabalhos interessantes. Desenvolvemos um projeto em 250 mil escolas da rede pública, que se chamava: Discutindo na Escola o Papel da Mulher na Sociedade, e propunha uma série de exercícios pedagógicos, redações e discussões entre alunos sobre a questão da mulher na sociedade. Fizemos uma capa de caderno escolar distribuído pelo Ministério da Educação (MEC) para milhões de estudantes no país com o tema O Mesmo Mundo, as Mesmas Tarefas. Fizemos também um concurso do livro didático para premiar os livros que contivessem menos estereótipos sexuais.

Esse concurso abriu a discussão para os estereótipos racistas também presentes nos livros didáticos. Fizemos também, com o MEC e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), um programa de apoio a teses de pós-graduação, mestrado e doutorado para homens e mulheres que tratassem de temáticas ligadas à mulher.

ÂNGELA BARRETO:

E como você vê hoje a questão da educação dentro do movimento feminista?

JACQUELINE PITANGUY:

Eu acho que houve grande progresso. Em primeiro lugar, devo dizer que os livros didáticos, eu não tenho acompanhado; então, eu não posso realmente saber a qualidade em termos de estereótipos de gêneros que ainda existem. Hoje, o número de mulheres que terminam a educação escolar no Brasil suplanta o de homens. Em termos da educação superior, está havendo também uma quebra dos guetos das carreiras femininas – em medicina, por exemplo, já há mais de 50% de mulheres. Então, eu vejo a questão da educação como uma das questões em que se tem realmente avançado, não sei qual seria sua opinião, porque eu não tenho acompanhado tão de perto esta questão.

ÂNGELA BARRETO:

Essa questão dos livros virou um programa do ministério já na década de 1990, uma iniciativa do ministério de avaliar os livros didáticos e publicar um guia que recomenda ou não os livros para a escolha do professor. Isto veio se aperfeiçoando, e todos esses estereótipos são analisados neste projeto. Agora, eu acho que estamos na hora também de ver o contrário, porque o sucesso escolar menor dos homens é uma preocupação.

JACQUELINE PITANGUY:

Tem tantos fatores, mas deve ser ligada também à entrada mais cedo no mercado de trabalho e, quem sabe, à dramática maior mortalidade dos jovens.

HERTON ARAÚJO:

O fato é que as mulheres estão bem melhores. A conclusão, quando fazemos esse controle, é há uma discriminação contra os homens. As mulheres têm maior escolaridade, chegam ao mercado de trabalho e recebem menos; isso é verdade. Agora, dentro da escola, você controla por várias coisas, e as mulheres conseguem mais.

NINA MADSEN (SPM):

Há uma professora da Universidade de São Paulo (USP), Marília de Carvalho Pinto, que fez um estudo em uma escola pública de São Paulo sobre o pior desempenho dos meninos em relação às meninas na escola. E o que ela sugere como hipótese é que, na verdade, eles têm um pior desempenho, mas, ao mesmo tempo, eles são louvados pelas professoras, porque são danados, mas são mais inteligentes. Então, ela sugere que esse pior desempenho possa estar relacionado a padrões de masculinidade que são reproduzidos no contexto da escola.

JACQUELINE PITANGUY:

Não seria discriminação, eu acho que há padrões aí de estereótipos masculinos e femininos que devem ter um peso muito grande na educação.

MELISSA ANDRADE (INTERNATIONAL POVERTY CENTER – IPC):

Eu trabalho em um programa de cooperação entre Brasil e África na área de proteção social. Meu papel é justamente facilitar essa troca de experiência. É uma experiência que tem surgido justamente é a questão de gênero. Eu queria saber, na sua experiência de articulação internacional, se já houve troca, nesse âmbito de busca de direitos, em relação à África.

JACQUELINE PITANGUY:

Bastante. Depende de qual África nós estamos falando; se é a África do Sul ou se é a África do Norte. Eu pertenço a uma rede de mulheres predominantemente islâmicas da África do Norte. Entre esses países, todos islâmicos, há grandes diferenças, dependendo também de conjunturas políticas, de interpretações mais ou menos rigorosas do Corão. Dá uma conversa enorme, eu não sei sobre o que você gostaria de conversar. Eu diria que também a África Subsaariana tem grandes diferenças. Há perspectivas diversas em relação ao corpo da mulher. Em alguns países, a palavra direito nem existe, ela não tem uma tradução na língua nativa.

Eu trouxe um livro para a biblioteca do Ipea, ele está em inglês: *A violência contra a mulher no contexto internacional*. Na ONG Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (Cepia), analisamos oito países: África do Sul, Brasil, China, Índia, Egito, Palestina, Rússia e Estados Unidos. Sua pergunta leva a uma grande discussão, porque são muitas Áfricas. Especificamente com que países vocês estão iniciando esse intercâmbio?

MELISSA ANDRADE:

Quênia, Angola, Moçambique e Uganda. Na verdade, a minha pergunta era nesse sentido dessa relação bilateral, essa cooperação pela busca de direitos na área da mulher, mais por esse lado, só para saber se já houve alguma coisa nesse sentido.

JACQUELINE PITANGUY:

Na Cepia, nós organizamos um programa de formação chamado Programa Internacional de Formação em Direitos Humanos das Mulheres, em que nós já tivemos participantes da América Latina e da África, de Angola, Moçambique e Cabo Verde.

SUSANA CABRAL (SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CNDM):

Eu sou a atual secretária executiva do CNDM. O conselho está trabalhando em relação às próximas eleições. Está sendo lançada hoje no *site* uma campanha chamada As Mulheres no Poder. Então, me surgiu a dúvida; a Secretaria de Políticas para as Mulheres reuniu as instâncias de mulheres de partidos políticos. Não existe claramente, mas os fóruns de instâncias de mulheres dos partidos políticos procuraram o conselho, e o conselho assumiu essa campanha, que consiste principalmente na plataforma eleitoral elaborada por essa instância de mulheres, com as contribuições que o conselho trouxe. Esta plataforma já está impressa, já está sendo amplamente distribuída. A ideia é que ela seja assumida por candidatas e candidatos nas próximas eleições. O *site* está sendo lançado hoje – <www.maismulheresnopoderbrasil.com.br> –, e todas as informações estão na página da secretaria.

É inevitável comparar o tema dessa conversa aqui hoje com a questão das mulheres na Constituinte. E eu, nesse dia de tantas esperanças e perplexidades, também tive a alegria e a honra de acompanhar a Jacqueline na audiência em que ela falou representando a si mesma, principalmente, e ao conselho. O conselho, atualmente, tem a Jacqueline de volta como conselheira de notório saber. Então, eu também estou cheia de tantas perplexidades no dia de hoje, esse encontro me trouxe também essa questão – ou seja, naquele momento lá atrás houve uma caixa postal que recebeu essas sugestões; e é muito interessante, porque o conselho naquele tempo tinha essas mulheres que eram convidadas e que eram, sabidamente, mulheres ligadas às questões dos direitos das mulheres. Em 2003, com o governo Lula, o conselho foi para dentro da então Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e passou a ser composto por entidades da sociedade civil e conselheiros governamentais que representam órgãos e ministérios.

Eu venho acompanhando de lá para cá e acompanhei muito de perto uma reformulação que o conselho acabou de ter, no início deste ano, para torná-lo mais legítimo, mais representativo, porque, no início de 2003, as entidades foram apontadas e escolhidas, essas entidades de mulheres. Para mim, é um pouco uma obsessão a questão da democracia, de controle social – muito lógico, faz todo o sentido –, mas é como se tivéssemos ficado um pouco obcecados por isso. As entidades tiveram um processo eleitoral muito bacana para se habilitarem a participar do conselho; ao que se seguiu, uma eleição das habilitadas. Foi feito um esforço muito grande para tudo ser feito da maneira mais participativa etc. A última coisa que faltava definir – e o conselho deliberativo votou – é como seriam indicadas as conselheiras de notório saber. E até essas foram indicadas pela atual composição do conselho. O esforço foi muito grande, mas quando chega essa história da caixa postal, eu achei ótimo, porque agora, com a elaboração dessa plataforma, as instâncias das mulheres fizeram a proposta da plataforma, e as representantes

das entidades levaram para as entidades a plataforma. Foi um processo o mais democrático possível, e a plataforma saiu e está linda.

Mas foi tão legítimo esse processo: abrir uma caixa postal e aquelas mulheres terem a capacidade e a sensibilidade de reconhecer, naquele monte de propostas que devem ter chegado, quais as que eram legítimas aspirações, o que fazia sentido, o que não fazia sentido, e acabamos tendo essa Constituição tão bacana nesse aspecto dos direitos das mulheres. Então, eu acho que é mais uma perplexidade para mim neste dia de hoje, e serve para que vejamos que tudo é importante, todas as maneiras fazem sentido, mas que não podemos ficar tão obcecadas por um modelo, uma maneira que é legítima, que é bacana, mas não podemos esquecer que existem mulheres que têm um enorme interesse, que têm capacidade e que fizeram essa história, não é, Jacqueline? Eu me sinto muito honrada de ser secretária executiva do conselho, de ter acompanhado isso tudo e de estar perto e aprender com conselheiras como você.

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL – LEIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTATÍSTICAS*

Tânia Mara Campos de Almeida

São inegáveis os avanços no campo dos direitos a uma vida sem restrições às mulheres, a implantação de programas que promovem e protegem estes direitos, a mudança de mentalidades apresentada por alguns grupos sociais, bem como o reconhecimento jurídico de uma condição de cidadania igual à dos homens para as mulheres. Contudo, uma expressiva quantidade de casos empíricos indica que são insuficientes os investimentos e esforços neste sentido por parte da sociedade civil organizada e dos governos. Práticas, sentimentos e pensamentos em número significativo e em espaços variados ainda se mostram contrários à aceitação e efetivação de novas representações e relações entre homens e mulheres. Resistência esta que se manifesta sob diversos tipos de violência de gênero, comprometendo as atividades cotidianas, a saúde geral e a integridade física das mulheres em todo o país.

A garantia, portanto, do acesso integral das mulheres às políticas e oportunidades universais não pode ser alcançada apenas por ações de caráter indistinto, uma vez que não superarão a desigualdade entre gêneros. Frente a longa história de discriminação e opressão pela qual têm passado e as inúmeras evidências de resistência à mudança, é fundamental a efetivação de ações afirmativas em prol da justiça social, reconhecendo-se as necessidades específicas das mulheres em comparação aos homens, bem como as necessidades específicas da sua própria pluralidade nos diversos grupos internos que as compõem, levando-se em conta parâmetros de diversidade cultural, étnico-racial, geracional, orientação sexual, regional, econômica e social, entre outras. Por meio desta perspectiva, devem lhes ser assegurados o poder de decisão sobre suas existências no plano pessoal, econômico e social, bem como as condições para participarem ativa e politicamente dos acontecimentos nas coletividades próximas e distantes, rompendo com ciclos tradicionais de dependência, exploração e subordinação.

*Texto apresentado em 18 de junho de 2010.

O atual Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2008), em consonância com as diretrizes apontadas pela II Conferência Nacional de Política para as Mulheres (2007), orienta-se por tais princípios da igualdade, equidade e autonomia das mulheres. Estes já vinham sendo referências da Política Nacional para as Mulheres, posta em prática desde o primeiro plano (2004), o qual foi instituído a partir das questões apontadas pela I Conferência (2004). Na verdade, o segundo plano ampliou o anterior, ao introduzir novos eixos estratégicos e propor o detalhamento de eixos já existentes; por exemplo, ao destacar segmentos de mulheres em situação de vulnerabilidade e qualificar os procedimentos e os meios para a obtenção dos resultados esperados.

A avaliação do I Plano Nacional apontou, entre os avanços em direção à institucionalização e implementação da Política Nacional para as Mulheres, os seguintes itens: maior inserção da temática de gênero, raça/etnia no processo de elaboração do orçamento e planejamento do governo; criação de organismos governamentais estaduais e municipais para coordenação e gerenciamento das políticas para as mulheres; e promulgação da primeira lei federal dirigida à prevenção e ao combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres, a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). Entre os aspectos insatisfatórios, ainda a serem superados, tem-se: a não existência de organismos de políticas para as mulheres em inúmeros governos estaduais e na maioria dos governos municipais; o baixo orçamento das políticas para as mulheres; a falta de dados; a baixa incorporação da transversalidade de gênero nas políticas públicas; a ausência de compartilhamento, entre mulheres e homens, das tarefas do trabalho doméstico e de cuidados; e a fragilidade dos mecanismos institucionais de políticas para as mulheres. A própria revisão do primeiro plano foi realizada de modo inovador, sob a responsabilidade do seu Comitê de Articulação e Monitoramento. Este convocou não apenas seus membros, mas também representantes dos novos setores governamentais que passaram a constituir-lo face às demandas surgidas na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, como é o caso o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

É, portanto, óbvio que a participação do Ipea na concretização dos princípios e das diretrizes do II Plano Nacional de Política para as Mulheres é de grande valor. Seus estudos e suas análises sobre a realidade brasileira contribuem efetivamente para a elaboração e o aperfeiçoamento das políticas públicas, a gestão do conhecimento e o gerenciamento de informações e planejamento do desenvolvimento brasileiro. A presente exposição, portanto, discute a importância de se inserir o tema da violência contra as mulheres em um plano de destaque no contexto das atribuições deste Instituto.

RECONHECIMENTO E REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA SOCIEDADE

Tanto é fato que a violência de gênero, raça e etnia é antiga e estrutural entre nós, oprimindo mulheres por várias gerações e causando grandes danos a suas vidas, que o I e o II Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres discutem esta problemática em capítulos específicos. Embora já sejam tratadas como questão de segurança, justiça e saúde pública, mobilizando recursos financeiros e humanos para o seu enfrentamento, suas diversas facetas e sua dinâmica nociva para a economia da sociedade e para a qualidade do desenvolvimento tem tido pouca visibilidade.

Utiliza-se o conceito de violência contra mulheres que a Convenção de Belém do Pará (1994/1995) apresenta, o qual subsidiou a formulação da Lei Maria da Penha. Ele aponta para as múltiplas formas pelas quais a violência se manifesta ao afirmar que se trata de “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (Art. 1º). Entre as várias inovações apresentadas por essa convenção, destaca-se que, por seu intermédio, a discussão de gênero passou a ser fundamental à compreensão do fenômeno da violência, contrapondo-se à visão do senso comum de que a mulher estaria em condição natural de submissão. A esfera doméstica e intrafamiliar também passaram a ser reconhecidas como lócus de reprodução e manutenção da violência. Tais pontos inovadores romperam com ideias tradicionais sobre os comportamentos sociais serem determinados biologicamente e o lar um ambiente seguro às mulheres. Além disso, exigiram ação e responsabilidade do Estado em relação a sua coibição, possibilitando-o sobrepor seu poder àquele dos patriarcas.

Paralelamente, ao tratar do âmbito público, a Convenção abriu margem para que fosse colocada em xeque a violência ocorrida no espaço da comunidade e perpetrada por qualquer homem, compreendendo violação, abuso sexual, tortura, tráfico, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual. Possibilitou, ainda, que se incluísse na discussão a violência perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, bem como qualquer tipo de violência institucional e assédio moral em organizações públicas ou privadas.

Embora a violência seja um fenômeno reconhecidamente presente na vida de milhões de mulheres brasileiras, de acordo com o II Plano Nacional de Políticas para Mulheres, ainda não existem estatísticas sistemáticas e oficiais que apontem para a magnitude deste fenômeno. No entanto, alguns estudos começam a conferir visibilidade e oferecem uma ideia sobre o quanto a violência está entranhada no cotidiano. A Fundação Perseu Abramo, por exemplo, em pesquisa realizada no ano de 2001, indica que aproximadamente 20% das mulheres já foram vítimas de algum tipo de violência doméstica. Quando estimuladas por

meio da citação de diferentes formas de agressão, este percentual sobe para 43%. Um terço afirma, ainda, já ter sofrido algum tipo de violência física, seja ameaça com armas de fogo, agressões ou estupro conjugal. Outras pesquisas indicam também a maior vulnerabilidade de mulheres e meninas ao tráfico e à exploração sexual. Segundo a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (Unesco), de 25% a 30% das meninas são abusadas sexualmente antes de completarem 18 anos. Investigação coordenada pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Organização Mundial de Saúde (OMS), entre 2000 e 2001, mostra que 27% das mulheres entrevistadas na Grande São Paulo e 34% na zona da mata pernambucana relataram algum episódio de violência física cometido pelos parceiros ou ex-parceiros; e 29% das entrevistadas com mais de 15 anos referiram ter sido vítimas de violência sexual por parte de estranhos. Em pesquisa realizada pelo DataSenado, em 2005, 17% das mulheres entrevistadas declararam ter sofrido violência doméstica, e 40% relataram ter testemunhado algum ato deste tipo de violência, sendo que 80% destes constituíram-se em atos de violência física.

A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, criada em 2005, por intermédio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres –, contribui para a produção de informações sobre o fenômeno da violência contra as mulheres e sobre seu enfrentamento no país, bem como cumpre o papel de uma porta de acesso à rede de atendimento. Este serviço gratuito funciona 24 horas em todos os dias da semana e destina-se a receber denúncias e reclamações sobre os serviços prestados a mulheres em situação de violência, além de oferecer orientações sobre seus direitos, encaminhando-as para os demais serviços quando necessário. Embora seus dados não nos permitam construir um diagnóstico sobre tal violência no país, a central oferece uma visão geral das características deste fenômeno e de sua magnitude. Isto é, desde a sua criação até 2007, foram recebidas mais de 270.000 ligações, número que se repetiu apenas no ano de 2008, em 271.212 ligações. Já no ano de 2009, foram 401.729 chamadas, assim divididas: 209.910 pedidos de informação; 40.857 relatos de violência; 146.962 consultas a respeito de serviços; 2.774 reclamações; 420 sugestões; e 806 elogios.

O tema da violência contra as mulheres ganhou maior destaque com o lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em 2007, pelo presidente da República, na abertura da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Parte integrante da agenda social de governo, o Pacto reúne ações a serem executadas no período de 2008 a 2011, por diferentes órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, organismos internacionais, organizações não governamentais e empresas, com o objetivo de prevenir e enfrentar a violência contra as mulheres, atuando para garantir a redução dos índices de violência não apenas por meio da repressão, mas também da sua prevenção e atenção, da proteção e garantia dos direitos daquelas que enfrentam essa situação.

Uma das grandes áreas do pacto que foram estruturadas para facilitar o alcance de seus objetivos foi exatamente a consolidação da política nacional de enfrentamento da violência contra as mulheres e a implementação dos expedientes determinados pela Lei Maria da Penha. Para este caso específico, em 2007, foi criado o Observatório para Implementação da Lei Maria da Penha, instância autônoma, da sociedade civil, que funciona por meio de um consórcio formado por núcleos de pesquisa e organizações não governamentais de todo o país. Seu objetivo primordial é acompanhar, a partir da coleta, análise e divulgação de informações, o processo de efetivação da lei. Segundo a Regional Centro-Oeste do Observatório, da qual esta autora faz parte, tem-se a seguinte ilustração no que tange aos casos de violência doméstica e familiar em Campo Grande (MS):

TABELA 1
Número de registros na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam) em Campo Grande (2007 a 2009)

Registros	2007	2008	2009	Total
Inquéritos instaurados	1.486	1.402	1.435	4.323
Boletim de ocorrência	2.127	2.662	2.851	7.640
Termo circunstanciado	726	971	780	2.477

Fonte: Observatório para a Implementação da Lei Maria da Penha.

Ao se considerar que a população estimada para essa capital, em 2009, era de 2.360.498 pessoas,¹ mulheres de 10 anos ou mais de idade formariam aproximadamente o total de 831.917. Entre estas, aquelas que possuiriam rendimento totalizariam 392.102.² Logo, o número final de registros da Deam, nos três últimos anos (14.440), parece-nos relevante. Em especial, se pensarmos que a faixa etária de mulheres atendidas nessa delegacia compreende o intervalo de 18 a 59 anos, que é o período de produtividade econômica e que pode significar algo em torno de 8% do grupo de mulheres com rendimento (ressalta-se que o censo considera mulheres a partir de 10 anos de idade, o que aponta para uma faixa etária não atendida pela Deam).

Esse número torna-se mais significativo quando agregamos conhecimento a respeito das denúncias que chegam às Deams. Ou seja, muitas mulheres agredidas não prestam queixa, por medo, vergonha, por desculparem o agressor, acharem que não é caso de polícia, dependerem emocional e economicamente dos companheiros etc. Além disso, quando tomam a decisão de ir à delegacia, geralmente, já se encontram em situação de violência por tempo considerável, pois o chamado “ciclo da violência doméstica” enreda a mulher em suas tramas, dificultando seu rompimento. Ao sofrerem lesões físicas, é comum as mulheres

1. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2. De acordo com os resultados do Censo Demográfico do ano 2000 (IBGE).

procurarem o serviço de saúde e esconderem a violência sofrida, mascarando-a como acidente e impedindo, portanto, seu encaminhamento para a delegacia e demais serviços da rede de atendimento. Se, ainda, os agentes públicos desta rede não possuírem capacitação qualificada para receber as mulheres e fornecer-lhes a atenção necessária, passará a violência despercebida ou será tratada como um problema secundário. Enfim, por essas e outras razões, os registros apresentados no triênio 2007-2009, muito provavelmente, são inferiores aos casos de violência contra as mulheres de Campo Grande (MS).

Diante, então, do reconhecimento do Estado da gravidade do tema, o que se manifesta na elaboração e execução de políticas coordenadas entre si que incidam sobre a dura realidade das mulheres, o que vem exigindo a mudança das representações tradicionais que existem a respeito delas e da violência contra elas por parte das instituições e dos/as agentes públicos/as, como incluir o tema nas centralidades das análises econômicas e do desenvolvimento do país? Eis aqui um desafio.

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E A REDISTRIBUIÇÃO

Como a violência constitui-se em um fenômeno estrutural da nossa sociedade e possui caráter multidimensional – o que requer ações amplas e articuladas nas mais diferentes esferas da vida para se alcançar êxito em seu enfrentamento –, também é importante avaliar suas repercussões nestas mesmas esferas. É fundamental, portanto, considerar objetivamente a violência entre os fatores que geram a exclusão social e produzem as desigualdades de oportunidades de acesso e permanência no trabalho, emprego e renda por parte das mulheres.

Em notas técnicas e demais produções do Ipea, observa-se que inúmeros desafios referentes à temática gênero e desenvolvimento econômico já vêm sendo assumidos com maestria por suas pesquisadoras e seus pesquisadores, chamando a atenção para que não se perpetue a tradição do pensamento econômico de considerar trabalhadores como uma massa homogênea, sem levar em conta os diversos marcadores identitários na forma de inserção, permanência e circulação dos grupos no mercado de trabalho. Nesta linha de argumentação, por exemplo, há um estudo sobre a identificação dos impactos da crise econômica internacional (set./2008 a abr./2009) na oferta e qualidade do emprego por sexo no Brasil, que mostra resultados distintos para homens e mulheres, por reafirmar a importância do emprego doméstico feminino remunerado para as famílias brasileiras e a discriminação de gênero no trabalho (Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, 2009). Também, há valiosos estudos que indicam não serem suficientes os próprios movimentos da qualificação da mão de obra e do mercado de trabalho para que se alcance a equidade de gênero, fazendo-se necessária a adoção de medidas que busquem maior e melhor ingresso das mulheres nesse contexto, já que estas

tendem a ocupar posições precárias e, quando não, são preteridas aos cargos de comando nas organizações públicas e privadas. A divisão sexual do trabalho e as desigualdades de gênero nas famílias são apontadas como as principais causas deste panorama, sendo que as jornadas de trabalho e o tempo dedicado aos afazeres domésticos espelham exatamente tais desigualdades.

Também ressaltam-se os estudos voltados para a discussão da revisão do trabalho doméstico não remunerado como inatividade. As análises das Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (PNADs 2007 e 2008), no tocante à questão de gênero, frisam que as tarefas domésticas são essenciais para o bem-estar e a reprodução da sociedade, contudo, são desvalorizadas socialmente e desconsideradas macroeconomicamente. A sobrecarga de trabalho cumprida pelas mulheres, ao se responsabilizarem por suas famílias e exercerem atividades profissionais, é exaustiva e revela a permanência das desigualdades de gênero, ainda que existam ganhos simbólicos relativos ao reconhecimento mais igualitário em relação aos homens no que diz respeito ao papel de “chefe” de família. Paralelamente, o trabalho doméstico remunerado mantém-se como o reduto da atividade feminina negra, revelando-se perpetuador da herança patriarcal e escravocrata nas desigualdades interseccionadas de gênero e raça no país. Identifica-se, enfim, a esfera familiar como locus privilegiado de resistência cultural a transformações em direção à igualdade de gênero.

A essas análises, é importante acrescentar reflexões a respeito da violência contra as mulheres, uma vez que é justamente no âmbito doméstico e familiar que ela se revela de forma mais frequente e intensa. A reprodução e a manutenção dos padrões patriarcais têm sido feitas sob mão de ferro, tanto que é comum ouvirmos histórias de agressões e mortes de mulheres, porque buscavam inserir ou manter-se no mercado de trabalho. No dia 5 de junho de 2010, o jornal *Correio Braziliense* noticiou, no Caderno Cidades (COVARDIA..., 2010, p. 31), o assassinato de duas mulheres no Distrito Federal:

No início do ano, o ex-companheiro de Genilda lhe escreveu uma carta reclamando das mudanças no relacionamento dos dois, após a mulher ter conquistado um emprego. “Me desculpe, mas você mudou muito (...). Emprego, amigos de emprego, carona, tudo passa”, dizia o texto. (...) A outra vítima, Lucimar, também era alvo da mesma reclamação por parte do marido. Desde que arranhou um trabalho fora de casa, o marido Edson Nogueira, 41, mudou de comportamento, tornou-se violento e passou a agredi-la. De acordo com o irmão de Lucimar (...), dias antes do assassinato, a auxiliar de serviços gerais tinha hematomas no corpo.

Ainda que a feminização do mercado de trabalho formal seja hoje um fenômeno notório em processo e que represente emancipação da mulher e restrição à dominação patriarcal, sua expansão é também freada pela violência vivida pelas

mulheres no mundo privado, e isso deve ser levado em conta. Afinal, de acordo com Segato (2010), é privilegiadamente na família onde se inocula o patriarcado em nós, uma vez que é aí que elaboramos inicialmente nossas identidades de gênero. Logo, introjetamos, compreendemos, lidamos com as representações sobre o que é ser homem e ser mulher, às quais somos expostos nos períodos iniciais de socialização, por meio de diversos tipos de violência, bem como as atualizamos, encarnamos e reproduzimos em atos, pensamentos e sentimentos também pela via da violência dirigida a nós mesmos e aos que nos cercam. Em suma, por esta perspectiva, gênero é e produz violência.

No mundo patriarcal, as pessoas não possuem o mesmo valor e é o olhar do “pai” (simbólico) que distribui tal valor, autoriza e reconhece cada um no mundo social. Este olhar, oriundo de quem está na posição dita “empoderada”, em qualquer situação social, é normalmente a posição construída pela imaginação coletiva, associada ao sujeito masculino, heterossexual, branco, letrado, proprietário e *pater familiae*. Seu lugar na estrutura social é aquele que organiza a cognição patriarcal, a inserção dos sujeitos no mundo social. E, trata-se de um olhar violento, porque distribui um valor diferencial entre nós, fazendo com que sejamos hierárquicos. A este processo de construção da autoridade, do poder e do prestígio, Segato (2010) associa um gesto não pacífico de usurpação da força, da dignidade, da existência do outro, exatamente para se manter nesta posição superior. Somente esta exação de tributo lhe garante a manutenção e recondução cíclica ao pedestal do poder e da autoridade derivada da posição estrutural.

Isso é, então, violência pura, violência moral e psicológica constante, que, como último recurso para se instituir e reinstituir, faz uso da violência física. Por isso, a violência moral e psicológica são aquelas que sustentam a assimetria entre homens e mulheres especialmente no espaço doméstico, levando as mulheres a explicarem constantemente suas condutas, sua moralidade, suas intenções, a desfazerem a desconfiança de que são traidoras, a penalizarem-se conforme os modelos patriarcais, a se sentirem inferiores, incapazes, com baixa autoestima. Quando estas violências falham ou não conseguem mais sustentar a hierarquia entre as pessoas, rompe-se a violência física, que é restauradora da ordem, que objetiva colocá-las no devido lugar.

Há, portanto, um paradoxo difícil de superar entre trabalho e família. No bojo da ideologia igualitária moderna, a hierarquia mais resistente a se transformar, segundo Duarte (2001), sempre foi a estabelecida entre homem e mulher. Afinal, esta envolve um fenômeno estratégico da modernidade: o novo modelo de família, a “célula *mater*” da sociedade. Mas, como criar indivíduos, livres e iguais contratantes, a partir desta estrutura firmada no pacto conjugal hierárquico? De que modo uma instituição hierárquica, como a família, pode gerar os agentes da ordem moderna? A resposta é: à custa da mulher, pois sobre ela recai o excessivo

controle, a disciplinarização, a dominação, marcando claramente seu lugar de inferioridade biológica, intelectual, econômica, moral, sexual, bélica e social em relação ao homem, para que este seja lançado ao mundo público como igual, indivíduo, livre contratante frente a outros homens. Esta mensagem, de modo glamoroso, romântico e maquiado, é constantemente difundida na mídia, nas propagandas, nas novelas, nas revistas, no discurso médico, em teorias psicológicas, no regramento jurídico tradicional, no pensamento econômico hegemônico, entre inúmeras outras maneiras, que acabam por incutir nas mulheres a dúvida e a culpa em seguir rumo à emancipação, incutindo também prazeres e satisfações construídos socialmente pela permanência no mesmo e antigo lugar.

De modo condizente a essa perspectiva, textos do Ipea mostram que o Estado também se beneficia da não remuneração e do voluntarismo das mulheres na provisão do bem-estar de seus membros, reforçando sua permanência neste padrão tradicional. Estas práticas se refletem no baixo desenvolvimento dos serviços coletivos voltados para os cuidados que têm sido inerentes à família e nas características das políticas sociais brasileiras, na maior parte das vezes, fundamentadas no modelo de família nuclear, heterossexual e com filhos. Além das tensões e prejuízos provocados às mulheres por esta realidade, conforme apontam Pinheiro, Galiza e Fontoura (2009), referentes especialmente à entrada e permanência no mundo do trabalho, acrescentam-se danos afeitos à saúde física e mental das mulheres, haja vista que os registros do SUS sobre internações psiquiátricas de mulheres vêm aumentando.

Uma das maneiras de se conseguir desarmar o dispositivo da violência de gênero é dando-lhe visibilidade, denunciando onde ela se manifesta em suas diversas formas, explícitas e mascaradas, nos diferentes grupos de mulheres, de que modo ela impacta a vida deste contingente populacional que a sofre diretamente, bem como de que modo ela impacta toda a sociedade. Partir do pressuposto de que este é um fenômeno consubstanciado nas nossas relações sociais, sejam privadas ou públicas, ajuda na assunção do desafio de criar métodos para garantir às mulheres existência objetiva e prioritária nas estatísticas, assim como ajuda a auferir sua extensão e seus desdobramentos em várias esferas. Por conseguinte, esta postura permitirá aos órgãos competentes e aos movimentos sociais vislumbrar inovadores encaminhamentos de ações e políticas nacionais, estaduais e municipais para fazer-lhe face, facilitando o planejamento e a colocação em prática de estratégias relevantes ao seu enfrentamento, ajudando a desarmar o dispositivo de gênero. Além disso, inserir o fenômeno da violência de modo central em análises econômicas favorecerá a melhor compreensão do desenvolvimento humano por uma perspectiva ampla, transversal, justa e bem mais afinada com a realidade brasileira.

REFERÊNCIAS

COVARDIA contra as mulheres. **Correio Braziliense**, 5 jun. 2010, Caderno Cidades, p. 31. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/06/05/interna_cidadesdf,196192/index.shtml>.

DUARTE, L. F. Prefácio. *In*: ROHDEN, F. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>.

_____. **PNAD 2007**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/>>.

_____. **PNAD 2008**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/>>.

OBSERVATÓRIO BRASIL DE IGUALDADE DE GÊNERO. A crise econômica internacional e os (possíveis) impactos sobre a vida das mulheres. **Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise**, Brasília, n. 40, p. 27-35, ago. 2009. (Nota Técnica).

PINHEIRO, L.; GALIZA, M.; FONTOURA, N. Novos arranjos familiares, velhas convenções sociais de gênero: a licença parental como política pública para lidar com estas tensões. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 3, p. 851-859, set./dez. 2009.

SEGATO, R. L. Crimes de gênero em tempos de “paz” e de guerra. *In*: STEVENS, C. *et al.* (Orgs.). **Gênero e feminismos: convergências (in)disciplinares**. Brasília: Ex Libris, 2010.

A MULHER COMO SUJEITO: DIREITOS SEXUAIS, REPRODUTIVOS E POLÍTICAS NA ÁREA DE SAÚDE*

Jacqueline Brigagão
Marlene Teixeira Rodrigues

GÊNERO E AS POLÍTICAS DE SAÚDE

JACQUELINE BRIGAGÃO:

Boa tarde a todas e todos. Agradeço ao Ipea e a Cláudia Pedrosa pelo convite.

A minha proposta para o debate com vocês hoje é problematizar a questão da incorporação da categoria de gênero nas políticas de saúde. E o que estava pensando, quando preparava essa fala, é que podem ser observados muitos avanços, a partir da perspectiva feminista, nas políticas públicas de saúde voltadas para a mulher e nas políticas de saúde em geral, quando se pensa na transversalidade da questão de gênero. Mas temos um *gap* na implementação das políticas no campo da saúde, porque esse campo ainda está muito orientado pela perspectiva do poder/saber da medicina (FOUCAULT, 1988), e é muito difícil que se consiga, nas ações em saúde, implementar o que está escrito nas políticas. Então, para isso, eu tomei como exemplo a Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal, que é uma política muito avançada, em termos da elaboração do texto da política – especialmente nos termos em que ela se estabelece –, para que se possa entender como, nesta política, a questão de gênero foi sendo incorporada e foi sendo traduzida nas diretrizes que a política propõe.

Ao mesmo tempo, os estudos e as pesquisas indicam que as diretrizes propostas por essa política, na prática e no cotidiano do serviço de saúde, infelizmente, não têm acontecido e não há mecanismos regulatórios para entender esse jogo.

Queria começar a discutir a questão das nomeações e das categorias ligadas à questão de gênero utilizadas nas políticas de saúde. Porque, como diz Donna Haraway (1995), estamos sempre falando a partir de um ponto de vista: já que todas

*Palestra proferida em 23 de setembro de 2010.

as pesquisas são conhecimentos situados, não existe produção de conhecimento que possa ser considerada neutra. E qual é esse ponto de vista, de que ponto de vista está se falando? Estou falando do ponto de vista de que as nomeações, ou seja, o modo com que se fala e o modo como se escrevem e utilizam as palavras no cotidiano, são fundamentais, e as práticas discursivas vão performando e transformando essas práticas (SPINK, 1999). Gostaria de enfatizar que acredito que há mesmo de haver políticas avançadas que tratem dessas nomeações e que tragam essa discussão que temos feito no campo feminista, tanto acadêmico (dos estudos feministas) quanto do movimento feminista, das lutas, das ativistas. E essas nomeações vão nos ajudar a mudar essas práticas.

O que nós precisamos encontrar são os mecanismos para que as nomeações não fiquem somente na escrita e na elaboração da política e possam nos ajudar, de fato, a ir transformando o cotidiano dos serviços de saúde. Isso porque o que ocorre é que, na outra ponta, nós temos as mulheres, as que são atendidas, as usuárias dos serviços de saúde. Então, é importante parar e pensar o quanto essas nomeações poderão ser incorporadas pelo profissional que está lá na ponta.

Um grande avanço do ponto de vista das nomeações nas políticas públicas é o fato de que passamos a utilizar a expressão “saúde da mulher”, ou, melhor ainda, “saúde integral da mulher”. Quando isso ocorre? Lá em meados dos anos 1980, quando o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) é elaborado e proposto pelo Ministério da Saúde (MS). De fato, aí há algumas controvérsias: algumas pessoas dizem que o PAISM nunca foi de fato implementado; para outros pesquisadores, as diretrizes do PAISM têm sido utilizadas e têm orientado, do ponto de vista político, muitos outros programas posteriores no campo da saúde da mulher. Nesta perspectiva, considero que o PAISM é um grande avanço, já que a terminologia “saúde integral da mulher” é um contraponto à saúde materno-infantil, que era a perspectiva a partir da qual as mulheres eram tratadas nas políticas e nos programas de saúde. Portanto, a saúde da mulher era vista e pensada em termos da saúde materno-infantil, sem pensar os outros aspectos da saúde reprodutiva e da mulher como um todo. Esse é um dos termos que contribui nessa luta por uma perspectiva mais ampla e para ajudar nesse processo de construção tanto de políticas quanto de serviços de saúde que deem conta de atender às necessidades e às demandas da mulher como sujeito integral, não só como mãe. A partir de então, o termo saúde da mulher passa a ser usado e continua sendo muito usado entre nós.

Todos esses termos que estou trazendo e falando ainda circulam entre nós – ou seja, os repertórios não desaparecem, e uma aluna minha fez uma pesquisa recente indicando que a expressão “saúde materno-infantil” ainda é utilizada por muitos. Mas novos repertórios também continuam surgindo e sendo incorporados pelas políticas públicas – por exemplo, a nomeação “direitos reprodutivos”. Em relação

aos direitos reprodutivos, existem posições diferentes sobre quando a expressão passa a ser incorporada à agenda política e aos textos: Correia (2002) afirma que esse conceito passou a ser amplamente utilizado a partir da Conferência de Amsterdã, de 1984, em que, a partir daí, assume um lugar de destaque na agenda. Tonelli (2004) afirma que desde a I Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Teerã, em 1968 – quando as feministas discutiram questões relativas à reprodução e à subordinação da mulher –, é que a função reprodutiva e a imposição desse papel materno para a mulher passam a ser desmistificadas, ao mesmo tempo em que as discussões começam a se referir a direitos reprodutivos. Isso permite visualizar que, na linguagem, as relações estão sendo produzidas e transformadas ao longo do tempo. A partir de então, os direitos reprodutivos entram na agenda, e a Organização Mundial da Saúde (OMS) inclui em suas recomendações questões relativas à saúde reprodutiva. Na Conferência do Cairo, a questão da saúde reprodutiva ganha muita força, porque uma das contribuições desta conferência foi trazer o papel do homem na reprodução, bem como o lugar ocupado pelos homens na reprodução e na contracepção. Esta perspectiva influencia fortemente as políticas e os programas acerca do planejamento familiar, da saúde reprodutiva e do planejamento reprodutivo. Pensar saúde reprodutiva no escopo dos direitos traz uma grande contribuição, que é permitir pensar a saúde reprodutiva descolada das mulheres. Direito reprodutivo e saúde reprodutiva são de todos os cidadãos (homens e mulheres), e, então, amplia-se a discussão para as múltiplas possibilidades de contracepção, para o direito à reprodução assistida, para os direitos das lésbicas e dos homossexuais à paternidade e à maternidade e para o papel do Estado na garantia destes direitos.

Então, saúde reprodutiva é um termo que ganha outro enfoque, porque ele passa a ser entendido como um direito e como uma questão que atravessa homens e mulheres, não ficando restrito só ao campo da mulher. Ainda dentro disso, há a questão dos direitos sexuais. Hoje em dia, falamos muito em direitos sexuais reprodutivos. Mas direitos sexuais e direitos reprodutivos são entendidos como pertencentes a esferas separadas de direitos. Apesar de se falar dos dois juntos, pensar os direitos sexuais e o direito ao prazer sexual separado da questão reprodutiva é fundamental, especialmente para nós, mulheres, que queremos tirar a compulsoriedade da relação entre ato sexual e a maternidade. A ideia da existência de esferas separadas para os direitos sexuais e reprodutivos se fortalece com o apoio dos movimentos de lésbicas e homossexuais no escopo do movimento feminista, pois eles enfatizam o direito de assumir e viver plenamente a sexualidade.

Nesse sentido, no campo da saúde, têm-se buscado ações específicas para as lésbicas e os homossexuais, porque uma das questões que temos discutido na saúde é a de que as pessoas são formadas em um modelo clássico, de poder/saber tradicional, orientado pelo modelo biomédico. Então, a maioria das anamneses médicas ginecológicas e obstétricas não leva em conta que aquela mulher que está

sendo atendida ali pode ser lésbica. Têm acontecido alguns casos de mulheres lésbicas que têm denunciado, procurado fomentar esse debate, tensionando esta discussão sobre a saúde lésbica. Isto porque, de um modo geral, a anamnese parte do princípio heterossexual, que as mulheres são sempre heterossexuais e que têm sempre desejo e práticas heterossexuais. Por exemplo, na maioria das vezes, a maneira com que uma lésbica é atendida ou perguntada não permite que outras questões da sexualidade lésbica sejam discutidas. Então, a independência entre direitos sexuais e direitos reprodutivos é fundamental para que, no campo da saúde, se possa cuidar da saúde sexual de todos.

Voltando para a importância de pensar a formação dos profissionais de saúde, para que se possa transformar as práticas nos serviços de saúde, é preciso questionar o modelo biomédico. Quando se fala desse modelo, logo se pensa na medicina, mas ele não se restringe a essa disciplina. A enfermagem, a psicologia, a fisioterapia e outras profissões que trabalham no campo da saúde, muitas vezes, têm um modo muito similar de pensar o modelo de cuidado em saúde. Por quê? Porque, ao longo do tempo – e Michel Foucault (1988) demonstra isso muito bem –, esse poder/saber biomédico sobre a saúde, sobre os corpos dos indivíduos e sobre a população foi sendo disseminado e assimilado pela sociedade como verdade.

Além de questionar os regimes de verdade que orientam os modos de pensar o cuidado em saúde e as políticas públicas de saúde, é preciso incluir a discussão sobre a dimensão de gênero. Lourdes Bandeira (2005a) fez um estudo muito interessante sobre a transversalidade de gênero nas políticas públicas brasileiras.

De acordo com Lourdes Bandeira (2005a), foi na IV Conferência Mundial das Mulheres, em Beijing, que a perspectiva da transversalidade de gênero (*gender mainstream*) foi oficialmente reconhecida e passou a ser utilizada nos documentos oficiais. Este reconhecimento é o resultado das pressões dos movimentos organizados de mulheres, que conseguiram que fosse reconhecida na agenda internacional a necessidade de ações para garantir a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Nesse estudo, ela identifica que, apesar dos muitos avanços e da implementação de diversas ações que buscavam o empoderamento das mulheres, foi no Plano Plurianual (PPA) de 2004 que a transversalidade de gênero foi incluída. Os planos de 2000 a 2003 tratavam das diferenças e do respeito aos direitos humanos, mas não incluíam ainda transversalidade de gênero.

A transversalidade de gênero implica que se possa, em todas as políticas e em todos os níveis governamentais, ter a perspectiva de gênero incluída. Nesse sentido, quando se pensar em políticas de desenvolvimento socioeconômico, há de se pensar também na questão das mulheres dentro do desenvolvimento socioeconômico. Na política rural, tem de se pensar como as mulheres estão sendo vistas nessa política rural e se as ações implicam aumento de recursos para as mulheres que vivem na zona rural, se há recursos específicos e quais são. Mais do que isso, quando se pensa

a transversalidade de gênero, há de se pensar em termos conceituais, entender quais são as demandas das mulheres neste setor, nestes lugares específicos, inclusive como se podem comparar essas demandas e essas necessidades das mulheres nas políticas para que possa haver políticas que efetivamente considerem a equidade de gênero. Então, uma das questões que a transversalidade de gênero traz é que ela seria uma alternativa para o que se denominam políticas específicas – ou seja, políticas específicas para as mulheres em determinados casos e campos. Na Europa, esta é uma discussão forte, e é apontado que as políticas específicas acabam se constituindo em programas pequenos, em que o financiamento e os recursos são muito escassos, o que faz com que o alcance seja minoritário. A transversalidade de gênero traz para a agenda a questão das mulheres como algo importante em todas as políticas públicas, no escopo de todas elas, e não na criação de políticas específicas.

Particularmente, no caso do Brasil, acredito que são necessárias as duas coisas. O Brasil ainda precisa de políticas específicas, como é o caso, por exemplo, do parto humanizado. Sou docente do curso de obstetrícia da Universidade de São Paulo (USP), que é uma escola nova, em que são formados profissionais para atender ao parto normal. O curso foi criado em 2005, com a proposta de ajudar na implementação de políticas que estão pautadas pela luta das mulheres pelo parto humanizado e pelo reconhecimento dos direitos das mulheres no campo da saúde, porque o que se observa é que as políticas existem, mas elas não são colocadas em prática especialmente nesse campo. Então, quando falo que a transversalidade de gênero tem uma grande potencialidade e é necessário trabalhar com ela no campo das políticas públicas, reconheço e assumo isso. Mas acredito também que – em alguns campos específicos, como o da saúde da mulher – são necessárias ainda políticas específicas para dar conta de necessidades específicas. No âmbito das políticas específicas, é preciso ter claro como a categoria gênero está contemplada e como ela vai sendo discutida dentro dessa política específica, porque o que aconteceu foi que a palavra gênero, nas políticas e no discurso do senso comum, acabou se tornando muito banal. Então, o termo gênero é usado para significar muitas coisas, como falar de mulher, falar sobre masculino e feminino. Nesta banalização que está sendo feita, perde-se a dimensão de que o termo gênero está associado às relações de poder entre homens e mulheres e de como essas relações são construídas. Trata-se de poder pensar que tanto o masculino quanto o feminino são socialmente construídos, e essa construção vai sendo feita ao longo do tempo. As relações de poder vão marcar o que se entende por homens e mulheres na nossa sociedade. Então, é necessário pensar os efeitos desse modo de pensar nos lugares que estes se definem na sociedade. Quando se pensa nessa dimensão da relação de poder e dos lugares que as mulheres ocupam, por exemplo, nos serviços de saúde que estão destinados a cuidar das mulheres durante o ciclo gravídico e puerperal, é importante formular a questão: que dimensão de gênero é essa que está sendo colocada? Como essa mulher é vista e tratada? Porque, muitas vezes, o que vai acontecer é que o próprio serviço de saúde

coloca as mulheres em uma posição de aprisionamento em que elas não podem agir e atuar de modo autônomo e fazer escolhas. Quando esse tema é pensado no campo da saúde, é muito mais complexo, porque há uma figura de autoridade fortemente marcada – que é o profissional de saúde responsável por atender a essa mulher, visto que, historicamente, ele ocupa um lugar de poder/saber e ele determina o que é bom para o corpo do outro. Mas acontece que, quando se retoma historicamente o parto, percebemos que nem sempre foi assim. Aliás, por exemplo, o nascimento de minha mãe foi por meio de parto feito por parteira lá no interior de Minas Gerais; então, não está tão longe assim. E se considerarmos as diversas regiões do Brasil, muitas mulheres ainda têm os filhos em casa, e essa situação não está tão longe de nós. Mas o que aconteceu? À medida que o modelo biomédico foi sendo difundido e à medida que esse poder/saber dos profissionais de saúde foi fortalecido, o corpo da mulher começa a ser aprisionado e escrutinado, e os profissionais de saúde passam a determinar o que é bom e o que é ruim para as mulheres.

Assim, mesmo havendo uma política pública avançada, como a Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal (Portaria nº 1.067/GM, de 4 de julho de 2005), que traz claramente, em seu anexo, alguns procedimentos que buscam garantir o modo humanizado de atenção à saúde da mulher e de garantia da autonomia das mulheres no momento do parto, nem sempre é isso o que acontece. Em pesquisa realizada para a sua tese de doutorado, Janaína Aguiar (2010) nos conta que há muita violência institucional nas maternidades públicas de São Paulo, e, pelos relatos que ela descreve, é possível observar que, muitas vezes, não há respeito nem pela autonomia das mulheres, nem pela de seus acompanhantes.

Porém, é preciso lembrar também que há algumas ilhas de excelência no Brasil. Alguns lugares onde os partos acontecem respeitando a autonomia das mulheres, de um modo tranquilo, humanizado, empoderando as mulheres. Mas são ilhas de excelência que ainda encontram muitas resistências. Em São Paulo, há duas casas de parto que atendem conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS); porém, há rumores de que a Secretaria Estadual de Saúde está pretendendo fechar uma das casas de parto.

Há também o Hospital Sofia Feldman, que é uma experiência modelo em Belo Horizonte. Visitei o Sofia há dois meses e posso dizer que é um local exemplar dos modos de funcionamento do modelo de humanização da atenção em saúde. Mas o Sofia sempre enfrentou diversas resistências. Um dos aspectos que o distingue é que sua história começa a partir de uma articulação muito próxima entre os profissionais de saúde e a comunidade. No início, eles atuavam na atenção básica e faziam promoção de saúde. Assim, quando o hospital é construído – em sistema de mutirão –, os princípios da participação popular, da promoção de saúde e da integralidade já estão na base das ações. Quanto aos partos, desde o princípio,

os partos de baixo risco são de responsabilidade das enfermeiras obstetizas e há uma preocupação com o bem-estar da mulher e o dos acompanhantes e com o bebê, seja nos casos de baixo risco, seja nos de alto risco, que também são atendidos no hospital.

Agora, quando se pensa na realidade brasileira, de um modo geral, as práticas realizadas nas maternidades estão muito distantes do que preconizam as políticas e há muitos casos de violência praticados em maternidades, como aponta a pesquisa da Janaína Aguiar (2010).

Outro exemplo é o exercício do direito ao acompanhante no momento do parto. Na Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal, instituída pela Portaria nº 1.067, de 6 de julho de 2005, consta que “toda gestante tem o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto e pós-parto imediato de acordo com a Lei nº 11.108/05”. Há a Lei Federal nº 11.108, de 7 de abril de 2005, que garante o direito ao acompanhante; porém, muitos hospitais ainda não conseguem se organizar para cumpri-la. Em muitos casos, ainda não são permitidos acompanhantes no momento do parto; em outros, são permitidos estritamente durante o parto. Ou seja, não podem acompanhar a mulher no pré-parto e nem no pós-parto. Algumas organizações da sociedade civil engajadas no movimento de humanização do parto têm feito campanhas para garantir o cumprimento da Lei do Acompanhante no Parto e tentar reverter essa situação.

Mas por que é tão difícil garantir o direito ao acompanhante? Porque, na prática, o acompanhante pode ser muito incômodo para os profissionais de saúde, porque o acompanhante traz outra dimensão dentro da organização do parto, pois é o acompanhante que fala: “olha, ela está querendo água, pode? Olha, ela está cansada. Olha ela está querendo ir para o chuveiro”. Então, o acompanhante dá mais trabalho, porque eles questionam, querem saber detalhes do processo e também são testemunhas capazes de contar as histórias que ocorrem durante o parto.

Outro aspecto que tem gerado polêmica é sobre o local e as posições do parto. Na Política Nacional de Assistência Obstétrica e Neonatal, está escrito: “respeitar a escolha da mulher sobre o local e a posição do parto”. Nesta questão, mais uma vez, trata-se de respeitar a autonomia das mulheres. O modelo do parto domiciliar tem muita ressonância e faz muito eco nas mulheres da classe média e da classe alta. Porque são as mulheres que têm recursos, em todos os sentidos, para isso. Mas muitas mulheres que moram na periferia preferem ir para o hospital, porque lá elas vão ser cuidadas, atendidas, e deve-se respeitar isso e garantir um atendimento humanizado nos hospitais. Mas para as mulheres da classe média e da classe alta, muitas vezes, é preferível ter um filho em casa, e elas também têm direito a fazer essa escolha. Em nossa escola, temos alunas formadas que estão fazendo parto domiciliar, há médicos do movimento de humanização que fazem o parto domiciliar. Mas a questão do parto domiciliar e das reais possibilidades de escolha do local ainda é muito restrita.

Nesse cenário, as mulheres da classe média, que geralmente possuem um convênio médico, estão sofrendo muito, inclusive para conseguir fazer parto normal. Porque, muitas vezes, é difícil encontrar um médico de convênio que faça parto normal, devido a múltiplos fatores; entre eles, a comodidade do agendamento da data, o tempo do procedimento – um parto normal implica uma tarde toda ou um dia inteiro sem consulta – etc. Portanto, quando se pensa em saúde, é necessário pensar nos dois setores, tanto no SUS quanto no setor suplementar da saúde. Ou seja, é preciso pensar em estratégias para garantir os direitos das mulheres de todas as classes sociais no sistema de saúde como um todo.

Assim, o argumento central que estou tentando defender aqui é o de que o parto é da mulher, e de que, ao fazer um parto, ela tenha um profissional de saúde cuidando e auxiliando o processo. Nessa perspectiva, o parto é entendido como um processo que é da mulher e do bebê, e reconhecer isso e atuar para garantir esta autonomia são modos de auxiliar no empoderamento das mulheres. O que temos observado no curso de obstetrícia é que, se a mulher está bem orientada, ela vai fazendo exercícios na bola, no cavalinho, e vai relaxando, ela vai ficando mais concentrada nesse processo e reconhecendo o próprio corpo. E o parto é uma experiência em que ela sente que tem muito mais controle sobre o seu corpo, e o processo evolui harmonicamente tanto no corpo quanto na mente da mulher, muito diferente do que acontece nos partos *induzidos com ocitocina*. É muito interessante ouvir os relatos de mulheres que caminharam durante o parto, que fizeram os exercícios, que utilizaram a bola, que percebem o processo de dilatação, que na hora do parto escolhem ficar em pé ou de cócoras, ou até na cama. Em geral, elas reconhecem que essa foi uma experiência física e emocional muito intensa, que lhes permitiu reconhecer fortalezas que ainda não haviam identificado em si mesmas.

Retomando o argumento inicial desta fala, parece-me fundamental incorporar a dimensão de gênero nas políticas públicas. Lourdes Bandeira, naquela pesquisa a que já me referi, deixa muito claro que, no Brasil, foi no campo das políticas de saúde que a transversalidade da dimensão de gênero foi incorporada mais claramente. Porém, é preciso avançar para além do texto das políticas, pois, como vimos na discussão sobre algumas das diretrizes da Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal, o texto contempla a perspectiva do parto humanizado, mas há muitas resistências para efetivamente realizá-las na prática dos serviços. Ou seja, trata-se de um grande desafio; essa política é de 2005, estamos em 2010, e, infelizmente, as práticas na assistência obstétrica mudaram muito pouco. Então, além de investir na discussão das políticas, é preciso investir também na formação dos/das profissionais de saúde, já que estes/as são os/as responsáveis por implementar as ações.

Nesse sentido, em 2005, a USP criou o curso de obstetrícia, que tem por objetivo formar profissionais para cuidar da saúde da mulher durante o ciclo

gravídico e puerperal. Nosso curso é oferecido na Escola de Artes, Ciências e Humanidades, que tem um ciclo básico, oferecido a todos os alunos dos dez cursos da escola. A parte específica do currículo está organizada em três grandes eixos: *i)* o eixo biológico; *ii)* o eixo das ciências humanas e sociais, porque nosso curso pretende formar profissionais capazes de pensar nas dimensões sociais e humanas da saúde – estes dois eixos têm a mesma carga horária; e *iii)* o eixo de práticas assistenciais em saúde, que é coordenado por enfermeiras obstétricas. A discussão sobre a dimensão de gênero é realizada de modo aprofundado, nas disciplinas do eixo de ciências humanas e sociais, e de modo transversal, nas outras disciplinas e nas atividades teóricas.

Porém, apesar de haver graduações similares em diversos países do mundo que formam *midwives* (obstetrizes), nosso curso tem enfrentado muitas resistências, especialmente por parte do Conselho Profissional da Enfermagem, e – apesar de estar escrito na lei de exercício profissional da enfermagem (Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986) que as portadoras do diploma do curso de graduação em obstetrícia se enquadram nesta lei – o Conselho Federal de Enfermagem se recusa a registrar as/os egressas/os do curso. Mas, como lei é lei, o Judiciário tem dado ganho de causa às obstetrizes e, portanto, elas obtêm o registro. Vale lembrar que as razões alegadas pelas pessoas que estão resistentes ao curso estão sempre associadas à formação e ao fato de as ciências sociais e humanas terem muito peso na formação. Já ouvimos questionamentos do tipo: “Para que tanta ciência humana, se vai fazer parto?”

Parece-me que o lugar das ciências sociais e humanas na formação de profissionais de saúde é uma discussão central, se queremos de fato implementar políticas que incorporem a dimensão de gênero e os princípios da humanização e da integralidade em saúde.

Eu me atrevo a apontar três aspectos fundamentais em que devemos pensar para conseguirmos que a transversalidade de gênero se efetive nas práticas – ou seja, para que ela não fique apenas na escrita da política. Primeiro, eu repito, as reflexões sobre a categoria gênero têm de fazer parte da formação dos profissionais de saúde, porque, somente assim, os profissionais da saúde serão capazes de compreender as relações de poder e as dimensões de gênero envolvidas nas múltiplas relações estabelecidas no contexto dos serviços de saúde. Segundo, é necessário encontrar, no escopo das políticas, mecanismos de avaliação e de monitoramento que possam garantir que as diretrizes serão implementadas. Terceiro, é necessário trabalhar amplamente para mudar as mentalidades, já que, como disse anteriormente, no caso das práticas em obstetrícia, há muitas noções que foram disseminadas ao longo do tempo e que precisam ser desconstruídas. É possível observar que as noções de parto humanizado já estão sendo disseminadas por atrizes e modelos: a Gisele Bündchen, por exemplo, fez o parto em casa (CONHEÇA..., 2010). Mas é necessário ir além e disseminar também os direitos de todas as mulheres,

independentemente de classe social, ao cuidado humanizado e integral à saúde, não somente no cenário do ciclo gravídico e puerperal, mas também em todas as dimensões da saúde. Muito obrigada.

CLAUDIA PEDROSA:

Queria agradecer a Jacqueline e passar a palavra para a professora Marlene Teixeira.

DIREITOS SEXUAIS, SAÚDE E CIDADANIA: DESAFIOS PARA A ATENÇÃO BÁSICA

MARLENE TEIXEIRA RODRIGUES:

Inicialmente, quero agradecer, na pessoa da Claudia Pedrosa, o convite da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea para participar desse momento de reflexão. Discussões em um âmbito como o desta diretoria, que tem o desafio de pensar as políticas públicas e as políticas governamentais e fornecer subsídios para a gestão pública, são muito importantes. Por isso, considero um privilégio partilhar algumas das discussões que tenho desenvolvido na Universidade de Brasília (UnB), junto com estudantes e pesquisadoras, agregados em torno do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão Gênero Política Social e Serviços Sociais (GENPOSS).

Embora não nos conhecêssemos e não tenhamos tido nenhum contato anterior a este encontro, acredito que as minhas reflexões se complementem às apresentadas por Jacqueline Brigagão, e alguns pontos que pretendia abordar – tais como os conceitos de gênero e de direitos sexuais e o movimento feminista, que potencializou sua construção – serão omitidos, para não ser repetitiva. Concentrarei meu foco, então, nas potencialidades e desafios da incorporação da *transversalidade de gênero*¹ na política social como estratégia para enfrentar as desigualdades entre mulheres e homens.

A reflexão que procurarei desenvolver se concentra em um tema especialmente complexo e desafiador para a área da política social, em vista de nossa história passada e recente – trata-se da questão dos direitos sexuais na atenção básica à saúde.

Antes de tratar desse tema, porém, considero importante ressaltar que eu parto talvez de uma premissa um pouco distinta da apresentada por Jacqueline com relação à implantação das políticas sociais. Parto da premissa de que a política implantada efetivamente constitui uma entidade distinta da política pública inscrita nos documentos de formulação, qualquer que seja esta e qualquer que seja o lugar. No caso do Brasil, significa dizer que aquilo que está contemplado no texto constitucional

1. Conforme Bandeira (2005b), a transversalidade de gênero indica “nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos agentes públicos em relação à superação das construções sociais que, fundadas nas diferenças biológicas entre homens e mulheres, se configuram como desigualdades.”

de 1988 e em outros mecanismos infrainstitucionais, que ancora a organização da política social e de todo o sistema de proteção social no Brasil, é o modelo. E como é próprio aos modelos, ao se materializar, ganha matizes relacionadas ao contexto.

Esse modelo, consagrado na Constituição da República de 1988, tem como princípios e diretrizes: a unicidade político-administrativa (federativa), a descentralização e a gestão democrática. Como matriz conceitual e organizativa, coloca-se no horizonte de utopia – no sentido mais positivo desse termo, que é o que remete à transformação da realidade. Por remeter ao terreno da política e dos processos políticos, ao se materializar, adquire um formato particular.

Nessa perspectiva, vale atentar e pensar os sujeitos coletivos reais, que fazem com que essas utopias possam se realizar, e os contextos locais, onde esses sujeitos se situam, “pisam” e constroem a cidadania. Esta é uma questão que eu gostaria de sinalizar de início, porque é dela que me parece emergir a grande riqueza das políticas que são implementadas sob o marco da Constituição de 1988: a capacidade de um país com tanta diversidade para encontrar experiências tão distintas a partir de um modelo que tem pilares que unificam, mas que permite a diversidade dos contextos políticos, das histórias políticas e dos sujeitos das diferentes localidades.

Penso que olhar os programas governamentais com essa perspectiva tende a nos oferecer, talvez, pistas e elementos mais alvissareiros sobre os processos onde a cidadania se constrói “desde abajo” (JELIN, 1994; LÖWY, 1985). Se se toma, por exemplo, a questão da atenção básica, seja o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS), seja a Estratégia Saúde da Família (ESF), é impossível pensar que nós encontraremos duas experiências idênticas no Brasil, seja falando de capital, seja falando de interior, porque é isso a política. Nós temos o elemento de cultura política que atravessa o país, que se mescla com elementos da história local – assim teremos desenhos ímpares em uma região administrativa do Distrito Federal (DF), em uma cidade do interior de Goiás, no Nordeste do Brasil ou em São Paulo, seja a capital ou a Grande São Paulo. Cada localidade sempre trará estes elementos de distinção, que são o dos sujeitos e o do contexto político.²

Dito isso, passamos à reflexão sobre os desafios postos à atenção básica no que se refere aos direitos sexuais. A exposição anterior da Jacqueline antecipou uma série de coisas que eu falaria – e de que não vou falar. Acho importante sinalizar, entretanto, para uma mudança fundamental, que vem originalmente no esteio do movimento feminista de mulheres, que é separar o campo da sexualidade e dar o estatuto de direito aos direitos sexuais de forma absolutamente desvinculada da questão reprodutiva.

2. O que usualmente são denominadas experiências exitosas e inovadoras remetem, nessa perspectiva, ao encontro de sujeitos políticos, de correlação de forças, do processo políticos e de “boas” conjunturas locais.

Essa separação implica uma ruptura importante com a ideia essencialista de feminino e visões da maternidade como um destino e com a da heterossexualidade como a única possibilidade de vivência da sexualidade (BANDEIRA, 2003). Visões estas que, apesar dos avanços alcançados com as ações feministas, perpassaram e ainda persistem em muitas políticas sociais – voltadas especificamente às mulheres, mas também à infância, à juventude e à velhice.

Essas ideias acerca do feminino e do masculino nos remetem à complexidade do social, à constituição da nossa cultura política, marcada pelo autoritarismo e pelo patriarcalismo, que reconhece e legitima a hierarquia entre o masculino e o feminino, e idealiza esses referenciais femininos mais tradicionais de cuidado – que impulsionam a anulação das mulheres enquanto sujeitos, restringidas à dimensão da maternidade e às necessidades do outro.

O feminismo trouxe, em contraponto, uma perspectiva que trata da sexualidade focando os direitos sexuais em referência à igualdade e à liberdade na esfera sexual, bem como ao exercício da sexualidade totalmente desvinculado da questão da reprodução e da visão binária do gênero.³ Esta outra perspectiva desafia a área de saúde em diferentes campos e em relação a diferentes sujeitos (FACCHINI e BARBOSA, 2006).

Como já sinalizado por Jacqueline Brigagão, as questões referentes à sexualidade de lésbicas e *gays*, às identidades sexuais e a toda a discussão relacionada com identidade sexual e identidade biológica são ilustrativas da complexidade e dos desafios colocados ao sistema de saúde. Esse é um desafio que está posto não só para a atenção básica, mas que ganha relevância, em vista de ser essa, em regra, a grande porta de entrada da população nos serviços de saúde – em especial, para a população pobre, que é a grande maioria da população e que vai utilizar massivamente o sistema em termos de sua estrutura de atenção básica.

Ainda que esse tema tenha sido incorporado na agenda das políticas públicas,⁴ hoje ainda temos alguns poucos centros, por exemplo, com capacidade de atender à questão da transgenitalização ou da adequação da identidade sexual e da identidade pessoal e são as incipientes iniciativas de organização dos serviços para atendimentos de lésbicas e *gays*, de diferentes gerações (FACCHINI e BARBOSA, 2006).

É o caso também da atenção às mulheres que trabalham como prostitutas e para quem o exercício da sexualidade mercantilizada é uma realidade, se não um direito ou uma escolha – muitas se reivindicam como trabalhadoras sexuais. Há ainda toda uma carga moral em torno da prostituição que se traduz em

3. Deve-se assinalar que não há, no próprio feminismo, consenso absoluto em termos do conceito de direitos sociais e sexuais. Este é um campo também em disputa e que, portanto, comporta uma série de interpretações e sentidos, como bem foi assinalado por Jacqueline Brigagão em sua fala.

4. A exemplo do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

estigma também no interior de serviços e políticas,⁵ ainda que legalmente essas pessoas não figurem como autoras de nenhum crime. Assim, embora possam emergir e reivindicar direitos, seguem frequentemente invisibilizadas para fugir ao estigma e à discriminação.

O desafio em relação a essas questões que se colocam à saúde está relacionado à emergência de sujeitos políticos que tensionam ao máximo a ideia de liberdade em relação à sexualidade, confrontando representações tradicionais em relação à reprodução, à maternidade, ao sexo, ao desejo e ao prazer. Tais questões ainda encontram pouca receptividade nos serviços e nas ações que materializam as políticas públicas. Jacqueline falava das adolescentes, sobre o racismo institucional que está posto em relação a estas. O que se tem nas situações mencionadas é uma mistura de sexismo com racismo e discriminação de classe, porque estamos falando das camadas pobres, e esse é outro desafio.

O grande contingente de mulheres pobres – que são atendidas pelo sistema de saúde, embora usufruam de uma extensa rede de serviços no âmbito da atenção básica –, em geral, inexistente enquanto sujeito de direitos. Reconhecidas e acolhidas em virtude de sua capacidade reprodutiva e de cuidado, essas mulheres submergem como indivíduos e sujeitos de direitos, em razão do que Meyer (2005) tem chamado de uma *politização da maternidade*, processo que recoloca as mulheres no centro da política como gestoras da vida, por excelência, não comportando qualquer espaço para a vivência da sexualidade que não seja orientada para a maternidade. Há aí também a interseccionalidade da discriminação – ou seja, sexismo e racismo estão mesclados, influenciando as práticas institucionais.

Essa valorização da mulher-mãe como agente importante da política social, que Esping-Andersen assinala ao referir-se às políticas sociais *familistas*, pode ser percebida nas políticas de saúde e em seus programas na área da atenção básica (como a ESF e o PACS, valendo examinar os conteúdos das atividades e das estratégias educativas utilizadas), bem como nos programas voltados para idosos, crianças e adolescentes, em que há uma tendência de transferência da responsabilidade com o cuidado para as mulheres ou para a família como uma “parceria” na concretização da ação, sob a justificativa de uma democratização da política (MIOTO, 2008, p. 130-148).

O que ocorre concretamente, porém, é que essas mulheres são chamadas para o exercício de uma maternidade estendida e cada vez maior. Veem-se, assim, obrigadas a acompanhar o filho, o irmão, o marido, o cunhado, o tio, o avô, ou quem aparecer, inclusive tendo de abandonar empregos, se alguém na

5. Não se desconsideram as iniciativas importantes desenvolvidas, nacionalmente, pelo Ministério da Saúde (MS), particularmente por intermédio das ações relacionadas à área de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), voltadas à população de homens e mulheres inseridos na prostituição. É importante que se destaque, todavia, o quanto pouco estas temáticas estão disseminadas na rede de serviços da atenção básica, que conformam a porta de entrada do SUS.

família tiver de fazer a escolha sobre isso. Esta tendência, que eu tenho chamado de maternalização da política, significa, pois, uma sobrerresponsabilização, por um lado, destas mulheres e, por outro, uma fragmentação dos seus direitos, porque eles são restritos à sua capacidade reprodutiva. Então, enquanto a mulher está grávida ou amamentando, ela tem acompanhamento, mas isso não envolve o sujeito, e, sim, aquela que vai gestar alguém, parir alguém. Esta mulher tem de ser cuidada para que esse sujeito que nasceu sobreviva (RODRIGUES, 2006).

Essa espécie de cristalização, de sacralização das mulheres no lugar da maternidade – seja para o cuidado, seja para a transferência de responsabilidade –, tida até então como “masculina” ou até mesmo do Estado, desafia e retarda a implantação de ações em prol dos direitos sexuais e da livre expressão da sexualidade. Esta discriminação será extensiva a mulheres que reivindicam de forma mais direta a vivência da sexualidade.

Outro aspecto importante a se considerar, entre as tendências reveladas atualmente pela política social e que influenciam esse quadro, é a centralidade alcançada pela noção de risco, a partir de determinado momento e em campos cada vez mais diversificados. No caso da política de saúde, o uso da noção de risco que se deu pela via da epidemiologia, que primeiro a legitimou e disseminou, provocou efeitos bastante negativos no contexto da epidemia da AIDS e, passadas mais de três décadas, foi reavaliado e deslocado para a noção de vulnerabilidade.

A articulação dessa noção de risco ligada à sexualidade e aos direitos sexuais tem imbrólios complicados, contribuindo decisivamente, e em diferentes oportunidades, para a patologização dos sujeitos cujas práticas e comportamentos destoam daqueles tidos como saudáveis e adequados, ou que não demonstram ter incorporado adequadamente todas as informações e normativas que lhes foram disponibilizadas.⁶

Isso se faz presente ainda hoje e pode ser observado em determinados modelos de educação em saúde, operacionalizados no próprio âmbito da saúde e da assistência social. Isso pode ser observado em *ações complementares*, por exemplo, que fazem parte do Programa Bolsa Família (PBF), grande iniciativa do governo, mas que também vem repercutindo estas tendências presentes na política de saúde, que consideram as mulheres, frequentemente, de uma maneira bastante instrumental.

6. A disseminação para outras áreas e políticas da noção de risco e de acepções e modelos a esta associados é um aspecto que parece particularmente preocupante nesse cenário. A política de assistência social é exemplar neste sentido. Uma inflexão potente na história anterior do país, a associação da assistência social à ideia de direito, presente na Constituição da República e na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) de 1993, foi deslocada e cedeu lugar, na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e no Sistema Único de Assistência Social (Suas), a noções como risco, segurança, proteção e vigilância social. A ancoragem nestas noções de risco, vulnerabilidade e vigilância como concepções-chaves para a estruturação do Suas parece não comportar muitas mediações. Como assinala Pereira (2007, p. 63-83), a assistência social passa a ser referida como política de “proteção social” em vez de “seguridade social”, e, neste deslocamento para a função de protetora, deixa de responder à garantia incondicional de direitos, assumindo como competência o provimento da “segurança”, de “sobrevivência”, de “acolhida” e de “convívio” às “populações em risco” ou “em face das situações de vulnerabilidade” (Brasil, 2005).

Tais circunstâncias, além, de situar as mulheres como um *não sujeito* daquilo sobre o qual elas devem se responsabilizar, produzem discriminação, caso estas não respondam a contento ou não façam o que lhes é demandado/atribuído dentro dos padrões “desejáveis” (RODRIGUES, 2008b, p. 220-241).

Os desafios relacionados à incorporação da sexualidade aos direitos sexuais das mulheres no campo de ação do Programa Saúde da Família (PSF) e no do PACS, ou no da ESF, parecem ser potenciados por paradoxos inscritos na dinâmica própria do sistema.⁷ As inúmeras dificuldades da atenção básica em servir efetivamente de porta de entrada para o sistema, com acesso garantido a todo e qualquer nível de atendimento, devem ser mencionadas entre estes paradoxos.⁸ Diante da cultura medicocentrada estabelecida e da incipiência da integralidade do SUS, sua legitimação encontra dificuldades inclusive entre aqueles contingentes a quem mais atende (a população de trabalhadores pobres). O que acontece, em regra, é que o grande contingente de pobres que utilizam a atenção básica chega, após longa e demorada espera, no nível secundário de atenção da saúde.⁹

A falta de legitimidade dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), dentro do sistema de saúde e junto aos profissionais que integram as equipes, é outro tema importante a ser considerado. No cotidiano, como regra, não dispõem de espaço dentro da organização dos serviços que permita efetivamente a incorporação de suas contribuições. Este é um tema que diz respeito a todo o *staff* da saúde, pois se enfermeiras e assistentes sociais – que frequentemente intermediam a relação entre os usuários e o atendimento médico – demonstram maior receptividade aos ACS, estes profissionais também carecem de legitimidade dentro do sistema de saúde, hegemonizado ainda pelo modelo biomédico. Deste modo, o PACS e suas equipes não conseguem fazer a informação circular e permear a sociedade, a equipe e o sistema, que é uma dimensão fundamental de seu trabalho.

7. Essas e outras questões referentes ao PACS mencionadas neste capítulo têm como fonte pesquisa desta autora, (em desenvolvimento) sobre a prevenção à violência doméstica na atenção básica à saúde – e, especialmente, a participação dos ACS. Em desenvolvimento, escolheu-se uma regional de saúde do DF em que se identificou a ocorrência de treinamento específico para os agentes comunitários – o único treinamento específico para a formação na área de violência contra as mulheres localizado envolve o Núcleo Bandeirante, o Riacho Fundo I e o Riacho Fundo II, a Candangolândia e os núcleos rurais Conglomerados Agrourbanos de Brasília (CAUBs) I e II, identificados durante a pesquisa de campo como os locais em que se concentram grande parte das agentes comunitárias da unidade de saúde.

8. A esse respeito, grupo de pesquisadores de Campinas, ligados a Gastão Wagner de Souza Campos e Emerson Merhy, assinala que se criou, na verdade, um falso mito ou uma falsa expectativa de que o bom funcionamento da atenção básica seria por si só suficiente para produzir a mudança do modelo, desconsiderando-se que a assistência à saúde e o acesso à parte biomédica não podem ser prescindíveis.

9. Na disciplina de política e saúde que Rodrigues oferece na universidade, em nível de graduação e pós, em que a autora teve a oportunidade de propor para a turma de graduação que fosse feita toda uma discussão teórica para, em seguida, realizar exercício prático, em que estudantes conheceram o sistema na condição de usuários do SUS, foi discutido em qual nível de complexidade do sistema estavam situadas as demandas individuais e as estratégias que seriam utilizadas para tentar obter acesso ao serviço. Passados dois anos e meio do término do curso, uma estudante veio procurá-la para dizer: “professora, lembra que eu precisava fazer um tal exame, porque tenho uma gastroenterite, que é muito complexa? Me ligaram pra dizer que vai sair hoje o exame”.

Embora a própria natureza de sua composição faça com que as equipes de ACS tenham, frequentemente, uma capilaridade muito grande (uma capacidade de coletar informações ou, mais do que isso, de atuar como uma espécie de tradutoras dos significados relacionados à saúde, disseminados entre a população que atendem), o não reconhecimento desse lugar privilegiado de tradução cultural, que as/os agentes comunitárias/os têm a capacidade de fazer em seu trabalho, é um elemento importante a assinalar. É um nível de informação nativa que, se tivesse outra legitimidade, poderia ter mais efeitos positivos.

O potencial de os conflitos relacionados ao campo da sexualidade e dos direitos sexuais envolverem violência deve ser uma dimensão tida permanentemente em conta pela área de saúde. As visões hegemônicas em nossa sociedade ainda restringem a possibilidade do exercício da sexualidade feminina a determinados limites, bastante estreitos e firmes. Conflitos e disputas referidas a construções de gênero e à sexualidade estão na base da violência intrafamiliar e da violência doméstica. Grande motor da violência doméstica, seja ela sexual ou não, estas construções determinam ainda os significados sobre a violência e as práticas profissionais das equipes de saúde (RODRIGUES, 2008a).

A violência, que tem também uma dimensão institucional, tende a aumentar com a discriminação em relação ao sexo, à orientação sexual e à etnia, somando-se à discriminação de classe. Quando entra a questão da sexualidade, e falamos de prazer entre homens, entre mulheres, entre homens e mulheres – como se observa na discussão da AIDS, mas não só aí –, o tom moralizante não está ausente e obstaculiza a atenção integral. Hoje, por exemplo, temos visto trabalhos em relação ao *bad backing* entre *gays* – e são desafios que, de maneiras diferentes, chegam ao serviço de saúde e à atenção básica, pois não são temas restritos a “pessoas com dinheiro”.

Infelizmente, é ainda recorrente que mulheres – sejam elas heterossexuais, lésbicas, *gays* e travestis pobres – usuárias do SUS, ouçam comentários jocosos sobre sua orientação sexual ou frases do tipo “por que você foi lá fazer e agora está aqui”, por apontarem para práticas sexuais consideradas “inadequadas” (FACCHINI e BARBOSA, 2006).

Uma das primeiras constatações trazidas pela análise dos dados da pesquisa anteriormente mencionada reiterou tendência identificada entre parte expressiva da sociedade brasileira e mostrou que o entendimento disseminado entre os ACS entrevistados destoa das noções de violência que sustentam seu reconhecimento como uma questão de saúde, pela política pública¹⁰ – para esses agentes,

10. Não obstante as orientações inscritas na Lei Maria da Penha e outras normativas governamentais, a maior parte dos equipamentos de política pública disponíveis não são de atenção continuada – em que deveriam estar atuando em termos de prevenção e instituições, como os Núcleos de Atendimento Familiar (NAFs) e os Centros de Referência da Assistência Social (Cras). A rede de atenção melhor estruturada está, sem dúvida, ainda na esfera do sistema de justiça criminal.

violência, em regra, é aquela violência física, visível. Se não deixa marcas, se ela não altera o cotidiano, ela não entra nesta categoria, não é violência. Muitas vezes, essa concepção é partilhada também pelas mulheres usuárias dos serviços. Como relatou uma entrevistada sobre comentário proferido por uma usuária: “ah, às vezes ele me xinga, mas você sabe como é homem...”. Já essa entrevistada ao ser indagada – como perguntado em nossa pesquisa –, responde: “você sabe de algum caso de violência, assistiu a alguma cena?”, não teve dúvida em sua resposta sintética: “não, não, não”. As concepções sobre gênero, masculinidade, feminilidade e sexualidade mediam assim o que será considerado violência e também influenciam as práticas de saúde em relação à temática (RODRIGUES e SILVA, 2011).

A ação dos/ das agentes comunitárias de saúde e o modo de lidar com a violência são influenciados ainda pelo fato de essas situações ocorrerem no lugar onde os profissionais do PACS vivem. Assim, além de estar presente entre as/ os ACS entrevistadas/ os, ideias disseminadas na sociedade em relação à violência doméstica, do tipo “ninguém deve meter a colher, porque depois eles se ajeitam, e eu é que fico mal”, e a noção do perigo, de risco iminente, são outros aspectos centrais na definição das práticas. O fato de que a denúncia (a quebra do sigilo sobre a violência) pode desencadear reações por parte do agressor e envolver não só a mulher em situação de violência, mas também o/a agente comunitário/a é um fator que muitas vezes aparece como inibidor de qualquer iniciativa. Para várias profissionais entrevistadas pela pesquisa, mesmo não sendo o/a ACS quem faz a denúncia – esta é uma atribuição de profissionais e responsáveis por serviços de atenção à saúde –, o simples fato de apoiar, de fortalecer, de estimular, a mulher é o suficiente para colocá-lo/a no lugar de responsável, e isso pode afetar sua integridade física. Deste modo, embora tenham conhecimento sobre as situações de violência, os ACS tendem a fazer uma análise em termos de custos e benefícios antes de dar publicidade à informação. O tema da notificação compulsória de situações envolvendo violência, prevista pelo MS, é revelador nesse sentido. Se, de um lado, há uma normativa clara, esta não prescinde de uma concertação acerca do significado da violência, sendo que, muitas vezes, esta não se concretiza ou se tem concertações provisórias.¹¹

A qualidade da atenção à saúde depende não apenas da participação ativa de sujeitos individuais e coletivos oriundos da sociedade civil e comprometidos com os direitos e a cidadania, mas também da presença de profissionais que “comprem” tais ideias. Esta observação não desconsidera tampouco a existência e a importância dos programas existentes no âmbito do MS (Estado). Procura apenas destacar a importância da existência de alguns sujeitos institucionais que adiram a

11. Não se propugna, neste capítulo, o relativismo absoluto, mas tampouco se podem desconsiderar os significados que estão postos pelos diferentes sujeitos; dá-se lugar à culpabilização dos sujeitos, categorizando-os como vulneráveis, ricos ou malandros, de acordo com a análise sobre a maior ou a menor concordância com as ações geradoras da violência doméstica, do aborto e da gravidez.

esses projetos e atuem em articulação com organizações da sociedade civil e outros sujeitos políticos pensar e formular modelos e, simultaneamente, desenvolver estratégias que permitam a implantação de ações no cotidiano dos serviços de saúde que, superando o formato de projetos-piloto, promovam os direitos e a cidadania.

É necessário e estratégico pensar a formação dos diferentes profissionais que integram as equipes de saúde nessa perspectiva. Essa é uma dimensão muito importante – a Jacqueline Brigagão vem de uma experiência de uma tentativa de ruptura com esta organização do modelo biomédico na formação –, que deve ser pensada no nível de graduação e pós-graduação, mas fundamentalmente no de formação continuada – ou seja, de quem está em atividade.¹² Parece ser necessária, nesse caso, a instauração de outro paradigma no que se refere à educação em serviço. As muitas e boas iniciativas, com perspectiva dialógica de formação continuada ou em serviço, não fazem parte da estrutura desses serviços, caracterizando-se como uma intervenção pontual e desarticulada do dia a dia profissional, que segue por sua própria conta, dinamizado por elementos conjunturais e estruturais.

Há de se ter em conta, por fim, que, apesar de muitas vezes estar subentendida a ideia de que todos e todas temos a mesma noção de saúde, isso não ocorre. Vários estudos têm demonstrado que a percepção sobre o que é ou não saudável não determina direta e inequivocamente as práticas sociais. Assim, observa-se a necessidade de superar definições meramente normativas, incluindo a dimensão cultural, as práticas e a trajetória política dos sujeitos, sejam estes usuários/as ou integrantes das equipes de saúde, para pensar a política de saúde e a política social de modo geral, de modo a promover a cidadania, os direitos e o exercício livre da sexualidade. Estas questões envolvem níveis de informação e de complexidade elevados, associados às peculiaridades das relações sociais e da organização local, bem como aos valores disseminados entre os sujeitos.

Vou ficar por aqui, creio ter lançado algumas ideias para conversarmos. Obrigada.

CLAUDIA PEDROSA:

Queria agradecer a Marlene, e vamos abrir para o debate.

MARIA APARECIDA ABREU (DISOC/IPEA):

É sempre bom ouvir as pessoas da área da saúde, porque, como a Marlene Teixeira Rodrigues falou, a saúde é vanguarda em várias coisas. Na participação social, foi

12. Recentemente, devido à vinculação de Marlene Teixeira Rodrigues à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, a autora teve a oportunidade de acompanhar o trabalho que o MS tem feito com o Fórum Nacional de Educação das Profissões na Área de Saúde (FNEPAS), com vistas a influenciar mudanças nos conteúdos curriculares de modo a incorporar a inter e a multidisciplinaridade e fomentar a ruptura com o modelo biomédico, na formação das profissões na área de saúde.

vanguarda na questão da relação entre sujeito e objeto, porque vocês transformaram o paciente, que é intuitivamente um objeto, em um sujeito, que também discute seu tratamento e que também pode debater a respeito de qual a melhor operação ou o melhor procedimento a ser adotado. Acho que a saúde também cumpriu um papel de vanguarda na subversão da relação entre público e privado, quando se criou o PSF. Nele, é como se o Estado dissesse: “olha, eu me importo com o que as famílias fazem dentro de casa” para poder fazer políticas públicas melhores. Na questão de gênero, acho que a saúde contribui para alguns pontos que vocês já levantaram, e eu nem gostaria de fazer perguntas mas, sim, que vocês falassem um pouco mais. Um dos desafios da política de gênero é conciliar algumas características específicas, que dizem respeito ao atendimento específico às mulheres, do qual não podemos escapar. E a Jacqueline bem falou que isso deve ser intensificado. Outro desafio é a universalização da mulher como sujeito, que é o que a igualdade de gênero demanda. Então, como conciliar isso?

A outra questão é como conciliar a autonomia e o direito ao corpo, que de certa forma fundamenta o direito ao aborto. Até que ponto isso não reforça a ideia de que a maternidade como um todo é uma atribuição só da mulher e que, portanto, o homem não tem de participar disso? E eu queria deixar claro que eu defendo o direito ao aborto, mas eu só queria levantar que, quando se defende isso de uma forma extremamente arraigada, na verdade, se está dizendo: “homem, fique fora do debate sobre a gestação”. Então, acho que estamos o tempo todo com tensões que, no fim, são difíceis de conciliar, e acho que a área de saúde pode contribuir muito para este debate, como, aliás, tem contribuído para todas as demais políticas sociais.

ELIZABETH SAAR (ÁREA DE SAÚDE, DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES – SPM):

Esse debate é todo muito interessante, porque estou, no meu dia a dia, tentando gerenciar esta coisa toda, que é a transversalização de gênero dentro das políticas de saúde. E não é fácil, porque essa é uma questão política, em que há relações sociais e relações de conflito, em que se encontram os ministérios e as pessoas.

Venho de uma corrente feminista; então, as coisas ficam muito mais evidentes e assumem para mim uma proporção diferente do que só incluir a questão de gênero dentro da saúde, que tem um componente mais difícil, por toda essa história. O movimento feminista tem toda uma tradição na área de saúde, tem uma história de contribuição para a formação do próprio SUS. Por conta disso, ver o SUS como uma política que muitas vezes vai em uma corrente contrária, é muito difícil. Quando você está falando, Jacqueline, da normatização e da efetivação, você está falando que as políticas têm determinado nível, mas elas têm de se concretizar em relações sociais que se dão nas unidades de saúde, no interior do PSF,

e isso – que, para quem estava envolvido, era dado – vai resultar em conflito com a questão da saúde reprodutiva. Por quê? Porque as adolescentes não vão falar da sua vida sexual para a sua vizinha. Não vão falar se são lésbicas. Já não falam sobre sua vida sexual se são heterossexuais; se não são, aí é que não vão falar mesmo. Então, já se contava com isso antes das tentativas mais concretas pós-2004, na elaboração do I Plano de Políticas para as Mulheres, e agora, na concretização do II Plano de Políticas para as Mulheres. Então, acho que é uma questão de conflito, e acho que quem sai ganhando é o discurso médico, sempre, inclusive nas ações da transversalidade. Então, eu declaro a derrota, mas não é uma derrota total, porque também conseguimos colocar isso nas políticas.

Mas quando se faz um balanço, do momento que se está vivendo hoje, o balanço de governo, há as ações materno-infantis. Por mais que se saiba que tem política disso, política daquilo, e coloca-se isso como um avanço, na hora de colocar as ações, vem mortalidade materna, não tem muito jeito. Eu gostaria que vocês falassem um pouco, porque a nossa sociedade está cada vez mais complexa, com mais variáveis para se fazer políticas e para se concretizar ações, e há uma figura de que eu senti falta na questão de todo o modelo da saúde, dentro do SUS, que é o papel do gestor local. Hoje se sabe que 80% daqueles que vão ao SUS são mulheres. A carta do usuário do SUS não toca em alguns pontos, e nós não conseguimos colocá-los lá porque o Conselho Nacional de Saúde (CNS) não tem muita abertura para isso. Há toda uma discussão que tem a ver com toda a sociedade em que vivemos, como a questão dos Cras, dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), das delegacias e dos juízes, que a questão da violência traz para nós, desse ponto, que hoje é a lei mais conhecida do país, a Lei Maria da Penha, e temos dificuldade de implementá-la na área da saúde. Conseguiu-se colocar a notificação compulsória, mas há a problemática de quem notifica e como notifica. Então, eu gostaria que vocês falassem um pouco disto e da dificuldade que a instituição de saúde tem de promover uma discussão para além dos seus muros, porque eu acho que isso é um complicador para a área de saúde. Vocês falaram da questão da educação, a questão do desconhecimento dos direitos; agora, isso requer um trabalho que vai para além da instituição saúde e, até onde eu sei, é uma discussão do próprio SUS, desde os seus primórdios. Estou trazendo isso não apenas porque é uma angústia pessoal e profissional, mas também porque eu não gostaria que as coisas ficassem assim: não há nada, nada acontece. É preciso falar não somente das impossibilidades, mas também falar das potencialidades para gerir esse mundo que nós construímos, que é o SUS e esses novos sujeitos de direitos que estão aí. São as prostitutas reivindicando, são os transexuais reivindicando e conseguindo algumas coisas normativamente; mas queria só trazer isso para mais próximo de quem gerencia.

JACQUELINE BRIGAGÃO:

Vou começar pela questão do aborto. Essa problemática que você colocou sobre o aborto e o direito ao corpo é mesmo uma questão complexa e ela atravessa tudo que tem essa relação com o direito reprodutivo, porque, na hora do nascimento, nós temos tido casos de mulheres que estão separadas dos companheiros, e o companheiro quer assistir o parto, quer ficar junto, e é digno e decente que ele fique junto da mulher. Mas temos de considerar alguns aspectos: em primeira instância, quem está se responsabilizando pelo nascimento é a mulher, porque o bebê está no corpo dela e mesmo que o sujeito diga “não aborte, porque eu vou criar”, ela tem o direito de não viver os nove meses de gravidez, porque senão estamos pedindo, de novo, que as mulheres, em nome da maternidade, abram mão dos próprios corpos, das coisas em que elas acreditam, dos seus desejos. Assim também é no momento do parto, e isso provoca discussões, porque há profissionais que partem do pressuposto de que ele como pai tem direito de assistir ao parto porque está nascendo o filho dele, mas quem está fazendo o parto é ela, e é do corpo dela que está nascendo o bebê, e, neste momento, que é um momento emocionalmente muito intenso, muito afetivamente carregado, ela não quer a presença dele. Então, isso dá grandes discussões do ponto de vista do direito à paternidade dos homens. Em minha posição pessoal, continuo advogando que o corpo pertence às mulheres, e elas escolhem quem vai estar no momento do parto. Além disso, está escrito na política que acompanhantes são as pessoas que ela demandar – o que significa colocar a autonomia nela, mas estas e outras questões são complexas, porque o ato da reprodução envolve dois; então, eu concordo que há tensões neste campo.

Agora, em relação às políticas específicas, o que estou tentando dizer é que precisamos permanecer com algumas políticas específicas para as mulheres, mas que, nestas, temos de ter incorporado o tema do gênero, porque, sem tê-lo incorporado, a política se torna materno-infantil. Na atenção básica, precisamos fazer um trabalho de educação continuada, ou qualquer nome assim, que denominamos oficinas, porque não gostamos da ideia verticalizada que o termo capacitação suscita. Então, em uma das unidades, são cinco equipes; e na outra, duas equipes. Quando começamos o trabalho – e agora já estou respondendo à questão sobre o gestor –, propusemos participar da reunião mensal que reúne todos os profissionais da unidade. Na reunião, fizemos a proposta de fazer um grupo para discutir as questões da atenção básica para aprender com todas e para ensinar um pouco do que sabemos sobre saúde da mulher, porque temos total interesse em discutir gênero e direitos sexuais e reprodutivos onde as ações acontecem. Minha escola é localizada no *campus* da Universidade de São Paulo (USP) situado na zona leste de São Paulo, que é uma região da periferia. Na minha concepção e na de algumas professoras, se vamos dar aula lá, se criamos essa escola e não fazemos ações diretas na comunidade, não adianta nada estar lá. Então, como a gente foi para lá, temos essa intenção de

ajudar a resolver os problemas locais. Neste sentido, propusemos a realização de oficinas, que podiam ser na USP, em que há o espaço; eles iriam até lá ou à unidade de saúde. Só que, para isso, era necessário uma hora e meia, e a ideia era fazer semanalmente; mas semanalmente era impossível, então ficou quinzenalmente. Então, o gestor da unidade, que acredita que é um trabalho importante – gratuito, oferecido pela USP, e, querendo ou não, essa grife da universidade ajuda muito –, perguntou se a autorização não poderia ser só para as agentes de saúde. Porque, para ele, seria impossível parar a unidade por uma hora e meia, quinzenalmente. Então, nós temos feito, desde 2008, os grupos somente com as agentes de saúde. E os grupos, pensando nesse ponto de vista da gestão, acabam trazendo muito a dimensão das condições profissionais delas. Isso que a Marlene falou ocorre em todos os lugares em que há agentes de saúde. Concordo com ela que os contextos locais dão formas específicas para as políticas. Os trabalhos do professor Peter Spink demonstram muito claramente a centralidade do local para as políticas públicas. Eu concordo com o que a Marlene falou, que a política costuma ser universal, mas que assume contornos locais; porém, eu ainda acho que temos de tentar fazer valer os princípios utópicos, e eles são nosso instrumento de luta.

E eu respondo à tua pergunta, Elizabeth Saar: no dia a dia, como se transforma isso, com os nossos alunos, o que eu falo? Vocês vão, fazem a discussão nos locais. Necessariamente, não é preciso modificar essa prática, mas você leva no bolso essa política, esse texto aqui da medicina baseada em evidências, discute com o profissional; e depois que ele vai embora para casa, isso ficou lá. Amanhã, você faz de novo; depois de amanhã, você faz de novo, e assim por diante. Com as agentes de saúde, temos tentado esta discussão, porque as questões dos direitos sexuais e do exercício da sexualidade são muito complicadas para todas nós, e não só para as mulheres da classe mais baixa. *Sex and the City*, a série, é nova no Brasil. Nós não pensamos como as americanas. Morei um tempo nos Estados Unidos, e a dimensão de gênero lá é tratada de uma forma muito diferente. Não estou falando que é melhor, nem que é pior. E nós não temos ainda o exercício pleno e livre da sexualidade, nem essa discussão muito ampliada. Trabalhar sexualidade com as agentes de saúde é um desafio.

Então, uma das discussões que temos feito com as agentes para tentar trabalhar isso, e uma das soluções que temos encontrado, é trazer um pouco da realidade para perto delas. Há um vídeo no *Porta Curtas* da Petrobras que retrata as meninas da Luz, que já são senhoras, contando que, na menopausa, a vida sexual melhorou muito. E quando elas falam de um modo direto, que sexualidade tem a ver com mulheres, com sujeitos vivos, independentemente da idade que elas têm, ou que estejam fazendo isso para ganhar dinheiro, ou não, mas que há sempre uma dimensão de prazer atravessando a sexualidade, vamos problematizando e ampliando o universo das agentes. Do ponto de vista

da gestão, o que acredito que temos tentado fazer é mostrar para os gestores locais que essas iniciativas dão certo. Estou pensando do ponto de vista da gestão local. Em São Paulo, hoje, vivemos uma situação atípica em relação ao SUS, porque há uma forte presença das organizações da sociedade civil. Elas são o grande guarda-chuva que admite e coordena o trabalho das agentes de saúde, e aí é preciso pensar os pontos positivos e negativos dessa gestão compartilhada entre público e privado.

NATÁLIA FONTOURA (COORDENADORA DA ÁREA DE IGUALDADE DE GÊNERO DA DISOC/IPEA):

Só queria tirar uma dúvida, Jacqueline. Esse tipo de capacitação das agentes é um exemplo do que você chama de política específica?

JACQUELINE BRIGAGÃO:

Não, de política específica eu chamei a Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal. As oficinas com as agentes são a aplicação da transversalidade, já que o foco central é a discussão das ações desenvolvidas na atenção básica. Mas queríamos incluir também os enfermeiros e os médicos, porque discutir somente com as agentes é pouco. O ideal seria que se fizesse essa discussão constante para mudar o jeito de a mulher ser atendida desde quando ela chega na unidade, porque a responsabilização pelas demandas e pelo acolhimento é de todos os profissionais que trabalham na unidade e não pode só estar centrada em um profissional. Mas ainda não conseguimos isso e temos feito reuniões periódicas para tentar sensibilizar as gestoras.

MARLENE TEIXEIRA RODRIGUES:

Quanto ao desafio, mencionado por Maria e posto à política de gênero, em conciliar características específicas – que dizem respeito ao atendimento específico às mulheres, do qual não podemos escapar e deve ser intensificado, de acordo com Jacqueline Brigagão – à universalização da mulher como sujeito, que é o que a igualdade de gênero demanda, a questão remete às conexões e às tensões analisadas por Lourdes Bandeira entre políticas para mulheres e políticas de gênero. Há políticas para mulheres que podem ou não ser políticas de gênero, assinala Bandeira. Ao examinar experiências de implantação do PBF, infelizmente, tendo a concluir que determinadas políticas para as mulheres – como o é esse programa –, além de não estarem se transformando em políticas de gênero, podem ser extremamente antiequidade de gênero (CARLOTO e MARIANO, 2010, p. 451-471). Esta é a grande questão a se verificar neste momento. A politização da maternidade demanda às usuárias mulheres dos serviços sociais que estejam à disposição em todo momento. Então, por mais necessárias que sejam, há de se ter atenção, pois as políticas para mulheres podem ensejar processos muito perversos, que reforçam a desigualdade.

Quanto à sua outra questão, Maria, sobre como conciliar a defesa da autonomia e do direito ao corpo, que, de certa forma, fundamenta o direito ao aborto, sem reforçar a ideia de que a maternidade é uma atribuição só da mulher e que o homem não tem de participar disso. A questão é relevante, mas não dá para tratar com um nível de igualdade de direitos alguém que ainda não existe, gravidez é um *se*. Pode ser um sujeito ou não. É o *se*, uma possibilidade. Então, por ora, nós temos uma possibilidade.

Sobre a questão da gestão local, mencionada por Elizabeth Saar, creio que a esfera do cotidiano é, ao mesmo tempo, o espaço de possibilidade e o lugar já sabido, onde pisamos e estabelecemos relações de diferente natureza. Seu incômodo em gerenciar no dia a dia as relações e os conflitos entre feministas e sanitaristas, que se encontram representados nos ministérios, é exatamente devido à sua trajetória e ao que você vê. A política de descentralização do SUS, que, ao mesmo tempo, confere poder e o reivindica no nível central, permite uma negociação política em que se somam os gestores locais. Estabelece-se aí uma espécie de diálogo entre o local e o global, impulsionado pela diretriz de descentralização inscrita na Constituição, no PNM. A disseminação de princípios e diretrizes democratizantes não significa a superação do conservadorismo, mas, muitas vezes, a apropriação discursiva de pautas e agendas progressistas, dentro do jogo da política e do convencimento. Há, ao mesmo tempo, um investimento nessas iniciativas fermentadas em nível local e, também, possibilidade de o ambiente externo tensionar essa parte mais conservadora da organização, o que pode ser observado também no nível da gestão e dos gestores. Para quem está nesse processo, todos os dias, há uma grande batalha e pequenas guerras, em que se vai fazendo um jogo de convencimento. O gestor local é, nesse contexto, investimento estratégico, por ser decisivo no processo de mudanças e na construção da adesão a novos marcos ideológicos ou caminhos. Para exemplificar, mencionaria a criação de coordenadorias da mulher em prefeituras brasileiras. O que se passa? Os prefeitos, homens em sua maioria, se tornaram feministas? Não, obviamente. Todavia, defender as mulheres, ainda que só em discurso, fica bem. Ademais, pode franquear acesso a alguns recursos financeiros do governo federal. Não obstante, a instauração deste espaço no organograma municipal abre uma oportunidade para que os sujeitos se articulem e promovam, por exemplo, uma discussão sobre o aborto.

Sobre o tema da intersetorialidade, Elizabeth, a questão da cultura política, a que me referi já no início, é frontalmente contrária aos princípios que ancoram a intersetorialidade. Essa cultura patrimonialista e hierárquica nos mantém, em certa medida, como um país de capitânicas, não é? Nós ainda somos, em certa medida, formados por capitânicas. Temos capitânicas nos estados, na universidade, nos ministérios e nas secretarias, que necessitam e terão de ser desestruturadas. Acho que é isso. Obrigada.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, M. J. **Violência institucional em maternidades públicas**: hostilidade ao invés de acolhimento como uma questão de gênero. 2010. Tese (Doutorado em Medicina) – Universidade de São Paulo, maio 2010.
- BANDEIRA, L. O que não estamos conseguindo alterar na questão da violência contra a mulher? **Jornal Fêmea**, Brasília, n. 129, out. 2003. Encarte Articulando.
- _____. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**: avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Brasília, 2005a. Documento preparado para o convênio entre a Cepal e a SPM. Disponível em: <http://200.130.7.5/spmu/docs/integra_publ_lourdes_bandeira.pdf>.
- _____. **A transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas**. Brasília: Cepal; SPM, 2005b.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica de Serviço Social – NOB/Suas**. Brasília: MDS, nov. 2005.
- CONHEÇA técnica da enfermeira que realizou parto de Gisele Bündchen na água. **Folha de S. Paulo**, 15 set. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/799240-conheca-tecnica-da-enfermeira-que-realizou-parto-de-gisele-bundchen-na-agua.shtml>>.
- CARLOTO, C. M.; MARIANO, S. A. No meio do caminho entre o privado e o público. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, maio/ago. 2010.
- CORREIA, S. Gênero e saúde: campo em transição. *In*: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. G. (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC; Ed. 34, 2002.
- FACCHINI, R.; BARBOSA, R. M. **Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas**: promoção da equidade e da integralidade. Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde, 2006.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminino e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 5, p. 7-41, 1995.
- JELIN, E. Construir a cidadania: uma visão desde baixo. **Lua Nova**: revista de cultura e política, São Paulo, n. 32, p. 39-58, 1994.
- LÖWY, M. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1985.

MEYER, D. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. **Gênero**, Niterói, v. 6, n. 1, p. 81-104, 2º sem. 2005.

MIOTO, R. C. T. Família e políticas sociais. *In*: BOSCHETTI, I. *et al.* (Org.). **Tendências contemporâneas da política social no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, P. A. P. A assistência social prevista na Constituição de 1988 e a operacionalizada pela PNAS e pelo SUAS. **Revista SER Social**, Brasília, n. 20, jan./jun. 2007.

RODRIGUES, M. T. **Luzes na clausura?** Um olhar sobre o Programa Bolsa Família em Belo Horizonte. Brasília: Agende, 2006.

_____. **Desafios e possibilidades de atuação dos agentes comunitários de saúde (ACS) no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher**. Brasília, 2008a. (Projeto de pesquisa Edital FAP no 07/2008.)

_____. Equidade de gênero e transferência de renda: reflexões a partir do Programa Bolsa Família. *In*: BOSCHETTI, I. *et al.* (Org.). **Tendências contemporâneas da política social no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2008b.

RODRIGUES, M.; SILVA, K. T. F. **O enfrentamento da violência contra a mulher e a atenção primária em saúde**: reflexões a partir do Programa Agente Comunitário de Saúde. Brasília, 2011. Mimeografado.

SPINK, M. J. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999.

TONELLI, M. J. F. Direitos sexuais e reprodutivos: algumas considerações para auxiliar a pensar o lugar da psicologia e sua produção teórica sobre adolescência. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, n. 1, p. 151-160, 2004. Número especial.

O TRABALHO DO CUIDADO (*CARE*) EM PERSPECTIVA COMPARADA: FRANÇA, JAPÃO E BRASIL *

Helena Hirata

HELENA HIRATA:

Gostaria de agradecer o convite para participar desse ciclo de debates, no qual apresentarei os resultados, ainda parciais, de uma pesquisa que venho desenvolvendo, com a Nadya Araújo Guimarães, da Universidade de São Paulo (USP), e a Kurumi Sugita, também do Centro Nacional da Pesquisa Científica (CNRS), intitulada “O trabalho de cuidado (*care*, em inglês) em uma perspectiva comparada: França, Japão e Brasil”.

A pesquisa tem como foco as teorias e práticas do *care* voltado para pessoas idosas, tanto no âmbito das instituições de cuidado como no das famílias. Este trabalho tem como pano de fundo teórico uma série de questões, que foram tratadas por mim, em outros artigos, e pela literatura feminista acerca do trabalho de cuidado.

A primeira dessas questões é a chamada conciliação entre vida familiar e vida profissional e os fundamentos de gênero para a análise dessa conciliação, que normalmente recai sobre as mulheres.¹ Deve-se ter em mente também a consubstancialidade das dimensões sociais para a análise das desigualdades de gênero, apontada por Danièle Kergoat (2010), que destaca que as relações de classe, raça e gênero são inseparáveis e coextensivas para a análise da tensão entre vida familiar e trabalho. Neste aspecto, uma suposta oposição entre uma luta geral e uma luta específica por mais igualdade seria falsa. Também é necessário lembrar que muitas das ideias e causas feministas são incorporadas pelo neoliberalismo para aperfeiçoamento das formas capitalistas de organização do trabalho, como bem aponta Nancy Fraser no artigo *O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história* (FRASER, 2009).

Na Europa, sustentam-se ideias de que existe a possibilidade de conciliação no mundo do trabalho para as mulheres. Mas, na realidade, isso é fonte de angústia e conflito. O amortecimento desta angústia é fruto do uso do trabalho de outras mulheres, trabalhadoras domésticas. As mulheres, então, estariam, do ponto de vista coletivo, destinadas a este trabalho (HIRATA, 2005).

1. Ver artigo de Hirata e Kergoat (2007).

Para o enfrentamento dessas questões, houve uma literatura científica e governamental na Europa desde o início dos anos 1990, tendo como objeto as políticas públicas na União Europeia. Na literatura em geral, o trabalho doméstico feminino é tratado como uma questão universal, mas há especificidades, como bem mostra o artigo de Fagnani e Letablier, acerca da realidade francesa (FAGNANI e LETABLIER, 2005). Assim, temos diversos modos de enfrentamento das tensões entre vida familiar e mercado de trabalho, bem como de acomodação da responsabilidade sobre o trabalho doméstico, por meio inclusive de políticas públicas distintas, que podem ser políticas de emprego, de enfrentamento das tensões no nível familiar, de expansão da rede institucional voltada para o cuidado etc.

Hoje estou no Brasil com uma bolsa de pesquisa da FAPESP como pesquisadora visitante, para dar aulas de sociologia na USP e para desenvolvimento da parte de campo da pesquisa intitulada “Teorias e práticas do *care* numa perspectiva comparada”, que é um estudo sobre o cuidado com as pessoas idosas nas instituições e nas famílias, no Brasil, na França e no Japão. Comecei no Brasil, em seguida vou para a França, e depois, para o Japão. Por causa desta pesquisa, o primeiro tema que devemos abordar é o de conciliação, e quando se fala de conciliação, deve-se falar de conflito ou antagonismo. Esta problemática da conciliação entre a vida familiar e a vida profissional na França e na Europa está relacionada com a ideia de que é possível as mulheres conciliarem vida profissional com vida familiar. O próprio termo conciliação tem como pressuposto a hipótese da possibilidade de conciliação harmoniosa entre vida profissional e vida familiar. No entanto, o que se vê na prática é que as mulheres sofrem para fazer esta conciliação e que ela pode ser fonte de angústias, de conflitos e de contradições. Se estas contradições e estes conflitos são amortecidos – o que o Congresso da Cepal está mostrando, neste momento –, é porque, no contexto do Brasil e da América Latina, este amortecimento é fruto da utilização de outras mulheres como empregadas domésticas, diaristas, cuidadoras etc., que estão no lugar das mulheres da casa, esposas, companheiras, executando uma série de tarefas – em vez de se colocar o conflito sobre quem é o verdadeiro responsável dentro de casa, entre o marido e a mulher, entre os cônjuges, este amortecimento só se torna possível com a transferência de parte do trabalho doméstico e de parte do trabalho de cuidado com crianças, idosos, doentes e pessoas vulneráveis para outras pessoas e de maneira remunerada.

Existe uma literatura científica, e também governamental, em toda a Europa, desde o início dos anos 1990 – isto é, há pelo menos vinte anos –, bastante vasta sobre a conciliação entre vida familiar e vida profissional, sendo que isto tem sido objeto de políticas públicas, sobretudo na Comunidade Europeia. E pode-se dizer que, nesta literatura, a conciliação se apresenta de forma universal, mesmo que, na prática, ela se aplique somente às mulheres. Então, Claude Martin – que é uma das pesquisadoras que têm se dedicado junto com Marie-Thérèse Letablier

à análise sobre a conciliação entre a vida familiar e a profissional – diz que este termo parece sugerir que o acúmulo de trabalho doméstico e exercício de uma atividade profissional pode ser feito em condições harmoniosas e que, portanto, na realidade, essa ideia está mais relacionada a uma sociologia do vínculo social, de complementaridade de tarefas e de papéis sociais do que dentro de uma sociologia de conflitos, de contradições, tensões etc. entre vida familiar e vida profissional. Logo, a questão do conflito vai se colocar de tal maneira que se resolva a relação entre família, Estado, mercado e voluntariado ou benevolato, que são os diferentes elementos em jogo para a análise do *care*, da política do cuidado dentro da família e da sociedade. Porém, todos estes termos, a família, o mercado, o voluntariado e o Estado, aparecerem como diferentes modalidades de resolução, que se apresentam de forma interdependente para tornar possível essa complementaridade ou para resolver esses conflitos, tanto em termos de políticas públicas como em termos de políticas das empresas, e em termos de soluções mercantis destas tensões e destas questões que se colocam no nível familiar.

Na minha análise, vejo quatro modelos de conciliação. O primeiro modelo é o modelo tradicional, que ainda existe em alguns países, mas é evidentemente um modelo bastante minoritário hoje, em que o papel doméstico de cuidado com os membros da família e do trabalho doméstico é assegurado de maneira inteiramente gratuita pelas mulheres, e o de provedor confiado inteiramente aos homens. Este não é o modelo associativo familiar, no qual os dois trabalham, o modelo dominante nos países capitalistas avançados hoje. Mas ele existe e, curiosamente, existe em países como o Japão, onde, num período da vida das mulheres casadas com filhos pequenos, persiste um modelo tradicional, no qual só o homem é provedor, e a mulher não consegue trabalhar, pois existe uma norma social muito forte de que as mulheres não podem trabalhar porque devem se dedicar às crianças pequenas, aos maridos etc. Esta é uma norma social muito pesada, forte e rígida, veiculada por todas as redes sociais: os sogros, os pais, os avós dos dois lados, os vizinhos, os amigos, a família, a sociedade como um todo, as instituições como escolas e empresas, todas elas se conjugam de modo a não deixar que as mulheres se sintam à vontade em trabalhar deixando os filhos pequenos em casa e deixando o marido cuidando dos filhos pequenos, por exemplo. Então, esta realidade torna muito difícil que vigore outro modelo que não o tradicional.

O modelo da conciliação é aquele que incumbe às mulheres realizarem a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar. De acordo com Letablier, trata-se de um modelo maternalista, porque só a mulher realiza a conciliação, mesmo que o modelo seja difundido como se todos executassem esta conciliação, mas, na verdade, não são todos que a executam. São as mulheres que têm essa carga simultânea de responsabilidade profissional e de responsabilidade familiar.

O terceiro modelo, que eu chamo de modelo de parceria, presume a igualdade de *status* sociais entre os sexos, e foi o tipo de paradigma avançado e colocado no

momento da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, organizada pela ONU, em 1995 em Pequim. Neste modelo, as mulheres e os homens são apresentados como parceiros e existe aí uma relação de mais igualdade do que de poder. Este paradigma poderia remeter a uma prática de repartição de tarefas domésticas do casal, mas as pesquisas têm mostrado que a realidade é bastante distanciada deste modelo de parceria em que os casais partilham as tarefas domésticas.

Finalmente, o modelo da delegação, que pra mim é uma hipótese de trabalho, mas creio que, cada vez mais, esse modelo substitui ou se sobrepõe ao modelo da conciliação. Aqui, as mulheres confiam a outras mulheres a execução de toda uma série de tarefas domésticas e de cuidado. A possibilidade desta delegação se deve a dois fatores: o primeiro é a polarização do emprego, ou seja, a existência de mulheres executivas e com profissões de nível superior, tipo de trabalho em que elas não podem fazer tudo o que têm de fazer dentro de casa, o que acarreta a delegação deste trabalho para outras mulheres, membros da família ou remuneradas. É essa polarização que permite, de um lado, a existência de mulheres que aceitam estas tarefas e, de outro, mulheres que podem desenvolver toda uma carreira profissional, porque possuem o lado doméstico assegurado por outras mulheres, com quem elas têm uma relação evidentemente de antagonismo social, ocupando lugares bastante distintos na produção e na reprodução social. Por exemplo, no Brasil e na América Latina é comum que as famílias tenham empregadas domésticas, diaristas, babás, mas, em países como os Estados Unidos e outros do hemisfério norte, o que se pode dizer é que é muito fácil perceber a diferença social entre estes dois tipos de mulheres. Nestes países, as mulheres que realizam os serviços de babá e empregada doméstica são normalmente migrantes, que vêm da América Latina, da África, da Ásia, da Europa do Leste, e são mulheres que deixam seus filhos com outro membro da família, por exemplo, filhos mais velhos, às vezes com maridos que permanecem no país, com avós, ou, ainda, pagam outras mulheres para poderem ser babás, ou cuidar de idosos etc., não têm a possibilidade de ver os filhos, senão uma ou duas vezes por ano no máximo.

Essas migrantes não têm, portanto, a possibilidade de cuidar dos seus próprios filhos e cuidam, na verdade, de crianças de parentes ricos e de crianças de famílias com posses, que acabam tendo, na realidade, duas mães: a mãe biológica, que está sempre trabalhando, viajando, mas está lá de vez em quando, e a substituta, que dá, evidentemente, todo apoio que ela pode às crianças de que ela cuida, apoio que não é dado aos seus próprios filhos.² Então, o que se pode dizer é que há uma assimetria enorme de *status* social, que evidentemente tem repercussões em outros níveis, como o emocional destas mulheres, que têm uma relação de emprego que as leva a não poder se ocupar realmente dos seus próprios filhos e ter relações afetivas e materiais com eles. Quando estava no Japão, em março passado, conheci uma filipina que trabalhava em Toquio, como empregada na casa

2. Cf. o comvente relato da situação das migrantes asiáticas na Europa feito por Hochschild e Ehrenreich (2003)

de um grande industrial francês, casado com uma brasileira. Ela dormia e fazia tudo na casa – que inclusive tinha 500 m², o que, para o Japão, é muito grande. Perguntei a ela: “as Filipinas são tão perto, cerca de quatro horas daqui, por que você não vai lá com mais frequência?” E ela respondeu que ia somente uma vez por ano, porque, se ela fosse, não receberia, pois não tinha férias quando ela queria e custava dinheiro, então, não adiantaria nada ela trabalhar em Tóquio e gastar o dinheiro para visitar os filhos toda hora.

Desse modo, certamente há toda uma série de dificuldades que são claras dentro desse modelo da delegação. O que é interessante é que este modelo da delegação é possível não somente pela polarização do emprego, mas também pelo aumento das desigualdades sociais. Apenas a existência da polarização não levaria à existência do modelo de delegação, é necessário também um aumento das desigualdades sociais e haver, para uma série de mulheres dispostas a adotar esse tipo de emprego e a fazer migrações internacionais para países ricos a fim de assegurar a subsistência dela, da família, dos filhos, que, muitas vezes, ainda têm uma família ampliada. Acredito que essa é uma questão bastante importante e nos lembra, por exemplo, a tese da Lourdes Beneria, Maria Floro e outras, na *Feminist Economics* (BENERIA *et al.*, 2000), dedicadas ao gênero e à globalização. As autoras dizem que a desigualdade entre os sexos pode até ser favorável à economia e não quer dizer que seja contraproducente do ponto de vista da competitividade econômica. O fato de as desigualdades entre os sexos aumentarem pode eventualmente ser benéfico do ponto de vista do funcionamento econômico, mas isso tem de ser visto também do ponto de vista de uma reflexão feminista, o que significa, portanto, esta questão de desigualdade. Enfim, para mim, estes diferentes modelos são importantes, e eu fiz uma análise destes quatro modelos aplicados ao Japão. Não vou apresentar aqui estes três casos, o caso da França, do Japão e do Brasil, por falta de tempo, pois eu não poderia falar do *care*, que é a outra parte desta exposição. Mas eu remeto ao livro *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*, que saiu no mesmo ano, 2008, na França e no Brasil, pela Editora da Fundação Getúlio Vargas, graças a um financiamento da Petrobras, pois, além dos custos da publicação, tinha também os custos da tradução, visto que uma parte dos artigos era em francês. E eu uso estes quatro modelos para apresentar estes três casos – Brasil, França e Japão –, nesse livro, ao qual vocês têm acesso facilmente.

A análise que vou apresentar sobre o *care* é uma extensão dessa análise sobre vida familiar e vida profissional, e podemos dizer que há, claro, duas vertentes bastante distintas de reflexão sobre o *care*, até a partir da ideia de uma etnóloga francesa, Florence Weber, publicado num trabalho recente. Uma é a vertente de análise da ética e política do *care*, que aí vai para uma reflexão teórica geral que é muito importante fazer, mas que não será exposta aqui, pois requereria um seminário específico. Mas imagino que vocês tenham trabalhado um pouco com

os clássicos da teoria do *care*, da política, da sociologia moral e política, que são, fundamentalmente, Carol Gilligan (2008), que publicou *In a different voice*, nos Estados Unidos, em 1982 – a autora é uma psicóloga do desenvolvimento moral das crianças e dos indivíduos. Outra cientista política, Joan Tronto (2009), trabalhou com a questão do *care* sob uma perspectiva feminista. Dela provém a ideia de uma política do cuidado e a ideia de que toda a sociedade tem de cuidar do conjunto dos indivíduos, porque, em algum momento, todas as pessoas são vulneráveis, e essa vulnerabilidade de todos, em algum momento do ciclo de vida, tem de ser levada em conta pela sociedade para que haja uma “desgenerização” do *care*, para que deixe de ser uma atividade e um trabalho decorrente de uma solicitude puramente feminina, como a atual situação, e passe a ser retomado igualmente, ou exercido igualmente por homens, por mulheres e por toda a sociedade, e não apenas por algumas categorias de pessoas com características específicas etc.

Quem é atualmente a trabalhadora do *care* de maneira remunerada? Nos países em que há migração estrangeira, são as migrantes estrangeiras; nos países onde não há migração estrangeira, são as migrantes internas, como é o caso do Brasil. No Brasil, as pessoas que trabalham com o cuidado, são as cuidadoras e as empregadas domésticas, que exercem esta função de cuidado, embora não sejam cuidadoras oficialmente na carteira de trabalho; as auxiliares de enfermagem; as técnicas de enfermagem; e algumas que são mais qualificadas, de uma maneira geral, são migrantes internas. Internas, no caso do Brasil, e estrangeiras, no caso da França, especialmente as africanas, da África negra, da África do norte e do Magreb (Argélia, Tunísia e Marrocos); no Japão, as asiáticas, desde os acordos de cooperação com a Indonésia e as Filipinas. Pode-se dizer que, destas trabalhadoras de cuidado, nos três países que estou estudando, mais de 90% são mulheres. São muito poucos homens. E me parece evidente que há uma relação entre a pouca existência de homens neste terreno do trabalho com o cuidado e a pouca profissionalização, ou a profissionalização incipiente destes ofícios de cuidados.

Então, pode-se dizer que o termo “cuidar” já existe há muito tempo no Brasil e em outros países de língua latina, porque, em espanhol, também é cuidar, cuidador. O termo *care* também é difundido na linguagem latina e pode-se dizer que existe desde sempre, mas as profissões do *care*. Os termos usados são cuidador, no Brasil; auxiliar de vida social (*auxiliaire de vie sociale*), na França; ou *kaigo shoku* (cuidador, *care worker*), no Japão. Estes são termos bem mais recentes, isto é, trata-se de um ofício, não é bem uma profissão, mas é um ofício que está se constituindo atualmente de maneira ainda bastante incipiente. Por exemplo, quando eu cheguei aqui no Brasil, eu falava cuidadeira, porque achava que não existia um termo em português que correspondesse ao *care worker* e, depois, à medida que conversava, entrevistava etc., notei que as pessoas utilizavam o termo cuidador, mas esse não é um termo que está difundido na sociedade. Então eu descobri que só em 2002 a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) introduziu o termo cuidador.

Quer dizer, o termo cuidador aparece na CBO em 2002 e, portanto, aparece neste mesmo ano na Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

Nós estamos fazendo uma análise da Rais, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e da Pesquisa de Emprego e Desemprego de São Paulo (PED), para investigar como a institucionalização dessas categorias se faz no âmbito da nomenclatura estatística para tentar comparar a do Japão, a do Brasil e a da França. Mas evidentemente é muito complicado, até porque cada país tem seu próprio instrumental estatístico, o que tem muito a ver com a construção social justamente dos termos estatísticos e do seu significado. Certamente, nos casos da França e do Japão, estas estatísticas já existem ligadas a outras formas societais e a outras profissões, e acho muito difícil a gente conseguir ter uma homogeneização estatística que nos permita a comparabilidade. Mas, por exemplo, a comparação entre categorias como sexo e idade é perfeitamente factível e possível, e é o que estou tentando fazer e espero que, com a ajuda de colegas competentes como a Nadya Araújo Guimarães, que tem mais experiência do que eu nos aspectos relativos à pesquisa quantitativa, consigamos chegar a um máximo de comparabilidade possível entre aparatos estatísticos tão diferentes, com o intuito de captar uma realidade que é tão pouco formalizada em termos estatísticos até agora. Acho que o exemplo claro é a PED. Nós solicitamos e somente após muito esforço conseguimos finalmente o *pocket* da PED de 2008 e 2009 (espécie de anotações que os pesquisadores fazem) mais o questionário da PED, e aí é possível verificar, por exemplo, que as pessoas que se apresentam como empregadas domésticas, ao descreverem suas atividades, falam, por exemplo, “cuido de idosos”.

Dessa maneira, verificamos que as empregadas domésticas que aparecem como tal no instrumental estatístico, na realidade, são cuidadoras, que não têm este reconhecimento de cuidadoras, e que não recebem, portanto, como cuidadoras, mas como empregadas domésticas, porque as cuidadoras têm um salário um pouco superior ao da empregada doméstica, dado que elas têm uma padronização no nível dos hospitais, elas têm uma existência, digamos, um pouco mais formalizada do que as empregadas domésticas. Então, constatamos que muitas pessoas se apresentam como empregadas domésticas, mas são na realidade *caregivers*, cuidadoras. E o sindicato no qual fiz as entrevistas se chama “sindicato dos empregados domésticos”, embora só tenha mulheres, inclusive, pelo que observei, raramente eles recebem algum homem. Quando recebem, trata-se de caseiros, de motoristas, de jardineiros. E as mulheres que atendem, diretoras do sindicato, que é filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), atendem ao telefone e dizem: “aqui é do sindicato dos trabalhadores domésticos do município de São Paulo”. As mulheres, que compõem a diretoria do sindicato, em nenhum momento, contestaram o fato de só haverem mulheres e o nome do sindicato continuar sendo sindicato dos empregados domésticos. Isto me lembra muito a coordenação das enfermeiras na França. As enfermeiras fizeram uma coordenação que é uma

espécie de organização parassindical, que agrupava enfermeiras sindicalizadas e não sindicalizadas. E, neste caso, elas realmente conseguiram impor nas assembleias, nos documentos, o termo coordenação das enfermeiras. Apesar disso, há uma minoria de enfermeiros na categoria, por exemplo, de psiquiatria, porque é necessário força física; ou que são enfermeiros em setores muito sofisticados do ponto de vista da qualidade tecnológica, como setores que têm *scanners*, cirurgias computadorizadas, ressonância magnética, setores onde há máquinas mais caras e nos quais se colocam homens considerados tecnicamente mais competentes e que ganham, evidentemente, mais do que as mulheres que são enfermeiras. Portanto, nestes setores existem enfermeiros, mas elas disseram “nós somos majoritariamente mulheres, então, nós vamos nos chamar de sindicato das enfermeiras, e os homens vão se chamar de enfermeiras”, ou podem se chamar de enfermeiros, mas vão estar num sindicato de enfermeiras, porque a maioria é de mulheres. E isso vingou, no caso francês. Mas as empregadas domésticas no Brasil realmente não se deram conta de que elas teriam que mudar. E a CUT também não está fazendo nada, porque a CUT poderia dizer “vamos mudar o nome para sindicato de empregadas domésticas”, mas vocês podem ver que no Brasil todos os sindicatos de empregadas domésticas se chamam sindicatos de empregados domésticos. O que é interessante é que o nível de utilização da linguagem revela o nível de consciência da desigualdade, da questão da relação de gênero na sociedade.

Estatisticamente e oficialmente – porque oficiosamente acho que é bem mais –, nós temos 6 milhões e 300 mil empregadas domésticas no Brasil; 2 milhões só em São Paulo. Desses 6,3 milhões, há 400 mil homens – quer dizer, são poucos –, em geral caseiros, motoristas, predominantemente copeiros, jardineiros, ou seja, são ocupações muito diferentes das empregadas domésticas. Eles não fazem as mesmas coisas e são 400 mil de uma população de 6,3 milhões.

No sindicato dos empregados domésticos, observei que há muito mais mulheres que cuidam de idosos e estou associando isso à minha pesquisa. Todas as segundas-feiras, pela manhã, vou ao sindicato e pergunto a todas as pessoas que chegam: “a senhora teve experiência no cuidado de idosos ou cuida de idosos?” Em um dia, de 9h às 16h, obtenho quatro ou cinco respostas positivas, pessoas nestas condições. Então, é muita gente.³ E nós observamos que existem muitas pessoas que trabalham com cuidado, que cuidam de pessoas idosas, que cuidam como babás, que são chamadas de empregadas domésticas e estão estatisticamente entre elas, e que não são consideradas nem babás, nem cuidadoras e que ganham como empregadas domésticas, mas exercem a função específica de cuidadoras.

3. Lembro-me muito bem de uma época em que pesquisava sobre desemprego com John Humphrey, em 1981, em São Paulo, quando íamos para o Jardim São Luís, um bairro bastante populoso e proletário, e tínhamos aquele mapa da Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados) e nós visitávamos um a cada dez domicílios e encontramos a todo momento desempregados, que respondiam à nossa pesquisa. Então nós observamos que havia muita gente desempregada morando naquele bairro proletário da zona sul de São Paulo.

E estou fazendo também pesquisas nas instituições de longa permanência de idosos (ILPIs), nas quais as pessoas são cuidadoras ou auxiliares de enfermagem, e, nestas instituições, existe realmente, em termos de profissionalização, uma maior clareza. Era a este ponto que eu estava querendo chegar, que os homens, em geral, são reticentes em relação a esta profissão por falta justamente de profissionalização, por falta de salários condizentes com a profissionalização. Isto é, com a impossibilidade de ter uma carreira e com a possibilidade de ter um tipo de trabalho que seja reconhecido como tal, então temos a questão do reconhecimento do trabalho. Entrevistei homens os quais me disseram que tinham família e que o salário oferecido na ILPI não era suficiente pra manter o seu papel de provedor e, portanto, eles não poderiam ficar. E, na realidade, eu sempre notei a proporção de só um homem em instituições com aproximadamente 25 a 30 pessoas cuidando de idosos. Realmente é uma proporção muito pequena e, de fato, também devem existir mulheres que têm esse mesmo problema, que vivem sozinhas, são chefes de família, e cujo dinheiro não dá para sustentar a família, então fazem outros bicos. Elas trabalham 24 horas seguidas, e depois folgam 24 horas, então, muitas vezes, elas vão trabalhar em uma segunda instituição, o que constitui significativo desgaste físico-mental.

Para falar da questão do reconhecimento, muitas entrevistadas, muitas empregadas domésticas ou cuidadoras se queixam justamente da falta de reconhecimento do trabalho que fazem, não só no nível material, monetário-salarial, mas, sobretudo, da falta de reconhecimento da atividade que elas exercem, tanto pelas famílias que as empregam, como em relação a outros empregados. Isto é, elas são cuidadoras, mas têm outras pessoas que cozinham e fazem outros serviços para a casa. Então, muitas vezes, elas não são as únicas pessoas que têm uma atividade doméstica remunerada na família, e elas dizem que não são reconhecidas nem pelos outros empregados domésticos nem pelos outros membros da família.

Acho que nessa leitura recorrente da realidade do trabalho na qual não há reconhecimento é difícil introduzir as categorias da Nancy Fraser, porque, pelo meu ponto de vista, estas não correspondem exatamente ao discurso que tenho ouvido nas minhas pesquisas. Tanto para Nancy Fraser como para Axel Honneth, a questão do reconhecimento é muito relacionada com teorias dos movimentos sociais. Acho que, para eles, a questão do reconhecimento está muito associada com a questão da identidade, da identidade sexual, de orientação sexual, da identidade étnica, da identidade de gênero etc. e aparecem sempre como ponto de partida para a mobilização e a organização sociais. Por exemplo, Axel Honneth faz uma sociologia dos movimentos sociais, quer dizer não é uma análise psicológica, nem uma filosófica –, embora ele seja filósofo –, do que é o reconhecimento, a reação de reconhecimento numa relação intersubjetiva. E também me parece que Nancy Fraser – ao colocar a justiça como uma questão de reconhecimento mais

redistribuição, no sentido de que as duas coisas devam existir, de ter que imbricar as duas coisas – também pensa o reconhecimento como o início da afirmação de uma identidade de grupo, que leva a uma mobilização, a uma luta pelo reconhecimento, que é uma luta imediatamente coletiva. Creio que, na análise do trabalho e na análise da questão do reconhecimento no trabalho, é mais pertinente utilizar as categorias da psicodinâmica do trabalho de Christophe Dejours e de Marie Pezé, a partir de uma análise psicossomática, ou seja, das relações entre a psique e a soma. Estas análises estão mais diretamente relacionadas com a questão da falta de reconhecimento no trabalho pelo outro, e este outro normalmente são as autoridades, isto é, os hierarquicamente superiores. Então, a afirmação de que não são reconhecidas, o desejo de serem reconhecidas, a existência de uma humilhação e a falta de reconhecimento da dignidade delas etc. são pontos que, claro, tanto o Honneth quanto a Fraser analisam nesse processo. Tudo que implica humilhação, que implica falta do resgate da dignidade – para falar como a Laís Abramo –, acho que todas essas questões relacionadas com um déficit de reconhecimento no trabalho – me parece – têm uma possibilidade de formalização de análise mais eficaz a partir das análises da psicodinâmica do trabalho, da psicologia do trabalho e, muitas vezes, da psicanálise relacionada com o ato do trabalho e da atividade do trabalho. Certamente, há também uma maneira de utilizar essas diferentes vertentes juntas. Por exemplo, o Christophe Dejours, nos anos 1990, falou muito da questão do reconhecimento, mas ele não tinha nenhuma reflexão sobre a questão da luta pelo reconhecimento, mais no plano filosófico. Ele nunca citou o Honneth, por exemplo, e só muito recentemente, no fim dos anos 2000, ele trabalhou mais diretamente e mais explicitamente as publicações do Honneth, sobre o que ele entende por reconhecimento no trabalho, falta de reconhecimento no trabalho, em termos de psicologia do trabalho, e o que a análise da filosofia política leva em conta e que enriquece essa discussão sobre o reconhecimento. Então, talvez seja possível pensar em termos de integração e de utilização simultânea das contribuições destes autores, inclusive porque o Christophe Dejours sempre se referiu, desde os anos 1990, ao reconhecimento e à redistribuição, e não creio que ele tenha tido conhecimento do trabalho da Nancy Fraser, senão mais recentemente. Logo, é toda uma discussão sobre o que torna possível a sublimação do trabalho, que torna possível considerar que o trabalho é sublimatório e não patogênico. Isso passa pela questão do reconhecimento e da redistribuição. Esta é, sem dúvida, uma das questões que vou discutir aqui.

Falo aqui de uma análise de Miriam Glucksman, em termos de mercado, família e Estado para quatro países – Itália, Holanda, Suécia e Inglaterra –, que eu, a Kurumi Sugita e a Nadya Araújo Guimarães estamos tentando adaptar para pensar o caso na França, no Japão e no Brasil.

No caso da França, no que se refere unicamente às pessoas idosas, o *careworker* (*aide à domicile, auxiliaire de vie sociale*) recebe do setor público uma série de subsídios: o Allocation Personnalisée d'Autonomie (APA), subsídio personalizado de autonomia, concedido às pessoas idosas na França; a redução de impostos e o plano de serviço à pessoa – também chamado de plano Borloo, em homenagem ao nome do ministro que o implantou em 2005. Estas duas políticas públicas, sobretudo a redução dos impostos, estão certamente ligadas, no caso da França, como muitas vezes nas políticas públicas deste país, a uma política de emprego. É uma forma de incentivar a criação de mais empregos. Ao mesmo tempo, ao conceder uma série de benefícios, como diminuição de impostos etc., incentivam as pessoas a contratarem as cuidadoras. Já que, para ser possível contratar assistentes de vida social com benefícios, ou o Estado está pagando diretamente ou eles estão propiciando uma redução dos impostos dos contratantes. E não precisa ser só cuidadora de idoso ou babá, mas isto também é válido para empregados domésticos. Por exemplo, eu tenho um empregado doméstico que é refugiado do Ceilão, ele vai a minha casa duas horas a cada duas semanas. Ele mesmo me diz que não vale a pena declarar, porque é muito pouco, pois significa quatro horas no mês. Mas é claro que o subsídio é dado para as pessoas empregarem outros empregados domésticos por mais tempo, mais horas, e declararem para se beneficiarem de uma redução de imposto. Então, isso ajudou a criar empregos, não tanto quanto o governo gostaria, mas certamente criou um número de empregos neste setor. E, claro, no nível do mercado, existe toda uma série de serviços, tanto de firmas privadas, quanto de empresários individuais – e eu me refiro a pequenas empresas no nível do mercado – que oferecem cuidadores tanto para as famílias quanto para as instituições de idosos. Além do mercado negro dos trabalhadores domésticos, como é o caso, por exemplo, do meu empregado doméstico, que não é declarado. Na França, as organizações não governamentais (ONGs) e as associações sem fins lucrativos exercem um papel dinâmico muito importante e se constituem como mediadoras entre as famílias que necessitam de empregados domésticos, de cuidadores ou de babás, e as pessoas que desejam se empregar nesse campo. Desse modo, estas associações são muito dinâmicas, existem há muito tempo, e são pagas pela própria família ou pela APA, que paga as pessoas escolhidas pelas associações para trabalhar com as famílias. Existe também a própria família que cuida de forma informal e gratuita. Esta cadeia é formada por diferentes elos que formam estes círculos, fundamentalmente são o mercado, a família, o Estado (setor público) e as ONGs ou o voluntariado. Há também, em muitos casos, o sistema dos benévolos ou dos voluntários, que fornecem gratuitamente esse trabalho.

No caso do Japão, a configuração do cuidado aos idosos é relativamente diferente. O setor público é menos importante, menos presente que na França. Contudo, existe a política do Long Term Care Insurance (LTCI) – ou, mais simplesmente, *kaigo hoken*, seguro para o *care*. Criada em 2000, é uma política

pública na qual o Estado arca com 90% do custo dos serviços, e o restante, 10%, é pago pela família que utiliza o serviço, independentemente do serviço ser contratado no mercado ou nas ONGs. Não podemos negar que há também a participação do trabalho informal, gratuito, da parte das famílias, mas, no caso do Japão, os idosos são um número mais significativo, o envelhecimento é um fenômeno muito mais maciço do que na França ou no Brasil. Quando você examina as curvas de crescimento da população de 65 anos, você vê que, na França, o ritmo do crescimento está relativamente lento, mas a tendência é crescer, num futuro próximo – atualmente, 17,5% da população tem mais de 65 anos. O Japão passa por um processo muito rápido, que começou nos anos 1980, e podemos dizer que é uma sociedade superidosa, com 22,6% da população constituída de pessoas de mais de 65 anos.

No caso do Brasil, há uma tendência bastante vagarosa, mas recente, e pode se tornar um problema sério num futuro próximo, uma sociedade em vias de envelhecimento: o número de idosos com mais de 65 anos é de 6,9%. Porém, as desigualdades regionais são enormes no Brasil, por exemplo, no caso de São Paulo, 11,5% da população tem mais de 60 anos, mas a porcentagem de idosos é de 6,9% para o Brasil como um todo, que é uma cifra padronizada, tirada do *World Population Prospect*. Observamos que, no Japão, a curva é ascendente e muito maior; no Brasil, a curva está bem mais abaixo, e, na França, está numa situação intermediária entre os dois.

No Brasil, é muito tênue a presença do setor público em relação ao cuidado com os idosos. Existe uma preocupação, mas não é exatamente uma política pública de cuidado com os idosos, e, sim, o Programa Saúde da Família, que, há aproximadamente oito anos, oferece um tipo de trabalho preventivo em relação à saúde do idoso. Este programa conta com dois tipos de agentes, os agentes comunitários de saúde (ACS) e os agentes de proteção social (APS). Eles visitam as famílias, sobretudo na periferia, e perguntam a todos os membros da família se há algum problema de saúde e, conforme as respostas, tratam os idosos, as crianças e os adultos. Mas esta, obviamente, não é uma política de cuidado com uma população específica. É uma política de cuidado com a família e com a saúde da família. Por isso é que o Poder Público não está representado por uma linha contínua, e, sim, por uma pontilhada. Contudo no, âmbito municipal, da Secretaria Municipal de Saúde da cidade de São Paulo, existe a outorga de trabalhos de *care* no Programa de Acompanhamento de Idosos (PAI), desenvolvido por meio de ONGs, ou associações como a Associação Saúde da Família, que emprega três mil pessoas; e a Nossa Senhora do Bom Porto, que é mais da periferia. Estas duas associações têm equipes de 17 pessoas, com médicos, assistentes sociais, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, dez cuidadores em cada equipe, mais uma secretária administrativa e um motorista com carro. No total são 150 cuidadores contratados pela prefeitura, pela Secretaria de Saúde, via estas ONGs, com autorização da secretaria para

cuidar dos idosos. A ONG Associação Saúde da Família (ASF) trabalha em cinco regiões na cidade de São Paulo e presta serviços com cuidadores, não só os de saúde. Levam os idosos ao banco quando precisam e não podem ir sozinhos, ou seja, acompanham-nos em diversas atividades que eles não podem desempenhar sozinhos. Todavia, 150 cuidadores é muito pouco para atender os idosos que existem na cidade de São Paulo. Este é um programa na esfera municipal, mas, de acordo com os coordenadores desta atividade na Secretaria Municipal de Saúde, não existe coisa similar em outras cidades ou em outros estados do Brasil.

Assim, o setor público está realmente muito pouco presente no cuidado aos idosos. O que existe é o mercado, tanto as ILPIs quanto os empresários individuais. Existe uma profusão e um grande desenvolvimento de empresários individuais que começam a criar agências de *homecare* para colocar em contato pessoas que são trabalhadoras na área de cuidados com as famílias que têm necessidade. Os empresários que entrevistei, como parte da minha pesquisa, dizem que é um tipo de empresa muito fácil de criar. Um deles disse que começou só com um telefone, em seguida comprou um computador e não precisa mais do que isso. Então, o capital inicial para se começar este trabalho é muito pequeno, e o trabalho se desenvolve de uma maneira estrondosa, porque há muita necessidade, há muita demanda reprimida, que eles conseguem rapidamente desenvolver.

E, para terminar, claro que na família existe o *care* informal e também o trabalho das mulheres tanto pagas quanto não pagas, porque, ao contrário da França e do Japão, onde existem poucas empregadas domésticas, a família desfruta de trabalho doméstico remunerado, e não apenas de trabalho gratuito.

Além das ONGs, há o setor de benevolato e toda uma série de instituições de longa permanência que são filantrópicas e que realmente vivem das doações das pessoas – entidades físicas e jurídicas – que doam alimentos e dinheiro etc., e voluntários que substituem os empregados que as ILPIs, por serem filantrópicas, não têm condição de contratar e remunerar. Estou desenvolvendo a pesquisa em uma dessas ILPIs filantrópicas, ela conta com vinte cuidadores com nível de auxiliar de enfermagem, que cuidam de 86 idosos, mais oitenta voluntários, que fazem diferentes trabalhos, desde descascar batata até escolher feijão como faz um grupo de quatro pessoas que todos os sábados comparece na instituição. Existem outras formas de benevolato, tais como: pessoas que auxiliam idosos que não conseguem se alimentar de maneira independente e outras.

Enfim, o que eu queria mostrar é que são gráficos muito diferentes para os três países, e o que estou mostrando é uma análise ainda bastante preliminar. Então, acho que podemos começar o debate. Há várias questões teóricas que estão nas agendas de pesquisa de vocês e há também uma série de questões ligadas ao desenvolvimento das pesquisas sobre gênero, equidade, igualdade que tem a ver com esse conjunto de preocupações que eu expus de maneira relativamente

pouco sistemática, mas também em decorrência da dúvida do que seria mais frutífero do ponto de vista do debate. Portanto, falei de várias coisas para abrir a possibilidade de debates diferentes.

MARCELO GALIZA (DISOC/IPEA):

Minha fala está mais focada em minha curiosidade em relação ao modelo da França, porque, seguindo os modelos de conciliação que você expôs, parece que eles estão transitando para um modelo de delegação, em vez de um modelo de parceria. Eu gostaria que você colocasse um pouco a importância do Estado para a implementação destes modelos, e que você discorresse mais sobre o assunto e, ainda se tivesse uma bibliografia pra sugerir neste aspecto, seria interessante para o que nós estamos estudando.

NATÁLIA FONTOURA (DISOC/IPEA):

Toda a sua fala conversa plenamente com nossas reflexões atuais e com nossos textos que estão em vias de serem publicados, que é essa discussão com relação ao cuidado e com grande foco nas políticas, porque é o ponto onde nós queremos chegar. É muito importante termos este *background* teórico, que é muito útil para iluminar nossas reflexões, sobretudo para chegar à proposta de políticas públicas para o nosso país, inclusive inspirados sob a luz do que os outros países estão fazendo. Então, na mesma linha do que o Marcelo colocou, até para entender os casos da França e do Japão, focando no cuidado dos idosos, mas acho que pode ser facilmente transposto para o cuidado das crianças, eu gostaria de ouvir uma indicação de literatura, uma reflexão sua. Porque estivemos recentemente num seminário sobre o uso do tempo, e há uma série de estudos que mostram o quanto as famílias francesas dedicam menos tempo ao cuidado com as crianças, justamente por todas as políticas públicas existentes, pela universalização da educação infantil desde os 3 anos, a educação em tempo integral. Enfim, o quanto as políticas determinam, configuram a questão do cuidado e, por consequência, a questão da desigualdade de gênero entre os familiares: a distribuição do tempo, a distribuição do trabalho, a disposição da mulher de trabalhar. Nós discutimos aqui no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) muito essa questão das políticas do cuidado, políticas para “liberar a mulher”, já que é a mulher que trabalha em casa mesmo. Logo, o objetivo no Brasil é fazer com que a mulher possa entrar no mercado de trabalho, que é uma visão bem pragmática, mas nós também temos que ter cuidado com o quanto este tipo de abordagem reforça estas convenções de gênero que são exatamente as que a gente quer enfrentar. Em que ponto estas políticas pragmáticas podem ser conciliadas com políticas voltadas para a igualdade de gênero, que nós propomos, até no Plano de Políticas para as Mulheres, mas que ainda são, na minha opinião, muito abstratos e etéreos, como “campanhas de estímulo à divisão do trabalho

doméstico”? Aqui, no Brasil, acho que a gente engatinha muito quanto a isso, até porque não temos muitos dados sobre uso do tempo, por exemplo. Outra questão de grande interesse do Ipea, e estamos dentro de um projeto grande em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) sobre o trabalho doméstico. Estamos dando início a uma pesquisa qualitativa bem interessante, que articula os dois polos de interesse: a desigualdade das mulheres dentro de casa e a inserção das mulheres no mundo do trabalho. O trabalho doméstico vem articulando essas duas questões também, trazendo o problema da desigualdade social no Brasil de maneira muito evidente. Acho que é uma questão que se coloca todos os dias em nossas casas, o tamanho da desigualdade social que existe em nosso país. Você falou das experiências de profissionalização do trabalho doméstico, e eu acho que, dentro dessa questão do trabalho doméstico, existe a ideia de “queremos menos trabalhadoras domésticas”, porque essa é uma profissão que ninguém quer ou porque essa não seja uma profissão que as pessoas queiram, como todas as outras. Então, se antes nós falávamos que, se as desigualdades do Brasil fossem reduzidas, menos pessoas teriam condições de arcar com uma empregada doméstica e que isso é desejável, a experiência do mundo está mostrando que o trabalho doméstico só se expandiu. Então, qual a perspectiva nesse sentido? E a questão dos idosos e do envelhecimento da população brasileira também vem reforçar este questionamento. Porque, no limite, sem o trabalho doméstico, a solução é institucionalizar tudo: as crianças vão passar o dia todo nas creches e escolas, os idosos vão passar o dia todo em alguma instituição de cuidado de idosos. Imagino que não se pretenda isso.

HELENA HIRATA :

Pelo menos os idosos dizem que querem ficar em casa e que gostariam de serem cuidados em casa.

NATÁLIA FONTOURA:

No Brasil há uma diretriz nesse sentido, na política de assistência social: da institucionalização para o cuidado em domicílio. O nosso foco de interesse ainda é principalmente o cuidado com as crianças, até porque há uma lacuna muito grande nas políticas de cuidado de crianças no Brasil. E olhando as figuras do seu trabalho, acho que são perfeitamente transportáveis para o cuidado com as crianças. E pelo pouco que fiz de pesquisa, ainda acho que a produção acadêmica e a literatura têm um enfoque maior no cuidado de crianças.

HELENA HIRATA:

No Brasil há muito mais instituições de cuidado com as crianças do que de cuidado com os idosos.

NATÁLIA FONTOURA:

As creches, mesmo havendo poucas, ainda são em maior número do que as instituições de cuidado com idosos. É sobre isso que nós acabamos de escrever agora, num texto que será publicado no livro *Perspectivas da política social*. Apesar dos grandes avanços das mulheres no mercado de trabalho, caso tudo continue da mesma maneira, o envelhecimento da população pode significar um retorno das mulheres, em decorrência de elas terem que se dedicar aos cuidados dos mais velhos. Dentro desta pesquisa, percebemos a falta de mais literatura sobre o cuidado com os idosos. E, por último, tenho uma questão acerca de um debate recente que houve na França, sobre o último livro da Elizabeth Badinter. Gostaria de ouvir você sobre esse debate, pois eu acho muito interessante essa questão da nova maternidade, que pode significar um retrocesso para a questão da mulher, mas, ao mesmo tempo, pode ser vista como um ganho para as crianças e para as mulheres, porque, se as mulheres foram até a ponta, tiveram acesso ao mercado de trabalho e se tornaram grandes executivas, até que ponto não é um ganho elas reconhecerem que querem exercer seu papel de mãe. Enfim, eu queria ouvir a sua opinião, porque nós ainda não começamos este debate aqui, mas está engatinhando. Enfim, por enquanto é isso.

HELENA HIRATA:

Em relação ao que disse o Marcelo, sobre o modelo da França, eu acho que de fato este país se caminha para o modelo da delegação. Penso que, entre os três países, o que mais claramente está caminhando para o modelo da delegação é a França. Sua questão é interessante e eu ainda não pensei qual seria o papel do Estado na conformação desse modelo de delegação, porque é claro que este modelo não surgirá sozinho, e o Estado tem o papel de impulsionar e de criar mecanismos e instituições de forma a ajudar que o modelo de delegação tenha uma estruturação mais ou menos sólida.

E eu acho que o caso que a Natália levantou, evocando do cuidado das crianças, é um bom indicador, porque há muito mais estudos e pesquisas sobre o cuidado com crianças e há muito mais instituições. Uma das convergências, resultado que eu tenho dessa pesquisa comparativa, que já dá para ter mesmo sem ter ido a campo na França e no Japão, é de que os três países se apoiam, para o cuidado dos idosos, nas instituições municipais. Eles se apoiam em estruturas municipais, como é o caso do Programa Federal Saúde da Família, que emprega as mulheres que moram no mesmo bairro, e o cuidado dos idosos da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo também; é uma secretaria municipal, só que tem muito pouco cuidado com os idosos, e aí, o que eu posso dizer, a partir das análises que nós fizemos da Rais, é que justamente há muitas instituições municipais. Só que a Rais agrega as instituições que cuidam dos idosos e aquelas que cuidam

de crianças. Nós achamos que tem poucas creches no Brasil, mas, ainda assim, elas são em maior número do que as instituições municipais que cuidam de idosos. Na classificação da Rais, não dá pra desagregar mais do que cinco dígitos, e então não dá pra separar as instituições de cuidados de idosos e de crianças, o que torna muito difícil a nossa análise, e não é o caso nem da PED, nem da PNAD.

MARCELO GALIZA:

Mas há uma classificação de sete dígitos...

HELENA HIRATA:

Sim, mas não é possível fazer uma série histórica. Vamos acabar tendo que fazer a análise a partir de um determinado ponto no tempo. É interessante a sua questão sobre como o Estado vai intervir na conformação desses modelos. Eu acho que pelo menos no nível de formação; esse é um dos instrumentos, o de formação profissional. Em 2002, o governo francês criou um diploma de um ano de estudo, oferecido pelo Estado, reconhecido pelo ministério da educação francês e que faz com que a pessoa possa exercer a função de cuidador. Então, o diploma também é uma maneira de suscitar mais empregos, mais qualificados, para que as famílias possam delegar mais facilmente as tarefas. Por exemplo, no Brasil, no Sindicato dos Empregados Domésticos do município de São Paulo, as cuidadoras, que são empregadas domésticas sem esta formação específica, são aconselhadas a não dar remédio, a não dar injeção, a não fazer os atos técnicos que normalmente a família pede para que façam. Porque eles acham que devem proteger a empregada de ser culpabilizada por doença, acidentes, ou morte dos idosos, já que ela não tem a formação de um auxiliar de enfermagem, por exemplo, pra executar estes atos técnicos. Então, o fato de haver um diploma, o fato de o governo criar toda uma série de mecanismos de formação profissional ou simplesmente de classificação das ocupações, de maneira a que a classificação da ocupação corresponda a um nível salarial, por exemplo, são todos esquemas no âmbito das políticas públicas do Estado que podem redundar num crescimento desta tendência à delegação. Pois assim se cria uma série de possibilidades institucionais para facilitar a delegação, porque evidentemente as pessoas têm de ter um nível de confiança nestes profissionais para confiar seu pai, sua mãe, seu filho etc., externalizando o cuidado. Então, acho que certamente é uma coisa que não posso responder com mais exemplos, porque não pensei particularmente no assunto, mas certamente é interessante relacionar o Estado com os modelos de conciliação, tal como você sugeriu na sua pergunta.

NATÁLIA FONTOURA:

A isenção de imposto de renda também é um mecanismo...

HELENA HIRATA:

Certamente, claro! A isenção de imposto de renda é um mecanismo importante na França e isso foi claramente criado sob a justificativa de criar empregos. E muitas vezes as políticas públicas francesas têm como último objetivo criar empregos, porque eles estão sempre preocupados com o nível de desemprego. Por exemplo, por causa da política de natalidade, existe um tratamento muito importante a pessoas que têm três filhos; também é considerada uma política de emprego, nas políticas públicas ela aparece como política familiar, só que não é uma política familiar, pois já constatamos estatisticamente que com três filhos as mulheres deixam de trabalhar. Estatisticamente, há um número considerável de mulheres que deixam de trabalhar a partir do terceiro filho. Então, se você cria uma incitação financeira muito interessante para as mulheres terem três filhos, é uma forma de fazer com que haja algum emprego a mais à mão de obra que precisa de trabalho. Então, é uma política de emprego disfarçada muito comum na França. E existe também a alocação parental de educação (APE), em que, durante três anos, a mãe⁴ pode ficar cuidando do seu filho ganhando metade do salário mínimo francês e depois pode voltar a trabalhar, mas durante este tempo todo você ganha para cuidar do filho. E é uma maneira de fazer com que as mulheres deixem empregos para outras pessoas enquanto cuidam dos filhos em casa. Este tipo de política, na realidade, tem em vista às mulheres porque os homens não param de trabalhar para cuidar de filho. Mulheres de nível salarial muito baixo – operárias, vendedoras, domésticas, auxiliares de escritório etc. –, porque o salário delas não é muito diferente daquilo que o governo oferece para que fiquem em casa cuidando da criança. Os homens não requerem o benefício dessa alocação nem pessoas mais qualificadas, com salário maior, porque esse recurso não vai dar para manter o nível de vida se você tinha uma profissão mais qualificada, mais bem remunerada. E depois é muito difícil você voltar, depois de três anos. É muito difícil voltar ao mercado de trabalho, porque sua formação e experiência profissional já estão defasadas. É muito difícil você voltar ao emprego depois de ficar durante três anos em casa.

MARCELO GALIZA:

Um homem pode pedir esse benefício?

HELENA HIRATA:

Pode, mas mais de 90% são mulheres. Isso, de certa forma, me leva a responder ao que a Natália tinha colocado, que é a questão: a gente vai deixar tudo se institucionalizar ou a família pode continuar tendo um papel? Porque de fato

4. Em teoria, pode ser pai ou mãe, mas as mães são a maioria absoluta dos beneficiários da APE.

existe essa ambiguidade, essa ambivalência entre, de um lado, este interesse em socializar tudo, e de tornar o Estado onipresente, com o privado reduzido ao mínimo, mas existe outra possibilidade, que é fazer com que as famílias possam ter boas condições de cuidar das pessoas idosas nas próprias casas, seja por intermédio de cuidadores que são pagos e profissionalizados, seja pagando os próprios familiares, o que é uma tendência. Já existem políticas deste tipo, já existem projetos de políticas deste tipo, inclusive na França e no Japão. E a ideia é que a gente deve remunerar, por exemplo, uma filha idosa, que não está trabalhando, mas que está cuidando da mãe, que é ainda mais idosa, ou, por exemplo, filhas jovens que estão semiempregadas ou não estão com o emprego decente que elas gostariam de ter. Assim recebendo uma certa soma do Estado, trabalhariam na própria casa delas cuidando de um familiar, de um membro da família, que pode ser um avô ou um filho com alguma deficiência. Nós sabemos que existem muito mais pessoas com deficiência nas casas, mais do que imaginamos. E há pessoas que não podem casar nem trabalhar fora e que têm que ser cuidados por alguém, e são os familiares que cuidam, porque ainda há muito poucas instituições para o cuidado de pessoas com deficiência. Então, há realmente essa questão família/Estado, família ou Estado, família e Estado, e existe um debate e uma controvérsia muito importantes em relação à questão de remunerar pelo trabalho de *care*, porque existe toda esta discussão em torno do fato de que o trabalho do *care* é um trabalho que é ideologicamente feito por amor, pelo dom, pelo afeto, pela vocação, pela ideia de cuidar dos seus próprios pais e filhos. Esta ideia de que o *care* dentro da família é feito como um dom impede, na realidade, ou torna muito difícil e controvertido, que este trabalho possa começar a ser pago, o que significa pagar alguns membros da família para cuidar de outros membros da família. Já no passado, tradicionalmente no movimento feminista, existia esse debate sobre o trabalho doméstico remunerado. Sobretudo, na Espanha, houve muito debate por parte do movimento feminista, que advogava pagar as mulheres donas de casa porque elas trabalhavam. Só que, na França, nós éramos muito contra esse tipo de política, porque achávamos que significaria eternizar este trabalho doméstico para as mulheres, porque recebendo por este trabalho as mulheres nunca vão poder fazer outro trabalho, sempre se vai considerar que o trabalho delas é este, principalmente. Achava-se que isso iria discriminar e eternizar o papel subordinado das mulheres na sociedade e fazer com que as mulheres somente fizessem trabalho em casa. É esse debate que vai ressurgir, quando formos discutir se é devida ou não a remuneração pelo cuidado de pessoas idosas. Mas já vi pessoas dizerem que cuidam da mãe e que gostariam de ser pagas, porque elas não conseguem, ter um trabalho decente fora de casa etc. ao mesmo tempo em que cuidam da mãe. Então, existe uma espécie de demanda difusa de salarização e de remuneração desse tipo de trabalho pelos próprios familiares. Mas é uma discussão explosiva porque o Estado vai pagar a família? Desde quando o Estado teve que pagar familiares para cuidar de outros familiares? Toda a ideia do dom acaba aí nesse caso.

Como o próprio Marcelo estava dizendo que seria interessante ter referências bibliográficas, há uma revista intitulada *Le care: entre transactions familiales et économie des services* (2008), no qual foi publicado um artigo de uma socioeconomista muito conhecida, Viviane Zelizer, de Princeton. Ela tem um artigo nessa publicação que se chama *L'économie du cara (A economia do care)*. Também tem o livro *Les services à la personne* (DEVETTER; JANY-CATRICE e RIBAUT, 2009), que é muito interessante, porque, nele, de uma maneira bastante sintética, os autores falam dos diferentes aspectos: da profissionalização, da formação, das estatísticas, as políticas públicas em relação aos idosos e o conjunto das políticas em relação às pessoas. Então são dois livros que considero úteis para discutir a questão da economia do *care*.

Acho que na questão da proposta de políticas e na relação entre a questão do cuidado de crianças e de idosos, o que me parece mais relevante são as normas sociais. Por exemplo, na França existe uma norma muito clara de trabalho em tempo integral para as mulheres. Desde o início do século, está mais ou menos legitimado o lugar das mulheres no trabalho assalariado como trabalhadores em tempo integral, o que não é o caso, por exemplo, de outros países da Europa, como a Alemanha, os países nórdicos, a Inglaterra, onde o número de trabalhadoras em tempo parcial é mais de 50%. Diz-se que há muitas pessoas que têm trabalho assalariado, mas, se vocês forem ver, há 70% de mulheres que trabalham em tempo parcial, como é o caso da Holanda. Então, são trabalhadoras, mas não são trabalhadoras em tempo integral e recebem salário parcial. Claro que há o trabalho em casa, elas estão no trabalho e na casa e as crianças estão na escola por meio período. Elas têm relativamente poucas creches, poucas instituições de cuidado e isso tem impacto sobre o mercado de trabalho e o lugar que elas têm na sociedade, na maneira como elas são vistas como mães e como trabalhadoras. No caso do Japão, como já disse, elas aparecem como mães principalmente e não como trabalhadoras. Fiz uma entrevista com uma japonesa que era enfermeira-chefe, então ela tinha o estatuto de executiva, ela tinha um trabalho de supervisão que foi abandonado, porque seu trabalho começava às 5 h da manhã e terminava às 10 h da noite e ela só podia deixar o hospital quando todos os problemas da enfermagem estavam resolvidos. Ela tinha um filho de seis meses e o seu marido apontou que ele cuidava de si e da criança todos os dias, e que aquilo não era possível. Isso é uma situação muito comum para as mulheres, em que ela permanece em casa fazendo tudo, mas para os homens é um escândalo. Ela era uma enfermeira chefe, e ele, um motorista de ônibus, então ele tinha um horário de trabalho muito mais regular, não havia um horário em que ele tinha que fazer muito mais coisas depois do expediente. Então ela teve de deixar o trabalho.

ALGUÉM DA PLATEIA:

Ela devia ser a provedora, então...

HELENA HIRATA:

Ela não era a provedora, porque, no Japão, os homens recebem salário-família, com uma série de adicionais que levam em consideração a situação familiar deles, pelo fato de o salário deles ser um salário de provedor. Então, nesse caso, o que aconteceu é que ela deixou o trabalho e estava procurando outro de tempo parcial, que é de apenas uma hora a menos que o tempo integral, só que não há benefícios sociais: o salário é pago por hora, não há qualquer possibilidade de formação profissional, nem de promoção, nem de carreira, não têm direito a férias, a décimo terceiro salário, à seguridade social, à aposentadoria, a se sindicalizar, não têm direito à nada. Então, quando você, Natália, menciona a necessidade de verificar se os cuidados e os mecanismos institucionais se combinam, certamente estas normas de trabalho das mulheres têm papel fundamental. É claro que é necessário mencionar as pesquisas de uso do tempo e, no Brasil, não há uma pesquisa de uso do tempo, o que é uma pena, embora a PNAD tenha alguma coisa. Ontem, num debate, a Ana Flavia Machado, do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais (Cedeplar), forneceu dados para o Brasil que me surpreenderam. Os dados que tenho da França são de que uma mulher casada, com filho pequeno, gasta 4 horas e 36 minutos por dia com trabalhos domésticos, enquanto os homens gastam 2 horas e 15 minutos. Então, os homens casados com filhos pequenos trabalham mais ou menos a metade das mulheres em termos de trabalho doméstico. Este trabalho doméstico, evidentemente, inclui também cuidar dos filhos, cuidar da lição de casa, levar para a escola etc. E estas 2 horas e 15 minutos dos homens, comparadas com as 4 horas e 36 minutos das mulheres, é algo muito específico, porque a gente sabe que estes homens levam e buscam os filhos na escola, fazem aquelas compras grandes de fim de semana, trocam as lâmpadas quando elas queimam, e fazem algum tipo de conserto, *bricolage*, como se diz na França, enquanto as mulheres limpam o banheiro e fazem uma série de coisas que os homens nunca fazem em casa. No caso do Japão, as mulheres nas mesmas condições, casadas e com filhos pequenos, trabalham 4 horas e 30 minutos por dia de trabalho doméstico, e os homens, 20 minutos. E eu já vi os homens, como eles trabalham: eles chegam às 10 h da noite, a mulher já preparou a comida e ela está ali servida, já preparou o banho, porque lá é necessário preparar o banho, pois preferem o ofurô ao chuveiro, aí eles comem, veem o bebê e, quando o bebê começa a chorar, já dão rápido para a mulher, porque tem que trocar a fralda etc. Essas atividades já ultrapassam os 20 minutos diários por eles destinados ao trabalho doméstico. E, no Brasil, o que a Ana Flavia apontou foi que, no Brasil, temos 18,5 horas por semana das mulheres, o que dá 2 horas e 35 minutos por dia, e 4,2 horas para os homens, o que dá 37 minutos por dia. Achei pequenos os números, que eram de 2007. Será que é porque não é contabilizado o tempo que as empregadas domésticas gastam para fazer o trabalho doméstico?

NATÁLIA FONTOURA:

A PNAD pergunta: quanto tempo você dedicou na semana passada aos afazeres domésticos? Então a pessoa tem que mais ou menos calcular na cabeça, o que é muito diferente de uma pesquisa de uso do tempo tal como é feita na França. Imagina se você tivesse que responder a essa pergunta, calcular é muito difícil. Então a gente tem uma medida muito aproximada. Mas, mesmo assim, há uma tendência bastante regular, que tende a corresponder à realidade.

HELENA HIRATA:

É porque na França há o preenchimento de uma ficha-calendário do uso do tempo. A cada hora, as pessoas preenchem indicando o conteúdo de suas atividades. Aqui, de qualquer forma, temos os homens trabalhando um quarto do tempo das mulheres.

NATÁLIA FONTOURA:

O dado que temos é diferente. Os homens trabalham um terço do que as mulheres trabalham, acho.

HELENA HIRATA:

Eu sempre digo que a gente não tem dado nenhum para o Brasil, porque não há nenhuma pesquisa equivalente de uso do tempo.

NATÁLIA FONTOURA:

É, há só uma perguntinha, essa da PNAD, desde 2001.

HELENA HIRATA:

Bom, agora a questão da creche, que você [Natália Fontoura] mencionou. A questão da creche e do Programa Bolsa Família é uma temática muito interessante, porque ajuda a pensar tanto na creche como em outras políticas públicas. Há estudos, como o da Bila Sorj, por exemplo, que apontam que o programa Bolsa Família, embora promova um empoderamento das mulheres no âmbito das famílias, não incita as mulheres a trabalharem, a entrar e permanecer no mercado de trabalho assalariado; enquanto as mulheres que têm à disposição creches ou maternais também têm mais acesso e se mantêm mais no mercado de trabalho. Então, existe uma espécie de oposição, que é feita na literatura, entre esses dois tipos de política.

MARIA APARECIDA ABREU:

Há um estudo, feito pela Silvana Mariano e por Cássia Carlotto (2011), que aponta ressalvas ao empoderamento das mulheres operado pelo Bolsa Família, a partir da experiência no município de Londrina. Este estudo foi publicado na *Revista de*

Estudos Feministas, e, numa versão ampliada, pelo próprio Ipea, no livro *Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil*. Neste estudo, a autora aponta a sobrecarga assumida pelas mulheres neste programa, pois ela se torna responsável por tudo na vida familiar.

HELENA HIRATA:

Então temos que examinar essa sobrecarga que recai sobre a mulher, porque ela se torna responsável pelas crianças, pela casa, pelo idoso, por gastar bem o dinheiro e não ir para o bar beber, como se as mulheres não gostassem de fazer isso, e só gostassem de gastar o dinheiro para a família e para o cuidado com as crianças.

NATÁLIA FONTOURA:

E há mais uma questão de uso do tempo aí, porque, sobre o tempo de lazer das mulheres e o tempo de lazer dos homens, há muito a dizer, principalmente em relação às mulheres pobres, que não têm este tempo.

HELENA HIRATA:

Aí entra a questão da Badinter. Acho muito interessante tudo o que ela diz e escreve, mas, ao mesmo tempo, é preciso fazer esse recorte de classe que você acabou de fazer, porque ela fala a partir da sua experiência, da classe social à qual ela pertence e das intelectuais que representam o grupo social dela. Então, quando você lê, fica claro que mulher da periferia brasileira não poderia dizer o que ela diz, porque não haveria a possibilidade nem de colocar a questão, por falta de lazer, de tempo, pela impossibilidade de ler, de pensar, de formar ideias, opiniões etc. É claro que são grandes as mudanças que ocorreram no estatuto das mulheres, na independência, na autonomia, o fato de que elas fazem carreira, que muitas estão melhor que homens, se comparadas com homens de classes subalternas, os guardas, os seguranças etc. Neste prédio, por exemplo, você vai dizer que as mulheres que estão aqui presentes estão numa posição melhor no nível social, no nível financeiro, econômico etc. em relação a muitos homens. Então, a partir desta experiência, a gente pode realmente pensar se a volta a certo tipo de “maternagem”, de cuidado com a família, com a casa, com a decoração, com uma série de coisas domésticas não seria uma volta frutífera, positiva e enriquecedora. Acho que é uma volta que pode ser colocada a partir de uma experiência de outra coisa, que é o que ela teve, a possibilidade de preencher outros papéis, fazer outras coisas etc. Então, acho que depende muito da classe social, da formação, da própria personalidade de cada uma. A Badinter tem sempre estudos muito interessantes, mas, ao mesmo tempo, muito situados socialmente. São muito parciais e, de certa forma, antifeminista, em relação ao feminismo político. Na França, se diz muito que as feministas são vitimistas, mas, até certo ponto, não se pode dizer que elas não sejam realmente vítimas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L.W. **O resgate da dignidade**: greve metalúrgica e subjetividade operária. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.
- BADINTER, E. **O conflito, a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- BENERIA, L. *et al.* Gender: a special issue on globalization. **Feminist Economics**, v. 6, n. 3, p. VII – XVIII, nov. 2000.
- COSTA, A. *et al.* **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.
- DEJOURS, C. Analyse psychodynamique des situations de travail et sociologie du langage. *In*: BOUTET, J. (Org.). **Paroles au travail**. Paris: L'Harmattan, 1995.
- DEVETTER, F.-X.; JANY-CATRICE, F.; RIBAUT, T. **Les services à la personne**. La Découverte, 2009. (Collection Repères).
- FAGNANI, J.; LETABLIER, M.-T. La politique familiale française. *In*: MARUANI, M. (Dir.) **Femmes, genre et sociétés**: l'état des savoirs. Paris: La Découverte, 2005, p. 167-175.
- FRASER, N. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações**: Revista de Ciências Sociais, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2009.
- FRASER, N. **Qu'est-ce que la justice sociale?** Reconnaissance et redistribution. Paris: La Découverte, 2005.
- GILLIGAN, C. **Une voix différente**: pour une éthique du care. Paris: Flammarion, 2008.
- HIRATA, H. Trabalho doméstico: uma servidão voluntária? *In*: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Prefeitura municipal de São Paulo, dez. 2004. (Coleção Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, n. 8).
- HIRATA, H.; HUMPHREY, J. Estruturas familiares e sistema produtivo: famílias operárias na crise. **Tempo Social**: Revista de Sociologia da USP, v. 4, n. 1-2, p. 111-131, 1994.
- _____. **Stratégies familiales et politiques patronales: les cas du Brésil. Nouvelles Questions Feministes**, Paris, n. 14-15, 1986.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.
- HOCHSCHILD, A. R.; EHRENREICH, B. **Global woman**: nannies, maids and sex workers in the new economy. New York: Metropolitan Books, 2003.

HONNETH, A. **La lutte pour la reconnaissance**: la grammaire morale des conflits sociaux. Paris: CERF, 2000.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, n. 86, p. 93-103, mar. 2010.

LYON, D.; GLUCKSMANN, M. Comparative configurations of care work across Europe. **Sociology**, v. 42, n. 1, p. 101-118, 2008.

MARIANO, S. A.; CARLOTO, C. M. Gênero e combate a pobreza no Programa Bolsa Família. In: BONETTI, A.; ABREU, M. A. **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011.

MARTIN, C. Qu'est-ce que le social care? Une revue de questions. **Revue française de Socio-Economie**, v. 2, n. 2, p. 27-42, 2008.

PEZÉ, M. **Le deuxième corps**. Paris: La Dispute, 2002.

SORJ, B.; FONTES, A. Les politiques publiques au Brésil et l'articulation entre travail et famille: une comparaison interrégionale. **Cahiers du Genre**, v. 46, p. 155-176, 2009.

TRONTO, J. **Un monde vulnérable**: pour une politique du care. Paris: La découverte, 2009. (Textes à l'Appui: Philosophie Pratique).

WEBER, F.; TRABUT, L. How to make care-work visible? The case of dependence policies in France. In: KEISTER, L. A. (Org.). **Economic Sociology of Work**, v. 18, p. 343-368, 2009.

ZELIZER, V. L'économie du care. **Revue Française de Socio-Économie**, n. 2, p. 13-25, 2^o/2008

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO NO PERÍODO 1992-2008*

Daniela Verzola Vaz

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, alguns estudos recentes têm permitido constatar que, tal como no mercado de trabalho do setor privado, a presença feminina no setor público é bastante díspar, variando de acordo com o segmento ou o tipo de função. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2002, há maior participação feminina no emprego público total (55,4%). No entanto, no âmbito da União, há maior incidência de funcionários do sexo masculino (64,9%) em relação ao feminino (35,1%). Na instância municipal, esta situação se inverte, ou seja, passa-se a ter uma incidência maior de mulheres (61%) frente aos homens (39%). As mulheres estão, portanto, concentradas em postos de trabalho municipais, que oferecem, em média, condições menos vantajosas de trabalho e remuneração (CERQUEIRA, 2005; NAJBERG; MORAES e IKEDA, 2002).

Pinheiro e Sugahara (2001) estudam a distribuição por sexo dos funcionários públicos estatutários nos três níveis de governo e nas classes de docentes, não docentes de nível médio e não docentes de nível superior. Constatam que, nas áreas estadual e municipal, as mulheres são maioria em todas as classes consideradas, ao passo que, no nível federal, o contingente masculino é sempre maior. A categoria de docentes apresenta as maiores disparidades na distribuição por sexo: no nível federal, os homens representam 56,59% dos docentes. Já nos níveis estadual e municipal, a presença de mulheres é expressiva: elas representam, respectivamente, 83,19% e 90,04% do total de docentes.

Bernardes, Moura e Acco (1998) apresentam um diagnóstico da inserção das mulheres na administração pública federal com base nos dados obtidos junto à Secretaria de Recursos Humanos do então Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). Os autores mostram que, tanto na administração direta como na indireta, as mulheres se encontram sobrerrepresentadas nas áreas

* Texto apresentado em 18 de junho de 2010.

relacionadas à missão social do governo, nas quais existe um grande número de ocupações consideradas tipicamente femininas. Em contrapartida, nos órgãos com missão econômica e de infraestrutura e naqueles pertencentes à área administrativa, a maioria dos servidores é constituída por homens.

O que os estudos de Cerqueira (2005), Najberg, Moraes e Ikeda (2002), Pinheiro e Sugahara (2001) e Bernardes, Moura e Acco (1998) têm em comum é que analisam a presença feminina no setor público de um ponto de vista estático, avaliando a incidência de mulheres por esfera de governo e tipo de ocupação em anos isolados. Constata-se um perfil diferenciado de inserção feminina no setor público, com elevada razão de mulheres nas esferas municipal e estadual e em certos tipos de ocupação, mas não é possível dizer como evoluiu este padrão de inserção nos últimos anos.

Em particular, nada se pode afirmar sobre os impactos das transformações verificadas no mercado de trabalho nos anos 1990 sobre a presença feminina no setor público. Este artigo pretende justamente contribuir para esta questão, ao analisar como se comportou a proporção observada de mulheres nas diferentes esferas de governo do setor público entre os anos de 1992 e 2008. Estes dados serão examinados à luz das transformações observadas na composição do setor público, tendo como pano de fundo a crescente participação feminina no mercado de trabalho no referido período.

O trabalho está organizado em cinco partes, além desta introdução. Na seção subsequente, apresenta-se a base de dados utilizada e são tecidas algumas considerações metodológicas a respeito da compatibilização dos dados para o período estudado. A terceira seção é destinada a uma breve análise da evolução da composição do setor público, entre 1992 e 2008, no que tange às esferas de governo participantes, às atividades econômicas preponderantes e aos regimes de contratação praticados. Na quarta seção, analisa-se a evolução da participação feminina no setor público segundo esfera de governo e agrupamento de atividade econômica, à luz do comportamento da participação das mulheres no mercado de trabalho no período de 1992 a 2008. Uma vez constatada a ampliação da presença feminina nos setores municipal e federal, procura-se compreender as causas destas variações, mediante uma análise de decomposição da proporção observada de mulheres em cada esfera do setor público. Por fim, são resumidos os principais resultados alcançados e apresentadas as conclusões.

2 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

Para as análises desenvolvidas nas próximas seções, utilizou-se a PNAD referente aos anos de 1992, 1993, 1995 a 1999 e 2001 a 2008. Visando à comparabilidade desta série, os resultados de 2004 em diante são obtidos considerando apenas a

cobertura geográfica da pesquisa existente até 2003, ou seja, sem incluir as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A partir de 2002, a PNAD passou a adotar a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – Domiciliar (CNAE-Domiciliar), que é uma adaptação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas para pesquisas domiciliares. A CNAE-Domiciliar apresenta diferenças importantes em relação à classificação de atividades utilizada até 2001, o que inviabiliza uma compatibilização mais desagregada entre as duas classificações. Entretanto, a Diretoria de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) construiu uma harmonização para os grupamentos de atividade de divulgação da PNAD a partir de 2002, utilizando, além das informações mais desagregadas da antiga classificação de atividades, outras informações captadas pela pesquisa. Esta harmonização, segundo a pesquisadora do IBGE Vandeli dos Santos Guerra, em consulta por *e-mail*, é a opção que melhor compatibiliza os grupamentos de atividades existentes antes e após 2002, sendo, por esta razão, adotada neste trabalho.

Por fim, cabe esclarecer que se restringiu a população deste estudo às pessoas com 10 anos ou mais de idade. Foram eliminados da amostra os indivíduos para os quais faltava alguma informação relevante para a análise. Os cálculos foram realizados ponderando cada observação pelo respectivo fator de expansão.

3 PANORAMA DO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO NO PERÍODO 1992-2008

Antes de proceder à análise da evolução da presença feminina no setor público brasileiro no período 1992-2008, será feito um breve exame de como evoluiu a composição do emprego público, no referido período, no que tange às esferas de governo participantes, às atividades econômicas preponderantes e aos regimes de contratação praticados. Pretende-se apontar as principais causas que respondem pelas eventuais modificações identificadas no setor público, em relação a estes aspectos, ao longo do período estudado.

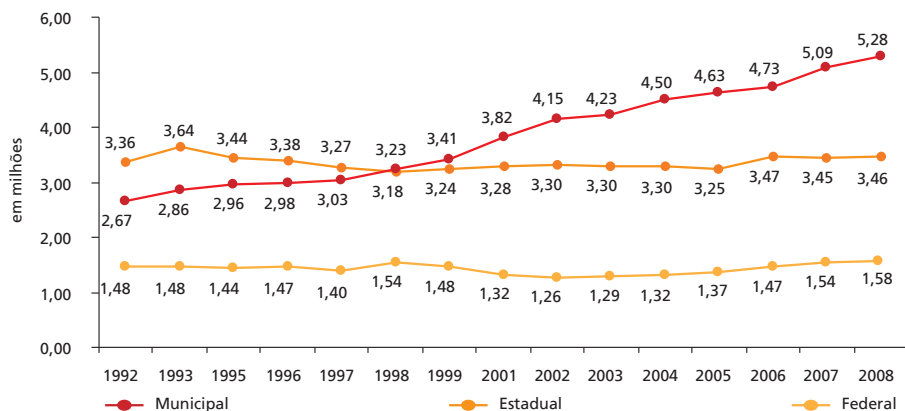
De acordo com as estimativas da PNAD, a população ocupada no setor público brasileiro evoluiu de aproximadamente 7,50 milhões de pessoas, em 1992, para cerca de 10,33 milhões em 2008, o que representa um crescimento de 38%, do qual 93% se deu na esfera municipal (gráfico 1).¹

Os ritmos de crescimento do estoque de servidores foram bastante distintos nos subperíodos 1992-2002 e 2003-2008, observando-se taxas médias anuais de 1,5% e 3,2%, respectivamente.

1. A evolução do pessoal ocupado na esfera municipal não diferiu substancialmente daquela observada pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE, realizada com base nos dados coletados junto às prefeituras de todo o país. De acordo com esta pesquisa, o número de pessoas ocupadas na administração (direta e indireta) municipal brasileira passou de 4.069.459, em 2002; para 4.521.579, em 2004; 5.077.180, em 2006; e 5.182.604 em 2008.

A participação dos servidores públicos no total de ocupados no mercado de trabalho manteve-se praticamente constante – era de 11,52%, em 1992, e passou a 11,10%, em 2008 –, percentual que se mostra baixo quando comparado internacionalmente. Entre 64 países que responderam a um questionário enviado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) reportando-se ao período de 1995 a 1997, o Brasil aparece na 58ª posição no *ranking* descendente de participação do setor público no emprego total (HAMMOUYA, 1999).² Para os 15 países pertencentes à Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que participaram da pesquisa, a participação média do emprego público no emprego total é de 21%.

GRÁFICO 1
Número de pessoas ocupadas no setor público, por esfera de governo – Brasil¹
(1992-2008)
(Em milhões)



Fonte: Microdados PNAD de 1992 a 2008.

Elaboração própria.

Nota: ¹ Exclui as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A participação dos municípios na geração de ocupações do setor público aumentou de 35,5% para 51,2% no período, face à diminuição das participações das esferas estadual e federal, de 44,8% para 33,6% e de 19,7% para 15,3%, respectivamente. Esta distribuição reflete as responsabilidades atribuídas a cada nível de governo na condução das políticas públicas e segue um modelo de gestão que não parece estar relacionado com o nível de desenvolvimento econômico do país, já que guarda mais semelhanças com o Canadá que com o México, por exemplo (HAMMOUYA, 1999).

2. O conceito de setor público considerado engloba todas as atividades — em todos os níveis de governo — em que o principal controlador ou financiador é o Estado, seja em órgãos que compõem a administração pública, seja em empresas estatais.

As causas da crescente participação da esfera municipal na geração de empregos públicos remontam às reformas introduzidas pela Constituição Federal de 1988 que, no plano organizacional, deram início a um processo de descentralização administrativa, com especialização de cada esfera nacional na oferta de determinado bem ou serviço público. No que tange à política social, por exemplo, tornaram-se competência do governo federal as áreas de previdência e assistência social, ficando estados e municípios responsáveis pela execução dos gastos sociais nas áreas de saúde, saneamento e habitação. Como mostra Draibe (1998), a estratégia centralizadora de gestão pública adotada pelo Governo Militar (1964-1985) resultou na concentração do poder, das competências e das capacidades administrativas do Estado na esfera federal, particularmente no que se refere aos diferentes setores da política social. Por consequência, os municípios chegaram à década de 1980 com grandes carências em relação aos recursos necessários à boa administração pública e à capacidade de gestão das políticas sociais. Para sanar estas deficiências e dar prosseguimento ao processo de descentralização administrativa, fez-se necessário dotá-los de recursos humanos e financeiros. Assim, paralelamente ao processo institucional de descentralização administrativa, a Constituição de 1988 procedeu à redistribuição de receitas tributárias para estados e municípios, adotando direção oposta à reforma tributária realizada por ocasião do Plano de Ação Econômica do Governo (1964-1967), que havia concentrado a receita tributária nacional nas mãos do governo federal. Estas mudanças organizacionais e no âmbito de financiamento do setor público estenderam-se pela primeira metade dos anos 1990, período durante o qual houve intensa atividade de produção legislativa de complemento e consolidação dos dispositivos infraconstitucionais.

Outra explicação para o aumento do contingente absoluto e relativo de servidores municipais reside no crescimento do número de municípios no país, que passou de 4.184, em 1988; para 4.491, em 1992; 4.974, em 1996; 5.507, em 2000 e 5.565, em 2008, segundo o IBGE.

De acordo com o Ipea, dois fatores impulsionaram a criação de novos municípios a partir de 1988: em primeiro lugar, a descentralização do poder político que se seguiu à promulgação da Constituição Federal de 1988, e que serviu de estímulo à emancipação de novas unidades político-administrativas; em segundo, “a possibilidade de compartilhamento dos fundos de participação entre as unidades novas e as antigas, estimulando acordos políticos locais que acomodavam interesses de grupos rivais e o conseqüente compartilhamento do poder político-administrativo” (IPEA, 2009, p. 12).

A distribuição, em porcentagem, da população ocupada no setor público segundo o ramo de atividade econômica do trabalho principal do indivíduo na semana de referência da PNAD, no período 1992-2008, é apresentada na tabela 1.

Constata-se que, em 2008, quase 90% dos empregos gerados no setor público referiam-se às atividades da “administração pública” – que reúnem, além da administração pública propriamente dita, as áreas de defesa e seguridade social – e às de “educação, saúde e serviços sociais”.

Em comparação ao início da década de 1990, observa-se que algumas atividades que absorviam percentuais não desprezíveis do emprego público tiveram suas participações reduzidas, em média, em 42% entre 1992 e 2008. Trata-se de: *i*) “outras atividades”, que abrange intermediação financeira e suas atividades auxiliares, atividades imobiliárias, aluguel de máquinas e equipamentos, atividades de informática, pesquisa e desenvolvimento das ciências sociais e humanas, serviços prestados principalmente às empresas e organismos internacionais e instituições extraterritoriais; *ii*) “transporte, armazenagem e comunicação”, que reúne os transportes terrestre, aquaviário e aéreo, atividades anexas e auxiliares do transporte, agências de viagem, correios e telecomunicações; *iii*) “outras atividades industriais”, em que são incluídas as atividades de extração, refino e distribuição de combustíveis minerais, de extração de minerais metálicos e não metálicos, de eletricidade e de captação, tratamento e distribuição de água; e, por fim, *iv*) “outros serviços coletivos, sociais e pessoais”, que agrupa limpeza urbana, esgoto e atividades conexas, atividades associativas, atividades recreativas, culturais e desportivas e serviços pessoais. Em contraste, “administração pública” e “educação, saúde e serviços sociais” aumentaram suas participações no emprego público em, respectivamente, 5% e 15%. Esta concentração do setor público nestes dois grupamentos de atividade foi consequência do processo de privatizações que teve início no governo Collor. O “Programa Nacional de Desestatização”, criado pela Lei Federal nº 8.031/1990, forneceu os instrumentos legais para que fossem vendidas, em um primeiro momento, empresas públicas para as quais não havia grandes questionamentos quanto à sua gestão pelos mecanismos de mercado, pois pertenciam a ramos de atividade “tipicamente” privados. Posteriormente, a Lei da Concessão dos Serviços Públicos (1995) forneceu as condições de fundo para a privatização de empresas provedoras de serviços públicos. Outros instrumentos legais viriam se juntar a este, estabelecendo as normas para outorga e prorrogação das concessões (BNDES, 2002). Em contraste com a diminuição de sua atuação no desempenho de funções produtivas diretas, o Estado brasileiro ampliou sua atuação no âmbito da regulação econômica, com vistas a assegurar a continuidade e qualidade das operações das concessionárias de serviços públicos. Para tanto, foram criadas agências reguladoras da atividade econômica, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (1996) e a Agência Nacional de Telecomunicações (1997), que são incluídas no grupamento de atividade “administração pública”.

TABELA 1
Distribuição da população ocupada no setor público, segundo os grupamentos de atividade¹ do trabalho principal – Brasil² (1992-2008)
 (Em %)

Ano	Agrícola	Outras atividades industriais	Indústria de transformação	Construção	Comércio e reparação	Alojamento e alimentação	Transporte, armazenagem e comunicação	Administração pública	Educação, saúde e serviços sociais	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	Outras atividades	Atividades mal definidas ou não declaradas	Total
1992	0,00	4,18	1,09	0,75	0,35	0,08	4,39	40,38	39,50	3,05	6,14	0,10	100,00
1993	0,01	4,18	1,01	2,81	0,28	0,07	4,23	38,60	39,88	2,93	5,99	0,01	100,00
1995	0,00	3,80	0,60	0,51	0,36	0,05	4,13	41,00	41,27	2,73	5,54	0,01	100,00
1996	0,01	3,54	0,82	0,69	0,44	0,08	3,79	40,58	41,95	2,69	5,36	0,05	100,00
1997	0,00	3,40	0,76	0,48	0,32	0,07	3,84	40,72	42,49	2,62	5,27	0,04	100,00
1998	0,00	3,17	0,66	3,76	0,22	0,04	2,43	39,98	42,80	2,77	4,10	0,06	100,00
1999	0,03	2,56	0,49	2,79	0,23	0,04	1,93	41,08	44,35	2,35	4,11	0,05	100,00
2001	0,00	2,35	0,53	0,71	0,30	0,05	1,95	42,51	45,36	2,62	3,56	0,06	100,00
2002	0,03	2,26	0,52	0,60	0,24	0,03	1,91	43,58	44,78	2,15	3,83	0,08	100,00
2003	0,02	2,14	0,53	0,58	0,28	0,08	1,70	44,20	44,52	1,93	3,98	0,05	100,00
2004	0,01	2,08	0,47	0,51	0,25	0,03	1,71	44,80	44,31	1,98	3,80	0,03	100,00
2005	0,00	2,27	0,46	0,43	0,13	0,05	1,84	44,68	44,62	1,75	3,76	0,01	100,00
2006	0,01	2,39	0,44	0,37	0,19	0,06	1,87	44,42	44,53	1,86	3,86	0,00	100,00
2007	0,02	2,11	0,60	0,61	0,40	0,07	2,04	42,71	45,04	2,03	4,31	0,06	100,00
2008	0,02	2,13	0,59	0,59	0,38	0,06	2,18	42,46	45,46	1,90	4,22	0,02	100,00

Fonte: Microdados, PNAD de 1992 a 2008.

Elaboração própria.

Notas: ¹ Atividade de 1992 a 2001 harmonizada com a CNAE-Domiciliar.

² Exclui-se as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Em relação ao regime de contratação dos funcionários públicos, observou-se, entre 1992 e 2008, uma diminuição de 24,7% no montante de indivíduos contratados sob as normas da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), que passaram de 2,66 milhões, em 1992, para cerca de 2 milhões em 2008. Por outro lado, os servidores ditos “estatutários” – ao qual pertencem todos os empregados federais, estaduais, municipais e de autarquias regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos – passaram de 3,7 para 6,1 milhões, um aumento de 64,8% no período. O crescimento mais importante, no entanto, foi observado no número de indivíduos sem carteira de trabalho ou sem declaração de carteira – terceirizados, estagiários, trabalhadores temporários, bolsistas, consultores e outros funcionários sem vínculo formal com o setor público –, que passaram de menos de 1 milhão, em 1992, para quase 2 milhões, em 2008, representando um incremento de 121,1%.

O crescimento expressivo no montante de servidores sem carteira de trabalho ou sem declaração de carteira resultou no aumento da participação desta forma de contratação no setor público, que, em 1992, respondia por 11,8% dos empregos e, em 2008, representava 19,0% do total. Uma das causas deste fenômeno é a necessidade de cumprimento dos limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000). Entre outros dispositivos, esta lei estabelece limites para despesas com pessoal (como percentual das receitas) para os três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário –, nas três esferas de governo – União, estados e municípios. A contratação de servidores sem vínculo empregatício permite maior flexibilidade por parte da gestão pública, pois é passível de redução e não implica compromissos de longo prazo (como é o caso de aposentadorias e pensões). Assim, quanto maior o peso desta forma de contratação nas despesas com pessoal, maior é a possibilidade de os governantes realizarem reduções de gastos em caso de superação dos limites fixados em lei.

Observando como se distribuem as ocupações informais entre as três esferas de governo (tabela 2), constata-se que a precarização no regime de contratação dos servidores, no período em questão, deveu-se primordialmente aos municípios, que, em 1992, já respondiam por 56,4% dos servidores informais e, em 2008, passam a responder por fração ainda maior, 66,9%.

TABELA 2

Distribuição dos funcionários públicos contratados sob o regime estatutário, sob a CLT e dos informais, segundo área do setor público – Brasil¹ (1992 e 2008)
(Em %)

Área do setor público	Estatutário		CLT		Sem carteira ou sem declaração de carteira	
	1992	2008	1992	2008	1992	2008
Federal	17,13	12,61	19,61	19,30	7,21	8,25
Estadual	57,19	40,78	34,72	24,47	36,35	24,83
Municipal	25,68	46,61	45,67	56,23	56,44	66,93
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Microdados, PNAD de 1992 e 2008.

Elaboração própria.

Nota: ¹ Exclusive as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Em relação à maneira como as ocupações informais distribuem-se entre os grupamentos de atividade do setor público (tabela 3), observa-se o aumento da participação de “administração pública” e “educação, saúde e serviços sociais” na geração de ocupações precárias: em 1992, 82,7% dos empregados informais pertenciam a estes dois grupamentos; em 2008, este percentual passou para 89,9%. Complementam estes dados os apresentados por Baltar (2003), que aponta uma diminuição muito grande no grau de formalização do trabalho na administração pública entre 1989 e 1999. Neste setor de atividade, em que o grau de formalização é relativamente elevado, o autor observa uma redução no percentual de empregos celetistas ou estatutários de 88,1%, em 1989, para 82,2% em 1999.

Paralelamente ao aumento das contratações informais no setor público, observou-se, no período em estudo, o aumento do peso relativo da contratação sob o regime estatutário, que passou de 49,3%, em 1992, para 59,1% em 2008. O grande salto deste tipo de contrato de trabalho está associado, em grande medida, à adoção do Regime Jurídico Único, por ocasião da Constituição Federal de 1988. Este dispositivo determinou, para estados e municípios, a obrigatoriedade de adoção do mesmo regime jurídico para o pessoal da administração direta, autárquica e fundacional, ou seja, de um mesmo conjunto de regras e princípios jurídicos que regulasse a relação funcional desses agentes administrativos – fosse ele a CLT ou o Estatuto dos Funcionários Públicos.

No caso dos entes federativos que já possuíam um estatuto próprio do serviço público, isto implicava, na prática, a transferência dos servidores contratados sob o regime da CLT para o regime estatutário, unificando sua forma de contratação.

No plano federal, esse dispositivo constitucional foi regulamentado pelo governo Collor, pela Lei nº 8.112/1990, que entrou em vigor em 1993. Por esta lei,

a administração direta, as autarquias e as fundações públicas federais só poderiam celebrar concursos públicos para a contratação de servidores estatutários, não sendo possível a existência de empregados públicos celetistas.

A Emenda Constitucional nº 19/1998, todavia, revogou a obrigatoriedade de adoção do referido Regime Jurídico Único, exceção feita apenas a algumas carreiras específicas, denominadas carreiras de Estado. Com isso, a União, cada estado, o Distrito Federal e cada município passaram a ter liberdade na escolha do regime de pessoal dos agentes administrativos da sua administração direta, autárquica e fundacional, valendo-se de ambos os regimes existentes, o celetista e o estatutário.

TABELA 3

Distribuição dos funcionários públicos contratados sob o regime estatutário, sob a CLT e dos informais, segundo grupamento de atividade do setor público – Brasil¹ (1992 e 2008)

(Em %)

Grupamento de atividade ²	Estatutário		CLT		Sem carteira ou sem declaração de carteira	
	1992	2008	1992	2008	1992	2008
Outras atividades industriais	1,94	1,55	8,70	5,54	1,15	0,75
Transporte, armazenagem e comunicação	2,09	1,33	8,93	5,78	1,64	1,33
Administração pública	42,50	44,16	31,76	29,49	40,16	43,18
Educação, saúde e serviços sociais	48,18	48,31	30,21	41,30	42,54	46,68
Outros serviços coletivos, sociais, pessoais	1,77	1,26	3,90	3,31	6,73	2,73
Outras atividades	2,62	2,45	12,47	10,83	3,65	3,48
Outros	0,90	0,94	4,03	3,75	4,13	1,85
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Microdados PNAD de 1992 e 2008.

Elaboração própria.

Notas: ¹ Exclusive as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

² Atividade de 1992 a 2001 harmonizada com a CNAE-Domiciliar.

4 SITUAÇÃO DA MULHER NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO

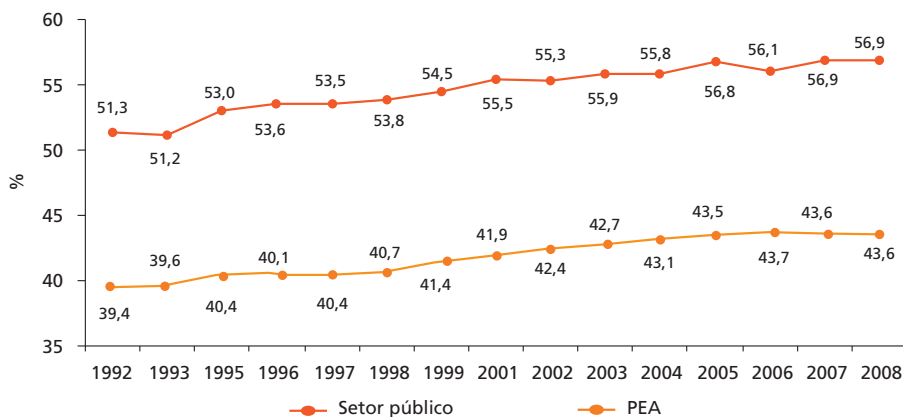
Nesta seção, analisa-se a evolução da participação feminina no setor público entre os anos de 1992 e 2008, à luz do comportamento da participação das mulheres no mercado de trabalho no mesmo intervalo. A distribuição por gênero dos servidores é analisada em seu agregado e também segundo esfera de governo, bem como de acordo com os grupamentos de atividade econômica que compõem o setor público.

Com base no gráfico 2, constatou-se o aumento da proporção feminina na população economicamente ativa (PEA) no período 1992-2008. De um percentual de cerca de 39,4%, em 1992, as mulheres passaram a representar 43,6% da PEA brasileira em 2008. À exceção dos biênios 1995-1996 e 2006-2007, este crescimento se deu de forma permanente.

De acordo com Baltar (2003), o aumento da participação das mulheres adultas no mercado de trabalho respondeu pelo ritmo intenso de aumento da PEA nos anos 1990, em torno de 2% ao ano, em contraste com um ritmo médio de crescimento da população total de somente 1,5% ao ano.

Ainda no gráfico 2, observa-se a participação feminina entre os indivíduos ocupados no setor público. Em todos os anos, este percentual se situa ao menos dez pontos acima da proporção de mulheres observada na PEA. Observa-se, ademais, a tendência de aumento da participação feminina nesta área de emprego no período 1992-2008: de um patamar de 51,3% de mulheres no início da série, alcança-se a proporção de 56,9% em 2008. Como a amostra de servidores é menor que a amostra da PEA, a proporção de mulheres entre os primeiros apresenta mais variação aleatória.

GRÁFICO 2
Participação feminina na PEA e na população ocupada no setor público – Brasil¹
(1992 a 2008)
(Em %)



Fonte: Microdados, PNAD de 1992 a 2008.

Elaboração própria.

Nota: ¹ Exclusive as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Quando comparada internacionalmente, a representação feminina no setor público brasileiro mostra-se bastante elevada. Considerando 43 países para os quais a OIT obteve dados referentes ao período 1995-1997, o Brasil situa-se na

sexta colocação no *ranking* descendente de participação das mulheres no total do emprego público (HAMMOUYA, 1999).

No gráfico 3, observa-se a proporção de mulheres entre os indivíduos ocupados no setor público, por esfera de governo. Este primeiro grau de desagregação indica que a sobrerrepresentação feminina se manifesta nos âmbitos estadual e municipal, em que as mulheres constituíam, respectivamente, 55,8% e 63,7% dos trabalhadores em 2008. Na esfera federal, em contraste, elas se encontram sub-representadas, pois constituíam 36,6% dos trabalhadores ante uma participação na PEA de 43,6% em 2008.

Como se vê, este perfil da distribuição feminina entre as esferas do setor público já havia sido constatado por Cerqueira (2005), Najberg, Moraes e Ikeda (2002) e Pinheiro e Sugahara (2001) para anos isolados. A presente observação da série histórica 1992-2008 oferece informações adicionais, relativas a modificações na composição por gênero dos funcionários públicos segundo esfera de governo.

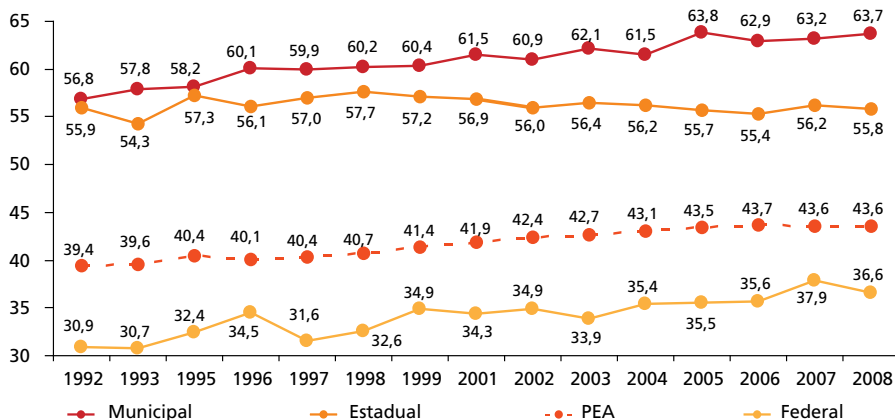
O percentual de participação feminina apresentou tendência de aumento nas esferas municipal e federal. Na primeira, a presença feminina passou de 56,8% para 63,7% entre 1992 e 2008. No setor público federal, a proporção de mulheres elevou-se de 30,9% para 36,6%, embora, neste caso, tenha-se observado um comportamento mais errático do referido percentual. No âmbito estadual, a despeito das oscilações anuais, ao final da série, a proporção observada de mulheres encontrava-se bastante próxima de seu valor inicial.

A análise da evolução da composição por gênero dos funcionários públicos segundo esfera de governo, ante o gradativo aumento da participação feminina na PEA, permite tecer outras observações. De maneira geral, no período 1992-2008, o ritmo de incorporação das mulheres aos setores público municipal e federal acompanhou o de incorporação delas à PEA, resultando na manutenção das situações, respectivamente, de sobre e sub-representação feminina nestas áreas de emprego. Em contraste, em se tratando da esfera estadual, observa-se uma atenuação do quadro de sobrerrepresentação feminina, em razão da combinação da tendência de aumento da participação das mulheres na PEA com a manutenção de seu grau de representação neste segmento do setor público.

GRÁFICO 3

Proporção de mulheres na PEA e entre a população ocupada no setor público, por esfera de governo – Brasil¹ (1992 a 2008)

(Em %)



Fonte: Microdados, PNAD de 1992 a 2008.

Elaboração própria.

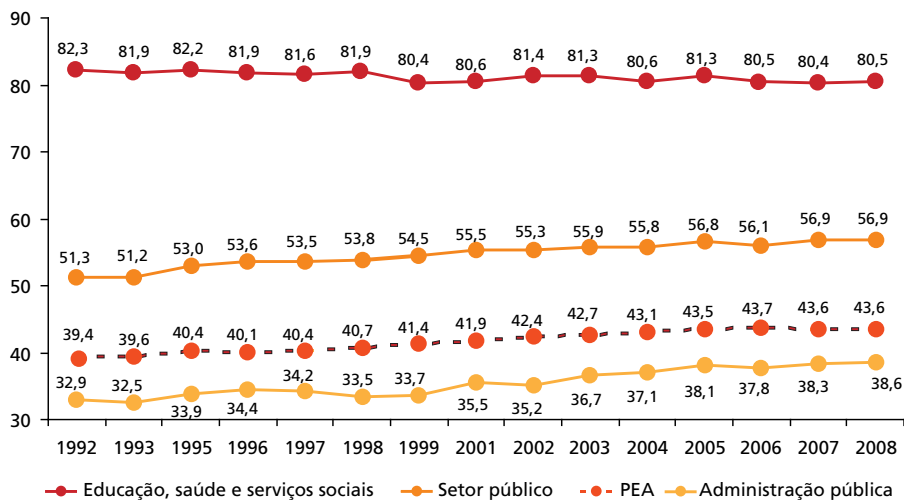
Nota: ¹ Exclusive as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

No gráfico 4, observa-se a participação feminina nos dois grupamentos de atividade que respondem por quase 90% do emprego no setor público: “administração pública” e “educação, saúde e serviços sociais”. Constata-se, primeiramente, que a proporção de mulheres nestes dois segmentos é bastante distinta: em “administração pública”, o percentual delas é inferior ao observado no setor público agregado e até mesmo menor que o observado na PEA; em contraste, em “educação, saúde e serviços sociais”, a sobrerrepresentação feminina se dá não apenas em relação à PEA, mas também em relação à própria presença das mulheres no setor público. Em segundo lugar, observa-se que, no período 1992-2008, a proporção de mulheres diminuiu ligeiramente em “educação, saúde e serviços sociais”, passando de 82,3% para 80,5%, e aumentou de forma um pouco mais importante em “administração pública”, onde passou de 32,9% para 38,6%.

GRÁFICO 4

Proporção de mulheres na PEA, na população ocupada no setor público, em "administração pública" e em "educação, saúde e serviços sociais"¹ – Brasil² (1992 a 2008)

(Em %)



Fonte: Microdados, PNAD de 1992 a 2008.

Elaboração própria.

Notas: ¹ Atividade de 1992 a 2001, harmonizada com a CNAE-Domiciliar.

² Excluídas as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

4.1 Decomposição das variações nas proporções de mulheres, entre 1992 e 2008, por esfera de governo

Nesta seção, serão analisadas, mais pormenorizadamente, as mudanças na proporção de mulheres observadas nas três esferas de governo entre 1992 e 2008. Para tanto, será examinada a composição da proporção observada de mulheres, nos anos de 1992 e 2008, segundo os grupamentos de atividade econômica definidos pelo IBGE. Em outras palavras, realizar-se-á a partição da população de servidores encontrada em cada esfera de governo segundo n grupamentos de atividade, em que φ_h é a parcela de servidores que se encontra no h -ésimo grupamento e p_h é a proporção de mulheres nele observada. A proporção (p) de mulheres encontrada na esfera do setor público em análise é dada por

$$p = \sum_{h=1}^n \varphi_h p_h$$

Essa expressão mostra que a proporção de mulheres observada em determinada esfera de governo (p) é uma média ponderada das proporções de mulheres encontradas em cada grupamento de atividade que a compõe (p_h). Se a proporção de mulheres em um determinado grupamento h é menor do que a verificada no agregado, ou seja, se $p_h < p$, então, este grupamento contribui para diminuir a presença feminina na esfera de governo em análise. Por outro lado, se $p_h > p$, o grupamento contribui para elevar a concentração feminina.

As tabelas 4 e 5 mostram, para os anos de 1992 e 2008, respectivamente, a participação de cada um dos 12 grupamentos de atividade econômica na composição do setor público municipal (φ_h).³ As categorias “administração pública” e “educação, saúde e serviços sociais”, juntas, eram responsáveis por 88,6% dos empregos públicos nesta esfera de governo em 1992, elevando seu peso para 92,9% em 2008, em razão do aumento da participação de “educação, saúde e serviços sociais”. Entre os outros grupamentos de atividade, aquele de maior importância é “outros serviços coletivos, sociais e pessoais”, em que estão incluídas, entre outras, as atividades de limpeza urbana e esgoto. Este grupamento respondia por 7,2% das ocupações públicas municipais em 1992, mas sua participação caiu a menos de metade em 2008.

Em relação à proporção de mulheres observada em cada ramo de atividade (p_h), vê-se que as atividades municipais de “administração pública” apresentaram uma ampliação importante da presença feminina, de 35,5%, em 1992, para 44,3%, em 2008, ao passo que “educação, saúde e serviços sociais”, no qual as mulheres eram quase 90% dos servidores, em 1992, apresentou ligeiro decréscimo nesta proporção, de 4,5 pontos percentuais. Ainda assim, este último grupamento segue apresentando uma concentração de mulheres bastante superior à observada no funcionalismo público municipal em agregado. Soma-se a isto o fato de responder pela maior parte destes servidores e além de que este grupamento apresenta a maior contribuição – cerca de dois terços – para a razão de mulheres encontrada no setor público municipal, entre todos os grupamentos de atividade analisados.

TABELA 4

Participação dos grupamentos de atividade na proporção de mulheres no setor público municipal – Brasil (1992)

Grupamento de atividade ¹	Participação (φ_h)	Proporção de mulheres (P_h)	Parcela de P	
			$\varphi_h P_h$	(%)
Administração pública	0,4803	0,3549	0,1704	30,00
Educação, saúde e serviços sociais	0,4061	0,8972	0,3644	64,13

(Continua)

3. Ao contrário das seções anteriores, nesta, foram excluídas da análise as atividades mal definidas ou não declaradas.

(Continuação)

Grupamento de atividade ¹	Participação (φ_h)	Proporção de mulheres (P_h)	Parcela de P	
			$\varphi_h P_h$	(%)
Outros grupamentos de atividade	0,1136	0,2938	0,0334	5,87
Agrícola	0,0000	-	-	-
Outras atividades industriais	0,0071	0,0980	0,0007	0,12
Indústria de transformação	0,0033	0,0593	0,0002	0,03
Construção	0,0060	0,0451	0,0003	0,05
Comércio e reparação	0,0014	0,0000	0,0000	0,00
Alojamento e alimentação	0,0012	0,8220	0,0010	0,17
Transporte, armazenagem e comunicação	0,0176	0,3134	0,0055	0,97
Serviços domésticos	0,0000	-	-	-
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,0724	0,3350	0,0242	4,27
Outras atividades	0,0046	0,3211	0,0015	0,26
Total	1,0000	0,5682	0,5682	100,00

Fonte: Microdados, PNAD de 1992.

Elaboração própria.

Notas: ¹ Atividade harmonizada com a CNAE-Domiciliar. Exclui atividades mal definidas ou não declaradas.

TABELA 5
Participação dos grupamentos de atividade na proporção de mulheres no setor público municipal – Brasil¹ (2008)

Grupamento de atividade ²	Participação (φ_h)	Proporção de mulheres (P_h)	Parcela de P	
			$\varphi_h P_h$	(%)
Administração pública	0,4318	0,4427	0,1912	30,02
Educação, saúde e serviços sociais	0,4971	0,8524	0,4237	66,53
Outros grupamentos de atividade	0,0711	0,3095	0,0220	3,46
Agrícola	0,0002	0,0000	0,0000	0,00
Outras atividades industriais	0,0081	0,1789	0,0015	0,23
Indústria de transformação	0,0027	0,2560	0,0007	0,11
Construção	0,0069	0,0768	0,0005	0,08
Comércio e reparação	0,0045	0,3660	0,0017	0,26
Alojamento e alimentação	0,0006	1,0000	0,0006	0,09
Transporte, armazenagem e comunicação	0,0098	0,1562	0,0015	0,24
Serviços domésticos	0,0000	-	-	-
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,0260	0,3460	0,0090	1,41
Outras atividades	0,0122	0,5355	0,0066	1,03
Total	1,0000	0,6369	0,6369	100,00

Fonte: Microdados, PNAD de 2008.

Elaboração própria.

Notas: ¹ Exclui as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.² Exclui atividades mal definidas ou não declaradas.

Para entender as causas do aumento da proporção de mulheres no setor público municipal, entre 1992 e 2008, podemos decompor a mudança observada nesta taxa em dois efeitos: o efeito composição e o efeito participação. O primeiro é positivo em duas situações: *i*) quando ocorre aumento na participação (φ_h) no setor público municipal de grupamentos de atividade em que a proporção de mulheres (p_h) é superior à observada para esta esfera em agregado (p); e *ii*) quando ocorre redução na participação de atividades nas quais a proporção de mulheres é inferior à observada para a esfera municipal em conjunto. Já o efeito participação está associado a mudanças nas proporções de mulheres nos grupamentos de atividade que compõem o setor público municipal, supondo constantes suas participações na geração de ocupações.⁴

A tabela 6 mostra a decomposição da variação de 6,9 pontos percentuais na proporção de mulheres no setor público municipal entre 1992 e 2008, distinguindo os efeitos composição e participação. Conforme se pode observar, o efeito das mudanças nas proporções de mulheres encontradas nos diversos grupamentos de atividade – o efeito participação – é responsável por pouco menos de um terço do aumento na razão de servidoras nos municípios, enquanto o efeito composição, representado pela mudança na participação de cada grupamento na geração das ocupações públicas municipais, responde por cerca de dois terços da mesma variação.

As atividades relativas à “administração pública” foram as que mais contribuíram para o aumento da proporção de servidoras nos municípios, com 72,7% da variação observada, e este efeito esteve associado fundamentalmente ao aumento da participação feminina neste grupamento, isto é, ao efeito participação (58,3%).

As atividades de “educação, saúde e serviços sociais” contribuíram com apenas 6,6% do aumento da proporção de mulheres no setor público municipal, pois, embora se tenha verificado um elevado efeito composição deste grupamento (36,0%), a ligeira diminuição na incidência de servidoras nele observada gerou um efeito-participação em sentido contrário (-29,4%).

Em relação aos demais grupamentos, merece destaque a contribuição de “outros serviços coletivos, sociais e pessoais” para o aumento da proporção feminina nas funções públicas municipais. Como vimos nas tabelas 4 e 5, estas atividades tiveram sua participação reduzida a menos da metade entre 1992 e 2008, o que gerou um efeito composição positivo de 17,7%, tendo em vista que apresentam uma concentração de mulheres muito inferior à observada no setor público municipal agregado.

4. Para maiores detalhes sobre tal metodologia de decomposição, ver o apêndice deste trabalho.

TABELA 6
Decomposição da mudança na proporção de mulheres no setor público municipal no Brasil¹ (1992 a 2008)

Grupamento de atividade ²	Efeito- composição (S_{ϕ_h})	Efeito-participação (S_{p_h})	Total (S_h)
Administração pública	14,36	58,29	72,65
Educação, saúde e serviços sociais	36,02	-29,39	6,63
Outros grupamentos de atividade	16,57	4,15	20,72
Agrícola	-0,19	0,00	-0,19
Outras atividades industriais	-0,72	0,90	0,18
Indústria de transformação	0,42	0,87	1,28
Construção	-0,68	0,30	-0,38
Comércio e reparação	-1,89	1,58	-0,31
Alojamento e alimentação	-0,27	0,23	-0,04
Transporte, armazenagem e comunicação	4,17	-3,13	1,04
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	17,66	0,79	18,45
Outras atividades	-1,94	2,63	0,69
Total	66,95	33,05	100,00

Fonte: Microdados, PNAD de 1992 e 2008.

Elaboração própria.

Notas: ¹ Exclui as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

² Atividade harmonizada com a CNAE-Domiciliar. Exclui atividades mal definidas ou não declaradas.

Nas tabelas 7 e 8, procedeu-se à partição da população de servidores estaduais segundo os 12 grupamentos de atividade definidos pelo IBGE. Comparando-os, observou-se um aumento importante da participação das atividades de “administração pública” na geração de ocupações, de 33,8%, em 1992, para 39,7% em 2008. A proporção de mulheres, no entanto, não variou substancialmente neste grupamento – oscilou de 32,7% para 34,7% –, permanecendo, assim, bastante aquém da participação feminina na PEA, que é de 43,6%.

A participação de “educação, saúde e serviços sociais” na geração de ocupações públicas estaduais, por outro lado, elevou-se apenas ligeiramente, ao passo que a concentração feminina neste grupamento declinou de forma mais importante, de 83,5%, em 1992, para 77,7% em 2008.

Os demais grupamentos de atividade somados respondiam por 18,5% das ocupações públicas estaduais em 1992, valor que caiu a pouco mais da metade em 2008. Estes grupamentos contribuem para reduzir a participação feminina no setor público estadual, pois, em média, apresentam baixa proporção de mulheres – inferior a um terço.

No caso do setor público estadual, não se verificou variação importante na proporção de mulheres que merecesse decomposição nos efeitos composição e participação. O que se observou, de fato, foi uma redistribuição da contribuição

de cada grupamento de atividade para a razão observada de mulheres nesta esfera de governo. A contribuição de “administração pública” elevou-se de 19,8% para 24,7%, concomitantemente à diminuição das parcelas de “outros grupamentos de atividade” e “educação, saúde e serviços sociais”. Este último grupamento, porém, segue contribuindo com quase 70% da proporção de mulheres observada no setor público estadual.

TABELA 7
Participação dos grupamentos de atividade na proporção de mulheres no setor público estadual – Brasil (1992)

Grupamento de atividade ¹	Participação (φ_h)	Proporção de mulheres (P_h)	Parcela de P	
			$\varphi_h P_h$	(%)
Administração pública	0,3383	0,3274	0,1108	19,79
Educação, saúde e serviços sociais	0,4764	0,8348	0,3977	71,04
Outros grupamentos de atividade	0,1854	0,2769	0,0513	9,17
Agrícola	0,0000	-	-	-
Outras atividades industriais	0,0716	0,1606	0,0115	2,05
Indústria de transformação	0,0039	0,1843	0,0007	0,13
Construção	0,0112	0,0703	0,0008	0,14
Comércio e reparação	0,0048	0,2852	0,0014	0,24
Alojamento e alimentação	0,0006	0,8324	0,0005	0,08
Transporte, armazenagem e comunicação	0,0270	0,2931	0,0079	1,42
Serviços domésticos	0,0000	-	-	-
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,0078	0,3689	0,0029	0,51
Outras atividades	0,0585	0,4392	0,0257	4,59
Total	1,0000	0,5598	0,5598	100,00

Fonte: Microdados, PNAD de 1992.

Elaboração própria.

Notas: ¹ Atividade harmonizada com a CNAE-Domiciliar. Exclui atividades mal definidas ou não declaradas.

TABELA 8
Participação dos grupamentos de atividade na proporção de mulheres no setor público estadual – Brasil¹ 2008)

Grupamento de atividade ²	Participação (φ_h)	Proporção de mulheres (P_h)	Parcela de P	
			$\varphi_h P_h$	(%)
Administração pública	0,3966	0,3469	0,1376	24,67
Educação, saúde e serviços sociais	0,4983	0,7767	0,3870	69,39
Outros grupamentos de atividade	0,1051	0,3151	0,0331	5,94
Agrícola	0,0000	-	-	-
Outras atividades industriais	0,0368	0,1454	0,0054	0,96
Indústria de transformação	0,0032	0,3084	0,0010	0,18

(Continua)

(Continuação)

Grupamento de atividade ²	Participação (φ_h)	Proporção de mulheres (P_h)	Parcela de P	
			$\varphi_h P_h$	(%)
Construção	0,0048	0,2004	0,0010	0,17
Comércio e reparação	0,0030	0,2689	0,0008	0,14
Alojamento e alimentação	0,0006	0,4006	0,0002	0,04
Transporte, armazenagem e comunicação	0,0104	0,2189	0,0023	0,41
Serviços domésticos	0,0000	-	-	-
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,0109	0,4897	0,0053	0,95
Outras atividades	0,0354	0,4853	0,0172	3,08
Total	1,0000	0,5577	0,5577	100,00

Fonte: Microdados, PNAD de 2008.

Elaboração própria.

Notas: ¹ Exclui as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.² Exclui atividades mal definidas ou não declaradas.

É no setor público federal (tabelas 9 e 10) que os “outros grupamentos de atividade” alcançavam maior peso na geração de empregos públicos em 1992 (39,1%), embora, tal como nas outras esferas de governo, tenha apresentado redução em sua participação em 2008. Esta redução, no entanto, foi de apenas 18,1% em âmbito federal, ao passo que se situou em torno de 40%, em se tratando de estados e municípios. Mostram-se particularmente importantes, neste grande grupo, os ramos de “transporte, armazenagem e comunicação” e de “outras atividades”, que respondiam, em 2008, por respectivamente 8,7% e 15,7% das ocupações existentes no funcionalismo público federal.

Por outro lado, considerando as três esferas de governo, é na federal que “educação, saúde e serviços sociais” apresenta a menor participação na geração de empregos públicos – ao redor de 20% –, valor que pouco se alterou entre 1992 e 2008. A redução observada na participação de “outros grupamentos de atividade” para a geração de cargos públicos federais foi, assim, contrabalançada pelo aumento na participação de “administração pública”, de 41,7% para 46,2% entre 1992 e 2008.

Em se tratando da proporção de mulheres encontrada em cada grupamento de atividade, observa-se importante aumento da presença feminina tanto em “educação, saúde e serviços sociais” quanto em “outros grupamentos de atividade”. No primeiro, o percentual de mulheres passou de 46,9%, em 1992, para 58,2%, em 2008, valor inclusive superior àquele observado para o setor público em agregado ao final do mesmo período (56,9%). No segundo, as mulheres representavam 26,4% dos servidores, em 1992, e passaram a 34,3% em 2008. Em “administração pública”, por outro lado, as mulheres não lograram um aumento de sua representatividade no período considerado, figurando apenas como 28,1% dos servidores em 2008.

TABELA 9
Participação dos grupamentos de atividade na proporção de mulheres no setor público federal – Brasil (1992)

Grupamento de atividade ¹	Participação (φ_h)	Proporção de mulheres (P_h)	Parcela de P	
			$\varphi_h P_h$	(%)
Administração pública	0,4170	0,2784	0,1161	37,54
Educação, saúde e serviços sociais	0,1916	0,4693	0,0899	29,08
Outros grupamentos de atividade	0,3914	0,2636	0,1032	33,38
Agrícola	0,0000	-	-	-
Outras atividades industriais	0,0366	0,1039	0,0038	1,23
Indústria de transformação	0,0406	0,1441	0,0059	1,89
Construção	0,0017	0,1267	0,0002	0,07
Comércio e reparação	0,0043	0,0868	0,0004	0,12
Alojamento e alimentação	0,0004	1,0000	0,0004	0,13
Transporte, armazenagem e comunicação	0,1299	0,1382	0,0179	5,80
Serviços domésticos	0,0000	-	-	-
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,0069	0,5143	0,0036	1,15
Outras atividades	0,1709	0,4155	0,0710	22,97
Total	1,0000	0,3092	0,3092	100,00

Fonte: Microdados, PNAD de 1992.

Elaboração própria.

Notas: ¹ Atividade harmonizada com a CNAE-Domiciliar. Exclui atividades mal definidas ou não declaradas.

TABELA 10
Participação dos grupamentos de atividade na proporção de mulheres no setor público federal – Brasil¹ (2008)

Grupamento de atividade ²	Participação (φ_h)	Proporção de mulheres (P_h)	Parcela de P	
			$\varphi_h P_h$	(%)
Administração pública	0,4621	0,2806	0,1296	35,40
Educação, saúde e serviços sociais	0,2173	0,5819	0,1265	34,53
Outros grupamentos de atividade	0,3206	0,3435	0,1101	30,07
Agrícola	0,0002	1,0000	0,0002	0,07
Outras atividades industriais	0,0314	0,1897	0,0059	1,62
Indústria de transformação	0,0227	0,2535	0,0058	1,57
Construção	0,0050	0,0809	0,0004	0,11
Comércio e reparação	0,0030	0,0000	0,0000	0,00
Alojamento e alimentação	0,0004	0,3248	0,0001	0,04
Transporte, armazenagem e comunicação	0,0869	0,2333	0,0203	5,54
Serviços domésticos	0,0000	-	-	-
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,0137	0,4385	0,0060	1,64
Outras atividades	0,1572	0,4537	0,0713	19,48
Total	1,0000	0,3662	0,3662	100,00

Fonte: Microdados, PNAD de 2008.

Elaboração própria.

Notas: ¹ Exclui as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

² Exclui atividades mal definidas ou não declaradas.

O aumento de 5,7 pontos percentuais na proporção de mulheres no setor público federal, entre 1992 e 2008, é decomposto nos efeitos composição e participação na tabela 11. Ao contrário do que se observou para a esfera municipal, neste caso é o efeito participação que responde pela maior parte (79,8%) do aumento na razão de servidoras. São principalmente os grupamentos “educação, saúde e serviços sociais” e “transporte, armazenagem e comunicação” que respondem por este efeito.

TABELA 11

Decomposição da mudança na proporção de mulheres no setor público federal no Brasil¹ (1992 a 2008)

Grupamento de atividade ²	Efeito-composição (S_{φ_h})	Efeito-participação (S_{p_h})	Total (S_h)
Administração pública	-4,61	1,69	-2,92
Educação, saúde e serviços sociais	8,48	40,35	48,83
Outros grupamentos de atividade	16,31	37,78	54,09
Agrícola	0,07	0,21	0,28
Outras atividades industriais	1,77	5,12	6,88
Indústria de transformação	4,36	6,08	10,45
Construção	-1,36	-0,27	-1,63
Comércio e reparação	0,69	-0,56	0,13
Alojamento e alimentação	0,03	-0,50	-0,47
Transporte, armazenagem e comunicação	11,45	18,08	29,53
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,64	-1,37	0,27
Outras atividades	-2,33	10,98	8,65
Total	20,19	79,81	100,00

Fonte: Microdados, PNAD de 1992 e 2008.

Elaboração própria.

Notas: ¹ Exclusive as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

²Atividade harmonizada com a CNAE-Domiciliar. Exclusive atividades mal definidas ou não declaradas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos analisar como evoluiu a participação feminina nos diversos segmentos do setor público entre os anos de 1992 e 2008, de modo a complementar a bibliografia existente sobre o assunto.

A análise realizada permitiu constatar, além da já conhecida sobrerrepresentação feminina no setor público – quando comparada com sua representação na PEA –, o aumento da participação feminina neste setor no período 1992-2008. De um patamar de 51,3% de mulheres no início da série, alcançou-se a proporção de 56,9% em 2008.

Desagregando o setor público por esfera de governo, é sabido que a sobrerrepresentação feminina se manifesta nos âmbitos estadual e municipal, ao passo que, na esfera federal, elas se encontram sub-representadas em relação à sua participação na PEA. No período 1992-2008, os graus de sobre e sub-representação feminina nos setores público municipal e federal se mantiveram. Isto porque os observados aumentos nas proporções de mulheres entre os servidores destas esferas de governo – de, respectivamente, 6,8 e 5,7 pontos percentuais – foram acompanhados de um crescimento da participação feminina na atividade econômica em magnitude semelhante. Em âmbito estadual, por outro lado, não se verificou variação importante na incidência de mulheres, o que, ante o quadro de crescente participação feminina no mercado de trabalho, significou uma atenuação da magnitude da sobrerrepresentação delas nesta esfera de governo.

Ao se desagregar o setor público em seus dois principais grupamentos de atividade, observa-se que em “educação, saúde e serviços sociais”, a sobrerrepresentação feminina se dá não apenas em relação à PEA, mas também em relação à própria presença das mulheres no setor público; em contraste, em “administração pública”, o percentual de mulheres é inferior ao observado no setor público agregado e, até mesmo, menor que o observado na PEA, ainda que tenha passado de 32,9% para 38,6% entre 1992 e 2008.

Ao se investigar as causas do aumento da proporção de mulheres no setor público municipal entre 1992 e 2008, conclui-se que ele esteve associado fundamentalmente a três fatores: *i*) ao aumento da incidência de mulheres nas atividades de “administração pública”; *ii*) ao aumento da participação das atividades de “educação, saúde e serviços sociais” – nas quais as mulheres encontram-se em proporção bastante superior à observada no agregado – na composição do setor público municipal; e *iii*) à redução a menos da metade da participação de “outros serviços coletivos, sociais e pessoais” nas funções públicas municipais, tendo em vista que apresentam uma concentração de mulheres muito inferior à observada no agregado.

Por seu turno, é possível afirmar, por fim, que o aumento da proporção de mulheres no setor público federal foi ocasionado principalmente pelo aumento da incidência delas nas atividades de “educação, saúde e serviços sociais” e em “transporte, armazenagem e comunicação”.

REFERÊNCIAS

BALTAR, P. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. *In*: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. **Trabalho, mercado e sociedade**: o Brasil nos anos 90. São Paulo: Editora da UNESP; Campinas: IE/UNICAMP, 2003. p. 107-152.

BERNARDES, F. C.; MOURA, M. G.; ACCO, M. A. C. **Diagnóstico da situação da mulher na administração pública federal**. Brasília: ENAP, 1998. (Textos para Discussão, n. 28).

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Privatização no Brasil: 1990-1994/1995-2002**. Brasília: BNDES, 2002. (Estudos Especiais).

CERQUEIRA, A. C. **Ocupações e rendimentos no setor público brasileiro**. Campinas: DIEESE/CESIT, 2005. (Relatório de pesquisa).

DRAIBE, S. M. **O sistema brasileiro de proteção social: o legado desenvolvimentista e a agenda recente de reformas**. Campinas: NEPP/Unicamp, 1998. (Caderno de Pesquisa, n. 32).

HAMMOUYA, M. **Statistics on public sector employment: methodology, structures and trends**. Geneva: Sectoral Activities Programme/ILO, 1999. (Working Papers SAP 2.84/WP.144).

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Emprego Público no Brasil: comparação internacional e evolução**. Brasília: Ipea, mar. 2009. (Comunicado da Presidência, n. 19).

NAJBERG, S.; MORAES, R. M.; IKEDA, M. Participação dos empregos do setor público no mercado de trabalho. **Informe-se**, Rio de Janeiro, n. 42, jun. 2002.

PINHEIRO, S. S.; SUGAHARA, T. **Perfil dos funcionários públicos ativos nas áreas federal, estadual e municipal** – Comparação de bases disponíveis: RAIS, PNAD e SIAPE. Rio de Janeiro: Ipea, out. 2001. (Texto para Discussão, n. 837). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td_0837.pdf>.

APÊNDICE

Sejam os anos de 1992 e 2008 indicados, respectivamente, pelos índices 1 e 2. Então

$$p_1 = \sum_{h=1}^n \varphi_{1h} p_{1h} \quad (1)$$

$$p_2 = \sum_{h=1}^n \varphi_{2h} p_{2h} \quad (2)$$

são as proporções de mulheres em 1992 e 2008. A variação, neste valor, entre estes dois anos é dada por

$$\Delta p = p_2 - p_1 = \sum_{h=1}^n (\varphi_{2h} p_{2h} - \varphi_{1h} p_{1h}) \quad (3)$$

Após algumas transformações algébricas, obtém-se

$$\Delta p = \sum_{h=1}^n [(p_h^* - p^*) \Delta \varphi_h + \varphi_h^* \Delta p_h] \quad (4)$$

com

$$\Delta \varphi_h = \varphi_{2h} - \varphi_{1h}$$

$$\Delta p_h = p_{2h} - p_{1h}$$

$$p_h^* = \frac{1}{2}(p_{1h} + p_{2h})$$

$$\varphi_h^* = \frac{1}{2}(\varphi_{1h} + \varphi_{2h}) \quad e$$

$$p^* = \frac{1}{2}(p_1 + p_2)$$

Adotando a expressão (4) como a decomposição da mudança na proporção de mulheres, a contribuição total do h -ésimo grupamento de atividade para esta mudança é

$$(\Delta p)_h = (p_h^* - p^*) \Delta \varphi_h + \varphi_h^* \Delta p_h \quad (5)$$

e a respectiva contribuição percentual é

$$s_h = \frac{100}{\Delta p} [(p_h^* - p^*) \Delta \varphi_h + \varphi_h^* \Delta p_h] \quad (6)$$

Nas expressões (5) e (6), pode-se distinguir um efeito associado à mudança na composição do setor público – o efeito composição –, e um efeito associado à mudança nas proporções de mulheres os grupamentos de atividade que compõem o setor público – o efeito participação. O efeito composição do h -ésimo grupamento é

$$(p_h^* - p^*) \Delta \varphi_h \quad (7)$$

ou, como porcentagem da mudança na proporção de servidoras,

$$s_{\varphi_h} = \frac{100}{\Delta p} (p_h^* - p^*) \Delta \varphi_h \quad (8)$$

o efeito composição total é

$$\sum_{h=1}^n (p_h^* - p^*) \Delta \varphi_h \quad (9)$$

O efeito participação do h -ésimo grupamento é

$$\varphi_h^* \Delta p_h \quad (10)$$

ou, como porcentagem da mudança na proporção de servidoras,

$$s_{p_h} = \frac{100}{\Delta p} \varphi_h^* \Delta p_h \quad (11)$$

o efeito participação total é

$$\sum_{h=1}^n \varphi_h^* \Delta p_h \quad (12)$$

MULHERES, MÍDIA E POLÍTICA *

Clara Araújo
Flávia Biroli

MULHERES E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

CLARA ARAÚJO:

Quero agradecer muito à Coordenação de Igualdade de Gênero pela oportunidade de estar aqui no Ipea. Acho que é uma coisa muito importante, não só por poder manter esse diálogo com vocês, mas também pelo papel que o Ipea tem tido na incorporação da questão de gênero como parte constitutiva das análises sociais. Acho também que a parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), representada aqui na figura da Lourdes Bandeira, tem sido muito importante. Vou tentar entrar nesse debate a partir do reconhecimento, e vou tentar também fazer um vínculo, um *link*, entre as questões relacionadas com a representação, quando se verte o debate conceitual para a dimensão mais estritamente política dos sistemas eleitoral e político. Em seguida, pretendo discorrer um pouco sobre esse diálogo entre representação e sistema político, que, no caso das mulheres aqui no Brasil, atualmente, se dá muito em torno do debate sobre as cotas para mulheres em nossa eleição proporcional de representantes políticos.

Minha apresentação consistirá na leitura de um texto. Pretendo começar com alguns conceitos para deixar claro de onde partem meu pensamento e minha discussão sobre a participação política das mulheres, quais são os conceitos e os eixos centrais que se relacionam e nos ajudam a pensar e permitem demandar participação, representação e igualdade políticas. Cada um deles é objeto de diversas definições, portanto, não são conceitos consensuais. Mas apenas para situarmos a questão, indico quatro definições básicas, as quais, em geral, respondem ao objeto desta exposição. Estamos tratando de cenários nos quais estão envolvidos: *i)* o *poder*, que remete a distintas interrogações, tais como: quem ou o que possui poder? Que resultados contam como efeito do poder?

* Palestras proferidas em 2 de setembro de 2010.

O que distingue as relações de poder? *Como* é possível *identificar* ou *medir* o poder? Uma definição muito usada, a de Lukes (1974), considera o poder a “capacidade de produzir ou contribuir para resultados por meio de relações sociais que afetem significativamente um outro ou outros”; *ii*) o *político*, como “o lugar onde se entrelaçam os múltiplos fios da vida dos homens e mulheres; aquilo que confere um quadro geral a seus discursos e ações (...) e remete à existência de uma *sociedade*” (ROSANVALLON, 2010); e é nesta sociedade e com vistas a viabilizar o tópico anterior que exercitamos o seguinte, ou seja *iii*) a *participação política*, relacionada com a prática e a ação dos indivíduos para a tomada de decisões coletivas e diversas, envolvendo vários aspectos sumarizados muito bem por Feres Junior e Pogrebinschi (2010, p. 148); e, por fim, temos a forma institucional contemporânea de articular de forma considerada legítima e democrática os três tópicos anteriores, ou seja, *iv*) a *representação política*, ou um sistema de organização da política baseado na delegação do povo a um grupo que os representará e tomará decisões. Representar, no sentido moderno envolve saber *o que* (interesses, ideias) e *quem* (indivíduos, grupos).

Não sei se vou concretizar o empreendimento de articular uma discussão mais conceitual com outra mais contextual. Mas acho que é um desafio, pois vir até aqui ao Ipea, um lugar tradicionalmente de debate político, para discutir apenas dados, acho que é muito pouco. Se não conseguir, ficam os conceitos e discutimos os dados no debate. Passemos então ao tema.

A organização social e política moderna da qual o liberalismo emerge como ideário assentou-se, de início, no reconhecimento de diferenças econômicas ou mesmo de gênero, inclusive para definir o corpo de cidadãos. A identidade (atribuída e/ou construída socialmente) emerge como um marcador de capacidades de inclusão ou exclusão. Identidade e diferença são, portanto, parte da organização social da vida moderna e da constituição da própria democracia representativa. O que parece haver de novo, portanto, não são a identidade e a diferença, mas, sim, a emergência de novas categorias em torno das quais a diferença se organiza e orienta as ações dos atores sociais, não mais como exclusão, mas como inclusão.

No campo da inclusão política, demandaram-se redefinições dos mecanismos de representação, e as experiências de cotas que se generalizaram na década de 1990 constituíram uma fonte privilegiada para este empreendimento. Mas, para além de um recurso pontual, a base de sustentação ou crítica dessas propostas se assenta em importantes debates.

A análise aqui conduzida estará centrada no caminho da representação política contemporânea, frente à diversidade de conflitos e à emergência de diferentes atores, e como isso se articula com a demanda das mulheres por acesso à representação e com a formulação das políticas de cotas. Em seguida, tentarei pensar um pouco os problemas associados ao Brasil. Nesse caso remeterei ao aspecto da

agência da representação política e sua finalidade. Para isso, vou fazer um certo inventário e uma discussão muito breve e superficial acerca do sentido e da natureza da representação. Em minha opinião, isso se relaciona – embora muitas vezes não explícita, mas implicitamente – com as propostas que são feitas de aplicação política de certas estratégias. Não é meu propósito fazer uma reflexão específica ou aprofundada sobre a chamada crise da democracia representativa ou sobre as trajetórias da política deliberativa. Mas uma coisa é importante destacar de antemão: o feminismo tem oferecido contribuições inovadoras e desafiadoras e, por que não dizer, polêmicas para pensar a respeito da natureza da democracia representativa e seus limites, assim como para oferecer caminhos mais equilibrados de acesso das mulheres às instâncias decisórias.

A representação política, parte essencial do conceito de democracia moderna, pode ser entendida como subcategoria emblemática dessa democracia. Mas para muitos ela permanece imprecisa e polêmica, sobretudo quando se tenta responder às questões sobre o significado de representar o outro politicamente e o conteúdo desta representação. Em todo debate que envolve representação, três aspectos emergem como centrais: *i)* o problema de *quem* ou *o que* deve ser representado; *ii)* *quem* são os representantes; e *iii)* que tipo de relação existe entre representantes e representados, envolvendo também o aspecto das fórmulas institucionais que devem configurar os modelos de representação.

Penso que não há como fugir desse ponto, pois todo debate sobre inclusão e justa representação, inclusive o de cotas, está relacionado com isso. Então, vou me concentrar neste ponto e sua relação com a sub-representação das mulheres e, para isto, vou me reportar a uma das definições mais aceitas e que é a base para todas as outras, que vem de Hanna Pitkin (1967). Para ela, tanto a defesa dos postulados básicos da democracia representativa, como as críticas e alterações dos mesmos são fundamentais.¹ Em termos muito gerais, esta autora ressalta que a representação se trata de designar alguém (o agente da representação), que irá defender alguém ou alguma coisa. Segundo ela, representar significa fazer-se presente outra vez, e isso sempre remete a algo mais do que uma presença literal, física. É estar e não estar presente ao mesmo tempo. Isto posto, como responder às questões sobre quem, o que e como deve ocorrer a representação?

A tipologia proposta por Pitkin (1967) contém três tipos básicos de representação: *i)* a *representação descritiva*, na qual o representante compartilha algumas características de um segmento ou um grupo de pessoas, ou seja, há uma noção de correspondência entre as características de um representante e dos representados – neste sentido, ele está ali para espelhar um grupo; *ii)* a *representação simbólica*,

1. Vale salientar que há inúmeros acréscimos e/ou contestações à sua obra, mas, ainda assim, esta permanece como a principal referência neste debate.

na qual o representante simboliza a identidade ou a qualidade de um grupo de pessoas, e sua ação está voltada para este fim; e finalmente *iii*) a *representação de interesses*, na qual o representante assume a condição de um agente que age em torno do interesse dos seus representados ou, como define a própria Pitkin (1967), é um *agir por*. Neste caso, o importante é a capacidade do representante de representar bem esses interesses para os quais ele foi eleito.

Definições semelhantes que corroboram a mesma perspectiva foram feitas por vários outros autores (que eu não vou mencionar aqui), mas, em geral, partem dessa proposição de Pitkin (1967). Para ela, a representação descritiva seria problemática, primeiro porque se sustenta no vínculo direto entre as características individuais dos representados e as ações do representante. Esta relação não é simples, dado que envolve uma ação em um determinado campo político, a qual se torna limitante e engessada se o seu centro for a noção de correspondência entre características físicas do representante e do representado. Para ela, a arte de representar não é nunca uma réplica ou um mapa absolutamente acurado do representante. Assim, uma pergunta essencial, a saber, é a *quem* o representante deverá representar. No caso de Pitkin (1967), sua resposta considera que um homem político ou os homens quando políticos² podem ser julgados unicamente pelo que eles têm feito, e não pelo que são em termos de suas características físicas. Em sua opinião, a ênfase na figura do representante desvirtua a atenção para o aspecto mais importante, que consiste em saber o que o representante faz de fato e em que medida ele consegue representar bem os interesses dos representados.³

Ora, aqui cabe uma terceira observação. Embora, em termos gerais, este seja um princípio que pode ser considerado um registro mais neutro e universal, falta outro registro. É o de que, de fato, na prática e na história, foi com base nestes mesmos critérios, usados em nome dos interesses gerais, assim como pelas características físicas, que a democracia liberal negou às mulheres o direito de integrarem o corpo da nação. Era o corpo físico das mulheres que não lhes permitia tal direito, ou a sua “estreita” capacidade de olhar os interesses gerais. Então, na prática, esta noção, embora universal, e embora aparentemente neutra, é marcada por um registro não universal e discriminatório.

Esses registros, contudo, não retiram o mérito da tipologia construída pela autora, porque talvez ela consiga agregar o que há de mais complexo: o conjunto das possibilidades do ponto de partida da representação. Começemos, portanto, pela *representação descritiva*. No caso de Pitkin (1967), a base de sua recusa a este primeiro tipo é a sua crença no necessário dinamismo e caráter processual da

2. Aqui abro um parêntese para lembrar que “homem” já é uma expressão que merece crítica, ou seja, um ser político, um indivíduo político, homens e mulheres políticos.

3. Não se pode desconhecer que há um problema com a própria categoria dos interesses, pois existem três outros elementos envolvidos: quem, de quem e o que são os interesses a serem representados não são problemas/questions autoevidentes e simples de se resolver.

política e da representação. Ou seja, dado que há um caráter processual e não já definido *a priori*, ela acredita que não há como viabilizar uma justa representação de antemão, mesmo considerando existir um compromisso prévio com determinados elementos e uma relação de representação somente com esses elementos. Esta justa representação, segundo ela, é alcançada num processo contínuo, envolvendo, por um lado, a responsabilidade do eleitorado, e por outro, a interação de representantes com representados. Não se desconhece o fato de que os representantes podem ser, e muito provavelmente serão, diferentes dos representados, seja em termos sexuais, seja em termos sociais, bem como no entendimento sobre onde residem seus verdadeiros interesses. Mas, em sua interpretação, isto não seria um problema, pois o que se espera e se exige do representante é essencialmente o sentido de responsabilidade para com os representados. Por isso o argumento de que o importante é ter em conta as atividades dos representantes mais do que as suas características físicas pessoais e individuais.

Passemos à segunda forma de sua tipologia, a *representação simbólica*, que significa representar alguma causa ou alguém, simbolicamente. Esta também é rejeitada por Pitkin com base no que ela considera o caráter arbitrário do símbolo, já que suas conexões não são óbvias em relação ao que está sendo representado. Há uma condição subjetiva no símbolo que confere ao representante um problemático tipo de autonomia, uma vez que este pode agir com base no que ele acredita estar representando. Isto por sua vez aumentaria o risco de manipulação. A representação simbólica pode, assim, adquirir um sentido simbólico, emocional, afetivo e de respostas psicológicas e racionais, segundo Pitkin (1967). Tais dimensões simbólicas poderiam reduzir a transparência do próprio processo político, dado que existiria essa subjetividade. Com efeito, a transparência, supostamente baseada nas ideias e compromissos estabelecidos entre representantes e representados, estaria sujeita à possibilidade da fuga da racionalidade dessa representação simbólica.

Então, essa autora caminha para pensar e propor o que tem sido considerado como a base dos sistemas de representação contemporânea: a *representação substantiva*, a partir de um tipo de saída que considera de algum modo a dinâmica política como algo que está representado nas propostas, nas ideias e na necessidade da *accountability*, do compromisso e da responsabilidade para com o outro. Ao estabelecer as três principais vertentes de representação, ela destaca particularmente o aspecto da representação de interesses dentro da representação substantiva. Sua ênfase será nos interesses, sintetizada na ideia de representar como o *agir por*, *agir em nome de*, a partir das ideias, ou seja, na suposição de que o representante age no interesse e pelo bem dos outros. Assim, tendo a responsabilidade de representar um determinado interesse, o representante (supostamente) estaria comprometido com as ideias e expectativas dos representados.

Duas dimensões são cruciais nesse princípio do *agir por*: o mandato, na medida em que este significa uma designação e a autorização do representado sobre um determinado curso de ação; e a outra é a independência, no sentido de que o representante tem que agir e obter melhor resultado em relação aos interesses dos representados, que não estão de antemão completamente dados, nem fechados. De certa forma, isso supõe que, em geral, os desejos dos representados e a ação dos representantes irão convergir. Contudo, como a política é um *locus* dinâmico, o argumento dessa autora é que, quando isso não ocorre, o princípio da responsabilidade do representante para tomar decisões é também importante, pois neste caso os representantes têm de explicar por que agiram de uma determinada maneira. Em suma, o *agir por* trata da ação de representação que busque a *impessoalização* do exercício do mandato, evitando o particularismo do interesse e do indivíduo e definindo a ação de representar como algo dinâmico. Esta abordagem permite pensar em uma natureza transparente e racional da representação, na qual o representante aparentemente se desnuda do seu interesse particular. Em tese, do ponto de vista analítico, isso surge como uma saída para as tensões da representação, sendo possível analisar além do que o representante faz e como isso se viabiliza. Porém, como já foi assinalado, experiências concretas do exercício da representação põem em questão até onde essa neutralidade existe. E, por decorrência, colocam uma série de outros questionamentos e desafios aos fundamentos e também ao exercício da representação democrática.

Alguns problemas advêm das dificuldades para garantir, de fato, um grau de responsabilidade e compromisso do representante para com o representado. Inclusive porque isto varia de acordo com o contexto, com os modelos e com os graus de interesse dos representantes em relação aos representados. Além dos limites relativos ao acesso à representação, à medida que este acesso permanece intermediado por clivagens econômicas e sociais, o problema da representação envolve o grau de autonomia na relação entre representantes e representados; e a possibilidade de que estes últimos possam ter algum nível efetivo de interferência sobre o processo do representante. Em segundo lugar há o fato de que tais intermediações levam a filtros que nem sempre são transparentes ou mesmo isentos de mediações marcadas por interesses econômicos ou outros interesses. E isso é um dado da própria construção da democracia e, como sugeriu Urbinati (2006), constitui um paradoxo central dos governos democráticos modernos: a representação política trata necessariamente da exclusão, já que o único momento em que os cidadãos exercem o direito político da democracia é quando eles delegam a outros através do voto, que para se realizar, requer a exclusão da maior parte da população como representantes. Portanto, ela carrega consigo uma natureza ambivalente sobre quem está apto a representar esse próprio princípio da exclusão.

Contudo, vários autores ponderam que, embora isto ocorra efetivamente no ato da construção e viabilização da representação, mais que ser um problema, é uma solução. Isto porque aperfeiçoaria a democracia direta, mais que a suplantaria, e a tornaria *universal e adaptável* às sociedades complexas.

Nesse debate, algumas perguntas se tornam chaves. Como garantir algum grau de lealdade em relação aos objetivos e propostas que permitiram a eleição de representantes? Como os representados podem ter acesso aos processos de interação que ocorrem no campo político e até, de forma desejável, conduzem as negociações ao surgimento de novas propostas, inexistentes antes das eleições? Em outras palavras, para manejar a dinâmica processual inerente à própria política, ou seja, a condição de se fazer sempre presente e, ao mesmo tempo, preservar a responsabilidade que os representantes esperam dos representados, é necessário que se estabeleça uma relação nessa mediação entre quem pode ser incluído e quem pode ser excluído.

Ora, essas perguntas estão relacionadas, também, às mulheres: *quem* as mulheres representam, *quem* deve lhes representar e *por que* sua presença importa, já que, como falamos, os princípios da representação não estão descolados dos contextos e processos históricos. A questão é que a ausência de certos grupos populacionais da esfera da representação foi historicamente originada com base na sua condição de gênero, de etnia ou de raça, ou seja, na própria condição descritiva recusada por Pitkin. É precisamente aqui que se encontra uma das tensões de sua proposta. E é isso que permite à Anne Phillips (1995) sugerir que os problemas referentes à justa representação são recorrentemente relacionados aos aspectos institucionais e aos procedimentos eleitorais. Então, a essência do debate estaria na *díade* de *quem* e *o que* deve ser representado. Essa é a *díade* de resumo que tem sido o cerne do debate sobre políticas de reconhecimento no âmbito das instituições políticas e do acesso à democracia representativa. Sua base foi e é sem dúvida a lógica da exclusão política e as possibilidades de inclusão. Como sugere Phillips, a representação que antes se organizava basicamente em torno das categorias do *interesse* e das *ideias* se desloca e inaugura uma terceira dimensão, que é a da *presença*. Desse modo, é posta em evidência a dimensão do *agente* a partir da sua identidade e não apenas das suas *ideias*. Nancy Fraser (1995) identificou como um deslocamento de paradigmas. De um paradigma centrado no princípio de *redistribuição* – que concebe as diferenças como processos originados principalmente a partir de situações de desigualdades sociais – em direção ao paradigma do *reconhecimento* – que busca, sobretudo, afirmar o valor da especificidade dos grupos e abordar a exclusão a partir do reconhecimento político e cultural. Este mesmo sentido, na política, é compreendido como o deslocamento, que já ficou clássico para quem trabalha com esse tema, da *política de ideias* até então prevalecente,

em direção à *política de presença*. Já que o atual modelo de democracia enfatiza a ação, as ideias e os interesses, é necessário, então, repensar o que são os *interesses* e *o que* o representante representa. O problema é que esta democracia baseada na política de ideias tem sido insuficiente para dar conta da representação de setores historicamente excluídos, situação que se torna empiricamente evidente através da sub-representação destes setores, particularmente o das mulheres. Do ponto de vista das perspectivas da representação, o problema de quem representa passa a integrar a agenda política e ocupar papel importante no debate teórico, e as cotas, mais uma vez, nesse debate, têm sido um dos caminhos para resolvê-lo.

É importante, no entanto, frisar que isso não ocorre sem tensões. Para algumas interpretações, que consideram a problemática das identidades como relevantes, as políticas de ação afirmativa não são consensuais exatamente porque elas não tocariam nas bases geradoras das assimetrias, como Fraser ressalta. Ela própria conduz um questionamento para o debate de gênero no que diz respeito à possibilidade de se abolir as diferenças e ao mesmo tempo valorizar a especificidade, como construir fronteiras e ao mesmo tempo diluir estas fronteiras. Este paradoxo, que se constitui de, por um lado, os grupos lutarem pelo fortalecimento de suas fronteiras quando demandam reconhecimento e, por outro, produzirem a diluição do sujeito quando demandam situações de igualdade com outros grupos, é considerado um dos grandes desafios dos movimentos sociais, particularmente do feminismo contemporâneo. Eles reavaliam as injustiças, reconhecendo os grupos, mas deixam intactas as estruturas que elas produzem.

Outra autora (HAUG, 1995) argumenta que as políticas de cotas na esfera pública só teriam sentido se viessem acompanhadas de mudanças, as quais ela define como um novo contrato social. Esse novo contrato social indubitavelmente envolveria a redefinição ou superação do paradigma da divisão sexual do trabalho da esfera pública e da esfera privada. A divisão sexual e a atribuição das mulheres nessa divisão constituem assim um aspecto nodal tanto para inibir a presença feminina nos espaços públicos, como para se pensar alterações capazes de reverter esta ausência.

Contudo, embora Phillips (1995) reconheça que esses aspectos existam, isto não a impede de tratar do fato de que efetivamente, no caso da democracia representativa, a *política de ideias*, ou essa política tal como se encontra, tem sido ineficaz. Postas as questões nestes termos, Phillips (1995) adverte que ela não está propondo que a *política de ideias* por si não seja suficiente, ou seja, irrelevante para resolver o problema da exclusão. O que ela chama atenção é para a necessidade de repensar a forma com que a inclusão tem sido conduzida até o momento.

Por sua vez, a política da presença, que foca as identidades de quem estará representando, também não resolve o problema se for pensada a partir de uma substituição ou contraposição à política de ideias. Em sua interpretação, *assim*

como não há ideias sem presença, isto é, as ideias surgem das práticas, necessidades e interesses coletivos experimentados, *também não há presença política sem ideias*. Isto só existiria se a política fosse pensada na forma de interesses particulares, pressupondo interesses fixos e já definidos, dados fundamentalmente pelas identidades, o que a autora também recusa, porque não é da natureza do próprio exercício da política.

Penso que, muitas vezes, um aspecto dessa análise levada a cabo pela autora tende a ser minimizado ou mesmo a desaparecer em muitos trabalhos que a tomam como referência: as suas restrições às identidades. Efetivamente, Phillips (1995) também afirma que dar muito peso às identidades produz uma subestimação da importância das ideias, podendo conduzir ao bloqueio de alianças necessárias às mudanças políticas. A representação deve considerar, portanto, que o importante não é apenas estar lá, pois isso seria apenas uma mudança cultural, importa também o que nós queremos que os representantes façam. Em suma, entendo que para esta autora, o propósito é ou seria reconciliar ideias, interesses e presença como partes de um único processo.

E isto serve de base para que Phillips (1995) argumente a favor das cotas como estratégia válida para a ampliação da inserção política das mulheres. Tratar-se-ia de inclusão de grupos historicamente excluídos ou sub-representados. Mas, para fazer tal proposta, ela evita certos argumentos essencialistas e diz que ser o representante político não é simplesmente a continuidade de ser um empresário ou ser um profissional. A política exige um tipo de mediação que só é dado na própria política. Então, alguma coisa a mais tem de justificar a demanda por cotas. É pela via dos interesses que é possível fundamentar a necessidade das cotas como estratégia pontual. Porém, ao contrário de tomar a categoria de interesse como algo prestabelecido e fixo, sobretudo em relação às mulheres, aponta a necessidade de considerar a desconstrução desta categoria. Isto porque, haveria uma relação constante entre necessidades, interesses e ideias como processo efetivo e prático. Como dito, o interesse não é algo fixo e já dado, então, os interesses das mulheres existem de antemão. Se assim fosse, o problema residiria essencialmente na dimensão da *accountability* sobre o representante, que poderia pertencer a um ou outro gênero, não importa, uma vez que quanto mais fixos e definidos são os interesses, menos importa quem é o seu representante.

Contudo a dinâmica política não é fixa e tampouco se atém a programas prestabelecidos. Não importa o quão abrangente um programa de governo ou de partido seja, o fato é que é impossível (e é bom que assim o seja) que ele abarque a totalidade dos temas sobre os quais o representante pode ver-se obrigado a deliberar ou votar durante o seu exercício do cargo. Além do programa do partido, em todo o resto, os representantes têm de recorrer ao seu próprio juízo e avaliação. Isto requer certa negociação e autonomia dos representantes. Se isto

é fato na democracia representativa, e se há uma dificuldade de definir o que são os interesses das mulheres, porque esses também se encontram em construção constante, então é por aí que o argumento a favor da ampliação da participação se coloca como argumento legítimo na formulação de estratégias que visem ampliar essa participação. Segundo Phillips, esta fundamentação se daria exatamente pelo fato de que há uma potencialidade dada pela experiência vivencial das mulheres de ter uma sensibilidade ou um olhar para os seus próprios interesses. A autora, no entanto, argumenta que esta possibilidade é uma potencialidade, não é um prerequisite, não é um dado de antemão.

Então vou concluir esta parte sugerindo que esse debate conduz também a uma questão: *a paridade*. Não vou me deter neste ponto aqui, porque não há tempo e tampouco é o objeto central da nossa discussão. Mas, como cotas e paridade aparecem juntos na agenda política do feminismo no país, cabem brevíssimas observações. A base da ideia da paridade estaria no sentido da representação ou em quem representa quem, representação descritiva ou representação substantiva. Do ponto de vista da crítica à proposta, é importante destacar os riscos do *essentialismo* e do *faccionalismo* quando se pretende incluir a ideia da identidade no interior da atual lógica da democracia representativa. Em outras palavras, os argumentos críticos são de que, como cidadãos, as ideias não são redutíveis ao nosso grupo de pertencimento, mas são flexíveis e maleáveis. Então, considerando essas ideias e todos estes argumentos, o que eu queria destacar é que o caminho pelo qual Phillips propõe a importância de que as mulheres estejam presentes e quais sejam as suas potencialidades me parece muito frutífero.

A defesa das cotas pode ter tanto um sentido mais pragmático, de estratégia política pontual, incorporando o objetivo da paridade – que eu acho complicado – como também pode qualificar a democracia. Ela pode tanto ser um atalho para o preenchimento deste *gap*, como pode ser um princípio *essencializador* da própria democracia.

Nesse sentido, tanto Phillips (1995) como Mansbridge (1999; 2003) trabalham certa estratégia que eu considero bem interessante para pensar a relação das mulheres com as ações afirmativas e as cotas. Ou seja, o argumento de uma representação descritiva, pontual, parcial, e sob certas condições. As condições que esta última autora elege (MANSBRIDGE, 2003) para que se possa pensar na justeza ou na justificativa de tais formas de presença merecem ser apresentadas aqui, porque podem ser úteis para pensarmos casos concretos. Ela coloca a necessidade de se identificar basicamente quatro aspectos dos contextos que justificariam tais iniciativas de ações afirmativas e cotas: *i*) a existência de *diferença* e de *injustiça* dadas pela condição histórica na vantagem e/ou desvantagem de grupos existentes historicamente; *ii*) a existência ou não interesses totalmente cristalizados

e consolidados, *iii*) o questionamento, por membros de grupos em desvantagem, o significado social de governar; e *iv*) o histórico de discriminações direcionadas e explícitas contra grupos em desvantagem, como é o caso das mulheres em sua história. Identificadas estas situações, sugere três questões centrais para evitar o que define como *essencialismo* ao se discutir propostas de ação visando sustentar a importância da presença nas instâncias de representação política. Primeiro, e mais importante, identificar quais são os fatores existentes no processo eleitoral que resultam em baixas proporções de presença descritiva de certos grupos – neste caso, na legislatura, no resultado final, mais do que em sua postulação; ou seja, a relação entre quem postula e o resultado que se coloca na representação concreta. Em segundo, avaliar em que medida os membros destes grupos se consideram eles próprios adequadamente habilitados para se autorrepresentar. Em terceiro, verificar se existem evidências de que os grupos dominantes na sociedade já tenham intencionalmente criado dificuldades ou tornado ilegal esta autorrepresentação para certos membros de certos grupos. As respostas a estas questões permitiriam, então, pensar num caminho e em boas alternativas de processos de ação afirmativa e de seleção para a representação.

No caso das mulheres, sua proposta, em minha leitura, parece bem útil posto que é também operacional. A base de sustentação teórica para pensar as mulheres seria pensá-las como *grupos sociais, com experiências socialmente compartilhadas*, ou seja, as mulheres como distintas dos homens, apesar das suas diferenças internas. O fundamento é que não existe de fato um interesse das mulheres por si, mas existem potencialidades de experiências compartilhadas que se mesclam. Isto implicaria um dado grau de sensibilidade e revisões de interesses em torno de questões comuns. Estas características, por sua vez, se mesclam com históricos relacionados com os quatro pontos colocados anteriormente.

Isso posto, a pergunta que daí deriva consiste em saber como pensar quais são as relações e as implicações dessas problemáticas mais teóricas – sobretudo, com este último caminho exposto – com as dinâmicas institucionais, contextuais e estruturais concretas, vivenciadas pelos indivíduos nos sistemas políticos e eleitorais concretos, inclusive nas mediações feitas pelos partidos. Como poderíamos responder aos quatro passos anteriores? E no caso do debate atual sobre reforma do sistema eleitoral, como pensar e relacionar estes conceitos sobre representantes e representados com o fato concreto de listas abertas ou fechadas e sistemas políticos de representação? Ou seja, há certamente a necessidade de se pensar em bases eminentemente culturais, normativas e ideológicas, mas estas não são suficientes. Há também a necessidade de pensar em fatores multivariados, que envolveriam sistemas políticos, sociodemográficos e também contextos políticos específicos. E a ideia de grupos sociais marcados pela condição de experiências compartilhadas

pode nos ser útil para pensar estas diversas dimensões e, ao mesmo tempo, construir variáveis passíveis de verificação empírica.

Tenho aqui um conjunto de dados⁴ que mostram como essas questões se conectam com a representação de poder, propriamente. Em um artigo, discutimos como alguns desses fatores multivariados pesam sobre a questão da representação e têm impactos sobre as mulheres (ALVES e ARAÚJO, 2009). A ideia foi verificar: o que pesa no campo do sistema eleitoral, como se podem juntar fatores sociodemográficos e pensá-los conjuntamente. Estes números são a síntese de uma análise multivariada relacionada com o perfil dos candidatos eleitos na Câmara Federal, em 2006, sobre a probabilidade de eleição. Foram colocados juntos tanto fatores sociodemográficos como fatores do sistema político. E se confirmou esta interação entre diversos fatores. Eu não vou me ater muito a isto. Posso depois voltar a estes dados, mas eu quero dizer que este foi um experimento baseado nessa ideia de que não se pode pensar só em fator eleitoral ou só em fator cultural, ou, ainda, só em fatores sistêmicos.

Do ponto de vista sistêmico, as questões estão muito relacionadas com esses pontos aqui colocados: o sistema partidário; o sistema eleitoral, se proporcional ou majoritário e o tipo de lista. Mesmo o desempenho de cotas está condicionado por estes fatores. No Brasil, o debate sobre as cotas de gênero na representação política e a proposta de sua implementação tomaram como um dado e como uma verdade absoluta – sem muitos questionamentos – que o problema a ser enfrentado para melhorar a eficácia das cotas é alterar a lista, de aberta para fechada. Então, como não há lista fechada, nós temos que defender a lista fechada para que a política de cotas seja viável e, com isso, mais mulheres entrem. De fato, é comprovado que as cotas funcionam bem melhor em listas fechadas, mas nas experiências existentes, as listas já eram fechadas e se implantou a cota. Não se fez um caminho inverso, ou seja, pensar o problema do sistema de votação por lista a partir da cota. A implicação de uma simplificação deste debate, no meu entender, é muito grande, pois invertemos a natureza do debate. E envolve tudo o que abordamos antes, ou seja, a complexidade da relação que Pitkin (1967) e vários outros autores discutem entre representante e representado. Importa saber, por exemplo, sobre a questão da autonomia. Em que medida uma lista fechada dá mais ou menos autonomia a um eleitor de escolher e poder alterar em algum ponto um candidato na lista partidária? Ou ele só tem alternativa em relação à escolha do partido? Em que medida a lista fechada gera um grau de lealdade e obrigatoriedade dos que concorrem em relação às direções partidárias? E em que medida a lista fechada permite que mulheres as quais não sejam da direção dos partidos ou esposas de dirigentes possam concorrer independentemente de as direções dos partidos aceitarem ou não? Penso que não se problematiza muito toda

4. Já apresentados em artigos como o citado e também em Araújo (2009).

a complexidade dessa relação. Vejam o caso do Uruguai. Lá a lista é fechada. E, no entanto, há muitos debates com críticas sobre o que seria a falta de democracia da lista fechada, pois esta seria um problema do ponto de vista da democracia para as mulheres. Aqui no Brasil isto se tomou como um dado, um fato e uma verdade.

Um aspecto muito complicado do ponto de vista eleitoral é a ausência do financiamento público de campanha. O dinheiro conta e muito, e isto tem sido cada vez mais comprovado.

Já a cultura política pesa até um ponto. Com isto, quero chamar atenção ou dar o exemplo de um tema muito repetido e que pode ser sintetizado na frase: “existe uma certa resistência dos partidos em incorporar as mulheres”. Concordo e é historicamente comprovado que houve e há certa cultura política não igualitária com o gênero, mas, na atualidade, não se pode pensar este aspecto distanciado do fator *acesso ao poder*. Ou seja, isto é verdade até um ponto. No outro ponto, quando nós olhamos os partidos e os analisamos desagregando-os por estados da Federação, o que se vê é que, em muitos dos estados, são os partidos mais conservadores que, em muitas circunstâncias, elegem mais mulheres. Então, se é uma questão predominantemente cultural no âmbito partidário, e se este peso é tão grande, como é que se explica o fato de que são os partidos mais conservadores, em muitos lugares, que elegem mais mulheres? Quer dizer, há um nível de compromisso cultural com o igualitarismo entre homens e mulheres, mas há um nível de racionalidade inerente ao poder e à política, que é: “o partido existe para ganhar as eleições”. Se o partido existe para ganhar as eleições, se uma mulher tem um capital eleitoral, ela é incluída e é aceita. E esta racionalidade não é só dos homens, mas também das mulheres. Vejam o caso atual das eleições e das cotas. Temos deputadas que têm tido um papel importantíssimo na luta pelo cumprimento das cotas. Contudo, o resultado da aplicação da nova lei de cotas é que só cerca de 20% das candidaturas ao cargo de deputado federal eram de mulheres em 2010. Mas quando examinamos muitos dos partidos com deputadas que lutam para que as cotas sejam efetivas, vemos também que eles não cumpriram as cotas. E o fato é que nós não vemos estas deputadas entrarem com uma ação judicial ou com manifestações críticas em relação ao seu partido no momento da eleição, propondo, por exemplo, punições ou coisas do gênero. Com isto, só quero destacar que há um nível de compromisso de gênero, mas no âmbito da política e do poder, há um nível de racionalidade que as próprias mulheres deputadas também compartilham. Elas, como mulheres, não são somente vítimas de um processo, elas são também agentes deste processo. Então, será que não seria apropriado pensar os dirigentes políticos e seus preconceitos e pragmatismo, num leito junto com a questão da estrutura socioeconômica e a participação em canais que formam carreiras políticas ou um pouco de cada coisa?

Então essa é a ideia: a representação tem uma base histórica que foi a negativa da participação das mulheres; tem uma base que é estruturante do gênero e creio que esta é e continua como grande obstáculo, que é a divisão sexual do trabalho a partir da divisão entre esfera pública e esfera privada. E há uma base cultural, com um conjunto de elementos que envolvem os processos políticos para os homens e para as mulheres. E por todo este *background*, as mulheres tendem a entrar na esfera pública com maior desvantagem. Esta questão da divisão sexual, cuja base é a ideia dual – homem público e provedor x mulher doméstica –, marca a sociedade como um todo. O lugar da política se constrói na ausência das mulheres.

Uma coisa importante de se pensar é que, historicamente, as mulheres entram na política quando os lugares já estão ocupados, já estão tomados, então, elas têm de deslocar alguém que já está lá. Há dois movimentos contrários: os obstáculos listados acima e a luta contra uma “inércia”, que é a necessidade de homens saírem para mulheres entrarem. Há ainda, e não se pode esquecer: é neste contexto que ocorrem as tentativas de ampliar o acesso das mulheres – uma crise da política, da representação e da ideia que se faz da pessoa que é uma (um) política(o). Portanto, se há uma desvantagem em relação a vários aspectos, as mulheres enfrentam esta desvantagem de uma forma ainda maior. Então, todo o desgaste da política, do político que tende a ser visto como corrupto, para elas que estão ausentes, ainda é maior. O que eu quero dizer para concluir é isto. Quando olhamos os resultados da participação de mulheres no parlamento no Brasil, comparados com os de outros países da América Latina bem mais atrasados em vários aspectos, percebemos a complexidade da discussão da *representação política*. No caso das mulheres, envolve, mas ultrapassa a questão do sistema eleitoral e do sistema político. Um segundo aspecto que destaco é que determinados contextos ajudam ou prejudicam. Os estudos comparados mostram como determinados momentos de ruptura de contextos são fundamentais para alterar o lugar das mulheres na política. E isso não só na América Latina, como em vários países do mundo. Muito obrigada.

MULHERES, MÍDIA E DEMOCRACIA

FLÁVIA BIROLI:

Boa tarde, eu queria começar agradecendo a possibilidade de estar aqui com vocês e de estar também ouvindo a Clara, de dividir esta mesa com ela. Vou falar um pouco sobre as relações entre mídia, política e gênero, a partir de uma discussão sobre a permanência dos estereótipos de gênero na mídia e, mais especificamente no noticiário político. O problema geral de que vou tratar, por meio de alguns poucos dados, é o das relações entre os meios de comunicação de massa e a reprodução das desigualdades de gênero. O problema mais geral, que orienta toda a discussão, é o da reciprocidade entre as representações que a mídia faz da política

em sua configuração restrita e a baixa permeabilidade da política nas democracias liberais contemporâneas. Em que medida as representações da política presentes na mídia naturalizam padrões de exclusão e em que medida esses padrões de exclusão têm como um de seus elementos relações hierárquicas de gênero.

Vou dividir a minha exposição em dois eixos: o primeiro é uma discussão que recorre a alguns dados sobre a presença de homens e mulheres no noticiário político na mídia brasileira. Neste primeiro momento, vou procurar caracterizar, ainda que rapidamente, a presença restrita das mulheres no noticiário político, fazendo uma discussão sobre a relação entre invisibilidade e a presença de estereótipos de gênero. Adianto que existe uma hipótese de pesquisa – e eu falarei quais pesquisas são estas –, que vem sendo confirmada, segundo o qual, o que encontramos hoje na mídia brasileira, noticiosa, não é a discriminação em suas formas explícitas, sentido nesse, o que se encontra, de uma maneira geral, não são argumentos contra a ocupação de posições de poder pelas mulheres, mas, sim, a preservação de padrões relacionados à divisão sexual do trabalho, e discutirei estes estereótipos. Há uma exposição diferenciada da vida familiar e afetiva, da intimidade e do corpo, quando se trata de homens e quando se trata de mulheres, e isso será parte do que eu vou chamar aqui de construção da exterioridade do feminino em relação à política. Então, há vários pontos de diálogo com a discussão da Clara, principalmente de como a visibilidade dos atores políticos se constrói no noticiário e na mídia. Então, vou caracterizar esta presença e discutir – a partir de algum material empírico – sobre o qual não vou me estender, mas indico para vocês onde estão os dados – quais são estes estereótipos e o que quero dizer quando falo da permanência de estereótipos.

Fiz aqui uma inversão da exposição que eu costumo fazer quando falo dessas pesquisas; vou falar primeiro dos dados, depois, vou fazer uma breve exposição teórica, procurando atribuir sentido a estes dados. Então, o segundo eixo procura responder à seguinte pergunta: por que, afinal, a relação diferenciada entre feminino, masculino e vida privada é um problema do ponto de vista da representação das relações de poder na mídia e também discute um pouco as ambiguidades e tensões que existem entre, de um lado, a construção de identidades diferenciadas e, de outro, a confirmação dos estereótipos de gênero. As representações convencionais do feminino parecem reiterar a exterioridade da mulher em relação à política e sua subalternidade, uma vez que façam parte da política, isto que será discutido. Os dados que serão apresentados aqui, apenas parcialmente e numa versão preliminar, estão discutidos em Biroli e Miguel (2011).

O primeiro eixo trabalha um pouco com essa caracterização, como eu disse, das mulheres e dos homens na mídia noticiosa brasileira, e as duas pesquisas que têm recortes bem diferentes. A primeira pesquisa que eu citei trabalhou com um acompanhamento dos principais telejornais e revistas de informação brasileiros durante nove meses, distribuídos ao longo de um ano e meio. Foram o primeiro

e o segundo semestres de 2006 e o primeiro semestre de 2007. Então, a pesquisa abrangeu o período eleitoral de 2006, seis meses antes e seis meses depois, e o acompanhamento foi feito em três meses de cada um desses semestres. Então, os dados quantitativos de que eu vou falar aqui vieram desse acompanhamento: acompanhamento diário ao longo de três meses, com uma massa muito grande de dados. Os outros dados de que eu vou falar estão mais ligados a uma qualificação dos estereótipos, que são parte desta outra pesquisa que está em fase de finalização, que levanta notícias só nas principais revistas semanais de informação brasileiras, para verificar como é que a presença de mulheres políticas vem sendo noticiada ao longo do tempo, desde a década de 1980. Então, vou apresentar aqui uma análise de todas as ministras mulheres, desde a primeira delas, na década de 1980, até hoje. E está agora em processo de finalização uma análise por amostragem de deputadas e senadoras, além de estarmos concluindo uma comparação entre homens e mulheres que permite afirmar algumas coisas além das que eu vou afirmar hoje, com base mais nos dados sobre as mulheres.

Os resultados, de maneira geral, indicam que o noticiário político tem seu foco na política institucional. Então, quando se fala de política na mídia, se fala de uma política específica e isso implica que se fale de alguns espaços em que a política se constrói e de alguns atores que fazem parte da política nestes espaços restritos e não de outros. Outro ponto, ainda geral, é que o acesso e a voz no cenário político é daqueles que já ocupam posição no campo político em sentido estrito e restrito, como eu colocava no início. É possível, portanto, sustentar que o noticiário político reproduz hierarquias já existentes internamente ao campo político. Então há um processo de reforço e de naturalização de um modo de organização das relações no campo político que faz parte da configuração atual das relações de poder nesse campo.

Passando agora a uma rápida quantificação da presença de homens e mulheres no noticiário dos telejornais, um dos itens pesquisados foi o acesso à voz, quem é que fala e não apenas é mencionado nos noticiários. Temos, nos telejornais, as mulheres com mais acesso à voz que os homens, mas isso, percentualmente entre as mulheres. O percentual de mulheres que têm acesso à voz é de 59,4%, e o de homens é de 40,5%. Contudo, a duração média do *sound bite* das mulheres é significativamente menor: ela é de 10,2 segundos, contra 13,4 dos homens. A explicação para isso é que a presença das mulheres se concentra muito no que se chama de “populares”, que são aqueles personagens que estão ali na fila pública de saúde, estão na fila do INSS, eles são na verdade, ilustrativos. Então, outra coisa que se trabalhou foi quem tem voz com argumento e quem tem voz sem argumento. Os populares têm voz sem argumento, quer dizer, eles falam, mas não têm possibilidade de argumentar. Nas revistas, uma vez presentes, o acesso à voz é bastante semelhante: é de 25,8% no caso dos homens e de 23,3% no caso das mulheres. Mas a maior parte das personagens nas revistas,

tanto de homens quanto de mulheres, é apenas citada, de fato, e o que se observa é que, entre estas mulheres que têm acesso à voz, há uma concentração bastante grande em algumas delas. Então, no caso, nossa amostra é bastante marcada, não chega a ser viesada, porque isto está sendo levado em consideração, por exemplo, pela presença da Heloísa Helena como candidata às eleições de 2006 – e ela constitui uma boa parte das personagens femininas com voz no noticiário político das revistas. Um ponto importante que está apresentado na tabela 1 é que o foco na política *stricto sensu* ajuda a reforçar a ideia de que as mulheres não fazem política.

TABELA 1
Distribuição da presença de personagens femininas e masculinas nos telejornais (2006-2007)
 (Em %)

Assuntos	Mulheres	Homens
Cidades/cotidiano	15,0	8,5
Ciência/tecnologia	1,8	1,3
Desastres	3,7	3,1
Ecologia/meio ambiente	1,8	1,6
Economia brasileira	5,0	3,5
Educação	3,0	1,0
Esportes	4,5	13,3
<i>Fait-divers</i> /variedades	18,6	8,8
Internacional	7,6	9,1
Lições de vida	1,3	0,6
Polícia	15,5	14,3
Política brasileira	14,4	30,7
Previsão do tempo	0,1	0,0
Saúde pública	4,0	1,5
Segurança pública	2,9	2,3
Outros	0,8	0,4
Total	100,0	100,0
	n = 6.005	n = 19.563

Fonte: Biroli e Miguel (2011).

Como as mulheres são muito poucas no noticiário, mesmo quando se observa em outros espaços e grupos sociais, a presença é ainda muito reduzida. Então, no caso aqui, os totais estão somente dentro de cada categoria, observa-se, por exemplo, que temos apenas 91 personagens pertencentes a movimentos sociais, destes, apenas oito, ou seja, menos de 10%, são mulheres. A pesquisa apurou que 31 personagens pertencem a organizações não governamentais (ONGs); 32

pertencem a espaços acadêmicos e 563 são populares. Apenas entre os populares, a presença das mulheres é ampliada comparativamente à dos homens. A presença massiva é de personagens pertencentes ao Poder Executivo e ao Legislativo. Eu só trouxe estes dados para exemplificar que, mesmo quando não são da política *stricto sensu*, nas revistas, isto se repete de maneira mais genérica; então, neste caso, há pouca coisa acima de 10% de mulheres relativos aos movimentos sociais. Ou seja, mesmo saindo dos espaços formais, em que a política se realiza de maneira mais restrita, ainda assim, a quantidade de mulheres é realmente muito pequena. Os dados mostram que, uma vez presentes, as mulheres são minoria em relação aos homens (mesmo nos temas em que têm maior presença) e têm uma relação diferenciada com as áreas temáticas.

Para esclarecer rapidamente, é feita uma definição, a partir de algumas fichas de teste inicial das notícias de telejornal, de algumas categorias temáticas, e estas categorias podem ser discutidas, mas elas nos ajudam a mapear a diferença entre a presença de homens e mulheres. O que observamos aqui é que a presença das mulheres é significativamente maior quando se trata de variedades e no noticiário de política brasileira, a partir do qual a pesquisa segmenta. Têm-se, entre os homens, 30,7%; entre as mulheres, 14,4% das personagens. As temáticas como variedades, cidades, educação, saúde apresentam uma concentração um pouco maior de mulheres.

No assunto segurança pública, é interessante, pois constatamos que a presença das mulheres se deve ao fato de terem sido as vítimas. Nos assuntos polícia e segurança pública, principalmente polícia, os personagens são aqueles que não fazem parte da produção da notícia, como os jornalistas e os colunistas, mas podem ser os pesquisadores, cientistas que são convidados a falar. Distinguimos polícia de segurança pública. Segurança pública foi caracterizada como a matéria que trata de políticas de Estado relativas à violência. E polícia, quando as notícias abordaram crimes, porque o noticiário trabalha muito com crimes específicos que ocorreram; a não ser quando o crime foi tratado como objeto de políticas, a discussão de políticas públicas de combate à violência, pois, neste caso, era incluído no tema segurança. Foi feito isso, porque, na análise de testes inicial, percebeu-se o problema de que, principalmente em polícia, há muitas mulheres, mas elas estão presentes mais como vítimas ou entre familiares de vítimas, então optou-se por fazer essa diferenciação. Eu não trouxe, mas há algo – que, foi até o mais chato nessa pesquisa: é uma análise mais fina das personagens do noticiário. Não são dados agregados a temas ou com ligações a grupos sociais e no acesso a voz como eu colocava, porque a análise era do personagem. Se vocês quiserem eu explico depois como isso foi feito.

Esses dados quantitativos mostram, então, que existe algo que pode ser chamado de uma posição desvantajosa, que corresponderia aos estereótipos de gênero.

Há uma presença reduzida de mulheres, mas esta presença não é só reduzida, ela está ligada a posições de menor centralidade no noticiário, sobretudo quando se observa o noticiário político. Então, por exemplo, a concentração das mulheres em variedades é o contraponto da baixíssima participação das mulheres, quando se trata, por exemplo, de personagens ligadas ao Legislativo. É possível observar que não é só uma diferença, não é só uma ausência, mas é uma desvantagem do ponto de vista de sua colocação em espaços de maior centralidade. Na análise desta outra pesquisa, que trabalha com os estereótipos ao longo deste período da década de 1980 para cá, procurou-se observar de que maneira se dá uma associação que aqui fica indicada pelos dados quantitativos, que é entre visibilidade, personagens e agenda temática, mas mais de uma perspectiva de como as mulheres que já fazem parte da política são representadas na sua atuação. Porque aqui a relação com a agenda e com os temas se dá no noticiário de uma maneira geral. O que se procurou observar, nesta outra pesquisa, foi se as mulheres que já fazem parte da política também são apresentadas sob uma forma que as relaciona a temáticas diferenciadas das dos homens. Um dos pontos que se observou neste material foi em que medida existe uma atualização das fronteiras convencionais entre o público e o privado que fica indicada neste material, que confirmaria, então, o pertencimento diferenciado de homens e mulheres não só em espaços de poder, mas também na vida familiar e doméstica como seu contraponto.

O resultado ao qual se chega, que eu irei antecipar, é que, antes ou independentemente da representação das mulheres feita pela mídia ser negativa ou positiva, conclui-se que a visibilidade está vinculada diretamente a uma divisão convencional do trabalho. Logo, a divisão sexual do trabalho convencional orienta e organiza a visibilidade antes e independentemente de que se possa considerá-la como negativa ou como positiva. Portanto, os dados parecem mostrar muito mais uma naturalização do pertencimento a determinados campos da vida social do que necessariamente o que se poderia chamar de um tratamento negativo ou de um tratamento discriminatório num sentido mais aberto. Esta pesquisa trabalhou em três eixos de estereótipos, que são: a exposição do corpo; a visibilidade das relações familiares e afetivas; e a caracterização do comportamento feminino como algo diferenciado do comportamento masculino do ponto de vista do julgamento dos desvios que haveria no comportamento de homens e mulheres. Os estereótipos mais extremados, como eu dizia, são cada vez mais raros. Os discursos se modificaram, sem, porém, superar uma dualidade entre feminino e masculino que é apresentada em correspondência à dualidade entre esfera doméstica e esfera pública. Esta dualidade está conectada a valores e prescrições de comportamento, e este é um ponto que parece importante. Na análise diacrônica, a análise da presença das ministras ao longo do tempo, eu apresento estas mudanças de padrões e ao mesmo tempo esta conservação de padrões na representação das mulheres, a partir de uma aproximação inicial, porque esta pesquisa ainda está sendo finalizada, como eu

mencionei, e trabalha com a ideia de que se pode diferenciar em três momentos diferentes, desde que a primeira ministra assumiu.

Então, eu faço aqui, de maneira simplificada, uma indicação sobre como esses estereótipos se organizam em três momentos, que são: quando a ministra Esther Figueiredo Ferraz assume, em 1982, como ministra da Educação e Cultura do governo do general João Figueiredo, ainda na ditadura militar; quando a ministra Zélia Cardoso de Mello assume, em 1990, o Ministério da Fazenda do presidente Fernando Collor; e o terceiro momento, quando Dilma Rousseff assume o Ministério das Minas e Energia no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Vou ler aqui, para que seja mais rápido, o que são somente indicações sobre como estes estereótipos se organizam.

Há comentários, em mais de uma das revistas semanais, sobre o fato de Esther Figueiredo Ferraz ter passado imediatamente pelo cabeleireiro após receber o convite para assumir a pasta ministerial. Isto não difere de como as outras mulheres na década de 1990 e de 2000 são apresentadas. Este é um aspecto que não se diferencia. Mas há diferenças que não podem ser desconsideradas. Uma das matérias sobre sua nomeação, por exemplo, atribui à ministra Esther Figueiredo Ferraz a declaração, publicada sem aspas: “com sua idade (67 anos) e solteira, só lhe restava mesmo aceitar o cargo para dar uma possível contribuição ao ensino brasileiro”.⁵ É interessante observar que a estigmatização relativa à idade também não desapareceu do noticiário posteriormente. Isto voltou, por exemplo, quando a ministra Anadyr de Mendonça Rodrigues, da Controladoria Geral da União (CGU), foi chamada de “vovó da corrupção”. Porém, esta relação, por exemplo, com a solteirice, é algo que não se encontra em nenhuma das representações atuais sobre as ministras. Apareceu no material em relação à deputada Luiza Erundina. No caso de Zélia Cardoso de Mello, que assumiu o Ministério da Fazenda, em 1990, há alguns dados bem interessantes. Ela assumiu com 37 anos incompletos, ou seja, era muito jovem. E foi a primeira mulher a ocupar uma posição central, de fato, na administração pública brasileira. Seus *tailleurs* e seu corte de cabelo receberam atenção da mídia, que também registrava seu hábito “de espremer os lábios num bico de criança assustada”, na revista *IstoÉ* (8 de maio 1991, p. 11), forma de sinalizar sua juventude, inexperiência e insegurança no exercício do cargo. Ela era solteira e seu caso amoroso com o ministro Bernardo Cabral foi objeto de uma boa parte do noticiário sobre ela à frente do ministério. Quando ela sai do ministério, Elio Gaspari, ainda como jornalista e não como colunista da revista *Veja*, afirma que o desempenho dela foi de “ideias tão desnecessariamente curtas quanto as suas saias”,⁶ embora, ao assumir o cargo – e sou eu que comento agora –, ela tenha recebido o aval da mesma revista, que ouviu um estilista sentenciar que ela “se vestia corretamente” em uma nota da seção *Gente*, intitulada *A “nova moda do novo poder”* e que falava apenas das mulheres que faziam parte do governo Collor.⁷

5. Texto não assinado, na revista *IstoÉ*, 25 ago. 1982, p. 17.

6. Revista *Veja*, 15 maio 1991, p. 19.

7. Revista *Veja*, 14 mar. 1990, p. 17.

O texto de Gaspari chama atenção, porque é muito agressivo. Ele diz que o exibicionismo da ministra Zélia estaria pronto a “abrir uma tribuna na revista *Playboy*, quer nas páginas de entrevistas, quer nas páginas centrais”.⁸ É algo que chama atenção hoje. Há uma mudança de padrão, isso não seria dito hoje no noticiário sobre uma ministra mulher, nem na coluna dele. Nesta mesma edição, ela é chamada de “economista esprevidada”, de “elétrica senhorita de 37 anos”, enquanto o seu sucessor, ministro Marcílio Marques Moreira, foi caracterizado como “diplomata cauteloso” e “um pacato sessentão”. Na mesma revista havia expressões como: “anti-Amélia”⁹ e “cinderela deslumbrada”.¹⁰ Tudo isto faz parte deste noticiário.

Quando aparece o noticiário sobre Dilma Rousseff – neste caso, tenho um material bem detalhado sobre todo o período desde que a Dilma assumiu o primeiro ministério –, a atenção à aparência e a conexão com o desempenho na vida familiar e afetiva se mantêm, mas há uma expressão muito menos aberta desta configuração da centralidade da aparência na representação das mulheres na política. Dilma Rousseff, como vocês sabem, foi duas vezes ministra no governo Lula e posteriormente, hoje, candidata, foi caracterizada, em muitos momentos, diferentemente destas outras mulheres, pela “dureza” e pela “secura masculina”,¹¹ o que a levou a dizer, mais de uma vez, ironicamente, que ela era “uma mulher dura cercada de homens meigos”,¹² e isso foi algo bastante repetido na imprensa. A partir do início de 2009, quando se começa a cogitar sua candidatura para a Presidência, é que a aparência física aparece de uma maneira mais central nas reportagens e nas apresentações dela nas revistas. Foi então que ela foi questionada por realizar cirurgias plásticas e adaptações em sua autoapresentação que a tornariam mais próxima ao que se pode entender como uma imagem feminina convencional. Então cobrada pela sua dureza, neste momento, ela foi representada diferentemente, a partir da análise de consultores de *marketing* e de *personal stylists*. Mas esta presença, então, da imagem, acaba coincidindo bastante com uma avaliação e um julgamento sobre comportamentos de Dilma Rousseff, ministra, então possível candidata, que eram considerados como comportamentos desviantes do ponto de vista do que seria o adequado para uma mulher. Um dos aspectos aqui é, supõe-se, que, mesmo quando as pressões sociais ligadas à aparência e à relação com a vida afetiva e doméstica são menos ostensivas e menos explícitas, elas são consideradas de maneira diferenciada ao se avaliar o sucesso profissional e a inserção na política destas mulheres. Isto vem aparecendo em análises que estão sendo feitas comparativamente com ministros homens nos mesmos períodos, de forma sincrônica. Para concluir rapidamente este ponto, o principal aspecto é

8. Revista *Veja*, 15 maio 1991, p. 14.

9. *Idem, ibidem*.

10. Matéria de Vilma Gryzinski na revista *Veja*, 15 maio 1991, p. 30.

11. Joyce Pascowitch, Anáguas, revista *Época*, 23 jan. 2006, p. 63.

12. *Idem, ibidem*.

o de que existe a naturalização de pertencimentos diferenciados de mulheres e homens nas diferentes esferas da vida social, mesmo com as mudanças no padrão de representação dos estereótipos. Está presente também algo que, a partir de Naomi Wolf, se pode chamar de “atualização da domesticidade virtuosa” como uma “beleza virtuosa”, um ponto importante no destaque à autoapresentação e à representação do corpo e do visual.

Um ponto que não apareceu nesses recortes que eu trouxe aqui, que é bastante importante, do meu ponto de vista, é que existem tensões entre o exercício de papéis na vida pública e na vida privada que são retratadas como parte da inserção das mulheres na vida política e na vida pública. Contudo, estas tensões não aparecem quando os homens são representados, mesmo quando há menções à sua vida doméstica. Em nossa pesquisa, foi feito um mapeamento das menções à vida doméstica, à vida privada e à vida afetiva. Mesmo quando há menção a estes aspectos no caso dos homens, esta não aparece em tensão, em disputa com a construção de uma personalidade política ou de uma atuação na vida pública. No caso deles, homens, a ausência da vida doméstica parece ser complementar a uma vida pública de sucesso e naturalizada desta forma, enquanto, no caso delas, a afinidade com a vida doméstica e familiar justificaria a sua ausência da vida pública, e até mesmo o desinteresse ou a falta de ambição para a participação na política. Pontualmente, retorna a tese da apatia, segundo a qual as mulheres seriam naturalmente desinteressadas pela política. Há uma matéria da revista *Veja*¹³ que, ao explicar o não preenchimento pelas mulheres dos 30% de vagas nas candidaturas políticas, diz, justamente, que as mulheres têm um interesse menor na política do que os homens e que, portanto, a política de cotas é, na verdade, um ideal que corresponderia pouco à realidade dos interesses políticos de homens e mulheres. Há também uma série de outras matérias para a qual contribuem vários colegas cientistas políticos, que falam do perfil do eleitorado, que retomam a ideia de que as mulheres têm um interesse muito maior pela esfera doméstica e afetiva e que, por isso, inclusive suas escolhas são diferentes das dos homens, porque o seu olhar está ligado às conexões afetivas.

Outro aspecto que está presente no material, e que também não está presente nestes recortes que eu trouxe e que eu gostaria de destacar, é que o recurso aos estereótipos não é só parte da construção do noticiário a partir dos jornalistas, do funcionamento da mídia, do modo como os atores de maneira geral se colocam a partir do campo político. O recurso aos estereótipos é também uma estratégia das próprias mulheres para adquirirem visibilidade. Este é um ponto importante. Parece haver uma aposta de que a visibilidade associada aos estereótipos convencionais de gênero é melhor do que a invisibilidade. Essa é uma aposta até bastante razoável diante da presença tão baixa que temos de mulheres. Então, falar de

13. Nota não assinada, na seção Contexto, da revista *Veja*, 26 jul. 2006 (p. 48), intitulada Política é coisa de homem?

determinados temas, associar-se a determinados temas ou dar destaque à autoapresentação parece ser um caminho para a presença na mídia.

Vou passar rapidamente por alguns pontos da abordagem teórica que norteia a análise desses dados. Um problema central é que a naturalização da dualidade entre o público e o privado não é uma invenção do final do século XX e começo do século XXI. Como se sabe, ela é parte da representação da própria política e está presente entre as teorias políticas hegemônicas pelo menos desde o século XVII. Então, há uma relação, como levantam várias autoras, entre a naturalização da dualidade entre o público e o privado e a institucionalização das diferenças entre os sexos na modernidade. A esfera pública burguesa emerge junto com o que a Nancy Fraser chama de formação de novos códigos para a domesticidade feminina. A correspondência entre a dualidade entre o público e o privado e a institucionalização das diferenças entre os sexos, mas não só, permite sustentar o indivíduo universal e abstrato como uma realidade jurídica e normativa ao mesmo tempo em que restringe a autonomia de uma parcela dos indivíduos. É conhecida a análise de Carole Pateman sobre o liberalismo patriarcal, como ela o denomina, que mostra que os mesmos contratos orientados pela noção de universalidade dos direitos celebram diferentemente as desigualdades, sobretudo nas relações entre homens e mulheres e nas relações entre proprietários e não proprietários. São estas desigualdades que estão na base das formas de restrição à permeabilidade dos diferentes grupos sociais, mesmo quando a democracia existe, formalizada e institucionalizada, e os direitos são universais.

Vou mencionar algumas outras abordagens que parecem importantes para a discussão dessa caracterização das mulheres na mídia. Uma delas, ainda no âmbito da teoria política feminista, e ainda também trabalhando com Carole Pateman, diz respeito ao fato de que existiria uma correlação entre o grau de confrontação que a crítica assume com a dualidade entre o público e o privado e as possibilidades de confrontação com os limites da democracia liberal ou das democracias liberais contemporâneas. Há uma relação entre uma crítica mais amena ou inexistente da dualidade entre o público e o privado; uma crítica ao liberalismo que é uma defesa da ampliação dos direitos dentro dos seus próprios marcos; uma crítica por sua vez mais aberta à dualidade entre o público e o privado, ou ao caráter patriarcal do liberalismo, como algumas autoras chamarão; e há um entendimento de que as democracias liberais são fundadas em formas estruturais de opressão e de diferenciação no acesso e nas oportunidades dos indivíduos às esferas sociais, sobretudo na esfera política.

De modo abrangente, o que está sendo colocado pelas autoras é a defesa da importância de uma confrontação da dualidade entre essas esferas para que se possa fazer uma crítica à baixa permeabilidade das democracias, pois o público ou o político não podem ser discutidos isoladamente das relações de poder

nas esferas que se convencionou chamar de privadas, pessoais ou domésticas. A autonomização da política em relação às desigualdades sociais é justamente o pilar que sustenta a baixa permeabilidade das democracias. Um dos pontos, portanto, que precisaria ser colocado, é que é na esfera doméstica; é na esfera privada; e é na naturalização do pertencimento das mulheres à esfera doméstica e à esfera privada que estaria a base para a reprodução de padrões diferenciados de vulnerabilidade, como nomeia a Susan Oakin. A conexão entre os aspectos domésticos e não domésticos da vida é profunda e não restringe apenas as formas de atuação das mulheres em uma das esferas, mas ela tem efeitos sobre a outra esfera. A divisão sexual do trabalho, portanto, é vista como algo que impõe às mulheres ônus que serão percebidos como deficiências em outras esferas da vida. A diferença não é só uma diferença, mas o problema central é que a diferença se traduz em formas de vantagem e de desvantagem nas esferas política e profissional. Daí o fato de que a posição das mulheres na esfera privada inibiria ambições, restringiria oportunidades em outras esferas, enquanto a posição dos homens na esfera pública define mecanismos de distinção e de valorização que tornam as suas habilidades e o seu valor algo destacado também na esfera privada. Então, o exercício de poder a partir de habilidades constituídas na esfera privada para a mulher não se transforma em vantagem na esfera pública, mas o contrário acontece no caso dos homens.

Tudo isso é o caldo, do ponto de vista da análise histórica, da parte teórica, para que seja afirmado – e é a partir de Anne Phillips (1995) que eu colocaria estas afirmações – que a dualidade entre o público e o privado, bem como a afirmação de pertencimento diferenciado de homens e mulheres a essas esferas são parte da definição de espaços e atores legítimos para a política, de uma definição restrita de quais são os espaços da política, de quais são os atores da política. Ela é parte da definição dos padrões socialmente estruturados de exclusão nestes contextos nos quais a participação política foi universalizada. Com este tipo de indicação bastante geral feita, podemos voltar um pouco a esses estereótipos presentes na mídia, pensando alguns pontos que vou levantar aqui e depois poderão ser retomados no debate.

A mídia pode ser considerada um espaço privilegiado de definição do debate público e uma esfera privilegiada de visibilidade nas democracias contemporâneas. A mídia participa, portanto, do que se pode entender como uma delimitação do debate público, isto é, dos atores e das perspectivas que tomam parte deste debate, dos atores que têm a possibilidade de propor agenda, de consolidar enquadramentos e de definir a base para intervenções que serão, então, consideradas legítimas, porque este é um problema central. Há uma relação entre a possibilidade de fazer parte da construção da agenda dos debates públicos e da agenda do debate na mídia; e a possibilidade de que as intervenções às quais esses atores se ligam sejam consideradas legítimas. Se não é natural que determinados assuntos ganhem *status* de assuntos

públicos e outros não, um dos pontos que precisa ser discutido é em que sentido se define a relação entre as temáticas que são relevantes politicamente as temáticas que são mencionadas como temáticas marginais, e, em terceiro lugar, as temáticas que não ganham espaço no noticiário político. Também é preciso discutir como se dá a relação entre o que é considerado temática política relevante, o que é considerado temática política marginal e o que não é considerado temática política, e, assim, a presença de homens e mulheres no debate.

Não é, então, natural que determinados assuntos ganhem *status* de assuntos públicos, no sentido de que são levados à publicidade porque são considerados de relevância pública. E o que estamos discutindo aqui sobre a relevância pública de temas e experiências é exatamente um aspecto político central. A naturalização dessas dualidades está no alvo da crítica feminista há muito tempo justamente porque ela é a naturalização da marginalidade política de atores e de temática. Mas um dos pontos que a pesquisa traz à tona é o fato de que não basta trazer as experiências e os atores que têm centralidade na esfera privada à esfera pública. O que a pesquisa mostra é que o privado vem a público de diferentes maneiras. Então, a visibilidade ligada ao corpo, por exemplo, estará associada a uma manutenção da dualidade entre o público e o privado e do pertencimento de homens e mulheres às diferentes esferas, enquanto a exposição de temáticas ligadas à esfera privada como temáticas políticas seria a possibilidade de um deslocamento na representação destas esferas e do pertencimento destes atores.

Os exemplos que eu daria são, de um lado, a tematização pelo movimento feminista e pela teoria política feminista da violência doméstica, e das questões ligadas à justiça intrafamiliar. Por sua vez, isto envolve a exposição e a politização da esfera privada como parte do combate às relações de opressão que se ocultam muitas vezes sob um véu que garantiria a intimidade. Por outro lado, o fato de as mulheres serem permanentemente associadas, mesmo em sua atuação profissional ou na esfera política, a habilidades, exigências e características típicas da esfera privada, da intimidade, ou das questões relacionadas à sexualidade e ao corpo, significaria o reencontro entre a publicização das experiências das mulheres e convenções restritivas, pressões que oferecem ônus diferenciados às mulheres em relação aos homens. Há demandas, por exemplo, que têm a ver com esta tensão diferenciada entre o exercício do que é esperado como papel na esfera privada e na esfera pública.

O corpo, então, aparece como uma marca negativa, caracterizando as mulheres como dissonantes em relação a um ideal de debate livre de especificidades, particularidades e afetos, e não promove a politização das questões relacionadas ao corpo. A esfera doméstica aparece como parte da naturalização do pertencimento,

mas, nem por isso, sua exposição leva a uma politização destas relações de poder em seu âmbito. Isto nos coloca problemas, os quais não terei tempo de discutir aqui, relativos ao fato de que as mulheres recorram aos estereótipos de gênero como uma forma de acesso à visibilidade ou de acesso a posições na política. Várias pesquisas, e eu até tenho algumas aqui para mencionar (BIROLI, 2010; BYSTROM *et al.*, 2004; IYENGAR *et al.*, 1997; KAHN, 1996), nos Estados Unidos, na Europa e no Brasil, mostram que os estereótipos são, de fato, parte das estratégias de autoapresentação e de alcance de posições na esfera política. Permeiam, então, estratégias de campanha, não só a visibilidade no noticiário político. Mas em que medida, e este seria o ponto, esta não seria uma forma de, ao mesmo tempo, conquistar visibilidade e posições, porém de uma maneira que será sempre restrita, pois não é capaz de deslocar os obstáculos que, justamente, histórica e estruturalmente se impõem a uma maior presença e a uma presença qualificada de maneira diferente, ou seja, uma presença que não seja marginal no campo político.

Eu vou terminar só mencionando muito rapidamente três diferentes abordagens que dizem respeito ao recurso pelas próprias mulheres ao corpo, à esfera privada e à maternidade como parte da construção da sua identidade na política e na esfera pública em geral. Uma dessas abordagens – que está presente de maneira exemplar na leitura bastante radical que a Catharine MacKinnon (1989), uma jurista norte-americana, faz – é a de que o recurso a estas posições, lugares e formas de definição da mulher na relação com o corpo, mesmo quando feito pelas próprias mulheres, se explicaria pela internalização da própria dominação. Então ela tem uma visão de que a ausência de uma vivência autônoma do próprio corpo é que se expressaria quando as mulheres constroem sua identidade de uma maneira relacionada a uma sexualização da sua presença ou à definição do seu papel nas relações heterossexuais e na esfera doméstica. As instituições, para MacKinnon (1989), tendem a reproduzir uma posição que é de limitação à autonomia das mulheres, uma vez que se confere a elas uma identidade relacionada ao que justamente produziu historicamente suas formas de opressão. Então, esta seria uma das formas representativas de ver, neste caso, o recurso aos aspectos convencionais para construção da identidade feminina, ou seja, uma forma de reproduzir a dominação a partir da violência simbólica sofrida historicamente pelas mulheres.

Uma segunda alternativa, que pode ser pensada a partir do trabalho da Elizabeth Badinter (2005), mas não só, definiria esse recurso inclusive ao papel das mulheres na vida privada e sua forma de atuação nas relações afetivas como parte de um contexto diferenciado. Ela diz que a Catharine MacKinnon está enganada, que a liberação sexual e o controle reprodutivo produziram uma possibilidade de autonomia para as mulheres que faz com que elas sejam capazes de ressignificar suas identidades mesmo quando recorrem às relações afetivas e a seu papel nessas relações e na esfera doméstica. Elizabeth Badinter entende que a revolução sexual

teria permitido à mulher não apenas um controle sobre o próprio corpo, mas também sobre as significações que dele se fazem, e que, portanto, haveria uma mudança de padrões neste sentido.

Uma terceira alternativa aqui é a representada pelo chamado pensamento maternal, e eu mencionaria autores como Sara Ruddick (1989) e Carol Gilligan (1982), que vão estabelecer uma relação positiva entre a experiência das mulheres na esfera privada e a possibilidade de construção de valores políticos diferenciados. Então, a experiência das mulheres, mesmo ligada a uma forma de opressão historicamente construída, poderia ser a base para a definição de uma ética diferenciada, que possibilitaria outra atuação, uma atuação alternativa.

Não vou me colocar aqui como uma quarta alternativa, mas vou só dizer que eu me associaria a leituras que não estão nem no polo da internalização da dominação e nem no polo da associação positiva entre o que historicamente se definiu como feminilidade e a construção da identidade das mulheres e das suas contribuições para a política. Eu me associaria a interpretações como aquelas que estão presentes na obra da Anne Phillips, por exemplo, em *Engendering democracy* (PHILLIPS, 1991), livro já citado pela Clara, e também a algumas das interpretações e posições colocadas pela Iris Young (1990; 1997; 2005), que tratam, ao mesmo tempo, da necessidade de que as experiências diferenciadas não só de homens e mulheres ganhem visibilidade, mas que elas ganhem visibilidade sem que se deixem de lado os conflitos que fazem parte da produção destas diferenças. Então, dar visibilidade às perspectivas das mulheres não significa trazer as perspectivas das mulheres como uma adição às perspectivas já presentes, porque estas diferenças e esta vivência estão ligadas a vantagens e desvantagens que organizam as relações de poder na esfera privada e na esfera pública. Portanto, trazer a experiência das mulheres como parte de uma base política diferenciada para sua atuação é trazê-la não apenas como uma experiência que foi excluída, que foi silenciada, mas como experiências que trariam a possibilidade de ressignificar as relações e que, assim, colocam questões importantes e se confrontam com perspectivas que foram apresentadas como perspectivas neutras, universais e que orientam os valores políticos atualmente. As experiências das mulheres não são, portanto, uma adição às experiências políticas já organizadas, não são um contraponto simples também, mas são um modo de explicitação de aspectos dos valores que orientam a atuação política e que delimitam as democracias contemporâneas que não seriam explicitados sem a sua presença na vida política.

Outro ponto que eu não terei tempo de abordar é que não se trata, portanto, da presença e das experiências de mulheres; eu arriscaria dizer que, se não se fala da experiência de mulheres de uma perspectiva feminista e se esta presença não é uma presença que traz essa crítica feminista à tona, corre-se o risco de valorizar estas

experiências sem deslocar a dualidade público e privado e sem deslocar justamente estas formas de reprodução de padrões que delimitam a atuação das mulheres na política e em outras esferas sociais.

MARIA APARECIDA ABREU:

Antes de começar o debate, gostaria de fazer um comentário a respeito da importância deste debate. Ela é grande e é evidente, mas queria destacar justamente isso que a Flávia acabou de falar, colocando-o de outra forma: a participação das mulheres na política não é um adendo, não é um “a mais”, mas é constitutiva da própria democracia. Qualificar um sistema de democrático requer uma maior inclusão das mulheres na esfera política. O debate está aberto.

FERNANDA FUENTES (COORDENADORA DE INTERCÂMBIO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DA DINTE/IPEA):

Chamou-me a atenção que, quando vocês retomaram as autoras, passaram por muitas delas conhecidas, como Fraser e MacKinnon, e não tocaram no nome da Judith Butler. Aponto isso, porque ela tem toda uma teoria, que seria aplicável àquilo de que vocês falavam, principalmente a Clara – no princípio, quando você fez toda essa análise teórica de que as experiências das mulheres são parecidas e que isso levava a terem interesses comuns. Acho que é muito interessante quando Butler levanta a questão das nossas diferenças, que foi uma coisa que afetou muito, por exemplo, o movimento de mulheres *gays*, que tiveram que lutar muito por espaço dentro do movimento feminista exatamente por pensar que as experiências das mulheres eram uma só ou parecidas. Achei muito interessante quando a Judith Butler traz exatamente as diferenças que existem entre nós. Eu acho que este é um fator muito importante, quando ela pensa sobre o que vocês estavam falando antes, de desconstruir, não só quando se fala de cotas, mas desconstruir completamente o que se está pensando por gênero ou como se pode pensar outras identidades de mulheres dentro dessa ideia do que é uma mulher. Então, mais que pensar que as mulheres têm uma experiência parecida, acho que nossas experiências são muito diferentes, mas que enfrentamos certos obstáculos que podem ser parecidos. Gostaria de saber a opinião de vocês sobre isso.

LOURDES BANDEIRA (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES – SPM):

Na mesma direção da pergunta da Fernanda, uma questão que me parece fundamental que, visto no Brasil, a questão racial tem um peso grande, que é uma questão importante e que não foi posta. Pensando no exemplo da ex-ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), para dar um outro exemplo. Outra questão que eu acho importante é essa ambiguidade ou encaixe entre o privado e o público. Penso que há outro desloca-

mento, que é mais forte e, ao mesmo tempo, mais diluído e que, portanto, tem um efeito mais drástico do que a divisão sexual do trabalho, que já está até um pouco estereotipada, de uma certa forma. Falo da misoginia. A presença da misoginia, que vem cada vez mais forte e cada vez mais atuante e mais diluída. Essa misoginia se mostra, nos exemplos que a Flávia deu, na condição da intimidade: da Luiza Erundina, ex-prefeita de São Paulo – é só lembrar um artigo que Paulo Francis escreveu para um caderno da *Folha de São Paulo* em que chamou a Erundina de absolutamente tudo: feia, assistente social, gorda, frustrada, sapatão etc. E, mais tarde, isso repercutiu de outras maneiras. Agora, essa misoginia se desloca, e eu vou dar um exemplo recente: a forma com que os jornalistas da Rede Globo, mais especificamente, entrevistam as mulheres. A forma com que eles entrevistam a ministra Marina Silva e a ministra Dilma Rousseff contém um ódio expresso, e isto tanto acontece no *Jornal Nacional* como no *Jornal da Globo*, e nas entrevistas feitas tanto por homens quanto por mulheres. Há um desqualificador que não passa pelas funções tradicionais da mulher, mas que passa pela competência, que é exatamente o polo contrário. Por que o que caracterizou a Dilma? Um tipo de *expertise* ou de competência. O que caracterizou a Marina de alguma maneira? Um tipo de competência.

Outra questão importante, e é só mais uma observação, é que o privado não está mais tão forte. Por exemplo, a Dilma e a Marina são mulheres casadas ou foram casadas. Há uma diferença no tratamento dado às mulheres casadas e às não casadas. Mas, contraditoriamente, eu li esses dias na *Folha de S. Paulo*, o Cony e o Rossi cobrando que não se sabe nada da condição pessoal dessas mulheres, a não ser que a Marina foi alfabetizada com 16 ou 18 anos e que a Dilma foi guerrilheira, ou subversiva, enfim. Onde está a dimensão da pessoalidade destas mulheres? Onde está a história, o que elas comem, o que elas gostam, só faltou dizer, como elas transam, porque a respeito do resto eles perguntam tudo. Então, queria pontuar essa ambiguidade que caracteriza um discurso midiático, que nega entrar na intimidade, mas que demanda entrar na intimidade, e que, do meu ponto de vista, são expressões de uma misoginia.

ROBERTO GONZALEZ (DISOC/IPEA):

Minha questão é sobre visibilidade e espaço. As duas falas têm em comum esta interação, esta dialética entre ser visto, estar presente, e, ao mesmo tempo, como isto está presente em certos temas. Eu queria trazer este debate para o nosso cotidiano aqui, e eu queria ouvir a opinião de vocês. Uma coisa importante na área de políticas sociais, que corre paralelamente ao desenvolvimento e à criação das políticas, é a criação de espaços de representação, muitas vezes no âmbito do Executivo e em espaços de participação social. Eu me lembrei disso na medida em que muitos dos estudos existentes sobre participação feminina estão centrados

na questão do Legislativo, mas uma das questões que para mim chama a atenção é que os espaços de participação social muitas vezes reproduzem diferenças que existem dentro da sociedade. Então, criou-se a Secretaria de Políticas para as Mulheres e criaram-se áreas dentro do Executivo que estão ligadas a “interesses específicos” e, ao mesmo tempo, criaram-se espaços de participação social e conferências, pelos quais determinados grupos têm capacidade de voz e capacidade de intervir nas políticas públicas brasileiras. Mas não se discute como que estes espaços devem dialogar entre si. Indo agora para uma coisa muito concreta, eu, Natália, Marcelo e outros pesquisadores do Ipea lidamos o tempo inteiro com a questão da transversalidade nas políticas públicas, e o que se acaba discutindo pouco é a questão da transversalidade na própria representação. Não apareceu em nossa discussão o fato de que, nas representações que existem no Ministério do Trabalho e que discutem a política de emprego, não se discutiu, em nenhum momento, a questão da presença feminina. Ao mesmo tempo, não se discute o fato de que, quando se tem que pensar a política do trabalho das mulheres e se está preocupado no governo, em tese, com a autonomia econômica, que é uma das questões associadas à divisão sexual do trabalho, uma das políticas que procura enfrentar algo que seria mais estrutural, isto tem que ser feito no âmbito da Secretaria de Políticas para as Mulheres, e isso nem sequer é vocalizado dentro das políticas públicas que supostamente são gerais e abstratas.

Então, eu queria levantar essa questão que eu sei que não tem a ver com as pesquisas que vocês estão fazendo, mas que eu sei que é uma coisa sobre a qual eu vejo pouca discussão no âmbito de quem olha as políticas públicas em geral e as políticas sociais em particular. Esse avanço na participação social, contudo não rompeu com as barreiras que existem dentro da própria sociedade, nas representações sociais, qual é o espaço da política pública e, então, onde estão os espaços de representação onde os interesses podem ser vocalizados?

NATÁLIA FONTOURA (COORDENADORA DA ÁREA DE IGUALDADE DE GÊNERO DA DISOC/IPEA):

Gostaria de fazer duas questões, uma é mais destinada à Flávia, que falou da mudança de abordagem e dos estereótipos recorrentes quando analisado o acompanhamento pela mídia das ministras, afirmando que algumas coisas permanecem e que outras coisas mudam. Fiquei na dúvida sobre uma coisa muito pontual: se a falta de ênfase na aparência, por exemplo, quando comparamos o caso da Zélia Cardoso com o da Dilma, tem a ver com uma mudança da abordagem da mídia ao longo desses anos ou se tem a ver com a centralidade do cargo, porque a comparação foi feita quando a Dilma era ministra das Minas e Energia.

Já em relação à questão de usar os estereótipos como estratégias, tanto de visibilidade na mídia como de estratégia eleitoral, eu lanço para vocês uma questão:

se, ao mesmo tempo, é um ganho para a nossa democracia a presença de duas candidatas fortes sendo mulheres e um desserviço às causas feministas a repetição dos estereótipos, como colocar a Dilma como mãe, que só a mãe sabe como cuidar quando o filho tá com febre, e ela aparecer cozinhando na televisão, essas coisas todas. Em que medida vocês acreditam que, tendo em vista a nossa sociedade machista, misógina, o pedágio para estar na mídia e ganhar a eleição compensa se a mulher for vitoriosa e só então poder questionar alguma coisa, ou se, só pela própria visibilidade, o fato de termos duas candidatas mulheres fortes, vocês acreditam, por exemplo, que traz mais força para as candidatas mulheres para outros cargos, para o Senado, câmaras legislativas, enfim, o quanto a esfera nacional gera um espelho nas esferas subnacionais. Neste caso, mesmo reproduzindo o discurso, com o fato dado pela visibilidade conferida pela presença feminina na política, já estaríamos conseguindo quebrar essas convenções?

FLÁVIA BIROLI:

Começando aqui pelo que a Fernanda colocou, de fato, a consideração dessas experiências como experiências diferenciadas, que é feita não só pela Butler, mas por autoras que vão colocar como problema central a questão de que falar num sujeito dentro do feminismo não é falar de um sujeito da mesma maneira, a partir de uma experiência única. Mas eu ressaltai aqui um aspecto não como um entendimento da experiência feminina, mas como um entendimento de que as representações do feminino estariam ligadas à definição de um pertencimento diferenciado de homens e mulheres a diferentes esferas sociais. O problema da relação entre mulheres e esfera privada e o problema de um entendimento diferenciado do usufruto da privacidade, por exemplo, por homens e mulheres, acaba aparecendo e sendo o ponto central, porque a mídia lança mão de representações que ressaltam estes aspectos. A partir disto, pode-se pensar que a experiência que seria feminina, da maneira como a mídia a retrata, é muito menos complexa e muito menos heterogênea do que de fato sabemos que ela é. Então, a consideração a partir de autoras como Butler serve a uma crítica a esta unificação da representação do feminino não apenas do ponto de vista do contraponto com o masculino, mas também do ponto de vista da homogeneização do que seria o feminino do ponto de vista da posição subalterizada das mulheres. Este é um aspecto importante que é levado em consideração, mas que não é ressaltado pelas representações midiáticas. Acho que isso ajuda a emendar com o que a Lourdes colocou e também com o que você falava do corpo, Natália. Vou falar das duas coisas ao mesmo tempo. O que o material de pesquisa tem permitido observar é que existem padrões sexistas modificados. Mas a misoginia que está presente hoje não é uma réplica da que esteve presente na década de 1980. Acho importante esta perspectiva de padrões de misoginia que não são os mesmos, mas que estão presentes. Em relação à raça,

queria falar um pouco sobre o que eu tenho observado, sobre a Benedita da Silva, a presença dela comparativamente com as mulheres brancas, mas comparativamente também com os homens negros, senão não conseguiríamos ter uma visão de como a questão de raça aparece.

CLARA ARAÚJO:

Primeiro, a questão da Fernanda. Não fiz aqui um inventário ou uma revisão da literatura sobre o debate feminista na academia. Eu tentei centrar meu foco na política e no sentido da representação e como ela se relaciona com a questão de por que é importante e por que não é importante ter mulheres e como essas estratégias se constroem no discurso político e como se dá a legitimação. Neste sentido, eu parti de uma autora, a Hanna Pitkin (1967), referência para discutir a teoria da representação – o que é, como e quem – e usei basicamente autoras que eu acho que contribuíram para o debate. Falei um pouco de Anne Phillips (1995), de Nancy Fraser (1995), Jane Masbridge (1999), pois isso seria uma forma de pensar interesses típicos das mulheres, sendo que elas partem da desconstrução dos interesses, mas partem de um elemento, e eu concordo com elas. Não falei dos trabalhos de Judith Butler, porque não tive a pretensão de fazer uma revisão das teorias feministas em geral, fiz uma opção de pensar, vamos dizer, o ponto de onde parte o debate da representação política e algumas autoras que apresentam o que eu considero uma alternativa razoável. Ou seja, foge de um debate muito essencialista, centrado na ideia das mulheres como um grupo de interesses. E acho que é para isso que a Phillips (1995) chama a atenção quando diz “não, não existem esses interesses dados”, – é de uma fluidez muito grande e leio isso como distante de Butler e de outras autoras chamadas pós-modernas. Nesse sentido, eu me aproximo bastante da Phillips e me distancio um pouco da Judith Butler. Mas o que eu acho é o seguinte: esta plasticidade e esta diversidade dos interesses, estas diferenças que existem entre as mulheres – e eu sou muito crítica ao essencialismo –, nas experiências, há uma recorrência em torno da qual o discurso de sujeitos tão múltiplos, tão plásticos e tão maleáveis não consegue dar conta. Eu me identifico com este discurso para pensar a literatura, mas não para pensar algumas relações e estruturas sociais. Exemplo disto é, o fato de que, quando nós olhamos diacrônica ou sincronicamente diferentes culturas, diferentes lugares, diferentes contextos, diferentes sistemas políticos, diferentes sistemas econômicos verificamos a recorrência de um conjunto de lugares hierarquizados e de experiências compartilhadas. Então não é tudo tão etéreo ou fluído. Sem isto, fica muito difícil pensar em qualquer base, em minha opinião, seja para o feminismo, seja para qualquer tipo de demanda. Neste sentido, acho que a Phillips e a Fraser fazem propostas interessantes, a partir das quais se pode pensar em experiências concretas compartilhadas.

Penso que a experiência concreta compartilhada não diz respeito à experiência presencial, mas à experiência da dualidade dos lugares e à potencialidade que estas experiências têm de servir para construir agendas. Elas falam de uma potencialidade, elas não falam de um determinismo. Inclusive, elas fazem questão de dizer que não há interesses prévios, mas há uma experiência compartilhada. Aí eu pergunto: se não há esta experiência compartilhada, o que são as mulheres do ponto de vista da sua dinâmica do lugar do privado ou do público, como são vistas e como são tratadas em relação a um conjunto de aspectos? As diferenças são extremamente importantes também, sejam elas de classe ou outras identidades. Mas eu não consigo ver essa plasticidade tão grande quanto as interpretações pós-modernas fazem do sujeito, e inclusive do sujeito mulher. Sou crítica do essencialismo, mas acho que é possível encontrar um meio termo. Ou seja, pensando a política e falando um pouco disso, esta *potencialidade* pode se expressar pelo fato de que a experiência gera determinados lugares. Ou seja, partimos de um lugar determinado hierarquicamente, mas ela não necessariamente se expressa no momento de discutir o aborto, ela não necessariamente se expressa em vários aspectos. Então é uma ideia de potencialidade, e nós também nos construímos como sujeitos. Esta identidade social não é só discursiva, ela também é construída socialmente e a partir da relação com a experiência. Isto para mim é um elemento importante para como pensar.

A partir do meu trabalho é possível notar que eu sou muito crítica ao discurso construído no movimento feminista para sustentar determinadas propostas na política. Ou seja, em torno de uma ideia que pressupõe uma identidade de homens *versus* identidade de mulheres, assumindo um discurso de que os partidos têm resistência em colocar mulheres, porque os partidos são masculinos, então os homens têm resistência em colocar as mulheres. Todos os meus estudos e todas as minhas pesquisas são no sentido de mostrar que não é bem assim. Há uma leitura que diz que as mulheres, uma vez nos partidos, assumem uma identidade masculina. Eu não concordo com essa leitura. O que ocorre é que, uma vez lá dentro, devem ser consideradas dimensões do poder, que estão relacionadas com uma questão pragmática. Em outras palavras, acredito que não pressupõem um patriarcado ou um essencialismo, que unifica homens ou mulheres antes de qualquer coisa e que opera de forma invariável e determinante em relação aos outros aspectos. Creio que pensar os lugares específicos e suas lógicas é importante, e acho que a pesquisa da Flávia mostra um pouco isto.

Articulando agora com a fala de Lourdes Bandeira, acho que eu iria um pouco no mesmo caminho. Concordo com a leitura da Flávia, porque quando se fala da divisão sexual do trabalho a ideia seria remeter não à divisão social do trabalho como um trabalho específico, uma atividade produtiva, mas, sim, a esta

divisão que estrutura o mundo em uma dualidade: público e privado, correspondendo a determinados tipos de responsabilidades, de lugares apropriados ou não apropriados para homens e mulheres. Neste sentido, concordo com a Flávia, mas esta percepção e esta dualidade, estas duas coisas se articulam, e a misoginia seria uma forma de expressar a presença muito forte desta dualidade, o público e o privado como espaços cindidos. Fico pensando que a modernidade precisa exacerbar esta divisão entre o público e o privado. De certa forma, ela necessita legitimar isso como esferas separadas. Cabe a ressalva de que, claro, a modernidade não é um *agente*, enfim, mas ela cria uma invisibilidade de uma dimensão da vida que antes, mesmo subordinada, tinha outro estatuto e outro *status*. Fico pensando, inclusive, se não discutimos esta questão, em que medida estamos, de fato, discutindo a questão do público e da participação no campo de um paradigma que se constitui a partir desta cisão e desta invisibilidade.

A minha referência à divisão sexual do trabalho remete à divisão de esferas, da dualidade, não tanto das atividades em si. Neste sentido, esta divisão constrói mesmo; acho que no caso da política, as mulheres são sempre deslocadas, elas estão sempre fora do lugar. Pode-se pensar na presidente da Argentina, que é um tipo completamente diferente da Dilma. A presidente da Argentina ocupa este lugar de feminilidade que é exigido como um lugar da mulher ou um atributo da mulher, ele é ressignificado no caso de ela ser presidente, porque é como se essa feminilidade não fosse própria do ser presidente. Então ela é a “perua”, a exagerada, ou assim por diante. O que acontece com a Dilma? De certa forma, percorre-se o caminho inverso. Ela também não está no lugar, porque o que se espera dela é a feminilidade. Como ter uma mulher presidente que não tem certos padrões de feminilidade de acordo com um determinado estereótipo? De certa forma, juntando com a sua questão, eu acho que há também uma questão de estratégia política.

Eu lamento o discurso construído e acho que este é um discurso prejudicial e considero que existe certa ambiguidade. Porque, de um lado, nós temos duas mulheres candidatas, e isso levou a uma agenda: agora é a vez da mulher. Por outro lado, para que isso se construa, nós temos um discurso em que ela entra tendo que se legitimar pela reprodução desse lugar convencional: porque é o homem, é o pai que cede, que dá o lugar para alguém e esse alguém é uma mulher, logo, para que possa ser a mãe do Brasil, tratar os seus como a mãe do Brasil. Então, isso é extremamente complicado, na minha opinião, mas em que medida isso também reflete, não simplesmente uma questão da política, mas uma questão dos valores de como este lugar é um não lugar, ou seja, é uma percepção de que as mulheres estão sempre fora do lugar. Se elas forem muito femininas, elas estão fora do lugar, porque elas são excessivas, são peruas. Por exemplo, o que aconteceu com a Marta e com a Erundina. É muito emblemático o contraste de como se construíram os

lugares e as percepções. Se ela for uma mulher, digamos assim, menos feminizada no seu jeito de ser, ela também está fora do lugar. O que se vendeu durante muito tempo em relação à Dilma? Ela é durona, ela é autoritária, ela é isso, ela é aquilo, ela é fria, ou seja, ela não é mulher, é como se ela tivesse que desconstruir e reconstruir uma imagem que era esperada pelo senso comum.

Eu lamento que o discurso seja feito, mas eu não acho que é simplesmente uma coisa da mídia ou do *marketing*. O *marketing*, de certa forma, respondeu a isso, como no caso da própria ideia de que a Dilma não tem experiência. De um lado, a mídia trabalha o tempo inteiro exatamente para dizer que a política hoje está reduzida ao processo eleitoral, e que o político eleito pela eleição em si é negativo, corrupto etc. De outro lado, tem-se uma mulher que tem uma trajetória política desde jovem, mas que é considerada uma pessoa inexperiente do ponto de vista político. Então, ela é inexperiente? Será que, se ela fosse um homem, seria inexperiente? No caso do Lula, era o fato de ele não ter escolaridade, no caso da mulher, é o fato de ela não ter competência, porque ela não tem experiência que tenha sido provada. Penso que essa dureza é como se nós mulheres estivéssemos sempre deslocadas, fora do lugar. Não há muito que fazer, sempre o que você fizer é um pouco pedido pelo outro lado. Por exemplo, o artigo citado pela Lourdes: “nós não sabemos nada da Dilma”, dificilmente se encontra esse nível de cobrança em relação à trajetória masculina. Então, é muito complicado.

Agora, respondendo à Natália, só para concluir, eu acho que a política é pragmática. Na política há certas questões que ultrapassam a questão de gênero. Não estou justificando os fins, mas só pensando a partir desse lugar. Não sei se ela vai desconstruir isso depois, acho que a eleição dela pode ter inclusive um fim de desconstrução. Por fim, a questão que o Roberto colocou, é uma preocupação importante e interessante. Acho que você tem razão, realmente não dá para pensar a política e a representação deslocadas dessas outras dinâmicas e desses outros espaços. Só um dado rápido: acabei de participar de um projeto no Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) sobre investimento social e político no Brasil, e, por ter ficado encarregada dessa parte de gênero, fiz um levantamento sobre vários aspectos. Duas coisas me chamaram a atenção no levantamento que eu fiz: o primeiro foi a partir de algumas revistas especializadas em inovação, ciência e tecnologia para pensar como estão as mulheres no mercado, como elas são vistas etc. Há lá alguns estudos e um *ranking* sobre algumas empresas de inovação, ciência e tecnologia consideradas boas para trabalhar. Então havia um *ranking* das melhores empresas para as mulheres trabalharem. Quando se olha para o *ranking* destas empresas, quais foram as variáveis que eles consideraram? A mulher poder fazer seu trabalho de casa e conciliar com os cuidados domésticos; em alguns casos ter um espaço para que as mulheres possam se encontrar para tratar da sua

experiência de conciliação entre vida familiar e trabalho era a segunda variável; e uma terceira variável era a existência de espaços para o cuidado dos filhos, creches e outras questões. Ou seja, todos os elementos de avaliação das melhores empresas para as mulheres dizem respeito ao espaço privado. A conciliação entre o trabalho fora de casa e o trabalho doméstico, inclusive de cuidado com os filhos, é considerada o mais importante elemento, o de maior valor. Neste caso, tem-se o seguinte: setor de inovação, ciência e tecnologia, cadeias de produtividade da empregabilidade mais valorizada. As mulheres têm 35% das vagas neste setor, ou seja, não estão além da média do mercado. E está-se falando de um setor novo, que inclusive pressupõe uma mão de obra muito nova e que as mulheres estão entrando também. Quer dizer, já reflete no mercado de trabalho uma formação universitária diferente de 20 anos atrás. Mas, quando se examinam as empresas onde as mulheres são maioria, verifica-se que são, por exemplo, a Vivo ou a Oi. Elas têm cerca de cinco mil pessoas que trabalham lá e as mulheres são maioria. Mas elas são maioria por quê? Porque elas são telefonistas, elas são atendentes. Então, isso é um elemento preocupante, que é possível associar aos próprios depoimentos das mulheres.

Outro ponto que eu quero destacar é uma política da Secretaria de Políticas para Mulheres que eu julgo muito importante. A dos compromissos empresariais com a equidade de gênero. Quando se avalia essa política, destacam-se dois pontos: quase 90% das empresas que assinam o compromisso são empresas públicas, estatais, não são empresas privadas. O segundo elemento: nestas empresas, como a Petrobras, quando se examinam quais são os compromissos firmados, a maior parte dos compromissos é relacionada com a questão da *maternagem*, do lugar da mulher em relação aos filhos. Poucos casos, acho que apenas dois, tinham metas relacionadas com acesso a cargos e profissionalização, capacitação técnica. Então, neste programa, não foi possível obter muitos dados, mas os poucos dados que foram obtidos já apontam algo surpreendente. Os programas de capacitação são voltados para o treinamento de mulheres em práticas femininas e para que elas possam conciliar estas atividades com suas outras atividades femininas. Por isso, eu penso que esta questão da dualidade para mim hoje é um elemento fundamental.

FLÁVIA BIROLI:

Queria destacar um ponto que eu julgo importante: o problema não é a existência de formas diferenciadas de conciliação entre a vida doméstica e o trabalho fora de casa, mas o problema é que elas reproduzem demandas diferenciadas de homens e mulheres, porque se a conciliação fosse um problema comum de homens e mulheres, talvez se estivesse no caminho para reorganizar e reorientar essas relações. O fato de que sejam somente para as mulheres, que é um dos problemas do pensamento maternal, é que isto não significa uma nova ética, ou uma nova con-

cepção destas relações, mas significa a reprodução de uma posição de desvantagem na configuração atual. Não que se queira que ela continue sendo como é, tanto nas relações profissionais como na política. A manutenção deste lugar impõe posições diferenciadas para homens e mulheres, decorrentes da prática de divisão cotidiana das tarefas e as diferentes demandas e pressões sobre homens e mulheres. Esta manutenção, para mim, impede que os obstáculos colocados sejam ultrapassados, e eles são colocados não como uma oposição à participação das mulheres, mas como algo quase natural, afetando a possibilidade de que estas mulheres desempenhem seus papéis profissionais.

FELIX LOPEZ (DIEST/IPEA):

Minha pergunta será reformulada rapidamente, porque a Clara atacou um dos pontos que eu ia falar. Queria falar sobre um problema, que é o dos interesses bem constituídos das mulheres, porque uma vez que eles são bem constituídos, a pergunta é se a *accountability* eleitoral não resolveria este problema. Uma vez que você apresentou que, na literatura, não há esse interesse bem constituído, porque ele pode estar distribuído entre as mulheres e as não mulheres, a pergunta que eu faço é a seguinte: se apenas a presença das mulheres, pura e simples, se medidas de obrigatoriedade de presença das mulheres seriam justificadas, e se você não tem evidências de que uma presença maior das mulheres na política produziria legislação que atenda mais os interesses delas. Na pergunta, já há um problema, porque, se você não tem um interesse constituído, você não pode mensurar se atende melhor o interesse das mulheres ou não, mas este seria um argumento que daria altíssima legitimidade à participação das mulheres na esfera política. Eu queria saber a opinião de vocês sobre se haveria legitimidade maior em defender a maior presença das mulheres na política, para além das preferências normativas, em desfavor da representação política clássica do indivíduo, que pode representar grupos específicos inclusive de outras categorias que não sejam mulheres. Ou seja, você está retirando um elemento importante, que é o caráter universal da representação universal e passando para a representação categórica, no caso de gênero, do ponto de vista de alguém que é leigo nesta literatura, como eu, porque as mulheres se representam como os homens representam os interesses das mulheres. Porque entendendo que o ganho que vocês estão mencionando é o ganho simbólico, que a presença vai produzir um ganho simbólico, que vai reconfigurar a distribuição dos papéis e a situação das mulheres na sociedade. O segundo ponto é uma curiosidade – também como leigo, e eu imagino que vocês devem ter olhado de forma atenta para isso – a respeito da distribuição desigual de votação que a candidata Dilma Rousseff está recebendo. Ela está recebendo uma votação expressivamente inferior das mulheres. Este seria um bom estudo de caso para ver como as mulheres representam as próprias mulheres na política. Queria saber se vocês têm alguma hipótese para explicar isso, porque é contraintuitivo para mim.

MARIA APARECIDA ABREU:

Antes de fazer minha pergunta, queria pontuar algumas coisas. Acho que as metáforas usadas em relação à condição de mulher da Dilma e sua comparação com uma mãe incomodam, sim, mas também incomodam as metáforas que o Palocci fazia entre economia e saúde, também incomodam as metáforas que são constantemente feitas da relação entre guerra e política, também incomodam as metáforas que são feitas com jogos de futebol. Acho que só o fato de estar sendo usado algo considerado feminino como metáfora é um ganho. Algo feminino entrou no âmbito político, ainda que seja por meio de um deslocamento inapropriado. Nós nem estamos acostumados com este tipo de metáfora.

Discordo um pouco dessa sua fala final, Clara. Acho que a simples presença de mulheres lá no Congresso já ajuda até para possibilitar que outras mulheres com causas feministas possam circular naquele ambiente e que este passe a ser menos hostil e que a mulher se sinta menos “a outra”, o outro, neste lugar, ou seja, se sinta menos fora do lugar. E queria levantar de novo a questão da misoginia, além da simples identificação do corpo feminino como algo estranho, tem-se um ódio, uma hostilidade a tudo que é feminino. Gostaria de discutir com vocês: até que ponto uma representação baseada na presença não contribui para que isto vá se diluindo, e as pessoas comecem a olhar a mulher como alguém que faz parte deste mundo político.

Por fim, tenho uma pergunta bem técnica e bem pragmática para a Clara. Concordo com você que candidatos querem ganhar eleições. Mas há algumas observações que você faz sobre o sistema eleitoral de listas fechadas com que eu tendo a não concordar muito pelo seguinte: acho que, claro, só a adoção do sistema de listas fechadas não vai acarretar uma maior participação de mulheres. De acordo com um texto seu e do José Eustáquio Alves, não há evidência empírica para afirmar isto. Mas não sei se você concorda: a existência de sistemas fechados, em lugares como o Brasil, em que os partidos tradicionalmente não implementam medidas para a equalização da representação das mulheres em relação à dos homens, ao contrário disso – e recentemente o TSE obrigou alguns partidos a cumprir a regra de cotas –, os partidos apresentam, com uma certa frequência, escusas para não cumprir as cotas. Então, será que a existência de listas fechadas não contribui para que se implementem outras medidas que ajudem as cotas? Concordo com você que a adoção de um sistema de cotas por si só não acarreta uma maior representação, mas será que ela não é um requisito necessário para que se possa forçar os partidos a estabelecer estas medidas? Eu defendo as listas fechadas por outras razões além da participação feminina na representação, mas eu vou ficar apenas com esse ponto.

FLÁVIA BIROLI:

Há um ponto na questão feita pelo Felix que eu acho bem importante e que, na verdade, nos remete às razões pelas quais se defende uma pluralização do espaço político e um espaço político plural. Porque o que está em questão não é uma visão de que o espaço político deva ser paritário do ponto de vista do sexo, mas, sim, de que este espaço político é muito menos plural do que a sociedade em que ele se situa. Acho que este seria o ponto. A Clara até falou que a paridade seria uma das questões interessantes, mas eu entraria por esta via, a questão da pluralidade destes espaços. Um dos pontos que é colocado, e que a teoria política feminista contribui muito para colocá-lo, é que estes espaços são pouco plurais, porque houve, historicamente, um entendimento que o poder se concentra nas mãos de indivíduos considerados mais hábeis, isso é algo que se acomodava à noção de democracia, pois esta envolvia a distinção.

Gosto muito da discussão que Bernard Manin faz sobre isso, em que mostra que há uma relação direta entre uma noção liberal de democracia, que é a base das democracias contemporâneas, e a ideia de que aqueles que estão presentes entre os representantes se distinguem dos representados. Se você trabalhar com a ideia de distinção, você pode pensar que existe uma compreensão de que o que está em questão é a habilidade dos indivíduos, sejam eles quem forem, para o desempenho do papel de representante. Então, não se está no campo da coincidência de interesses entre representantes e representados e nem no outro campo, que seria a realização da justiça do ponto de vista da pluralização dos espaços de representação, que seriam mais justos se fossem mais plurais. Não se trabalha nesta discussão com a ideia de distinção. Isto já está superado numa discussão como a que estamos fazendo. Mas é possível pensar se os interesses poderiam ser mais bem representados por aqueles que têm uma melhor compreensão da atividade política e das formas de organização social e de posicionamento dos sujeitos e indivíduos e os problemas ligados a tais posições. O que a defesa da presença coloca é que haveria potencialmente uma possibilidade de ampliar a presença de interesses diferenciados em sua relação com experiências diferenciadas. Existe uma relação entre interesse, experiência e posição social estrutural que está construída. Há um problema teórico e um problema empírico para demonstrar uma posição social estrutural, na qual perspectivas sociais diferenciadas se transformam em interesses sociais constituídos diferenciadamente. Acho que este é o nó que se tem.

Entendo que não existe problema em orientar normativamente essa discussão, por exemplo, por uma noção de justiça que esteja ligada à desigualdade social, que combata uma noção da democracia, que acomode a noção de distinção, então, que normativamente se defenda que existe uma possibilidade maior de um debate que leve em consideração as diferenças e que tenha a justiça como ideal, se há uma composição mais plural dos espaços de poder. Acho que isto é

normativo e é interessante porque a ancoragem disto numa relação entre diferenças, interesses e posição social é muito difícil de ser feita, porque não é só a teoria pós-moderna que dilui a posição dos sujeitos. Existe uma dificuldade de fato em se entender e discutir como se dá a relação entre os interesses constituídos e a posição social; e isso está ligado não só ao fato de que existe uma maleabilidade do entendimento que temos da nossa própria identidade, mas está ligado também a uma temática que é clássica, do meu ponto de vista, que é a da dominação. Muitas vezes, entendemos nossa posição social a partir de perspectivas que não condizem com a superação desta posição. Como se resolve isso? Os interesses podem estar sendo constituídos de uma maneira que está formada e formatada pela própria dominação. O dominado internaliza a dominação.

CLARA ARAÚJO:

Primeiro, em relação a sua questão, Felix, do ponto de vista normativo do debate, faço uma distinção entre o debate sobre cotas e as cotas como forma possível, mas não com a centralidade que ela adquire. Penso e vejo que existem outros elementos, associados com a exclusão e com a dominação. E estes elementos respondem, muitas vezes, muito mais pela ausência das mulheres nos espaços dos partidos políticos do que propriamente serem um portão partidário ou um dado na direção partidária que barra estas mulheres para que elas disputem a política. Então, acho que existe, por exemplo, um conjunto de representações inclusive associadas com esta questão da dominação, que faz com que as mulheres, muito antes de chegar ao partido, elas próprias analisem e se excluam, até porque se sentem incompetentes, incorporam este discurso. Acho que há necessidade também de pensar uma autoexclusão que não é só de *vitimização*, mas de uma agência racional das mulheres em que elas analisam suas possibilidades reais, dadas as condições nas quais elas vivem.

Inclusive, eu acho que essa ênfase na vitimização que está por trás do debate sobre as cotas é uma redução do debate sobre a democracia e sobre as causas da desigualdade. Eu diria que, em alguns aspectos, esta visão é muito minimalista da democracia. Está centrada inclusive no partido como um ator intencional e tem que responder por determinadas condições que eu acho que o partido não tem condições de responder. Não porque eu defenda o partido, muito pelo contrário, porque ela é anterior. Ou seja, por onde se formam os canais, as competências e os capitais políticos que levam as pessoas a se candidatarem? Acho que este estudo que a Flávia faz é interessante, porque, por exemplo, ao se fazer um mapeamento do Congresso Nacional, dois dados são muito indicativos: primeiro, quando se trabalham trajetórias, uma coisa que surge muito é que, até dez anos atrás, havia uma diferença muito nítida entre mulheres de esquerda e de direita. A trajetória de mulheres de esquerda era associada a movimento sindical, e as mulheres de direita eram associadas ao familismo, ao capital familiar. Isto era um dado muito

claro. O que vem acontecendo nos períodos mais recentes? Há uma trajetória muito forte e que perpassa tanto a esquerda como a direita, que é o capital institucional. Na medida em que a democratização se amplia, cria-se um conjunto que é este capital institucional. A ocupação de cargos e a ocupação de espaços passam a ser um veículo de formação de capital. Isto é um dado, então, muitas das pessoas que se habilitam à política, se habilitam a partir destes lugares. Portanto, focar na atuação do partido seria dar uma centralidade ao partido na participação política e na ideia de participação cívica para além do que o próprio partido pode ocupar. A ideia de que o *bureau* influi na participação política é certa, mas não pode ter tanta força a ponto de ser o determinante.

Um segundo ponto é que, quando se olha aquele estudo que mencionei rapidamente, há outros elementos. Por exemplo, há uma variável que é a reeleição. Um homem que é deputado tem 25 vezes mais chances de se reeleger do que um homem que não é deputado torna-se um. Uma mulher que é deputada tem 16 vezes mais chances de se reeleger do que uma mulher que não é conseguir se eleger pela primeira vez. Então, têm-se duas coisas: mesmo sendo deputados, mulheres e homens têm espaços diferentes e chances diferenciadas; e há uma diferença enorme entre a mulher que já ocupa o espaço e a mulher que não o ocupa, maior do que entre homens que já ocupam e os que não ocupam. Ou seja, homens e mulheres que já ocupam este espaço se aproximam mais. Isto nos remete a dois aspectos: o aspecto de certa inércia da política, que é a reprodução de quem tem chances de ganhar, que é quem já está lá; e outro aspecto, que é a pequena presença das mulheres na política, limitando a sua própria visibilidade. Por exemplo, um estudo na ocupação de comissões no Congresso Nacional, é uma coisa que dá visibilidade, constatou-se que existem 45 mulheres em face de 468 homens. O que acontece concretamente é que ou as mulheres se dividem em dez comissões ou elas não têm condições de participar de várias comissões. E, como elas são poucas, a tendência é que elas sejam alocadas e tenham menos poder de pressão em determinadas comissões. Então, há um ciclo de reprodução dessa invisibilidade. Há uma teoria que diz que, se existem 30% ou 40% de mulheres, há uma tendência de que seja formada uma *massa crítica* que não remete, necessariamente, à ideia de uma massa crítica feminista, mas a uma ideia de que há agendas possíveis de mulheres. Isso agora começa a ser estudado. Então, quando você tem um número de países com mais de 30% há um tempo, inclusive como efeito das cotas, eles começam a ser estudados neste sentido.

Eu conheço o caso da Argentina, onde foi feito um primeiro estudo sobre isso. E há algumas conclusões interessantes e positivas. Mudou um pouco a agenda do Congresso, inclusive, recentemente, houve a votação do casamento *gay* na Argentina. Conversando com algumas cientistas políticas de lá, elas disseram como foi o comportamento e o peso que as mulheres tiveram na questão da votação do

casamento homossexual. Então, se os interesses antes discutidos há, não são dados, há o fato de que, se há mais mulheres, isso possibilita a própria visibilidade de mais mulheres, e isso possibilitaria, então, uma maior presença na mídia e em vários outros aspectos. Não acho que a ideia da *presença* seja suficiente. E a própria Anne Phillips ressalta e não desconhece que, sem uma política de ideias, não se muda essa estrutura tal como ela se coloca. Então acho que esse é um elemento para se pensar. Eu faço distinção entre esta discussão em relação às mulheres e em relação a outros grupos e a outras identidades diferenciadas. Porque, por exemplo, uma coisa é lançar o olhar para nossa matriz ocidental, e mesmo para a matriz não ocidental, e verificar uma questão que é uma hierarquia de poder em que os homens estão sempre numa posição superior. Do ponto de vista ocidental, da nova matriz da democracia moderna, é possível tomar Locke, tomar Rousseau, tomar todos esses teóricos, que dedicaram uma parte de seu pensamento às mulheres. As mulheres eram parte da condição humana, mas todos eles vão dedicar partes de seus trabalhos às mulheres, nas quais há uma tentativa clara, de uma forma ou de outra, de comentar sua característica descritiva com a sua inaptidão ou inabilidade para a coisa pública. Por exemplo, na África, nós vamos ter estudos antropológicos que mostram que, em muitos países da África, as mulheres eram as principais responsáveis pela produção econômica, mas o conselho político era masculino. Então, há uma diferença entre o lugar da diferença das mulheres em relação a outros grupos.

Agora, em relação à pergunta sobre a lista partidária: em primeiro lugar, eu não tenho uma posição muito fechada sobre o que é certo e o que é errado em relação à lista. Tenho tendência a ser muito cautelosa, porque penso que existe um debate mais complexo em relação à lista. E há dois aspectos: o primeiro é que a lista fechada fortalece o partido. Ela, em qualquer sistema político, reduz a autonomia do eleitor, obriga o eleitor a um nível de identificação com o partido, mas, ao mesmo tempo, o eleitor não tem alternativa. Diante disto, proporia outra opção já que não existe só a lista fechada ou a lista aberta. Há, por exemplo, uma lista em que você pode alternar e escolher o candidato, além da escolha do partido. Ou seja, existem outras possibilidades que não são estas duas colocadas no debate no Brasil. Aqui, tenho receio da lista fechada, porque existe uma questão que não é discutida, que é o grau de transparência, a organização, horizontalidade e organicidade dos partidos. Até que ponto nos partidos, com as características dos brasileiros, na maioria com pouca organicidade, a lista fechada não seria um risco ainda maior para você incluir mais mulheres na representação a partir dos padrões clientelistas ou de patronagem que os caracterizam? Então, na verdade, eu tenho mais medo no caso brasileiro e acredito que isso possa ter um efeito bumerangue. Na Argentina, com as cotas, ampliaram-se os lugares das mulheres no parlamento, sim. Mas há estudos de caso mostrando como ocorre a engenharia partidária para que as mulheres ocupem estes lugares no parlamento argentino – quem é colocada nos lugares elegíveis. E verifica-se que é complexa e é associada,

de um lado, às direções partidárias e, de outro, aos grupos que têm poder. A lógica de quem entra na lista é subordinada a estes dois pontos e não ao contrário. Ou seja, as mulheres não alteram a engenharia e se discute quem e como calcular para aqueles e aquelas que devem ser eleitos fiquem em posições mais vantajosas. Então, se, por um lado, você tem algo positivo, de outro, nos partidos não muda muito, porque as próprias mulheres se inserem na lógica de poder partidário prestabelecido. Acho que uma alternativa pode ser o caso do Peru. No Peru, há a lista fechada, mas se podem escolher dentro da lista dois candidatos e é possível ordenar sua preferência pelos candidatos. Há muitos países em que você vota na lista, mas é possível ordenar e reordenar a lista de acordo com a preferência do eleitor. Nestes casos, é preservado algum grau de autonomia do eleitor, porque eu acho complicado também reduzir o interesse geral ao problema da desigualdade de gênero. Realmente não parto da ideia de que seja necessário haver 50% de paridade para que se tenha um sistema mais democrático, porque não penso a representação a partir de sua composição descritiva por sexo como o que diz tudo sobre uma democracia.

Por fim, queria agradecer mais uma vez; achei que foi muito bom e interessante o debate.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. E. D.; ARAÚJO, C. **A política de cotas no Brasil, o sistema eleitoral e a sub-representação feminina**. CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANO-LASA, 27., 2009, RIO DE JANEIRO. Disponível em: <http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/pdf/art_lasa_alves%20arauja30abr09-1.pdf>.
- ARAÚJO, C. Gênero e o acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre a instituição e a cultura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 2, jul./dez. 2009.
- BADINTER, E. **Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- BIROLI, F. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras. **Cadernos Pagu**, n. 34, p. 269-299, 2010.
- BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Caleidoscópico convexo: mulheres, política e mídia**. São Paulo: UNESP, 2011.
- BYSTROM, D. G. *et al.* **Gender and candidate communication**. New York: Routledge, 2004.
- FERES JUNIOR, J.; POGREBINSCHI, T. **Teoria política contemporânea: uma introdução**. São Paulo: Campus/Elsevier, 2010.

FRASER, N. From Distribution to Recognition? Dilems of Justice in a post-socialist age. **New Left Review**, n. 212, p. 68-93, Jul./Aug. 1995.

GILLIGAN, C. **In a different voice**: psychological theory and women's development. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

HAUG, F. The quota demand and feminism politics. **New Left Review**, n. 209, p. 136-145, Jan./Feb. 1995.

IYENGAR, S. *et al.* Running as a woman: gender stereotyping in political campaigns. *In*: NORRIS, P. (ed.). **Women, media, and politics**. Oxford: University Press, 1997.

KAHN, K. F. **The political consequences of being a woman**: how stereotypes influence the conduct and consequences of political campaigns. New York: Columbia University Press, 1996.

LUKES, S. **Power**: a radical view. Londres: Macmillan, 1974.

MACKINNON, C. A. **Toward a feminist theory of the State**. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

MANSBRIDGE, J. Rethinking representation. **American Political Science Review**, n. 99, p. 515-528, 1999.

_____. Should blacks represent blacks and women represent women? A contingent yes. **Journal of Politics**, v. 61, n. 3, 2003.

OKIN, S. M. Gender, The public and the private. *In*: PHILLIPS, A. (Org.). **Feminism and politics**. Oxford: University Press, 1998.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PHILLIPS, A. **Engendering democracy**. Cambridge: Polity Press, 1991.

_____. **The politics of presence**. Oxford: Claredon Press, 1995.

PITKIN, H. **The concept of representation**. Berkley: University of California Press, 1967.

RUDDICK, S. **Maternal thinking**: towards a politics of peace. Boston: Beacon Press, 1989.

ROSANVALLON, P. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

URBINATI, N. **Representative democracy**: principles and genealogy. Chicago: Chicago University Press, 2006.

WOLF, N. **The beauty myth**: how images of beauty are used against women. New York: Harper Perennial, 1991-2002.

YOUNG, I. M. **Justice and the politics of difference**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

_____. **Intersecting voices**: dilemmas of gender, political philosophy, and policy. Princeton: Princeton University Press, 1997.

_____. **On female body experience**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

A DERROTA QUE SE REPETE: AS MULHERES NAS ELEIÇÕES PARA O LEGISLATIVO EM 2010*

Céli Pinto

CÉLI PINTO:

Obrigada pelo convite. Hoje, gostaria de apresentar um tratamento distinto às questões de distribuição e de reconhecimento a partir do seguinte ponto de vista: partirei da hipótese de que a noção de reconhecimento presente na obra de Nancy Fraser e de Axel Honneth¹ precisa ser pensada a partir de outra perspectiva, para dar conta de realidades como a do Brasil, onde desigualdades acentuadas dão perspectivas distintas para questões de redistribuição e, principalmente, de reconhecimento. Portanto, dito de outra forma, minha hipótese é a de que o conceito de reconhecimento, tal como usado pelos autores, necessita de esclarecimentos para ser útil para a ciência social no Brasil.

Tratando de expor como essa categoria não é suficiente para dar conta dos problemas brasileiros, tomarei como exemplo o constante fracasso das mulheres nas eleições proporcionais no Brasil, especialmente nas eleições de 2010. Apesar de todos os trabalhos e de todos os esforços, apesar das cotas e de todas as iniciativas ao longo de quatro anos para envolver as mulheres, elas se saíram muito mal nas eleições proporcionais. Essa não é a principal questão que eu vou discutir aqui, mas é um mote para se enfrentar a questão de como repensar a ideia de reconhecimento no Brasil, principalmente em relação à mulher.

Isto posto, dividirei a minha apresentação em três partes. Na primeira, gostaria de discutir alguns conceitos anteriores à questão de distribuição e reconhecimento (a saber, desigualdade, poder e democracia), porque, se entendermos esses conceitos, podemos chegar a discutir a questão da segunda parte da minha apresentação, que compreende as noções de redistribuição e reconhecimento nas obras de Axel Honneth e, principalmente, no trabalho de Nancy Fraser. Na terceira parte, que mais a título de conclusão, gostaria de trazer a questão brasileira e observar onde estão os gargalos e as potencialidades para se

* Palestra proferida no dia 4 de novembro de 2010.

1. Sobre o debate entre esses dois autores, ver a introdução deste livro.

pensar ações de redistribuição e reconhecimento que sejam realmente efetivas, pensando na participação política das mulheres, mas não só nelas.

A primeira questão a ser colocada é a da desigualdade, pois, quando se pensa em desigualdade – e estou em um lugar que é bem provável que assim seja –, pensa-se em desigualdade como desigualdade econômica. No Brasil, essa associação é ainda mais automática: desigualdade social é desigualdade econômica. Não há dúvida de que este é um fenômeno central na sociedade brasileira: nós temos uma lamentável distribuição de renda. Mas o que gostaria de pautar aqui é que, se a má distribuição de renda é consequência da desigualdade, ao mesmo tempo, ela também pode ser a sua causa. Colocando em outras palavras, a má distribuição de renda causa desigualdades econômicas, mas outras desigualdades causam também má distribuição de renda. Portanto, quando analisamos desigualdade, primeiro, temos de perguntar: “desigualdade em relação a quê?”. Penso que temos como dado do senso comum esta questão sobre o que é desigualdade, mas precisamos aprofundar um pouco este conceito, esta noção, de forma que possamos pensar mais concretamente ações que possam reverter a desigualdade de forma mais eficiente e duradoura. É interessante prestar atenção nisso, porque existe esta perspectiva economicista, que é a da desigualdade econômica; há uma percepção liberal, como a de John Rawls, que associa desigualdade à questão da justiça; e existe também a desigualdade associada à questão de direitos, que é o caso da Hannah Arendt. A questão não é desprezar qualquer uma dessas perspectivas, mas buscar novos elementos para agregar à discussão.

Em um estado democrático, o contraponto à desigualdade é a igualdade de todos os cidadãos de usufruir os direitos assegurados constitucionalmente. No caso do Brasil, o inciso IV do Artigo 3º da Constituição da República de 1988 já traz material suficiente para uma longa discussão sobre a desigualdade. Nele, lê-se: “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Se pensarmos que isso é igualdade – ou seja, promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, cor, sexo, idade ou qualquer outra forma de discriminação –, nós já estamos com um problema muito maior do que a distribuição de renda. Então, penso que essa ideia de igualdade é polissêmica e tem de ser entendida dessa forma. Porque temos desigualdade nas relações de gênero, nas relações interétnicas, nas relações econômicas e culturais, na questão de *status* e na possibilidade concreta de usufruir direitos assegurados – e temos, até mesmo, desigualdade na possibilidade de lutar por novos direitos. Há pessoas que têm maior possibilidade de lutar por direitos do que outras. Em síntese, há uma quantidade muito grande de desigualdades e de formas de desigualdades em uma sociedade.

Para avançarmos nessa questão das diversas desigualdades, temos de pensar em outro conceito, que é o de poder. As pessoas são desiguais porque elas têm poderes desiguais. Elas têm quantidades e exercícios de poder desiguais. E vocês provavelmente devem estar me perguntando: “mas, afinal, o que é poder?”. Definirei aqui poder como a capacidade de construir verdades e impor verdades ao outro – ou seja, se imponho uma verdade a outrem, tenho poder sobre essa pessoa. Essas verdades podem ser construídas, em tempo de paz, pela aceitação espontânea, ou através da violência, em situações de guerra, em um lato senso. Há várias formas de impor verdades. A questão então é: se nós temos essa polissemia do poder e das desigualdades, e as desigualdades estão ligadas à quantidade de poder que as pessoas têm – as pessoas têm mais ou menos poder –, a questão que se coloca é de como romper estas relações. É evidente que todos nós – e Foucault já dizia isso – temos poderes. As mulheres brancas têm poderes sobre as negras, ou as mulheres de classe média sobre as pobres, o homem negro sobre a mulher negra, os adultos sobre as crianças – ou seja, há uma grande diversidade de formas de poder. Mas há também uma imensa concentração de poder – nas sociedades ocidentais, incluindo a brasileira – nas mãos de homens brancos de classe média, adultos, proprietários ou assalariados de nível médio ou superior. O poder está na mão destas pessoas, mais do que em quaisquer outras.

Tomemos um exemplo: se formos ao Congresso Nacional, veremos que a grande maioria é de homens brancos de classe média, com curso superior etc. Então, acho que essa é uma questão importante a ser colocada, porque é uma questão que diz muito a respeito da desigualdade e de como vamos pensar a redistribuição: sobre o que vamos distribuir e que reconhecimentos e que políticas de reconhecimento vamos construir. A questão é que, em países em que há grandes desigualdades, por um lado, essas desigualdades correspondem a uma imensa concentração de poder; por outro, nós temos uma democracia substantivamente muito frágil, embora, algumas vezes, tenhamos uma democracia institucionalmente forte, como é o caso do Brasil. Nos parâmetros correntes para medir democracia, o Brasil tem sido bastante bem avaliado: temos eleições praticamente sem fraude e todos os requisitos necessários para que nosso sistema político seja qualificado de democracia. Todavia, em nosso sistema, o poder é muito pouco distribuído e de forma não democrática. Como eleitores, temos a possibilidade e a condição de eleger, de quatro em quatro anos, o/a presidente/a da República, os/as senadores/as, os/as deputados/as, os/as governadores/as e, da mesma forma, as autoridades municipais. Temos alguns outros poderes possíveis, mas ainda muito poucos postos em prática.

Portanto, é necessário tomar em consideração uma distinção entre poderes e direitos. Porque é muito mais fácil o Estado distribuir direitos do que poder. A questão é a seguinte: direito é um produto de soma variável – ou seja, podemos

somar mais e mais direitos. Poder, diferentemente, é um produto de soma zero. Para X ter mais poder, alguém tem de ter menos poder. Outro dia, estava ouvindo um programa de rádio, em que alguém perguntava: “as mulheres estão chegando ou estão tomando o lugar dos homens?”. A resposta às vezes vem como: “as mulheres não estão tomando lugar dos homens, elas só querem o seu espaço”. Mas isso é uma falácia, porque não há outra forma de ter poder. Se elas se tornarem 200 ao invés de 45 na Câmara dos Deputados, que é o número atual, elas vão tomar o lugar dos homens. Haverá 155 homens que não serão deputados. Se as mulheres ocuparem mais ministérios, e o número de ministérios continuar o mesmo, os homens vão perder poder mesmo. Então, é muito mais fácil de o Estado democrático aceitar conceder direitos do que distribuir poder. Porque o direito a direitos é sempre variável, porque posso conceder direitos para os idosos e até para os animais. Mas se digo que, em um conselho de dez pessoas, cinco delas têm de ser mulheres, estou reduzindo o poder de cinco homens, não há saída. Para que as mulheres cheguem aos postos de comando, às posições políticas, aos postos de chefia nas empresas, os homens têm de perder poder. Não se trata uma história bonitinha de que nós, mulheres, queremos só colaborar. Não, queremos o lugar. É verdade: é essa a luta. Senão, não há sentido. As mulheres não querem *colaborar com*, querem *o lugar de*, senão o Congresso Nacional terá de ter 1.026 pessoas para ter 513 mulheres. E sabemos que isso não vai acontecer. E seria péssimo este aumento no número de deputados.

Digo isso porque acredito que a democracia tem de avançar nesse sentido. E não estou pensando somente nas mulheres. Penso que a democracia tem de democratizar-se no sentido de distribuir poder. E falo isso não só para as mulheres. Os menos ricos têm também de ter mais poder. Vou dar dois exemplos; um mais complexo e outro mais simples. O mais complexo é o do fim dos regimes socialistas do Leste Europeu. Se vocês forem atualmente aos países do Leste Europeu, o que verão é o lamento geral de que as pessoas perderam todos os direitos. E as pessoas dizem: “sim, queríamos democracia, queríamos participar, não queríamos mais cadeia por manifestar opinião, mas não queríamos perder nossos direitos. Tínhamos direito à saúde, à educação, ao trabalho, à habitação, e agora temos um mundo concorrencial em que perdemos tudo”. Vale a pena uma reflexão sobre isso. Por que as pessoas perderam tudo? Porque, na verdade, todo o mundo comunista distribuiu direitos, mas não distribuiu poder. O poder sempre ficou concentrado na nomenclatura do partido em todos esses países. Ou seja, o conjunto da sociedade não teve poder suficiente para lutar pela manutenção dos seus direitos, porque ela nunca teve poder: não teve o poder de se informar, de votar, nem de contestar uma nomenclatura que deu os direitos e criou o Estado totalitário. E quando cai o Estado totalitário, os direitos vêm abaixo. Esse é o caso mais clássico de onde se vê que a distribuição de renda não significa que se está

distribuindo obrigatoriamente poder, ou que se está democratizando a sociedade. Ou, para usar o termo de que nós feministas gostamos tanto, a sociedade não está se empoderando.

Agora, vou tomar um exemplo simples. Nas escolas públicas brasileiras, atualmente, o que acontece? Uma grande quantidade de agressões a professores, depredação do patrimônio público por parte dos alunos, baixa qualidade de ensino e descrédito na educação; e, diante desse quadro, se pergunta o seguinte: “qual a solução?”. É aumentar o poder dos professores e dos diretores em relação aos alunos? Ou construir um diálogo capaz de fazer com que o aluno tenha mais poder de tomada de decisão nessa escola? Não estou sugerindo de forma alguma que os alunos tenham de decidir as questões pedagógicas da escola, nem as questões de disciplina, mas se as comunidades estivessem dentro das escolas e tivessem o poder de discutir como usar aquele espaço público e qual a responsabilização dessa comunidade e dessas crianças e adolescentes na utilização desse espaço público, possivelmente, os professores e os diretores perderiam algum poder de tomada de decisão, até o de não ensinar. Certamente, os professores, os diretores e o pessoal técnico da escola perderiam o que entendem como poder, mas na verdade o poder que eles têm é ilusório, já que não conseguem exercê-lo.

Há um preconceito da comunidade em relação aos alunos, que já são classificados como pobres, drogados, vivendo em periferia, incapazes de apreender e, portanto, sem direito a decidir. Nesse sentido, estou falando em democratização e na possibilidade de se pensar um país capaz de fazer reais políticas de redistribuição e, principalmente, de reconhecimento que valham a pena e que revertam a favor daqueles que sofrem com as desigualdades.

Uma última noção antes de chegar ao reconhecimento: a de discriminação. Essa noção, em uma escala, é o ápice do desempoderamento – ou seja, a pessoa com menos poder é aquela mais discriminada. Ela é discriminada porque ela é mulher, porque é negra, porque é velha, porque é criança, porque é estrangeira. E o discriminado é exatamente aquele para quem o outro é que define a verdade sobre ele. Esse é o discriminado. Vejamos um exemplo. O governo francês chega e diz: os romenos de origem cigana são ladrões. Então, expulsa-os do país e envia-os de volta para a Romênia, mesmo sendo eles cidadãos europeus com pleno direito de estarem onde quiserem na Europa. Agora, quem tem poder tem o poder de dizer o que o outro é. O outro é romeno, cigano e ladrão. Então, posso colocá-lo em um ônibus e mandá-lo embora, não interessando a lei europeia.

E há outras questões mais simples, que não são exatamente exemplos históricos, que dizem respeito à nossa vida cotidiana: a possibilidade de um jovem negro dirigindo um carro de bom nível ser parado em uma *blitz* é imensa. É muito maior do que a possibilidade de um jovem branco ser parado dirigindo o

mesmo carro. E esses jovens, negro e branco, apresentam muito mais possibilidades de serem parados no trânsito do que eu dirigindo um carro. A senhora branca de classe média é a cidadã de respeito acima de qualquer suspeita. Por outro lado, se alguma infração for feita no trânsito, se for um homem, ninguém vai dizer “só poderia ser coisa de homem”. Nunca vocês ouviram, nem ouvirão, essa frase. Mas se for uma mulher, imediatamente, inclusive as próprias mulheres, dirão: “só poderia ser coisa de mulher”.

A discriminação parte do princípio de que aquele que domina atribui ao outro algo. E essa é uma questão muito delicada, especialmente quando chega o momento da eleição, porque se algo é atribuído a outrem, este, ao aceitar, perde a capacidade de se autodefinir. No caso das mulheres, é bastante exemplar: as mulheres não têm autoestima suficiente para se reconhecerem capazes de serem políticas. E no momento em que elas não se reconhecem capazes, elas não votam em uma candidata mulher. Enfim, penso que a discriminação é o ápice do desempoderamento. Ela acontece quando o dominador determina a verdade sobre o dominado, e este não só é visto na sociedade a partir dessa verdade determinada, como também, muitas vezes, o próprio dominado assume essa verdade. Tendo feito esse pano de fundo conceitual, vou adentrar as questões da redistribuição e do reconhecimento.

Axel Honneth e Nancy Fraser, quando discutem redistribuição e, principalmente, reconhecimento, estão pensando no hemisfério norte, em um mundo que não é o nosso. Por conta disso, temos de ter muito cuidado para trazer as questões levantadas por Nancy Fraser e Axel Honneth. Fraser, em seu último livro, chega a falar em um cidadão que é um morto político, sendo que esse morto político é o imigrante ilegal. Esse é um grande problema na Europa e nos Estados Unidos: uma grande massa de população que está ilegal e não tem como ser incorporada. Nossos problemas são outros e, por isso, devemos utilizá-los levando em conta que estamos tratando de outra realidade, que não é a deles.

Nancy Fraser apresenta uma espécie de evolução em sua teoria: há uma crescente tendência em ver a institucionalização como a solução. Ou seja, ela começa pensando em reconhecimento como luta – e essa é uma questão relevante – e acaba tratando do reconhecimento como direitos. E quando ela define reconhecimento como paridade de participação, o que ela está falando é de reconhecimento como direitos. A grande questão dela são os mortos políticos, que é de quem ela fala nos seus últimos textos. Seu pensamento é o de que nós temos de criar uma estrutura institucional ou um enquadramento institucional que dê possibilidade de todos participarem paritariamente.

E se analisarmos a situação do Brasil institucionalmente, veremos que há paridade de participação. E tal condição não resolve o problema das desigualdades.

Fraser enfatiza em demasia essa institucionalização, porque ela acha que direitos – e eu não tenho a menor dúvida disso também – são fundamentais, o que limita sua tese é que esses direitos não são suficientes para garantir a igualdade, porque eles não são suficientes para garantir às pessoas o que Fraser chama de paridade de participação. Parece-me que a questão do reconhecimento deve avançar, além de criar condições para que todos participem paritariamente. E, neste sentido, penso que se pode fazer uma aproximação entre Fraser e Honneth, pois o sociólogo alemão elabora uma questão muito importante, que é a ideia de reconhecimento como autorreconhecimento. Refere-se ao autorreconhecimento como consciência de desrespeito, reportando-se a Marx para observar que o proletário se rebela quando se sente desrespeitado nos seus direitos, começando então a sua luta. Em que pese a sua filiação hegeliana, é de Marx que ele toma esse conceito. Porque se é o desrespeito que leva as pessoas ao autorreconhecimento, e se o autorreconhecimento é condição pela luta por reconhecimento, então, na sociedade, a luta por reconhecimento é a luta por poder, no sentido em que usei essa noção anteriormente. Note-se bem, não estou pensando, especificamente, em poder político. Estou pensando no poder da pessoa de ser reconhecida como igual.

Nesse sentido, Honneth avança em relação a Fraser, na medida em que admite como evidente que os direitos são fundamentais e deve haver políticas de reconhecimento por Estados democráticos, de forma independente do autorreconhecimento. Uma política de ações afirmativas, a Bolsa Família, por exemplo, é uma política de reconhecimento, independentemente de as pessoas se reconhecerem ou não. Isso é importante em uma situação de calamidade, que é a situação de uma parte da população brasileira. Mas para pensarmos em uma sociedade igualitária, uma sociedade justa e democrática em que o poder seja distribuído, há a necessidade do que Honneth chama de autorreconhecimento, que é o reconhecimento do desrespeito. Por exemplo, enquanto o homossexual se sentiu, ele próprio, uma mancha na sociedade, ele não lutou pelos seus direitos. Ele só lutou pelos seus direitos quando se reconheceu como um cidadão que estava sendo desrespeitado, porque enquanto ele aceitou o que o outro falou sobre ele, que era uma pessoa que não tinha moral, um doente, que era uma pessoa que não merecia respeito, essa pessoa não lutou pelos seus direitos, porque ela aceitava e, inclusive, tinha vergonha da sua própria condição. Quando a pessoa se autorreconhece como cidadã desrespeitada, ela vai lutar por direitos. E vai lutar por políticas de reconhecimento. É necessário que se comece a pensar nesse sentido e a assumir a complexidade que a questão envolve, pois a luta por autorreconhecimento de uma parte de um grupo empodera esse grupo em seu conjunto. Mulheres antifeministas, que nunca se autorreconheceram como desrespeitadas, desfrutaram igualmente com as feministas os direitos conquistados pela luta das últimas. Ou seja, pode existir apenas um grupo que luta por isso, mas o conjunto dos indivíduos que podem ser associados a esse grupo são empoderados também.

Isto é fundamental, porque penso que é dessa forma, através do reconhecimento e da luta pelo reconhecimento, que nós nos empoderamos, e uma democracia torna-se mais democrática à medida que as desigualdades vão perdendo força.

Gostaria agora de passar para a última parte, que é exatamente de onde eu parti para fazer esta reflexão que apresento aqui: a posição das mulheres nas últimas eleições.

Tínhamos a certeza de que as mulheres iriam dar um salto no número de deputadas: houve muitas iniciativas que apontavam para esse sentido. A própria Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) fez uma série de atividades importantes nesse sentido. Há *sites* importantes, houve cartilhas interessantes – ou seja, houve todo um trabalho de quatro anos no sentido de fazer com que as mulheres se envolvessem, que se candidatassem. Houve uma luta para aumentar o número de mulheres nas listas partidárias, para conseguir recursos, então houve uma mobilização muito grande nesses quatro anos. Após a mobilização, dizemos: “e agora? O que foi feito com essa mobilização?”. Quando observo os dados do Rio Grande do Sul (RS), metade das candidatas do RS tem zero de orçamento para gastar. Ou seja, elas não fizeram campanha, não tinham nada. No Rio Grande do Sul, por exemplo, diminuí o número de deputadas federais. Na Assembleia Estadual, elegeram-se mais duas. O que acontece? Nenhuma dessas políticas de reconhecimento, nenhuma dessas ações afirmativas, deram certo?

Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) com o Instituto Patrícia Galvão mostra que 90% das pessoas entrevistadas diziam que votam em mulher e não têm qualquer problema em votar em mulher. E isso é verdade. Nas eleições para presidente, em 2010, ninguém deixaria de votar na Dilma Rousseff, ou na Marina Silva porque elas são mulheres. Tanto que mais de 60% dos eleitores no primeiro turno votaram em uma mulher. Ninguém diria: “ah, sou absolutamente petista, mas vou votar no [José] Serra porque não voto em mulher; ou sou absolutamente Partido Verde (PV), mas voto no Serra porque não voto em mulher”. Ou seja, o preconceito não chega a esse ponto. Quando há escolhas ideológicas e não há opção dentro desta escolha ideológica, ninguém deixa de votar em mulher. Mas se, no interior do mesmo partido, há 60 ou 70 candidatos, então gostaria de saber se as pessoas preferem um homem ou uma mulher, porque aí há outra pergunta. Não é a escolha entre uma pessoa do [Partido dos Trabalhadores] PT e outra do [Partido da Social Democracia Brasileira] PSDB, mas de pessoas do mesmo partido, cuja diferença é ser homem ou mulher.

Há também outra razão muito apontada: de que as mulheres não votam em mulheres ou de que as mulheres são mais cuidadosas com seu voto, sendo, por isso, as últimas a decidirem em quem vão votar. Penso, fundamentalmente, que as mulheres que não votam em mulheres são aquelas que não se sentem cidadãs completas. Vi entrevistas de rádio, depois de a Dilma ter sido eleita, em que uma mulher

afirmava: “ah, não, eu ainda preferia um homem, porque o homem sabe melhor tratar dessas coisas”; ou “acho que ainda não é tempo de a mulher ser presidente”.

Mas as mulheres não se reconhecem e não lutam pelo reconhecimento porque nós, em grande parte, ainda nos pensamos como o outro nos pensa. E o outro que nos pensa é o partido político, é o cidadão que diz “só pode ser coisa de mulher”, porque nós achamos que carro é coisa mesmo para homem: “ah, homem é que gosta de carro.” Mas por que carro é uma coisa de homem? Então, nós mulheres temos de nos autorreconhecer como cidadãs públicas, por mais que fira os ouvidos, porque isso faz com que nos sentamos empoderadas. Como é que se faz isso? Penso que devemos continuar batendo como água mole em pedra dura, acho que não há outra saída. É continuar fazendo com que essas mulheres passem a se sentir como cidadãs plenas. Por isso, penso que as questões de gênero são mais complicadas que a questão de reconhecimento de direitos. Na verdade, o reconhecimento tem de ser de que somos cidadãs completas. E vou votar em uma mulher, porque esta mulher é capaz de nos representar, e pensar que o Senado [Federal] ou o Congresso Nacional não são lugares apenas de homens. O reconhecimento tem de ter essa direção, e o reconhecimento envolve ainda uma luta para que as mulheres se sintam cidadãs e rompam radicalmente com a ideia da natureza privada da mulher. Porque, com toda a luta feminista e toda a luta que tivemos, com todos os direitos que nós conquistamos, essa “natureza” privada ainda é muito pesada para nós. E como ela é muito pesada, ela ainda faz com que nós não consigamos lutar pelo reconhecimento em termos públicos, nem por políticas de reconhecimento na extensão em que elas são necessárias. Vou parar por aqui, para que as pessoas tenham também oportunidade de falar. Obrigada. Espero ter dado alguma contribuição.

JOSÉ APARECIDO RIBEIRO (DISOC/IPEA):

Não vou saber direito formular a pergunta, é mais para poder ouvir mais uma rodada de comentários. Queria falar desses temas poderes *versus* direitos e autorreconhecimento como um passo importante para buscar a reparação. E, aproveitando as conversas que tivemos em outro evento hoje de manhã, como é que ficam coisas do tipo: a gente tem um movimento negro, que consegue se sentir invadido e começa a buscar a luta, e tem aí 40, 50 anos talvez de histórias sucessivas; e, de outro lado, você tem grupos como os indígenas, que têm uma tradição de tutela. Significa o que, então? Que demoraremos muito mais para incorporar os direitos dos grupos que se reconhecem como invadidos, os jovens, os *rappers*, o pessoal da Ceilândia. Há um mapa do país com os lugares com a tradição de *hip-hop*. Há outras periferias que talvez possuam *hip-hop* também, mas que não se colocaram no mapa, como aqueles meninos naquela época. Então, havia uma dificuldade enorme para incorporar os grupos que se sentiam invadidos e

se organizam: o grupo negro, alguns de juventude. O que fazer com os grupos que são muito tutelados? Estou pensando principalmente nos índios, mas pode haver outros exemplos. A segunda coisa é a respeito de poder, consumo e direitos. Só uma provocação: em que momento esse autorreconhecimento como alguém invadido não passa também por ser o portador de um direito de consumo? Há uma situação complicada aí, há o movimento GLBT [*gays*, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros], há uma força de renda e de consumo muito grande, e essa força se manifesta, por exemplo, nas famílias que aceitam melhor o namorado do filho homem se ele for bem-sucedido. E por que estou falando isso? Se isso em algum grau faz sentido no movimento *gay*, para as paradas de orgulho *gay* etc., talvez faça sentido para as novas classes médias por aí – e sei que o termo classe média é horrível –, mas talvez faça sentido que para elas os direitos sejam insuficientes, mas à medida que está sendo concedido um poder de consumo, isso pode proporcionar um autorreconhecimento.

E uma terceira coisa, gostaria de reforçar a discussão sobre o “votar ou não votar” em mulher. As pessoas votaram na Dilma, em um projeto, as mulheres votaram na [então candidata ao governo do Distrito Federal (DF)] Weslian Roriz, também: quer dizer, as mulheres, enquanto portadoras de um legado, seja um legado político, seja um legado familiar – o [ex-governador do DF, Joaquim] Roriz teve mais de 30% dos votos transferidos para a mulher e elegeu as filhas como deputadas normalmente –; então, as mulheres são votadas enquanto portadoras de legados alheios, mas como portadoras dos seus próprios legados, elas têm mais dificuldade? Será que é isso mesmo?

HILDETE PEREIRA (SPM):

Tenho um amigo “politicólogo” que diz que nós, mulheres, não temos salvação se não criarmos um partido político feminino. As mulheres de outrora já fizeram isso. Nós temos registros de um partido, feminino republicano. Depois, em 1920, há o registro de outro partido, que eu não consegui localizar nas pesquisas históricas, mas dizem que houve. Porque o que está implícito na sua fala é o seguinte: mesmo depois de 30 anos de luta, a partir da explosão da segunda onda feminista, as mulheres ainda não possuem um reconhecimento total da sua cidadania, ou possuem uma cidadania diminuída. Nesse sentido, nos partidos políticos, se a cota não serve, porque nessas análises de 20 anos de políticas afirmativas nós não avançamos, e as eleições neste ano foram terríveis, no sentido de que não demos um passo além na representação na Câmara dos Deputados, a não ser a novidade da eleição da Dilma. Por exemplo, a Lourdes Bandeira² deu uma entrevista hoje de manhã para a revista *Veja*, e a pergunta da jornalista era no sentido de que não

2. Então secretária de Planejamento da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM).

havia “caído a ficha” da mídia de que há toda a diferença de ter sido uma mulher escolhida como sucessora do [ex-presidente Luiz Inácio] Lula [da Silva]; então, isso ainda não foi devidamente digerido pela grande imprensa nacional, e permanece talvez a avaliação dele.

NATÁLIA FONTOURA (DISOC/IPEA):

Na sua fala, me chamou atenção o mecanismo de discriminação que age sobre o discriminado, que é o ápice do poder sobre o discriminado, sendo que, depois, você fala do autorreconhecimento. Queria ouvir um pouco mais sobre como uma coisa está relacionada com a outra – ou seja, como conseguimos chegar ao autorreconhecimento quando esse mecanismo de discriminação é tão forte que o impede. No meu entender, são duas coisas que podem ser incompatíveis ou difíceis de quebrar. E se eu estou entendendo certo, qual é o papel das políticas de reconhecimento? Se algumas políticas não funcionaram, podemos pensar que, no longo prazo, elas podem funcionar de maneira muito menos evidente e muito mais profunda justamente por estimularem esse autorreconhecimento?

CÉLI PINTO:

Em primeiro lugar, vou procurar juntar a questão da Hildete com a questão do José Aparecido e depois volto às suas questões, Natália. Qualquer pessoa que fosse indicada por um presidente com 80% de aprovação teria um legado, seja homem ou mulher. Se tivesse sido o [ex-ministro do Ministério da Fazenda (MF) e ex-ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República (PR), Antonio] Palocci, se tivesse sido o [ex-ministro-chefe da Casa Civil/PR,] José Dirceu, seria um legado deixado pelo Lula. Esse é o primeiro aspecto. Um segundo aspecto, não desta legislatura, mas da legislatura anterior, do Congresso Nacional: o número de homens que são filhos de primos, sobrinhos, netos de políticos é maior do que o das mulheres, considerando-se as famílias de políticos homens no Brasil no Congresso Nacional, na legislatura que terminou em 2006. O caso da Weslian Roriz é um escândalo, e não é pelo fato de ela ser mulher. É um escândalo, alguém que se encontrava na situação em que o Roriz estava, e foi um deboche o que ele fez, foi um deboche para a política brasileira.

HILDETE PEREIRA:

Esse é um caso de violência patriarcal...

CÉLI PINTO:

Isso mesmo. Esse é um caso bastante triste: expor aquela pessoa àquela situação. Em relação às famílias, as mulheres não são diferentes dos homens. Posso dizer

até que aparecem mais mulheres que lutam por vida própria do que homens. E até mesmo o caso da Dilma, ela não era uma lavadeira do Palácio do Planalto, a Dilma não era assessora para a cor de gravata, não. Ela foi ministra-chefe da Casa Civil desse governo que teve 80% de aprovação. Então, ela não foi uma candidata tirada da cartola. Às vezes, parece que ela estava lá porque combinava a cor da camisa com a gravata do presidente e ela era uma pessoa simpática. Não é o caso.

JOSÉ APARECIDO:

Gostaria de refazer a minha pergunta. Por que pessoas como a [ex-prefeita de São Paulo e ex-deputada federal] Luíza Erundina, que não vêm de nenhum clã, enfrentam mais dificuldades do que outras que têm algum legado?

CÉLI PINTO:

Mas isso não é só para as mulheres, é válido para os homens também. Se alguém é neto do [ex-senador Antônio Carlos Magalhães, já falecido] terá mais facilidade do que o João da Silva. Vou pegar um exemplo. Quando morreu o Kirchner,³ na semana passada, muitos pensaram: “coitada da Cristina Kirchner,⁴ o que vai ser de seu governo?” Só que é o seguinte: a Cristina Kirchner era uma senadora importantíssima na Argentina e ninguém sabia quem era o marido dela, que era um governador da terra dos pinguins. Agora que ele morreu, preocupam-se com o destino do governo dela? É incrível como os papéis se invertem. Não vai acontecer nada, ela vai continuar governando. Ela estava inclusive em disputa com ele no interior do partido, para ver quem ia ser o candidato na próxima eleição. Então, acho que sempre há esse esforço em colocar essa mulher em posição de vítima ou em segundo plano. Vamos passar para a questão da Hildete. Acho que, por um lado, é por meio dos partidos políticos que se chega ao poder, mas acho que é extemporâneo pensar em um partido só de mulheres, como seria um absurdo pensar em um partido só de negros: aí sim haveria uma segregação que, a meu ver, não faz sentido. Mas deve haver uma forma de entrar nos partidos políticos. Não há outra forma de chegar ao poder político, mesmo que seja apenas para participar.

HILDETE PEREIRA:

Mas nós já participamos, mais da metade da militância do PT é formada por mulheres. Há um ponto de erro nessa questão, que talvez tenha a ver com a pergunta da Natália, que talvez seja a raiz da problemática.

3. Ex-presidente da Argentina Néstor Kirchner.

4. Atual presidente da Argentina e viúva de Néstor Kirchner.

CÉLI PINTO:

Vamos para outra questão. Acho que eu não entendi a sua pergunta: você quer dizer que os *gays* são aceitos porque o capitalismo descobriu um grande mercado?

JOSÉ APARECIDO:

É que você chamou a atenção de que distribuir direitos sem distribuir poder não adianta nada, porque depois o poder pode ser concentrado e o direito pode sumir. Eu queria ouvir um pouco sobre o que pode ter de uma dialética aí da seguinte forma: que, ao fazer a distribuição estrita de renda ou de poder de consumo, eu permito, por exemplo, que a pessoa, ao se realizar como consumidora, ou como consumista, se sinta reconhecida. Não é que o capitalismo aceita os *gays* porque eles são consumidores, é o inverso. Em que medida, no momento em que você passa a ter um poder de consumo concreto, as pessoas não vão admitir certas coisas? Acho que há uma compensação aí.

CÉLI PINTO:

Quer ver uma coisa? Em Porto Alegre, há uma espécie de festival, em setembro, que se chama Porto Alegre em Cena. E já veio para este evento o que há de melhor em teatro e em música internacional. Isso já acontece há muitos anos e o ingresso custa R\$ 10,00. Fui a um desses espetáculos, o de uma cantora alemã, a Ute Lemper, por R\$ 10,00. Essa cantora já foi a Porto Alegre outra vez e cobrou R\$ 500,00. Entrei no teatro, olhei as pessoas, e as pessoas que estavam lá eram exatamente as mesmas que pagariam R\$ 100,00 ou R\$ 500,00. E se você for a um museu, por exemplo, a Fundação Iberê Camargo, em Porto Alegre, que é uma maravilha e é grátis, não há uma pessoa lá dentro que não sejam alunos e colegas. Então, há outra coisa aí: as pessoas não se sentem com o direito de entrar na Fundação Iberê Camargo. Assim como as pessoas não se sentem no direito de entrar em um teatro com poltronas de veludo, mesmo que o ingresso seja R\$ 10,00 e o futebol seja R\$ 50,00, para que se possa ver uma partida de pé. Então, o que eu digo é que não é só o poder de consumo, entende? Esse consumidor também pode se constituir em um grupo muito conservador, ou um grupo que simplesmente vai comprando coisas. Ele está comprando coisas, realmente, e o fato de ele se tornar um consumidor, mesmo sendo este consumidor que reclama e reivindica seus direitos como tal, vai à Procuradoria de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) etc., será que vai fazer com que ele se constitua como cidadão e possa dizer: “o juro que estão me cobrando é um roubo”? Seria uma forma de se constituir como cidadão. “Estou comprando uma geladeira que vale R\$ 600,00 e pagando R\$ 2 mil por ela. Isso é um roubo, não se justifica. Não sou inadimplente”.

MARIA APARECIDA ABREU (DISOC/IPEA):

Mas eu queria insistir na pergunta dele: o *gay* rico não vai sofrer menos preconceito e, por conta disso, não vai esquecer um pouco a sua condição de *gay*?

ROBERTO GONZALEZ (DISOC/IPEA):

O fato de as pessoas terem poder de consumo e compensarem a sua posição de subordinação de poder por outros meios, que, nesse exemplo, é o da renda, o que isso muda em relação ao aspecto social da discriminação? Porque o ato de consumo é um ato individual.

CÉLI PINTO:

A questão é a seguinte: é óbvio que toda essa discussão vai ser travada no âmbito de uma sociedade de classes. É óbvio que se eu sou a Costanza Pascolato,⁵ eu vou sofrer menos discriminação do que se eu for a moça que faz a limpeza do Ipea. Se eu for o Ronaldinho Gaúcho, eu vou ser menos discriminado do que um negro que trabalha na construção civil. E se eu for um *gay* que tem a herança de um Rockefeller, [vou ser menos discriminado] do que um *gay* que tem de fazer a vida na esquina para viver. Então, é evidente que a discriminação aumenta com a menor renda. Agora, dentro da própria classe vai haver discriminação.

MARIA APARECIDA ABREU:

Querida insistir nessa questão, que agora já nem é mais do José Aparecido, mas minha. A capacidade de gastar, justamente por você ter esse poder de consumo, retira essa capacidade de indignar-se justamente por essa compensação da condição de homossexual. É como se a capacidade de consumo, que é muito valorizada, tirasse a capacidade de agir do discriminado, quando ele sofre discriminação por determinado grupo.

CÉLI PINTO:

Acho que essa questão não é um problema, porque pensar “criar uma classe média é ruim?” seria como dizer “aumentar a renda das pessoas é ruim, porque elas vão perder a consciência de grupo...”. Há muitos marxistas que pensam que aumentar a renda das pessoas é ruim porque o proletário explorado tem uma condição intrínseca de se revoltar. Acho que a questão não é por aí. Se há grupos que podem ser mais cultivados, não no sentido de serem mais educados, mas de discutirem mais suas condições, acho mais provável. Por exemplo, os grupos *gays* que eu conheço, ao menos em Porto Alegre, são ativos inclusive em prol de *gays* muito pobres, são sociólogos, jornalistas, juízes – pessoas que tem mais condições de agir em benefício dos interesses do grupo.

5. Empresária e consultora de moda.

Quanto à questão da comparação do movimento negro com o movimento indígena, acho que a história dos indígenas no Brasil tem uma tragicidade própria tanto pelo extermínio e pela forma de considerar o índio tutelado, quanto pela ideia de que o índio bom é aquele que foi “aculturado”. Essa foi a história do Brasil. Acho que, atualmente, os índios estão lutando, sim, pelos seus direitos. Acho que eles estão conseguindo inclusive retornar à questão do reconhecimento de seu direito às terras que lhes pertencem, e estão aumentando sua população. O movimento negro, por sua vez, é um movimento que tem conseguido vitórias interessantes à custa de muitíssima luta. A vitória das cotas para negros nas universidades públicas federais é uma vitória do movimento negro, em que pesem os conselhos universitários serem compostos por pessoas brancas e terem votado a favor em um número grande de universidades – e posso falar isso com muita tranquilidade, porque fui presidente da comissão de instalação das cotas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Então, conheço essa história por dentro; quem colocou essa questão dentro da universidade foi o movimento negro. Quem colocou a questão de forma a provocar a situação “o que vamos fazer com isso?” foi o movimento negro. Então, a mudança de posição dos negros na sociedade brasileira é decorrente de um reconhecimento de “eu não sou mais aquilo que o outro dizia que eu sou”, em primeiro lugar. Acho que é um movimento muito forte de autorreconhecimento e o melhor exemplo de lutas por políticas de reconhecimento. São lutas muito complicadas, que enfrentam muitos reveses.

Agora sobre os mecanismos de discriminação e o autorreconhecimento, nesse caso, temos de introduzir uma questão que a Nancy Fraser coloca, quando ela adiciona a representação sobre a redistribuição e o reconhecimento. Penso que uma forma de pensar mecanismos que interrompam a discriminação ou apontem a discriminação passam pela luta política. E essa luta política não tem obrigatoriamente de ser um movimento social – como é o caso do movimento das mulheres, que, a despeito de não ser um movimento de massas, tem uma repercussão muito grande. Ao mesmo tempo, o que fez as mulheres mudarem a posição nas relações familiares, irem para o mercado de trabalho, não conseguiu fazer com que a mulher se torne um ente público. O que penso é que, à medida que temos cada vez mais regimes democráticos, que discutam mais, acho que politicamente se vai discutir questões que surgem nas democracias, obviamente, e não nos autoritarismos. Entendo a sua questão: se a pessoa é discriminada e se ela aceita o discurso do outro, como ela vai se autorreconhecer? Mas acho que ela se reconhece no momento em que interrompe o discurso do outro. A interrupção do discurso do outro é o momento político da questão. Acho que quando os negros disseram “*black is beautiful*”, eles interromperam o discurso do outro. Como acontece isso? O que posso dizer é que há momentos históricos diferentes, lutas políticas diferentes, acho que é por aí.

HELDER FERREIRA (DISOC/IPEA):

Queria ouvir alguns comentários sobre a questão do mau desempenho, que de uma certa maneira surpreendeu, das mulheres nessa campanha eleitoral. Tive a oportunidade de me aproximar do tema, pois estava lendo a dissertação da Luana Pinheiro,⁶ na época em que ela a estava redigindo. Queria observar que, na competição entre homens e mulheres, há um fator que é o patrimônio eleitoral daqueles já eleitos, seja de eleitorado, seja de financiadores, seja de apoiadores locais e cabos eleitorais. Já há pessoas que reconhecem esses deputados como representantes deles. Então, acho que uma comparação que deveria ser feita é a das mulheres já eleitas, com os homens já eleitos. E verificar qual é a diferença. A outra coisa que gostaria de apontar em relação à entrada, é que a política hoje é muito mal vista. Por exemplo, nessa sala, seria interessante verificar que, se alguém tem interesse em fazer campanha política, talvez irá pensar: “ah, será que eu vou entrar?” Muitas pessoas pensam que a política é aquele terreno corrupto e não querem entrar nele. Isso poderia fazer com que um menor número de mulheres estivesse interessado em entrar na disputa.

ROBERTO GONZALEZ:

Recuperando um pouco o que foi visto nos vários seminários desse ciclo, em outro seminário, discutimos os aspectos institucionais: a lista partidária e a possibilidade de ter o voto em lista. Já discutimos em seminários internos sobre a importância de as mulheres estarem presentes não só no legislativo, mas também nas funções administrativas, até para viabilizar as carreiras políticas. O que me chama atenção na sua fala é que, no fundo, estamos confiando muito nos mecanismos institucionais como se, com a implementação deles, a participação das mulheres fosse crescer em um *moto contínuo*. É a própria dissertação da Luana, quando ela a apresentou aqui, mostrava que isso é verdade até certo ponto, e você recoloca a questão da desigualdade no interior desses processos. Elas não somente são poucas, como estão ausentes dos locais com mais poder, como a Comissão de Orçamento. Então, queria que você comentasse um pouco mais essa relação entre, de um lado, criar mecanismos institucionais para a inclusão de mulheres e, de outro lado, a luta política mesmo: é um problema não haver mulheres nos espaços políticos, e essa é uma questão pública que tem de ser tematizada.

MARIA APARECIDA ABREU:

Reforçando o que o Helder colocou: concordo com você que a política é mal vista, e assim o é por um tema que penso que é mais caro para as mulheres, que é o tema da corrupção. Para uma mulher que já foi para a vida pública, com todos

6. Técnica de Planejamento e Pesquisa da Disoc/Ipea.

os ônus que já comentamos aqui, ainda ser alvo de notícias de corrupção talvez seja ainda mais pesado. Outro ponto relacionado com isso é a questão do autorrespeito, mencionada por você, que está presente também em textos de Amartya Sen (em *O desenvolvimento como liberdade*) e Rawls. Como fortalecer esse respeito quando – pensando na sociedade brasileira – a lógica das relações valoriza como desejável a gentileza? Por que coloco isso? Porque, nas relações entre homens e mulheres, é muito fácil que o respeito seja colocado como gentileza e esta ir para um extremo em que se perde a impessoalidade, que muitas vezes é desejável nas relações profissionais públicas. Como lidar com isso sem, contudo, perder o lado “positivo” da afetuosidade nas relações pessoais? Só para tornar a questão mais compreensível, talvez a referência aqui seja a cordialidade brasileira, colocada no debate nacional por Sérgio Buarque de Holanda. Não será um desafio?

CÉLI PINTO:

Helder, concordo plenamente com o que colocaste. Já fiz um trabalho desses que você sugere e verifiquei que poucas mulheres se reelegem. Há muitos estudos sobre carreiras políticas. As carreiras políticas no Brasil são mais feitas por acaso do que, por exemplo, nos Estados Unidos. [O presidente dos Estados Unidos] Barack Obama foi um dos casos raros de carreira mais rápida de lá. O Senado receberá uma senadora gaúcha que passou 31 anos defendendo o agronegócio e mora em Brasília há 31 anos. Só que, nestes anos, essa senhora foi todos os fins de semana para o Rio Grande do Sul para visitar as feiras de agronegócio, em que cidade fosse.

HILDETE PEREIRA:

Gostaria de fazer uma observação. Por exemplo, como posso ser eleita? Acho que há três possibilidades: tenho dinheiro para fazer a campanha, tenho acesso à mídia ou pertenço a um contingente de pessoas (base eleitoral) que fará a campanha e garantirá uma quantidade suficiente de votos.

CÉLI PINTO:

Voltando à questão do capital político, no sentido de que um deputado que já é representante há três legislaturas tem muito mais chances de se reeleger do que alguém que está começando do zero. Soma-se a isso o fato de que há uma visão negativa da política atualmente, e os partidos tiveram dificuldades de recrutar candidatos, até mesmo homens. Mas há algo além da má reputação da política, há uma questão concreta: todo deputado sabe que é muito difícil acumular uma quantidade de recursos suficientes sem a chamada caixa dois. E ela se tornou uma operação muito perigosa, pois nem aqueles que contribuíam para o caixa dois continuam contribuindo na mesma intensidade, pois há receio desse envolvimen-

to, nem aqueles que recebiam continuam recebendo, porque também estão com medo. Então, houve um certo afastamento, porque houve muita dificuldade para se obter recursos. Ambos os lados estão mais receosos de estruturar essa relação em torno de caixa dois. Isso afastou os candidatos, porque a campanha, no Brasil, é estupidamente cara. Agora, houve muita gente com muito dinheiro que não se reelegeu, como é o caso do Eliseu Padilha, no RS.

HILDETE PEREIRA:

Você acha que, agora, com a ficha limpa e também com o fato de a pobreza ter se reduzido e muitas pessoas já não precisam vender o voto, não poderá ocorrer uma mudança na política brasileira?

CÉLI PINTO:

Acho que haverá uma mudança. Acho que há uma confusão no Brasil entre a grande quantidade de escândalos de corrupção e o grande volume de corrupção. O regime militar foi altamente corrupto, mas a transparência era muito menor. As notícias que corriam eram que, com o dinheiro da Ponte Rio-Niterói, era possível fazer cinco pontes. Roberto, não sou uma entusiasta de reformas políticas e nem tampouco acredito que a reforma política resolverá os problemas. Por exemplo, a lista fechada: ou ela vem com uma democratização da vida partidária ou nada vai adiantar. Como foi dito aqui, o PT tem mais de 50% de mulheres entre seus filiados, e isso não significa candidaturas femininas na mesma proporção. Critica-se muito a democracia norte-americana, mas os partidos lá são mais democráticos internamente. Se for possível uma democratização interna dos partidos em que a lista seja resultado de eleições partidárias, posso até pensar na viabilidade da reforma; mas listas partidárias feitas pelos caciques políticos? Prefiro que os candidatos sejam escolhidos pelos eleitores. Em relação à administração pública, tenho a dizer que, por exemplo, na universidade em que trabalho, mais ou menos 52% dos professores já são mulheres. Quando fui diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UFRGS, nesta, havia 28 unidades, sendo que somente três mulheres eram diretoras. Obviamente, eram da Faculdade de Educação, do IFCH e da Enfermagem. Isso ocorre no mundo inteiro. À medida que se sobe na hierarquia, as mulheres vão desaparecendo. Na União Soviética, 90% dos médicos eram mulheres, 2% dos diretores de hospitais eram mulheres.

MARIA APARECIDA ABREU:

É aquilo que você já observou: havendo um homem no âmbito de escolha, ele é o escolhido.

CÉLI PINTO:

Então, acho que deveria [se] começar, sim, pelo serviço público. Acho que ele tem de dar o “exemplo” de realmente criar espaços para as mulheres, os negros e outros grupos até então excluídos. Acho que as universidades públicas têm de dar o mesmo exemplo.

ALGUÉM DA PLATEIA:

Qual o papel da educação nessa mudança? E estou falando da educação em geral, não só do terceiro grau.

CÉLI PINTO:

Fico impressionada com o reacionarismo das minhas alunas mulheres em relação ao feminismo. Para elas, é uma coisa antiga, do passado. Fico pasma, pois elas são estudantes de Ciências Sociais. Algumas vitórias feministas se naturalizaram e as pessoas não continuam lutando. Então, acho que a educação deve começar nas escolas, penso que deve haver uma discussão maior na sociedade. Ela tem de discutir todos esses temas. Um efeito interessante da proposta de cotas foi o de que a sociedade acabou discutindo, e a discussão mostra o quanto a sociedade é conservadora. A discussão do aborto nas últimas eleições foi assustadora. Aliás, assustadora foi também a forma com que as pessoas se colocaram na campanha. Porque qualquer um dos dois candidatos poderia ter tido uma postura digna. Uma jornalista do [jornal] *Zero Hora* disse uma coisa interessante: “engraçado que nenhum deles, depois das eleições, agradeceu os votos a Deus”. Eu acompanhei a campanha com muito cuidado por razões profissionais e fiquei impressionada com a forma com que se tratou a Dilma mulher. A primeira vez que a Dilma foi tratada dignamente como mulher foi quando ela própria falou de si. No discurso da vitória, foi a primeira vez que ela discursou como mulher. Na campanha, Dilma, que era uma técnica, que trabalhou sempre nos setores *hard* da administração pública, do [Programa de Aceleração do Crescimento] PAC, da infraestrutura, virou a mãe, a que ia cuidar. Ou seja, reforçaram as qualidades da mulher dentro de casa: a cuidadora, a mãe; inclusive, estas eram as palavras do próprio Lula. Então, o que se fez quando se tratou de mostrar a Dilma mulher: uma mulher pode tratar de infraestrutura, de plataforma, da [Petróleo Brasileiro S/A] Petrobras, mas não associaram isso ao fato de ela ser mulher. Nesse momento, ela é um ser. A primeira vez que ela disse: “eu sou uma mulher que pode ser presidente” foi em seu discurso da vitória e, posteriormente, no discurso de posse. E foi inesperado. Foi a primeira vez que ela se manifestou sem a ajuda de um marqueteiro. Na campanha, só faltaram falar que ela fazia bem bolo.

EDUARDO ZEN (DISOC/IPEA):

Queria aproveitar pra fazer uma pergunta, que diz respeito à necessidade que a mulher tem, muitas vezes, de galgar espaços, se fazer como homem. Venho de uma empresa de engenharia, e as mulheres que ocupam cargos de diretoria são vistas como as duronas. Talvez a Dilma seja emblemática nisso, e ela fez um caminho inverso na campanha.

ANDREA MAGNAVITA (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – MP):

Queria só complementar com uma frase que ouvi da Dilma no Dia Internacional das Mulheres do ano passado, e talvez tenha sido repetida, que é “sou durona no meio de vários homens meigos”.

CÉLI PINTO:

De certa forma, a Andrea respondeu o que ia te dizer: essas mulheres não parecem duras. Elas são. Se elas não fossem, você acha que elas estariam no lugar em que elas estão?

EDUARDO ZEN:

Mas você não acha que há um movimento de se masculinizar?

CÉLI PINTO:

Acho que homens femininos são pessoas interessantes. A tendência é que homens e mulheres fiquem mais parecidos. Agora, em um espaço de disputa política, para chegar a ministra-chefe da Casa Civil, nem levinho, nem levinha chegam lá. É só lembrar o José Dirceu. As pessoas têm de jogar o jogo. Uma mulher nesta condição não pode dizer que tem de sair e tem de buscar o filho no colégio. Na verdade, estas pessoas que chegam aos altos cargos são duras mesmo. Outra coisa é se a pessoa é mais masculina ou feminina na forma de se vestir. Esse é um problema dela, que muitas vezes não é respeitado no acompanhamento da política pela mídia.

ENTREVISTA COM NANCY FRASER*

Ingrid Cyfer
Raphael Neves

RN: Há 40 anos, uma geração foi capaz de transformar o mundo das mais variadas maneiras. Você não somente fez parte dessa geração, mas também se tornou uma intelectual preocupada com problemas práticos. Em uma entrevista a Jeffrey Williams (1999), você disse que, ao se aproximar, com ceticismo, da desconstrução, encontrou-se entre diferentes campos – teoria crítica alemã, pós-estruturalismo francês, pragmatismo americano e feminismo. Em suas próprias palavras, toda sua carreira de intelectual “tem sido dedicada a fazer a mediação entre esses campos e integrar o que há de melhor em cada um deles”. Poderíamos começar ouvindo de você como fazer essas duas coisas ao mesmo tempo – a mediação entre diferentes tradições filosóficas e a mediação entre academia e ativismo?

NF: Essa é uma pergunta muito interessante. Há inclusive um terceiro ponto: a mediação entre diferentes correntes de ativismo. Vou começar pela mediação entre ativismo e academia.

Você está absolutamente certo sobre a questão da geração. Fiz parte da geração de 1968 e tive uma longa história de ativismo político como uma jovem que crescia em uma parte dos Estados Unidos que ainda era segregada racialmente. Naquela época, o movimento de direitos civis era importante, o movimento contra a guerra do Vietnã, a primeira fase da segunda onda do feminismo (box 1) e tantos outros. E eu trouxe este senso de comprometimento e de engajamento para o meu cotidiano na universidade, como estudante de graduação.

* Tradução de Maria Aparecida Abreu, com revisão dos entrevistadores. Os boxes e referências são todos de autoria de Maria Aparecida Abreu e não passaram pela revisão da entrevistada.

BOX 1

O feminismo e suas três ondas

O debate político e intelectual do feminismo em geral aponta três ondas do movimento feminista. A primeira teria origem com as demandas pelo direito à igualdade de direitos civis, principalmente ao voto, e tem como marco a obra de Mary Wollstonecraft, publicada em 1792. A segunda onda teria seu início na década de 1960, com o surgimento da categoria gênero e a principal reivindicação de que o pessoal é político. Nessa segunda onda, a principal crítica do feminismo é patriarcado. A terceira onda se inicia na década de 1990, e nela ganham força de temas culturais mais gerais, a partir do feminismo, e não somente dizendo respeito às mulheres: dessa forma, as mulheres lutam pela libertação da sexualidade em geral, e não somente da sua sexualidade. Além disso, o feminismo se alia a outras transformações culturais em um mundo global (GOHN, 2007). Nancy Fraser, por sua vez, fala em duas ondas, sendo que a segunda onda, em sua análise, pode ser dividida em três fases. A primeira fase, iniciada nos anos 1960, está relacionada ao surgimento da nova esquerda e a demanda para que o pessoal e o privado se tornassem políticos. Com isso, a rígida separação entre o mundo privado e o mundo político, típica da ideologia liberal, passa a ser fortemente questionada. A segunda fase, que se inicia com o declínio dos regimes socialistas e a ascensão do neoliberalismo, é caracterizada pelo culturalismo e pela demanda por reconhecimento. A terceira fase diz respeito à crescente globalização mundial, em que as demandas feministas são mal enquadradas pelas instituições políticas existentes. Dessa forma, a demanda passa a ser por representação, não apenas no sentido de dar voz política às mulheres, mas de que suas demandas de redistribuição e reconhecimento sejam devidamente tratadas pelas instituições políticas, por meio de uma abordagem transversal, do ponto de vista temático, e transnacional, do ponto de vista territorial (FRASER, 2007).

Eu não estava sozinha, essa foi muito mais uma experiência geracional. Eu diria que, desde então, ao longo das décadas, eu me tornei mais uma acadêmica e menos uma ativista. De certo modo, por causa das mudanças e porque fui me tornando mais velha. Mas ambas ainda têm muito poder dentro de mim. Tenho certo prazer em compreender as coisas em si mesmas, e uma sensação de que esta compreensão pode servir para melhorar o mundo, de um jeito ou de outro, ainda que de forma indireta. A questão de como exatamente o fazer teoria tem impactos sobre a realidade, se é que o tem, é complicada. Mas eu ainda sinto que, para mim, o que realmente dá sentido a meu trabalho, além do prazer que tenho ao descobrir algo, é que isso estaria em alguma relação, seja complexa ou tênue, com o que quer que represente as melhores energias emancipatórias e transformadoras daquele momento, com o que eles serão quando o momento histórico mudar, e por aí vai.

Vale acrescentar que há uma tensão entre o trabalho intelectual e o político e não se deve ignorar isso. Acho que essa tensão é algo positivo. Não gostaria que o trabalho intelectual e o trabalho político fossem tão convergentes. Acredito que esta é uma tensão produtiva. A relativa autonomia dos intelectuais permite-lhes manter certa distância dos movimentos e lutas do momento histórico. Por outro lado, estes movimentos e lutas contribuem para apontar novos problemas para a agenda, o que permite mudar a maneira como fazemos teoria ou pensamos como as coisas são, o que é precioso. Eu quero manter estas duas coisas presentes, em atividade, como uma tensão produtiva.

Vou voltar para o segundo ponto, sobre a mediação entre diferentes tradições filosóficas. Devido à minha carreira inicial de ativista, vim para os meus estudos de pós-graduação em filosofia com um *background* que eu poderia chamar de marxismo hegeliano de esquerda não ortodoxo, e o da Escola de Frankfurt (box 2),

que era o que eu trazia comigo. Então fui exposta ao pós-estruturalismo francês, principalmente a Foucault, que talvez tenha me impactado mais profundamente.

BOX 2

Escola de Frankfurt

Nome pelo qual um conjunto de pesquisadores do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt ficou conhecido – a Escola de Frankfurt se tornou referência para a teoria social marxista. Os nomes mais expressivos foram Theodor Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse. A principal marca da pesquisa desenvolvida no instituto, como eles próprios reivindicavam, era a da formulação de uma teoria social crítica em contraposição à teoria tradicional (HORKHEIMER, 1983).

Outra figura muito importante para mim foi Richard Rorty (box 3),¹ que me pôs em contato com a tradição do pragmatismo americano e também com a filosofia analítica. E, por fim, obviamente, a erupção do feminismo. Isto foi uma espécie de *mix* de ideias que estavam rondando minha cabeça, e não poderia ignorar nenhuma delas. Elas foram muito atraentes, de diferentes maneiras, e muito poderosas, mas, em alguns casos, também geravam confusão. Sempre era pega pela seguinte questão: tenho de escolher entre elas? Se eu for uma pensadora da Escola de Frankfurt, também posso ser uma foucaultiana? Se eu for uma feminista, também posso ser uma pragmática? Se eu for marxista, também posso ser uma teórica da democracia radical? E sempre duvidei que essa escolha entre isso ou aquilo, na qual alguém pode se lançar, fosse realmente problemática. Era importante resistir a isso e então pensar em como trazer todas as coisas juntas. Cada uma dessas perspectivas possui *insights*, tem um modo de lançar luzes sobre aspectos que permanecem ocultos sob outras perspectivas. É como usar uma perspectiva para eliminar os pontos cegos da outra. Se possível, meus instintos são também interpretativos no sentido de que ainda trago uma perspectiva abrangente que, de algum modo, traz todas elas juntas, ainda que às vezes privilegie uma ou outra.

Tenho tentado agir da mesma forma com relação ao terceiro ponto, sobre integrar movimentos e lutas. Obviamente, a estrutura formada por redistribuição e reconhecimento é também do mesmo tipo de impulso sobre não ser forçada a uma escolha ou/ou, uma vez que há algo de extremamente importante ou iluminador em cada um dos lados.

IC: Gostaríamos de falar mais sobre seu trabalho de mediação entre esses paradigmas tensos. Quando você concilia pós-estruturalismo e teoria crítica no debate entre Seyla Benhabib e Judith Butler, a impressão que se tem, ao final do seu texto, é a de que elas são bastante compatíveis. Ou, como você frisou, ambas teorias “produzem importantes ganhos intelectuais e políticos”. Você poderia explicar sua ideia de “crítica sem filosofia” e a mediação de algumas das reivindicações normativas presentes na teoria de Benhabib com a desconstrução de gênero feita por Judith Butler?

1. Nome principal do pragmatismo.

NF: Percebo, ao longo dos anos, que essa formulação “crítica sem filosofia” nem sempre foi entendida como eu gostaria. Vou começar tentando esclarecê-la. Mencionei Rorty; e ele realmente cumpre um papel central no pensamento acerca desta questão. Rorty, como vocês sabem, é um pensador que desenvolveu um forte sentimento antifundacionista, uma forte crítica à ideia de que se deveria ter uma concepção de Verdade com V maiúsculo, uma Moralidade com M maiúsculo ou, ainda, de Filosofia com um F maiúsculo, ou seja, uma crítica a uma espécie de fundamento para uma ética normativa ou para a crítica social. Sempre fui e ainda estou bastante convencida desta crítica àquilo que podemos chamar de forte fundacionismo na filosofia. Quando eu e Linda Nicholson demos a um artigo que escrevemos juntas o título de “Crítica social sem filosofia” (FRASER e NICHOLSON, 1999), nós nos referíamos à Filosofia com F maiúsculo, ou seja, a uma espécie de fundamento metafísico para a crítica política. Nós não quisemos evitar todas as reflexões de segunda ordem sobre a crítica social, mas, às vezes, as pessoas interpretaram nosso argumento dessa forma, por isso considero importante esclarecer esse ponto.

BOX 3

Rorty, antifundacionismo e redescrição

Teórico pragmático liberal, Rorty foi professor de diversas universidades norte-americanas, sendo a última delas a Universidade de Stanford. Um dos teóricos do pragmatismo, seu antifundacionismo é caracterizado pela recusa em assumir, como referencial para suas análises, qualquer ideia de verdade, racionalidade ou ciência que tenha apenas um procedimento de validação. Nesse sentido é que, para ele, não há uma única verdade, racionalidade, filosofia ou ciência.

Além desse afastamento, Rorty também prefere a redescrição ao discursos argumentativos tradicionais. A distinção entre o discurso argumentativo e a redescrição é que o primeiro utiliza proposições que visam ao convencimento, enquanto a segunda diz respeito à escolha de um novo vocabulário para enfrentar os problemas, redescrivendo-os.

Sem ser muito técnica, poderia dizer que todas as posições interessantes sobre crítica e o tipo de fundação que a crítica requer – acredito que problema-chave esteja aqui – buscam algum fundamento não fundacionista – se eu puder colocar de forma paradoxal – para a crítica. Poderia ser dito que Habermas, com a ideia de um argumento transcendental fraco, está tentando algo assim, embora ele esteja mais próximo do espectro fundacionista. Rorty, por sua vez, frequentemente situa-se no extremo do espectro antifundacionista. Neste caso, ele simplesmente descarta qualquer tentativa de sistematizar uma tomada de posição normativa ou abandona totalmente qualquer tentativa de construir uma base de teoria social para a crítica.

Entre essas duas posições, há muitas outras. Por exemplo, meu debate com Axel Honneth foi principalmente sobre o que poderíamos chamar de crítica e o *status* filosófico que ela possui. Eu tenho tentado, em relação a essas questões, preservar a ideia de que, no pensamento sobre a crítica e sobre como se pode garantir ou justificar a crítica, é preciso ter um envolvimento com as reivindicações críticas reais dos atores sociais. Esta não é a crítica com a visão própria do olhar de deus, externa à sociedade. Entretanto, como disse há pouco, não podemos amalgamar

a posição do teórico crítico com a do ator, é preciso manter certa distância. Este é o meio-termo que eu tenho tentado alcançar.

Agora, vou falar sobre a mediação entre as demandas normativas de Benhabib, a desestabilização e a problematização da questão de gênero, tal como a de Butler. Esse é um bom exemplo. Em primeiro lugar, estou absolutamente convencida de que o que quer que Butler diga que está fazendo em *Gender trouble* ou em qualquer outro lugar, seu trabalho é absolutamente saturado por todos os tipos de demandas normativas. Ela, como Foucault, ao menos no passado, resistiu à ideia de explicar o que aquelas demandas normativas são e de refletir sobre a perspectiva normativa que está por trás delas, rejeitando a ideia de que deveria justificar essa perspectiva. Isso parece problemático para mim. Penso que uma crítica responsável requer, em algum ponto, que você explicita a base normativa de sua crítica e tente defendê-la como uma perspectiva normativa justificada, dado o fato de que você não pode assumir que isto seja compartilhado por todos. Há outras pessoas que oferecem outros tipos de críticas que envolvem outras perspectivas normativas. Deve haver alguma forma de mediar estas perspectivas. No entanto, não penso que isso implique adotar uma Filosofia com F maiúsculo. Aceito a ideia de que não há um ponto arquimediano, não há uma visão a partir do olho de deus; ao contrário, valorizo e acho importante esse tipo de metarreflexividade entre teorias.

Por essa razão, eu pressionaria Butler a ser mais explícita sobre o que ela está fazendo e, se ela não quiser fazer isso, eu e outras pessoas podemos fazer isso por ela e dizer o que realmente está por trás de sua teoria. Penso que a categoria “exclusão” é muito importante para Butler como uma categoria normativa. A ideia de que há muitos tipos de exclusões, algumas bastante radicais, em que a existência de um determinado tipo de sujeito é ininteligível, outras, um pouco menos radicais, em que a existência do sujeito é inteligível, mas não é considerada aceitável. Penso que o impulso normativo de seu trabalho é tentar tornar visíveis estas operações de exclusão e contestá-las. Então, eu diria que uma categoria normativa positiva para ela é a inclusão, como oposta à exclusão. Isto parece ser útil, mas, realmente, quero apontar que é menos radical do que algo como a minha ideia normativa-chave, que é “paridade de participação”. Paridade de participação é um ponto de partida que permite condenar a exclusão, certamente, mas também condena a inclusão de algo menos do que em iguais termos. Então, penso que é uma categoria normativa mais forte do que o simples contraste exclusão/inclusão, que eu penso que é a principal categoria com que ela trabalha.

Em relação a Benhabib, diria que seu pensamento, mais claramente no argumento que defende em *Feminist Contentions* (BENHABIB, 1995), acaba sendo mais fundacionista que o meu, embora eu não diria que seja totalmente fundacionista. Penso que ela ainda considera a subjetividade dotada de uma capacidade

nuclear que permanece completamente intocada pelo contexto social. E eu sou cética em relação a isso. Penso que nós estamos sempre fazendo a crítica de dentro de uma situação e que isso é verdade não apenas em relação a atores sociais, mas também é verdade em relação de teóricos críticos. O desafio, portanto, é ser tão reflexivo quanto possível, até mesmo sobre o que você aceita, como eu faço, pois você nunca pode ser totalmente transparente para si mesmo acerca do que está fazendo ou do que é.

IC: Em que medida é possível agregar o feminismo fenomenológico a esse debate? O feminismo fenomenológico, notadamente as leituras contemporâneas da obra de Beauvoir feitas por Toril Moi (2008) e Elizabeth Spelman (1988), parece fornecer também argumentos para um sujeito situado, assim como críticas à identidade feminina naturalizada.

NF: Eu acho que essa questão pode ser analisada em dois níveis. Em um dos níveis, está o feminismo fenomenológico ou uma redescrição de experiências naturalizadas em uma estrutura misógina ou androcêntrica. Uma das feministas fenomenológicas preferidas minhas é Beauvoir, obviamente, mas uma de minhas favoritas nos Estados Unidos é Sandra Bartky.² Não sei se seu trabalho é traduzido no Brasil, mas ela tem escrito artigos extraordinários sobre a fenomenologia da timidez feminina em relação ao próprio corpo. Além dela, também chamo a atenção para os primeiros artigos de Iris Young, tais como *Throwing like a girl* (YOUNG, 1980) e *Breasted experience* (YOUNG, 2005). Eles são genuinamente relatos fenomenológicos da experiência que a trazem explicitamente do nível da realidade para algo em que pode ser pensado, lançando uma nova luz sobre certos temas. Este é um tipo de fenomenologia redescritiva. Você pode certamente dizer que *Second sex* é um livro que está fazendo muitas coisas de uma vez, mas uma coisa que ele está fazendo é este tipo de redescrição.

Então, podemos falar de fenomenologia como uma posição filosófica em termos de um conjunto de teorias sobre o que faz esse tipo de redescrição possível. Aqui tenho que adentrar alguns argumentos técnicos se quiser pensar sobre Foucault *versus* Husserl, ou Derrida *versus* Husserl, e assim por diante. Penso que você está certa em dizer que a feminista, que devemos classificar como pertencente à tradição fenomenológica, começando por Beauvoir, fez algo diferente com a fenomenologia, e eu penso que essa expressão “*self* situado” é uma boa maneira de fazer isso. Talvez seja a transição de Husserl para Merleau Ponty. Naturalmente, nós costumamos colocar Beauvoir e Sartre juntos por razões óbvias, mas eu realmente penso que há muito de Merleau Ponty em Beauvoir, de modo que sua posição é mais complexa e mais interessante que a própria posição de Sartre, porque ela tem um tipo de fenomenologia mais situado.

2. Professora de Filosofia na Universidade de Illinois, em Chicago, e autora de *Femininity and domination: studies in the phenomenology of oppression* (Routledge, 1990).

Isso representa uma posição filosófica alternativa que poderia ser defendida como melhor que a de Butler? Esta é uma questão complicada. Não estou certa se eu poderia dizer algo útil sobre isto sem pensar mais sobre o assunto. Mas independentemente do que se diga sobre isso, não há dúvida de que o feminismo fenomenológico contribuiu para essas importantes descrições de experiências de gênero, o que tem sido uma contribuição fantasticamente poderosa.

RN: Gostaríamos de entender mais seu “intercâmbio político-filosófico” com Axel Honneth em termos sociológicos. Incorporando tanto Marx quanto Weber, você faz sua distinção baseada nas categorias de classe e status. Diferentemente, Honneth parece se afastar da influência weberiana no marxismo ocidental. Mas, então, você o culpa por encampar o pressuposto durkheimiano de um único e abrangente modelo de valor cultural. Então, como sua forte discordância sugere, a única mediação que não é possível é aquela entre Weber e Durkheim?

NF: Fascinante! Esses dois pensadores, Weber e Durkheim, são imensamente complexos. O aspecto de Durkheim que eu acho problemático em Honneth, como você disse, é essa ideia de que a ordem normativa da sociedade pode ser compreendida holisticamente, como um único e abrangente padrão de valor. E isto realmente me parece ser muito problemático em qualquer contexto social moderno, plural e complexo. Eu não acho que haja uma única ordem normativa coerente, consistente e abrangente. Há certamente padrões normativos que predominam em relação a outros, mas sempre há implicitamente tensões e estruturas normativas concorrentes. Acho que Honneth, ao tomar este aspecto de Durkheim, coloca a si mesmo em apuros, porque ele acaba, de alguma forma, assumindo a ideia de que há ou deveria haver uma única ordem de reconhecimento em que cada contribuição encontra seu lugar apropriado. Este é o *télos* para ele. Sinto que há um pouco de nostalgia aqui pela comunidade delimitada, estável e unitária da *Gemeinschaft*. Mas, veja, Durkheim é um pensador muito complexo. Há uma porção de outros bons temas e argumentos em Durkheim, algo que você pode também encontrar em Weber.

A ênfase na normatividade da vida social é muito importante. Há algo que eu compartilho com Honneth. Ele utiliza para explicar sua ênfase na normatividade esta noção de ordem de reconhecimento, que é um caminho bastante totalizado e abrangente. Mas eu utilizo, diferentemente, a ideia de “paradigmas populares” (*folk paradigms*), que leva a pensar sobre justiça ou outras ideias normativas que não somente informam as reivindicações políticas, mas também informam a experiência cotidiana. Penso que nós dois aceitamos este ponto de Durkheim: a vida social é normativa.

Quanto a Weber, há vários aspectos dele que são muito importantes para mim, e um deles talvez seja a ideia de centralidade da legitimação e seus diferentes tipos. Em *Economia e sociedade*, que é do que estamos falando, isto é

extremamente importante. Novamente, temos de encarar a problemática da diferenciação. Honneth tem essa ideia de três esferas diferenciadas (box 4). Acho que ele é um pouco confuso, não fica muito claro se ele entende que elas dizem respeito a questões estritamente institucionais, ou se ele se afasta desta ideia quando trata de temas como amor, direito e liberdade – e como cada um destes corresponde à esfera institucional da família, estado e economia –, ou, ainda, ao contrário, se há diferentes princípios normativos que deveriam ser encontrados em mais de uma esfera institucional. Ele não é absolutamente claro acerca disso. Mas eu acredito ter um senso mais forte de diferenciação institucional do que ele. Contudo, até mesmo no meu caso, diferentemente de Habermas, eu penso que as normas culturais permeiam as práticas econômicas que são institucionalizadas como aparentemente separadas, enquanto impulsos e fatores econômicos permeiam as esferas culturais. Há tanto diferenciação quanto permeabilidade. Precisamos de teorias sociais que nos deem ambos os lados.

BOX 4

Axel Honneth e a luta por reconhecimento

As três esferas de reconhecimento apontadas por Honneth são as esferas do amor, da lei e da estima. A autorrealização dos sujeitos estaria associada à realização nestas três esferas, que lhes confeririam autoconfiança, autorrespeito e autoestima, respectivamente. Diante da busca por autorrealização, os sujeitos, coletivamente, lutam pelo reconhecimento nestas três esferas (HONNETH, 2003).

Por fim, você mencionou Marx. Tenho algo a dizer sobre ele. Acho que ambos, Honneth e eu, vemos a nós mesmos como sucessores – sob novas condições, uma nova época e talvez com recursos teóricos novos – de algumas das intenções da crítica marxiana do capitalismo. Ambos queremos tornar o capitalismo um objeto de crítica. Mas há, naturalmente, diferentes modos de fazer isso. E eu acredito que Honneth, involuntariamente – e eu não acho que ele tenha desejado isso –, acabou retirando a dimensão da economia política que o aspecto social do reconhecimento assume. E acho também que o materialismo marxiano é bastante útil como um corretivo da ideia de que a ordem do reconhecimento é essencialmente “a” instância mais fundamental e consequente da vida social. E vou aqui insistir na perspectiva dualista, que chamo de redistribuição e reconhecimento, mas que poderia ser chamada de economia política e cultura. Em outras palavras, é uma crítica com Marx acrescido de Hegel, só para mencionar outra figura aqui.

RN: Você poderia falar mais sobre alguns desenvolvimentos recentes da teoria crítica, como a obra de Habermas, em particular? Especialmente porque, ao ler seus ensaios What's critical about critical theory (FRASER, 1985)³ e Rethinking the public sphere (FRASER, 1990), pode-se ver claramente sua influência nos últimos trabalhos de Habermas.

3. Este artigo possui tradução para o português (Fraser, 1987).

Em Entre Facticidade e Validade, ele desenvolve um novo paradigma procedimental de direito que pretende dar uma melhor abordagem às instituições legais do que aquele oferecido pelo liberalismo e pelo estado de bem-estar social. Parece que a tarefa da teoria crítica agora é, não somente para Habermas, mas também para outros críticos como Seyla Benhabib e Jean Cohen, pensar que desenho institucional se ajusta melhor àquele paradigma legal. Como você vê essa “guinada institucional” na teoria crítica? Habermas ainda é o principal pensador da teoria crítica, ou deveríamos começar a pensar além dele?

NF: Habermas é uma figura monumental. Poderia ser dito que sozinho, como um indivíduo, ele realmente representou a teoria crítica por décadas, depois da II Guerra Mundial. E ele realmente deu uma nova forma àquilo que nós entendemos por teoria crítica, por insistir em redefinir fundamentos normativos – uma tarefa que teóricos críticos anteriores não queriam nem mesmo assumir –, ao tentar deslocar a estrutura teórico-social do que ele considera um modelo centrado no trabalho em direção a um modelo centrado na comunicação. Pense na ampla extensão de tópicos e problemáticas sobre as quais ele trabalhou: da filosofia da linguagem à teoria dos movimentos sociais, à democracia, à assim chamada globalização, além de repensar a ordem legal, e por aí vai. É intimidador pensar em uma pessoa que seja realmente capaz de fazer tudo isso. Não vejo no horizonte qualquer outra comparável – como indivíduo – em termos de abrangência, profundidade e poder de pensamento. Então, eu não acho que ninguém mais chegará a algo como o que ele conseguiu fazer, não vejo nenhuma figura comparável neste horizonte. Estaremos em um período em que se terá mais algo como um grupo, um conjunto de figuras influentes, mas nenhuma atingirá a estatura de Jürgen Habermas.

Há um lado negativo nisso. Habermas ofuscou todos de tal forma que se tornou uma espécie de “*one-man show*”. Talvez fosse mais saudável ter um grupo de pessoas, mas nenhuma delas poderá se equiparar a Habermas. Isso, portanto, é como eu vejo o futuro imediato da teoria crítica, e eu incluiria – além das figuras que você mencionou, que são pessoas que chegaram à maturidade sob a influência direta de Habermas, como Benhabib e Jean Cohen – figuras como Butler, que é uma teórica crítica do nosso tempo, que tem uma trajetória diferente. Mas eu preferiria uma noção mais abrangente acerca do que se pode considerar como teoria crítica. Incluiria Luc Boltanski, que vem de uma tradição diferente, a tradição de Bourdieu, que deveria também ser parte do que dizemos ser o campo da teoria crítica hoje.

Agora, em termos de desenho institucional e teoria legal *per se*, considero preocupante que questões de direito e desenho institucional estejam se tornando, para algumas pessoas, muito centrais na teoria crítica. Eu me preocupo com um tipo de especialização disciplinar tradicional da academia que está surgindo de forma avassaladora, de modo que nós temos muitos teóricos críticos hoje, entre os quais,

uma pessoa é especialista em direito, outra em filosofia moral, outra em teoria política. Sinto falta de algo das gerações anteriores: interdisciplinaridade e desejo de transgredir os limites disciplinares, uma coisa que realmente aprecio em Honneth, e novamente vou mencionar Boltansky aqui – e ficaria feliz e orgulhosa se as pessoas pensassem em mim também –, como inclusos na categoria de pensadores que ainda mantêm em mente o panorama geral de uma teoria crítica da sociedade. Não gostaria de ver teoria crítica se aproximando demais de projetos de desenho institucional, ainda que eu pense que eles sejam valiosos e importantes. Tem-se o perigo de entrar demais na área de uma espécie de política pública (*policy*) de esquerda. Não penso que teoria crítica e políticas públicas sejam a mesma coisa.

Portanto, é uma linha tênue, mas, em meu trabalho atual, sinto frequentemente a pressão de ter de responder quais são as implicações institucionais do, por exemplo, reenquadramento [*reframing*] e da globalização. E sempre quero dizer que não sou a pessoa para responder a esta questão. Ficaria feliz se alguém pensasse sobre isto, mas eu não quero ver isto se tornar o centro da teoria crítica.

IC: Em seu recente trabalho, você expressou uma preocupação com um problema chamado “mau enquadramento”: a estrutura do estado-territorial não abarca as fontes transnacionais de injustiça, gerando o efeito de manipulação do espaço político às expensas dos pobres e marginalizados, que não podem fazer demandas transnacionais. Em resposta a este diagnóstico, você propõe uma terceira dimensão de sua teoria da justiça, denominada representação.

Entretanto, essa representação transnacional parece colocar um problema para a segunda dimensão da justiça: reconhecimento. Como um remédio para as desigualdades causadas por “práticas institucionais de valoração cultural”, as demandas por reconhecimento devem variar de acordo com as práticas de cada cultura. Se isso é assim, como um feminismo transnacional poderia unificar seu discurso contra o não reconhecimento? Como endereçaria as diversas práticas culturais que desvalorizam as mulheres em todo o mundo?

NF: Fabulosa questão! Concordo muito com o espírito desta questão, na medida em que está relacionada com o que disse anteriormente sobre Honneth e seu problemático durkheimianismo. Se você começa com a ideia de que já existe uma única ordem de reconhecimento, então o problema de reconhecimento é como obter o reconhecimento apropriado no interior daquela ordem, como essa ordem precisa ser transformada, e assim por diante. Mas isso é já assumir uma certa estrutura – o que significa que nós sabemos onde estão os limites da ordem do reconhecimento – e assumir que esta única ordem de reconhecimento autocontida é a “própria unidade de análise.”

No contexto atual, claramente, nós temos uma grande variedade de justapo-

sições, às vezes na forma de antagonismo, às vezes mais algo como “viver e deixar viver”, mas nós temos mais do que uma ordem de reconhecimento em jogo, e ninguém poderá tão cedo afastar os desafios que envolvem o enquadramento completo. Penso que o problema da moldura já está presente nas demandas de reconhecimento – o que ocorre é que, em alguns períodos, isso é mais óbvio do que em outros, ou é mais tomado como certo do que em outros –, e eu diria que é uma característica de nossa situação atual que essas molduras estejam se tornando mais e mais contestadas e, portanto, cada vez mais salientes e evidentes.

Eu diria a mesma coisa sobre redistribuição. O estado de bem-estar social democrático foi adotado para garantir a estrutura. Parecia óbvio que, quando estávamos falando de demandas de distribuição, não precisávamos falar da estrutura. Hoje, não é o caso. Em ambas as questões – redistribuição e reconhecimento, bem como representação –, o contexto atual é, do meu ponto de vista, relevantemente caracterizado pela saliência da inevitabilidade de questões de estrutura. Estou apenas colocando o problema, mas você está me fazendo uma questão difícil sobre a solução.

Penso que há dois modos de pensar sobre isso. Antes de tudo, há o problema da mediação, como trazer demandas que pressupõem diferentes concepções de reconhecimento para um tipo de envolvimento frutífero com o outro, que não seja mero diálogo de surdos, ou uma conversa sem qualquer comunicação efetiva. Falo de engajamento frutífero; isto é engajamento em uma ordem de reconhecimento transversal? Se sim, ela requer alguma ordem de reconhecimento mais ampla ou abrangente em que esteja contida. Ou seja, ordens de reconhecimento menos amplas podem se encontrar e se envolver?

Essas são todas questões extremamente interessantes, e eu não tenho uma resposta específica, mas acredito que haja um jeito interessante de pensar sobre isso. Vou esboçar uma das ideias de Benhabib, exatamente algo em que ela e Butler se aproximam. É o universalismo interativo, que não pressupõe a ideia de que nós já sabemos qual é a grande questão relativa ao reconhecimento e condensa questões menores relacionadas ao tema, mas, ao contrário, pressupõe que a busca por um universal mais abrangente deva ser feita por meio de algum tipo de processo interativo de coconstrução. Essa é uma ideia de Benhabib, e algo muito similar está em textos muito interessantes de Butler sobre o universal e a prática da universalização. Nesses textos, Butler concebe o universal como algo que não é dado *a priori*, mas, sim, como o resultado de um processo de rejeição de falsos universais e da busca de uma melhor universalização.

RN: Sua teoria da justiça como paridade de participação se tornou bastante conhecida no Brasil. Diferentemente do contexto americano, redistribuição nunca esteve fora da agenda política e, mais recentemente, o reconhecimento se torna uma

grande questão levantada pelos movimentos feminista e antirracista. O que faz sua teoria capaz de atingir diferentes destinatários em diferentes contextos?

NF: Vamos distinguir o tipo de diagnóstico de época em que eu postulei uma mudança da redistribuição para o reconhecimento, ou em que pelo menos levantei isso como uma questão. Poderia ser dito que o diagnóstico se apresenta mais acurado em alguns lugares do que em outros. Talvez isso possa ser menos verdadeiro até certo ponto no Brasil. Embora deva dizer que tenho a impressão de que, na América Latina, em geral, o paradigma distributivo tenha sido muito forte. No Brasil, a experiência de ditadura militar e de autoritarismo como um todo pôs a questão da representação mais ao centro por um longo tempo. Poderia ser dito que houve uma mudança da redistribuição para a representação por razões absolutamente compreensíveis, mas que o poder do paradigma da ideologia redistributiva é ainda forte na memória brasileira e, certamente, volta rapidamente após o retorno da democracia. Então, o paradigma do reconhecimento surge mais tarde, talvez em um contexto de emergência de vários outros movimentos que não são centrados em uma questão de classe. Neste contexto, é muito importante o modo como a emergência do neoliberalismo intercepta tudo isso, porque, sem dúvida, formas de “terceira via”, que eu assumo que também existem no Brasil, enfrentam estas questões admitindo mais desigualdade econômica e flexibilização de mercado, ao mesmo tempo em que se sobrepõem às demandas multiculturais em franca expansão. Penso na terceira via como um amálgama problemático, que substitui parcialmente reconhecimento por redistribuição como um compromisso do neoliberalismo. É nesse ponto que a análise funciona também para a América Latina. É por isso que eu não acho que esteja completamente errada em relação à ideia “da redistribuição para o reconhecimento”, nem mesmo para o Brasil. Vou mudar o referencial: tudo isso tem a ver com diagnósticos de época, e uma questão mais profunda seria se essas são as dimensões corretas – redistribuição, reconhecimento e representação – para analisar todo o panorama de demandas políticas, dimensões de justiça e injustiça, e assim por diante. Acredito, especialmente depois de acrescentar a terceira dimensão ao modelo – a dimensão da representação –, que esse modelo é uma poderosa estrutura. Mesmo que eu possa estar errada sobre o que é mais relevante em um dado momento na história ou em um dado lugar, acredito que este modelo permite ao menos colocar essas questões. Esta seria minha resposta ao final. Por que isso pode ser aplicado em diferentes lugares e épocas? Bem, porque estas são as três categorias adequadas.

REFERÊNCIAS

BENHABIB, S. *et. al.* **Feminist contentions**: a philosophical exchange. New York: Routledge, 1995.

FRASER, N. What's critical about critical theory? The case of Habermas and gender. **New German Critique**, n. 35, p. 97-131, Spring/Summer 1985.

_____. Que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e o gênero. *In*: BENHABIB, S.; CORNELL, D. (Org.). **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

_____. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. **Social Text**, n. 25/26, p. 56-80, 1990.

_____. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista de Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, p. 291-308, maio/ago. 2007. Título original: Mapping the feminist imagination: from redistribution to recognition to representation.

FRASER, N.; NICHOLSON, L. Social Criticism without philosophy: an encounter between feminism and postmodernism. *In*: NICHOLSON, Linda. (Org.). **The place of reason: from the modern to the postmodern**. Ithaca: Cornell University Press, 1999.

GOHN, M. G. Mulheres-atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política e Sociedade**, n. 11, p. 41-70, out. 2007.

HONNETH, A. **A luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. *In*: _____. **Textos Escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MOI, T. **Simone de Beauvoir: the making of an intellectual woman**. Oxford: Oxford University Press: 2008.

RAMBERG, B. T. Rorty. *In*: ZALTA, E. N. (Ed.). **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford: The Metaphysics Research Lab, 2007. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/rorty>>.

SPELMAN, E. **Inessential woman: problems of exclusion in feminist thought**. Boston: Beacon Press, 1988.

WILLIAMS, J. Politics and philosophy: an interview with Nancy Fraser. **The Minnesota Review**, Blacksburg, n. 50-51, p. 143-160, Oct. 1999.

YOUNG, I. Throwing like a girl: a phenomenology of feminine body comportment motility and spaciality. **Human Studies**, v. 3, n. 1, p. 137-156, Apr. 1980.

_____. **On female body experience: throwing like a girl and other essays**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Céli Pinto

Bacharel e licenciada em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (1972), mestre em ciência política pela UFRGS (1979) e doutora em governo pela University of Essex (1986). É professora associada I da UFRGS. Tem experiência na área de ciência política e história, com ênfase em teoria política e história política brasileira, atuando principalmente nos seguintes temas: história e política brasileira, teoria da democracia, participação política e feminismo. Atualmente, é professora permanente de pesquisa e pós-graduação (PPG) em história da UFRGS e de PPG em ciência política da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). É pesquisadora 1b do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). *E-mail:* <celirjp@gmail.com>.

Clara Araújo

Pós-doutora em sociologia pela Universidade de Cambridge e professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Coordena o Núcleo de Estudos sobre Desigualdades Contemporâneas e Relações de Gênero (NUDERG). É pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Programa Prociência, da UERJ. Suas áreas de concentração e pesquisa são relações de gênero e poder, família e cidadania. *E-mail:* <claramaria.araujo@gmail.com>.

Daniela Verzola Vaz

Bacharel (2002), mestre (2005) e doutora (2010) em economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente, é professora e pesquisadora das Faculdades de Campinas (FACAMP). *E-mail:* <danivvaz@yahoo.com.br>.

Flávia Biroli

Doutora em história pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), professora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Coordena o Grupo de Pesquisa em Democracia e Desigualdades e edita a *Revista Brasileira de Ciência Política*. É organizadora dos livros *Mídia, representação e democracia* (com Luis Felipe Miguel; São Paulo: Hucitec, 2010) e *Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia* (com Luis Felipe Miguel; São Paulo: Editora UNESP, 2011); e autora de vários capítulos de livros e artigos sobre gênero, democracia e mídia. *E-mail:* <fbiroli@terra.com.br>.

Helena Sumiko Hirata

É socióloga do trabalho, diretora de pesquisas no Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), laboratório do Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris – Genre, Travail, Mobilités (CRESPPA-GTM). Foi recentemente professora visitante na Universidade de São Paulo – USP (2010) e na Universidade de Hitotsubashi (2011). Seus temas de pesquisa recentes são: desemprego, instituições e atores; globalização e gênero; trabalho e subjetividade; e teorias e práticas do *care* (cuidados) em uma perspectiva comparativa. Membro do comitê de direção da rede Mercado de Trabalho e Gênero (Mage) e do comitê científico da Mission pour la place des femmes au CNRS. Publicações principais: *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade* (São Paulo: Boitempo, 2002); *Dictionnaire critique du féminisme* (em colaboração com F. Laborie, H. Le Doaré e D. Senotier; Paris: PUF, 2000, reeditado em 2004 com traduções em japonês, espanhol, turco, português e búlgaro); *Travail et genre: regards croisés France-Europe-Amérique Latine* (em colaboração com M. R. Lombardi e M. Maruani; Paris: La Découverte, 2008 – com tradução em português; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008); *Trabalho flexível, emprego precário?* (em colaboração com N. A. Guimarães e K. Sugita; São Paulo: Editora EDUSP, 2009); e *Le Sexe de la mondialisation* (em colaboração com B. Labari, J. Falquet, N. Le Feuvre, D. Kergoat, F. Sow e M. Spensky; Paris: Presses de Sciences Politiques, 2010). *E-mail*: <helena.hirata@gtm.cnrs.fr>.

Ingrid Cyfer

Doutora em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP), com estágio doutoral na New School for Social Research sob orientação da professora Nancy Fraser. Professora adjunta de teoria política do curso de ciências sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). *E-mail*: <ingridcy@gmail.com>.

Jacqueline Isaac Machado Brigagão

Graduada em psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), mestre em psicologia social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutora em psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é professora doutora do curso de Obstetrícia da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. Pesquisa e atua nas seguintes áreas: gênero, psicologia social, políticas públicas, práticas discursivas, promoção da saúde e grupos comunitários. *E-mail*: <jac@usp.br>.

Jacqueline Pitanguy

Socióloga e cientista política, lecionou na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e na Universidade de Rutgers, em New Jersey, Estados

Unidos. Em 1986, assumiu a presidência do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), tendo desempenhado esta função até 1989. Em 1990, foi cofundadora e é atualmente coordenadora executiva da organização não governamental (ONG) Cidadania Estudo Pesquisa Informação Ação (Cepia), que desenvolve projetos de pesquisa, *advocacy* e intervenção social, privilegiando as áreas de violência de gênero e acesso à justiça e saúde e direitos reprodutivos. É cofundadora e membro do Conselho Diretor da Comissão de Cidadania e Reprodução; integra, na qualidade de notório conhecimento, o CNDM; é presidente do Conselho Diretor do Fundo Brasil de Direitos Humanos; e membro do Conselho Editorial da Revista *Health and Human Rights*, da Escola de Saúde Pública da Universidade de Harvard. Tem várias publicações sobre mulher e direitos humanos e integra também o conselho diretor de outras organizações internacionais. *E-mail*: <cepia@cepia.org.br>.

Maria Aparecida Azevedo Abreu

Graduada em direito, mestre e doutora em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP). É Técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea, atuando na área de igualdade de gênero. *E-mail*: <maria.abreu@ipea.gov.br>.

Marlene Teixeira Rodrigues

Assistente social, mestre em política social e doutora em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Docente e pesquisadora da UnB. Coordenadora do laboratório de extensão, pesquisa e ensino Gênero Política Social e Serviços Sociais (GENPOSS). *E-mail*: <marte@unb.br>.

Raphael Neves

Aluno de doutorado (*PhD candidate*) do departamento de política da New School for Social Research, em Nova York, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da comissão Fulbright. Sua pesquisa, sob orientação da professora Nancy Fraser, abrange os seguintes temas: justiça de transição, anistia e democracia deliberativa. É atualmente professor assistente do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP). *E-mail*: <nevesr39@newschool.edu>.

Tânia Mara Campos de Almeida

Graduada em ciências sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF (1989), mestre e doutora em antropologia pela Universidade de Brasília – UnB (respectivamente, 1994 e 2001) e pós-doutora em representações sociais pela UnB (Instituto de Psicologia, 2006), pela Université de Provence e pela École

des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS (França, 2007). Atualmente, é pesquisadora e professora adjunta da UnB, atuando no Departamento de Sociologia. Tem experiência e publicações na área das ciências sociais e humanas, com ênfase nos seguintes temas: gênero, violência, representações sociais, saúde e religião. *E-mail*: <taniamaraca@unb.br>.

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Marco Aurélio Dias Pires

Everson da Silva Moura

Revisão

Laeticia Jensen Eble

Luciana Dias Jabbour

Mariana Carvalho

Olavo Mesquita de Carvalho

Reginaldo da Silva Domingos

Andressa Vieira Bueno (estagiária)

Celma Tavares de Oliveira (estagiária)

Patrícia Firmina de Oliveira Figueiredo (estagiária)

Editoração

Bernar José Vieira

Cláudia Mattosinhos Cordeiro

Jeovah Herculano Szervinsk Júnior

Aline Rodrigues Lima (estagiária)

Daniella Silva Nogueira (estagiária)

Leonardo Hideki Higa (estagiário)

Capa

Leonardo Hideki Higa (estagiário)

Livraria do Ipea

SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES - Térreo

70076-900 - Brasília - DF

Tel.: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em Adobe Garamond 11/13,2 (texto)
Frutiger 47 (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em OffSet 90g/m²
Cartão Supremo 250g/m² (capa)
Brasília-DF

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

